

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 2 QUINTA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2016

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 2ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE FEVEREIRO DE 2016

1.1 – ATA 9

1.1.1 – ABERTURA 9

1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2.1) 9

1.1.2.2 – Oradores

SENADOR *LINDBERG FARIAS* - Críticas à suposta agenda legislativa neoliberal apresentada pelo Presidente do Congresso Nacional na abertura dos trabalhos legislativos. 9

SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE* - Apelo em favor da construção de teleférico em Maracá-AP destinado ao fomento da atividade de produção de óleo de castanha desenvolvida por cooperativa da região; e outros assuntos 12

SENADOR *LASIER MARTINS* - Alegria pela eleição de Cláudio Lamachia para a Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil; e outro assunto. 14

SENADOR *JOSÉ MEDEIROS* - Alerta para a necessidade de conjugação de esforços da União, dos estados e dos municípios para interromper a disseminação das doenças transmitidas pelo mosquito Aedes aegypti. 16

SENADOR *JORGE VIANA* - Necessidade de rediscussão da reprimenda penal incidente na prática de crimes contra a vida 18

SENADOR *HUMBERTO COSTA* - Comentários sobre Mensagem da Presidência lida na abertura da sessão legislativa; e outro assunto. 20

SENADOR *PAULO BAUER* - Críticas às propostas apresentadas pela Presidente Dilma Rousseff na abertura dos trabalhos legislativos. 23

SENADOR *REGUFFE* - Posicionamento contrário à recriação da CPMF e críticas à carga tributária do País. 26

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* - Destaque à necessidade de reforma no sistema partidário e de governo brasileiro, especialmente no tocante ao número de partidos políticos; e outro assunto. 27

SENADOR *FERNANDO BEZERRA COELHO*, como Líder - Defesa da derrubada do veto aposto a dispositivo da lei de repatriação de recursos no que tange à hipótese de o dinheiro arrecadado com a multa financiar o FPE e o FPM; e outro assunto. 30

SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* - Críticas à pauta proposta pelo Presidente do Senado Federal em discurso proferido na sessão de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional; e outro assunto. 33

SENADORA *FÁTIMA BEZERRA* - Manifestação contra a pauta apresentada pelo Presidente do Senado Federal durante a abertura dos trabalhos legislativos. 35

1.1.2.3 – Suspensão da sessão às 17 horas e 2 minutos, para homenagear o Sr. Kailash Satyarthi, nobel da paz em 2015 e reabertura às 17 horas e 3 minutos 36

1.1.2.4 – Transformação de sessão

Transformação das sessões deliberativas de quinta-feira 4 e 11 do corrente em sessões não deliberativas. . 45

1.1.2.5 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)

Reflexão sobre os avanços ocorridos no Senado Federal, com especial destaque para as alterações ocorridas no Relatório Anual da Presidência; e outros assuntos 45

1.1.3 – ORDEM DO DIA

1.1.3.1 – Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 14/2015 (nº 2.455/2015, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, altera a Lei n° 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Decreto-Lei n° 3.689, de 1941 - Código de Processo Penal, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1943, a Lei n° 11.770, de 2008, e a Lei n° 12.662, de 2012*. **Aprovado, com emendas,** após **Parecer nº 2/2016-PLEN**, proferido pela Senadora Fátima Bezerra, em substituição às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Sociais; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania *47*

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 14/2015 **(Parecer nº 3/2016-CDIR)**. **Aprovada**. À sanção..... 58
1.1.3.2 – Requerimentos
Nº 11/2016, de Líderes, de extinção da urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 432/2013. **Aprovado**. 58
Nº 12/2016, do Senador Cristovam Buarque, de urgência para o Projeto de Resolução nº 1/2016. **Aprovado**..... 58
1.1.3.3 – Item extrapauta
Projeto de Resolução nº 1/2016, do Senador Cristovam Buarque, que *prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4° da Resolução n° 33, de 3 de setembro de 2014*. **Aprovado**..... 58
Redação final do Projeto de Resolução nº 1/2016 **(Parecer nº 4/2016-CDIR)**..... 59
1.1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA
1.1.4.1 – Oradores
SENADOR *RICARDO FERRAÇO* - Defesa da revogação da decisão do Conselho Monetário Nacional de propor mudanças nas tabelas dos juros do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)..... 59
1.1.4.2 – Apreciação de requerimentos
Nº 6/2016, do Senador Roberto Requião. **Aprovado**..... 63
Nº 7/2016, do Senador Humberto Costa. **Aprovado**..... 63
Nº 8/2016, da Senadora Ana Amélia. **Aprovado**..... 63
1.1.4.3 – Oradores (continuação)
SENADOR *WELLINGTON FAGUNDES*, como Líder - Pesar pelo falecimento do ex-Senador José Benedito Canellas, em 1º de janeiro; e outros assuntos..... 63
SENADOR *IVO CASSOL* - Apelo em favor da liberação da fosfoetanolamina..... 66
SENADOR *ELMANO FÉRRER* - Repúdio à decisão do Conselho Monetário Nacional que aumentou os juros incidentes sobre os empréstimos dos fundos constitucionais..... 70
SENADOR *RONALDO CAIADO*, como Líder - Críticas às pretensões de venda das Centrais Elétricas de Goiás - Celg..... 72
SENADOR *PAULO PAIM* - Retrospectiva dos trabalhos realizados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 2015; e outros assuntos..... 74
1.1.5 – ENCERRAMENTO..... 81
1.2 – PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS
1.2.1 – EXPEDIENTE
1.2.1.1 – Arquivamento
Arquivamento definitivo dos Requerimentos nºs 150, 174, 449, 704, 705, 726, 963, 975 e 1.261/2015..... 82
1.2.1.2 – Comunicação
Da Liderança do PT no Senado Federal, de recondução do Senador Humberto Costa à Liderança da referida Bancada **(Ofício nº 1/2016)**..... 82
1.2.1.3 – Expedientes de Ministros de Estado
Aviso nº 1/2016, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 1.243/2015, da Senadora Vanessa Grazziotin..... 83
Avisos nºs 2/2016 e 3/2015, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 1.240/2015, do Senador Jorge Viana..... 83
Aviso nº 3/2016, na origem, do Presidente do Banco Central do Brasil, em resposta ao Requerimento nº 1.257/2015, do Senador João Capiberibe..... 83
Aviso nº 7/2016, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 1.189/2015, da Senadora Vanessa Grazziotin..... 83
Aviso nº 10/2016, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 1.108/2015, do Senador Tasso Jereissati..... 83
Aviso nº 276/2015, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 649/2015, do Senador José Medeiros..... 83
Aviso nº 277/2015, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 1.115/2015, da Senadora Vanessa Grazziotin..... 83
Aviso nº 278/2015, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 1.190/2015, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária..... 83
Aviso nº 279/2015, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 1.205/2015, do Senador Ricardo Ferraço..... 83
Ofício nº 1/2016, na origem, do Ministro de Estado da Educação, em resposta ao Requerimento nº 1.197/2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte..... 83
Ofício nº 2/2016, na origem, do Ministro de Estado da Educação, em resposta ao Requerimento nº 1.248/2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte..... 83
Ofício nº 3/2016, na origem, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em resposta ao Requerimento nº 1.149/2015, do Senador Aécio Neves..... 83

Ofício nº 3/2016, na origem, do Ministro de Estado da Educação, em resposta ao Requerimento nº 978/2015, do Senador Aécio Neves 83
Ofício nº 7/2016, na origem, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento nº 1.220/2015, da Senadora Sandra Braga 83
Ofício nº 16/2016, na origem, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em resposta ao Requerimento nº 1.086/2015, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 83
Ofício nº 20/2016, na origem, do Ministro de Estado da Integração Nacional, em resposta ao Requerimento nº 1.187/2015, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 83
Ofício nº 25/2016, na origem, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em resposta ao Requerimento nº 1.089/2015, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 83
Ofício nº 437/2015, na origem, Ministro de Estado das Cidades, em resposta ao Requerimento nº 665/2015, do Senador José Agripino 83
Ofício nº 439/2015, na origem, Ministro de Estado das Cidades, em resposta ao Requerimento nº 924/2015, do Senador Aécio Neves 83
Aviso nº 5/2016 (nº 38/2016, na origem) do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de dezembro de 2015, corrente, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. 84
1.2.1.4 – Projeto de Decreto Legislativo
Nº 1/2016, do Senador Tasso Jereissati, que *dispõe sobre requisitos para a apreciação pelo Congresso Nacional de Protocolos de Adesão ao MERCOSUL* 199
1.2.1.5 – Projeto de Resolução
Nº 2/2016, do Senador Ricardo Ferraço, que *altera a Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal – Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando parágrafo ao art. 99, para estabelecer que o Presidente do Banco Central do Brasil compareça à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para apresentar as justificativas caso a inflação acumulada no ano civil fique fora do intervalo de tolerância da meta de inflação* 203
1.2.1.6 – Projetos de Lei do Senado
Nº 15/2016-Complementar, do Senador Otto Alencar, que *altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000* 206
Nº 16/2016, do Senador Eduardo Amorim, que *denomina Rodovia Antônio Francisco da Cunha o trecho da BR-235 que liga os municípios de Carira e Aracaju, passando por Itabaiana, no estado de Sergipe* 208
1.2.1.7 – Requerimentos
Nº 5/2016, do Senador Cristovam Buarque, de realização de sessão especial, em 18 de abril próximo, destinada a homenagear o centenário de nascimento do Sr. Pompeu de Souza. 210
Nº 6/2016, do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão no período de 15 a 16 do corrente. 212
Nº 7/2016, do Senador Humberto Costa, em aditamento ao Requerimento 933/2015, de desempenho de missão parlamentar em 2 de setembro último. 213
Nº 8/2016, da Senadora Ana Amélia, de autorização para desempenho de missão em 8 e 9 do corrente. 214
Nº 9/2016, do Senador Ricardo Ferraço, solicitando o encaminhamento de relatórios de fiscalização pelo Tribunal de Contas da União 215
Nº 10/2016, do Senador Wellington Fagundes, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José Benedito Canellas. 217
1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL
1.2.2.1 – Comunicação
Da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC/PHS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 701/2015 **(Ofício nº 12/2016)**. *Serão feitas as substituições solicitadas.* 219
1.2.3 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA
1.2.3.1 – Projeto de Lei da Câmara nº 14/2015
Parecer nº 2/2016-PLEN 220
Redação final (Parecer nº 3/2016-CDIR) 229
1.2.3.2 – Requerimentos
Nº 11/2016, de Líderes, de extinção da urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 432/2013 242
Nº 12/2016, do Senador Cristovam Buarque, de urgência para o Projeto de Resolução nº 1/2016. 243
1.2.3.3 – Projeto de Resolução nº 1/2016
Redação final (Parecer nº 4/2016-CDIR) 244

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 246
3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 249
4 – LIDERANÇAS 250
5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 252
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 270
7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 280
8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 328

CONGRESSO NACIONAL

9 – COMISSÕES MISTAS 352
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 365

Ata da 2ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 3 de Fevereiro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidências dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Romero Jucá, Elmano Férrer, José Medeiros, Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 21 horas e 23 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

2ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 03/02/2016 07:00:00 até 03/02/2016 21:30:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Blairo Maggi	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTB	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PMB	DF	Hélio José	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PT	PE	Humberto Costa	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PPS	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
PDT	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PDT	MG	Zezé Perrella	X

Compareceram 69 senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

(vide item 1.2.1 do sumário)

Queria cumprimentar os colegas aqui presentes, o Senador José Medeiros, o Senador Capiberibe, o Senador Lindbergh Farias, todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, os servidores que nos ajudam a conduzir os trabalhos.

Vamos dar início, então, à 2ª Sessão Deliberativa Ordinária, como fazemos sempre.

Nesta semana da abertura dos trabalhos aqui – começamos ontem –, vamos procurar colaborar, para que o País fique melhor.

Eu fiz uma inversão a pedido do Senador Lindbergh. Sou o primeiro orador inscrito, mas tenho de organizar um pouco mais minha fala. Passa a ser o primeiro orador inscrito o Senador Lindbergh, e vou pular com alguns colegas.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Capiberibe, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Sem revisão do orador.) – Requeiro minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª, meu querido e bom amigo Capiberibe, é o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável e falará logo após o Senador Lindbergh, que já está na tribuna.

Com a palavra, o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, subo à tribuna para falar dos nossos trabalhos legislativos no ano de 2016 e confesso que fiquei muito preocupado com a mensagem, com a fala do Presidente do Senado, Renan Calheiros, no dia de ontem.

O Presidente do Senado, infelizmente, apresentou uma agenda para o Senado Federal e para o Congresso, que, na minha opinião, é uma agenda neoliberal radical. Não é uma agenda coerente com o momento de crise econômica que nós estamos enfrentando. Eu não tenho dúvida de que a principal tarefa que este Congresso tem de pautar neste 2016 é de como o Brasil vai retomar o seu crescimento econômico e de como protegermos o emprego.

Infelizmente, a fala do Presidente Renan Calheiros não vai nesse sentido. Vai no sentido oposto. Ele lançou cinco propostas como prioritárias para serem analisadas pelo Senado e pelo Congresso. Primeiro, terceirização. Ele voltou com esse debate. Nós sabemos que o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, conduziu pessoalmente a aprovação desse projeto pela Câmara dos Deputados, mas, quando chegou aqui, no Senado, conseguimos parar a tramitação desse projeto, inclusive com a ajuda do Presidente Renan Calheiros. Então, para nós é uma surpresa ele começar falando dos projetos pelo ponto da terceirização. Nós vamos resistir aqui no Senado. Terceirização nós sabemos o que significa: redução de salário dos trabalhadores.

Mas ele não para apenas na terceirização. Ele lista aqui os projetos prioritários, Senador Capiberibe. O segundo ponto de que ele fala, depois da terceirização, é independência do Banco Central, mandato fixo para o Banco Central. Ora, nós votamos aqui, em dezembro, projeto meu que dava uma dupla função ao Banco Central. Hoje, o Banco Central tem apenas a função de controle da inflação. O projeto que apresentei colocava, além de controle da inflação, compromisso com o crescimento econômico e geração de empregos. É assim no Banco Central norte-americano, no FED, e é assim no Banco Central europeu, porque em alguns momentos, como nós tivemos agora em janeiro, se você olhar apenas para a inflação, você desconsidera o ambiente econômico deteriorado que nós estamos tendo. Nós estamos vivendo uma recessão. Aumentar a taxa de juros é um absurdo.

Nós temos no Brasil, infelizmente, um Banco Central que aplica as maiores taxas de juros do mundo. Nós pagamos no ano passado quinhentos bilhões de juros. Nós comprometemos 8% do PIB com pagamento de juros. Na verdade, a tese do Banco Central independente é deixar esse Banco Central aprisionado apenas aos interesses do mercado.

Eu falo aqui para os Srs. Senadores: o povo elege o Presidente da República. Conversava sobre isso, um dia desses, com o Senador José Serra, que já foi candidato a Presidente da República. Se o Senador José Serra for eleito Presidente da República, ele tem que ter o direito de escolher o presidente do Banco Central. O projeto de qualquer candidato a Presidente tem que ser referendado pelo povo. O povo elege um candidato baseado em um programa econômico.

Agora eles querem o quê, Senador Capiberibe? Um mandato fixo que perpasse os mandatos. Eu pergunto: de que adianta eleger um Presidente da República, se não se pode nomear o presidente do Banco do Central, não se pode fazer uma política monetária diferente? Então, nós temos que unir forças. Não vamos deixar esse projeto passar aqui.

Agora, veja bem, primeiro item do Renan: terceirização; segundo: independência do Banco Central; terceiro: projeto do Serra sobre a Petrobras.

O que o projeto do Serra faz? Tira a Petrobras da condição de operadora única do pré-sal e tira os 30%. De todo o campo do pré-sal que vai ser explorado a Petrobras já tem direito a 30%. Veja bem: fomos nós que descobrimos o pré-sal. Ninguém tem que fazer investimento para descobrir. Está lá, foi descoberto pela Petrobras. O Senador Serra quer tirar como se fosse um ônus a Petrobras ter direito a esses 30%. Não é ônus; é bônus.

Agora, o mais grave é o Presidente Renan Calheiros falar em votar esse projeto neste momento, em que o preço do barril do petróleo está inferior a US$30. Tirar a Petrobras e fazer um leilão aqui, sinceramente, é entregar a preço de banana para as grandes multinacionais do petróleo, com o real a esse preço e com o preço do barril de petróleo dessa forma.

O grande argumento do Senador José Serra com esse projeto era o seguinte: "A Petrobras está sem capacidade de financiamento, e nós temos que agilizar a extração do pré-sal. Para agilizar, nós temos que tirar a Petrobras." Gente, a pergunta que faço é esta: nós queremos agilizar leilão de pré-sal sem a Petrobras, com o preço de vinte e poucos o barril de petróleo? Isso é entreguismo! Eu estou falando que é entreguismo, porque o Senador Renan Calheiros disse ontem, quando falou desse projeto da Petrobras: "Evocações como desnacionalização ou entreguismo estão completamente ultrapassadas." Não estão ultrapassadas, não, Presidente Renan. É um erro, é um absurdo agilizar a exploração do pré-sal tirando a Petrobras. É entregar a preço de banana uma riqueza nossa, uma riqueza do País. É um ataque à soberania nacional.

Mas há outros pontos. Ele colocou cinco como prioritários.

O quarto é uma Lei de Responsabilidade das Estatais, projeto do Senador Tasso Jereissati que está como primeiro ponto da pauta. Chamo atenção porque essa é uma discussão muito complexa. Na verdade, ele transforma todas as empresas públicas em sociedades anônimas. Agora, empresa de sociedade anônima é aquela regida principalmente para o lucro. Eu faço uma pergunta aqui: uma Embrapa. Como se vai fazer com a Embrapa? Vai ser transformada em uma sociedade anônima? E a Ebserh, empresa criada para cuidar dos hospitais universitários? A lógica não é o lucro; a lógica é o serviço público, com políticas públicas.

Vou entrar em outro exemplo: Caixa Econômica Federal. A Caixa Econômica Federal é diferente do Banco do Brasil, que é de economia mista. Eu fui prefeito em Nova Iguaçu. Havia Caixa Econômica em tudo que é lugar! A Caixa Econômica faz o programa Bolsa Família. Se ela virar uma S.A., na verdade, não vai poder executar esse conjunto de políticas públicas.

O BNDES é outro exemplo. O BNDES empresta com juros menores, baseado em vários critérios: desenvolvimento regional, desenvolvimento nacional. Se o BNDES for transformado em uma S.A., ele tem que se comportar como um banco com aquela lógica privada toda.

Então, esse projeto, para mim, também é um grande equívoco. Acho que está havendo pouca discussão neste Senado e que esse é um projeto que nós temos que aprofundar.

É um prazer ouvi-lo, Senador.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador, essa preocupação é muito importante, e eu cito um exemplo. No interior de Mato Grosso, está a cidade de Diamantino, e próximo a Diamantino há um grande vilarejo. Quando visitei o Município, há poucos dias, eles me reclamaram que não conseguem telefonia. A comunidade está toda isolada, porque não consegue telefonia celular. Mandei todos os documentos aqui, pedindo. Enfim, em todo comunicado que recebi, é essa a lógica, realmente, de que financeiramente não é interessante para a empresa concessionária, e eles simplesmente relegam aquela comunidade a ficar isolada, porque a lógica, realmente, é o lucro. Aí, como não dá lucro...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então, em certos casos, realmente, concordo plenamente com V. Exª. Temos que ter essa preocupação, porque o visar ao lucro pode deixar boa parte dos brasileiros...

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ... sem a prestação do serviço que eles esperam.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Medeiros, muito obrigado pelo aparte.

Eu ontem conversava com um assessor da Liderança do PT que foi da Embratel, e ele falava justamente disto: da época em que a Embratel era pública. Falava que eles iam trabalhar em regiões remotas da Amazônia e que aquilo não dava lucro; mas aquilo é que era uma empresa pública com esse sentimento aí. Então, esse exemplo que V. Exª falou, para mim, é muito preciso.

Nós estamos falando de empresas importantes. A Caixa Econômica Federal é um banco muitíssimo importante para o nosso País, que seria muito afetado com esse projeto.

Com a palavra, o Senador Capiberibe.

Muito obrigado, Senador Medeiros, pelo aparte.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Senador Lindbergh. Cumprimento a todos. Estamos de volta. Nesse período de recesso, eu percorri várias comunidades do meu Estado que vivem sem energia elétrica, sem água tratada, sem estrada. Eu fico me perguntando: esse Brasil que deu certo deu certo para quem? Certamente, não é um Brasil que deu certo para a sua coletividade. É também esse Brasil organizado por poucos. V. Exª sabe que a Constituição de 1891 proibiu o voto aos analfabetos, e eles só recuperaram o direito de votar em 1985, um século depois? E o segundo censo de 1891 nos mostrava que o Brasil tinha 14% de alfabetizados – todos brancos. Desses 14%, 7% eram mulheres – não tinham direitos políticos. Então, quem organizou o Brasil foram 7% de homens brancos letrados. E organizaram muito mal esse País e insistem em continuar fazendo dano ao Brasil. Não há...

(Soa a campainha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu percebo que nós não temos aqui, no Congresso – e, muito menos, a Presidente Dilma tem –, a dimensão exata, a dimensão geopolítica do nosso Brasil. Nós voltamos com essas surpresas. O Banco Central, com os controles que tem sobre o sistema monetário, levou o País a entregar 50% do orçamento da União para pagar serviço da dívida pública – amortização, juros –, 50% do esforço de todos nós, brasileiros e brasileiras, são para entregar aos rentistas. Agora querem entregar de vez o Banco Central para eles! Eu acho que, daqui a pouco, eles vão colocar o Brasil num leilão, para leiloar este País. Uma parte já está leiloada, não é?

(Soa a campainha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Então, eu acho que está na hora de observarmos que o Brasil que dá certo é um Brasil de poucos e que nós precisamos, aqui, nesta Casa, debater, discutir projetos que incluam aqueles que ficaram historicamente fora de qualquer benefício do desenvolvimento, como as pessoas que eu encontrei ao longo da BR-156, uma estrada de terra batida, sem energia elétrica. Comunidades grandes, comunidades onde vivem 1.000, 1.500 pessoas, sem direito a eletricidade, sem direito a água tratada, sem direito a estrada, mas são brasileiros e brasileiras como todos nós. Obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Capiberibe, eu agradeço muito o aparte de V. Exª.

Eu quero, inclusive, fazer propostas aqui, porque eu acho que nós temos que conversar com o Presidente Renan e dizer: "nós não aceitamos só esses termos. Nós queremos apresentar a nossa pauta, e essa pauta nós temos que discutir em conjunto." Há um ponto fundamental da nossa pauta: tributação progressiva, que nós temos que colocar para votar no Plenário deste Senado.

São inúmeros os projetos. Eu, por exemplo, tenho um que acaba com a isenção tributária na distribuição de lucros e dividendos. Senador Capiberibe, é o seguinte: no Brasil, houve até uma proposta dos Deputados do PT, na Câmara dos Deputados, sobre a qual, quando vi na imprensa, eu disse: "Essa proposta tem insuficiência técnica", porque eles criavam faixas de Imposto de Renda para até quem ganha R$100 mil. Só que ninguém ganha salário neste País. Só quem ganha salário é funcionário público! Não há ninguém, no mundo privado. Quando a pessoa ganha R$100 mil, R$200 mil, geralmente ganha sobre distribuição de lucros e dividendos e não paga nada de Imposto de Renda. Isso aqui teria um acréscimo de arrecadação de R$50 bilhões. Mas não é só isso: há juros sobre capital próprio, há vários outros temas.

Então, Presidente Renan, devem-se colocar esses pontos na nossa pauta.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O duplo mandato do Banco Central, medidas de estímulo à economia.

Eu queria, Senador Capiberibe, inclusive, pedir ajuda a V. Exª, pela sua liderança aqui. Nós temos aqui um grupo de Senadores progressistas que se reúnem, de vez em quando, em batalhas eventuais aqui no Plenário,

mas creio que nós temos que chamar uma conversa para depois do Carnaval, para listarmos os principais pontos do nosso interesse, para irmos para uma negociação com o Senador Renan Calheiros, porque essa agenda que ele quer nos oferecer nós não vamos aceitar.

Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Concordo plenamente. Uma urgência seria devolver os itens das leis que isentam os sonegadores.

(Soa a campainha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – A sonegação no Brasil é infinitamente maior do que a corrupção na ponta da aplicação do dinheiro. São R$518 bilhões que foram surrupiados na ponta da arrecadação em 2014, R$518 bilhões. Ora, nós vamos criar mais um imposto? Por que nós não organizamos o Fisco, para acabar com a sonegação, e devolvemos a lei que pune sonegador? No Brasil, sonegar imposto é um bom negócio. O Congresso Nacional eliminou todas as punições para crime de sonegação. Não existe, no Brasil, crime de sonegação.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Basta se arrepender e devolver o do Fisco. É como um sujeito que rouba uma televisão que depois se arrepende e entrega de volta a televisão ao dono. São assim os sonegadores no Brasil. E isso não se discute aqui. Eu acho que esses são os temas. V. Exª tem inteira razão, Senador Lindberg. O tema aqui é discutir como o dinheiro público está se evadindo, para fecharmos essas torneiras.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Capiberibe.

Acho que, na terça-feira, na volta dos nossos trabalhos, após o Carnaval, nós temos que fazer essa reunião, juntando Senadores de vários partidos.

O recado que eu passo aqui ao Presidente, Senador Renan Calheiros, é que nós não aceitamos aquela pauta apresentada por ele no dia de ontem. Ele tem que sentar conosco também para compor uma pauta unitária para o ano de 2016 aqui no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª, Senador e bom companheiro Lindbergh Farias.

Convido, para fazer uso da palavra, o Senador Capiberibe, para uma comunicação inadiável; depois, como orador inscrito, o Senador José Medeiros.

V. Exª está inscrito, Senador Lasier, como o nono na lista de oradores e também para uma comunicação inadiável. O primeiro é o Senador Capiberibe, e eu devo ser o próximo orador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito, e estaremos aqui escutando V. Exª atentamente.

Senador Jorge Viana, fizemos uma permuta com o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeito.

Então, seria ele, eu e depois V. Exª, intercalado com o colega inscrito também para falar em nome da Liderança.

Senador Capiberibe.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Senador Medeiros me parece que também está.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não há problema. Se V. Exª tiver problema de tempo, eu cedo, para que V. Exª possa falar.

Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Jorge Viana, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores, cumprimento todos.

Estamos começando um novo ano legislativo e, claro, temos que renovar nossas esperanças para vencer os grandes obstáculos que temos pela frente.

Eu represento aqui o Estado do Amapá, um Estado na foz do Rio Amazonas, na margem esquerda do rio. Um Estado preservado, um Estado com uma cobertura vegetal primária da ordem de 95, 96%, portanto é um Estado que preservou os seus recursos naturais, as suas paisagens cênicas, as suas belezas.

É claro que existem impactos lá irreversíveis, danos causados pela irracionalidade humana – como existem em quaisquer outros lugares –, mas represento este Estado aqui e represento todos do meu Estado, inclusive aqueles que acabo de visitar.

Eu fiz uma longa viagem, por estrada de terra, andando de canoa, andando de embarcação a motor, até chegar aos altos rios lá, muito próximo da Serra do Tumucumaque, onde nós encontramos uma cooperativa, Senador Jorge Viana, de castanheiros que produzem óleo de castanha, que são fornecedores da Natura, que é uma empresa multinacional, uma cooperativa de sucesso. Eles vivem em harmonia, e o trabalho deles evolui, eles estão diversificando a produção.

Eu estou, agora, com um projeto para que nós consigamos um financiamento. Nós estamos buscando as instituições de cooperação e o Governo brasileiro para financiar um teleférico para descer a castanha da montanha, porque, vocês conhecem muito bem, a incidência de castanheiras é endêmica – no Acre também –, só que as nossas estão nas altas montanhas. Então, nós estamos trabalhando num teleférico lá, para o Iratapuru, para a região do Maracá, para poder descer esta castanha e, é claro, também subir com turistas, porque é uma região maravilhosa, fantástica.

Essa viagem eu fiz de carro, pela BR-156. Essas comunidades de que eu estou falando, com 1.000, 1.500 pessoas, até há bem pouco, possuíam iluminação 24 horas e perderam. Inclusive algumas delas se alçaram, revoltadas. Aconteceu um incidente lá em que um grupo de pessoas colocou fogo em uma ponte, ficou isolada a estrada. Na comunidade do Maracá, eu deixei a energia a 30km de lá, em 2002. De 2002 a 2016, 14 anos depois, eles estão dependendo da energia de diesel, de energia de termoelétrica. A energia direta já poderia ter chegado lá, até porque nós estamos ligados ao Sistema Nacional. Hoje nós estamos interligados, interligamos no ano passado, graças às estações de rebaixamento, construídas com o esforço próprio do Estado, com o dinheiro do caixa do Estado, pelo Governador Camilo Capiberibe, que terminou permitindo a interligação.

Então, coisas assim nos fazem voltar para cá um pouco decepcionados com a nossa capacidade de vencer os obstáculos que entravam o desenvolvimento deste País, mas também há coisas interessantes. No ano passado, o acordo de Paris me deixou animado. Deixou-me animado, porque esse acordo muda a matriz energética, só que me desanima, ao mesmo tempo, a Presidente Dilma acabar de vetar, no PPA, as políticas de incentivo às alternativas energéticas. Isso nos deixa triste.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Também nos deixa muito triste o veto à auditoria da dívida pública. Nós precisamos derrubar esse veto, Sr. Presidente. Eu quero pedir o apoio de todos os Senadores e de todas as Senadoras, e, também, nós vamos fazer uma grande campanha da opinião pública. Não é possível: nós estamos entregando 50% do orçamento público na mão dos rentistas. Isso não pode continuar.

Eu também, Sr. Presidente, queria dizer o seguinte: há uma irresponsabilidade na governança deste Estado enorme, e a irresponsabilidade não é só federal, é estadual, é municipal. Uma comunidade na foz do Rio Amazonas, que é um ícone, uma comunidade distante, um arquipélago, na foz do Rio Amazonas, que nós tínhamos energizado lá atrás, em 2000, agora voltou a ficar no escuro. É o Arquipélago do Bailique, que está sem energia há meses. Isso realmente é preocupante, mostra esses brasis de má governança.

Nós precisamos...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Nós sabemos, Sr. Presidente, que os problemas são de ordem política, e a política é o instrumento de transformação, da mudança. Dependendo das nossas escolhas políticas, a vida pode melhorar, ou piorar, e nós estamos vendo, neste momento, realmente, uma degringolada das condições de vida da sociedade brasileira. Isso é profundamente lamentável.

Quando eu falo da governança, a governança federal é mais criticada, mas ela se reproduz. Essa irresponsabilidade na governança se reproduz nos Estados e nos Municípios. Há um Município no meu Estado, um Município do Amapá, no norte da capital, Macapá, que está há 20 anos inadimplente, porque os prefeitos e a elite local não conseguem gerir a sua Prefeitura. Quer dizer, esses são os graves problemas que se espalham pelo Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu queria fazer um apelo aqui à Eletronorte, à Eletrobras, à Presidente Dilma, para retomar o Luz para Todos, para ver se nós tiramos aquelas comunidades da escuridão e damos o mínimo de possibilidade de desenvolvimento, porque, sem energia, não há como avançar.

E amanhã, Sr. Presidente, a minha cidade, Macapá, completa 258 anos. Mas vamos falar do aniversário da minha cidade, que é uma cidade ícone, é uma cidade que fica – olha que endereço – na esquina da linha do Equador com o Rio Amazonas. Tem coisa mais bonita que isso?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Capiberibe, querido amigo, e, já de antemão, cumprimento todos os amapaenses. Tenho uma paixão grande pelo Estado do Amapá, Macapá especificamente, porque já tive, graças aos convites que V. Exª fez, a oportunidade de estar lá várias vezes, inclusive nessa cooperativa também. Acho que, com a nova Lei da Biodiversidade e a lei da Ciência e Tecnologia, temos uma possibilidade enorme de a nossa população tradicional ter benefícios por viver na Amazônia.

Não sei se o Senador José Medeiros concorda... Então, chamarei o Senador Lasier, porque estou como orador inscrito e estou vendo que V. Exª está com problema de tempo. Assim, V. Exª falaria para uma comunicação, e eu fico como orador inscrito, falando após V. Exª.

Senador Lasier, bom retorno. Com a palavra, V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Jorge Viana, prazer em reencontrá-lo. Também quero me congratular com os colegas Senadores e Senadoras nesta retomada dos nossos trabalhos, com o início do ano legislativo. Que tenhamos todos êxito em nossas atividades, no cumprimento dos compromissos que temos com o Brasil e, particularmente, com nossos Estados. Saúdo os nossos telespectadores e os nossos ouvintes.

Com relação ao meu Estado, Sr. Presidente, o Rio Grande do Sul teve, logo depois do começo do ano, problemas já bem conhecidos de dificuldades econômico-financeiras, decorrentes de finanças literalmente quebradas do Governo gaúcho, e com o Governador Sartori a braços com dívidas, cobranças e esforços para descobrir soluções.

Se isso não bastasse, tivemos, na capital gaúcha, Porto Alegre, com suas carências também financeiras, um castigo muito forte, na sexta feira passada, um infortúnio traiçoeiro da natureza: um ciclone devastador, com ventos de mais de 120 quilômetros por hora, deixando a cidade sem luz e sem água, com milhares de porto-alegrenses por dois, três ou até o presente momento sem esses recursos, além de centenas de feridos, que só no dia de hoje estão sendo apurados pela imprensa gaúcha junto aos hospitais. Houve 2 mil árvores derrubadas, arrancadas; postos de iluminação também caídos; residências destelhadas; coberturas de dois grandes *shoppings* afetadas seriamente; casas da periferia arrasadas, etc., além do trânsito da capital profundamente prejudicado pela interdição de incontáveis ruas. Os prejuízos ainda estão sendo apurados, mas já se sabe que vão alguns milhões de reais.

Fiquei sabendo, inclusive, Senador Jorge Viana, que o senhor estava em Porto Alegre na noite de sexta-feira, visitando um familiar e, portanto, testemunhou o que aconteceu, a tempestade avassaladora que, segundo os mais velhos, jamais havia acontecido na capital.

Numa circunstância catastrófica como essa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que se abateu sobre uma populosa cidade como Porto Alegre, ressalta, mais uma vez, a necessidade de possuirmos um Estado federal protetor, justo, solidário, compartilhado com os Estados-membros, não apenas com uma Defesa Civil preparada para o socorro urgente, o que não tem sido possível, porque não tem havido o tão desejado Pacto Federativo, que não passa ainda hoje de pura ficção quando se fala em autonomia administrativa pela Constituição brasileira. E daí a necessidade desse Pacto inexistente.

Ora, é evidente que nenhum Estado conseguiu ou conseguirá autonomia administrativa se não tiver recursos financeiros. E, no Brasil, a União, como se tem percebido há décadas, se apropria de cerca de 65% dos tributos recolhidos nos Estados, sem uma partilha justa do chamado bolo tributário.

Fala-se muito no Pacto Federativo, mas nada tem acontecido senão reuniões burocráticas. Enquanto isso, constantemente, como agora acontece, Governadores e Prefeitos acorrem aflitos à União, uma União que não une, mas explora os seus cidadãos que a compõem, sugando-lhes cada vez mais impostos e mais impostos, sem contraprestação e bons serviços públicos.

Ainda ontem, Sr. Presidente, houve uma reunião dos Líderes partidários no gabinete do Presidente do Senado, Renan Calheiros, para avaliar a aflição dos Governadores e Prefeitos superendividados. Houve propostas, como hoje publicam os jornais, como sugestão de pauta emergencial – aliás, com uma proposta de sua parte, Presidente Jorge Viana, para enfrentar os desafios da crise. Mas, se não ficarmos cobrando o tempo

todo, diuturnamente, nada vai acontecer. A rotina tem sido de promessas não cumpridas, e o seguimento do que estamos vendo são regiões com dificuldades cada vez maiores.

O Governo Federal, que levou o País ao caos que hoje vivemos, agora chama a população a contribuir mais uma vez para amenizar seus erros gerenciais, quando ninguém mais aguenta tantos tributos e sem resultados. Veja que nem mesmo a divisão dos recursos a virem da repatriação do dinheiro de brasileiros, existentes esses recursos em bancos estrangeiros e não declarados à Receita, nem mesmo essa distribuição equânime dessa verba aos Estados a Presidente quer fazer. Vetou essa lei recente do Congresso, assim como não admitiu a correção da tabela do Imposto de Renda, o que não deixa de ser uma espoliação, e também não permitiu o devido reajuste do salário dos aposentados, cada vez mais arrochados.

Enfim, o tão propalado Pacto Federativo precisa sair do discurso, para melhorar a vida dos brasileiros. Já se torna lugar comum ouvir a todo instante: o Brasil precisa ser menos Brasília e mais Brasil. O Governo Federal queixa-se, mais uma vez, da crise que ele próprio criou, dos seus déficits estratosféricos e por isso quer mais impostos para cobrir os seus erros, omissões e cumplicidades, como se o contribuinte não estivesse também sofrendo as consequências do caos administrativo e econômico.

O Governo Federal parece não perceber que milhões de brasileiros também estão em crise, que não conseguem pagar suas dívidas, que perdem poder aquisitivo, que sofrem dolorosa disseminação do desemprego, que incontáveis empresas brasileiras de toda natureza estão quebrando. E, neste quadro, o Governo, insensível, quer asfixiar ainda mais a população a quem deveria servir e proteger.

Que ao menos desse sinais de ações internas para melhorar essa situação, contribuindo, por exemplo, com o corte de ministérios, reduzindo CCs, avaliando estatais que são improdutivas, que podem ser fechadas para economizar recursos públicos, inclusive negociar com outros Poderes que não tenham aberto mão de seus privilégios, etc.

Chegamos a esta calamidade de hoje por imprevidências e passividade. Se não coisa pior, no desmantelamento da Petrobras e outras estatais, que conspiraram para o descrédito dos brasileiros no Governo, hoje com 10% apenas de credibilidade; o rebaixamento no crédito internacional, porque a corrupção não foi atacada no devido tempo, esta chaga que mantém uma revolta incontida da população brasileira, uma corrupção que foi institucionalizada e que tanto agora custa em perspectiva de recuperação.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu quero terminar, Sr. Presidente.

Eu quero saudar a eleição do presidente de uma instituição que muito tem feito pela ordem constitucional e pela democracia. Refiro-me à Ordem dos Advogados do Brasil, que acaba de eleger seu novo Presidente do Conselho Federal. E numa eleição histórica, porque consensual, unânime, sem precedentes na história da OAB.

O eleito, Dr. Cláudio Lamachia, gaúcho, recebeu o voto das 27 seccionais da Federação brasileira. Não houve oposição, pelo prestígio e pela qualidade do candidato. Recebeu todos os votos e será oficialmente empossado no próximo dia 23, aqui em Brasília. Cláudio Lamachia já era Vice-Presidente da entidade nacional e antes havia sido, por duas gestões...

(Interrupção do som.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Cláudio Lamachia já havia sido Presidente, por duas gestões, da Seccional do Rio Grande do Sul, onde deixou uma magnífica e revolucionária administração.

A propósito, Cláudio Lamachia, entre outras obras marcantes que faço questão de comunicar, participar e compartilhar com os nossos Senadores, telespectadores e ouvintes, inaugurou dezenas de novas sedes da OAB, no interior do Rio Grande do Sul; reaparelhou, qualificou e modernizou a prestação de serviços de 270 salas da OAB, no Rio Grande do Sul; inaugurou instalações da OAB, no Rio Grande do Sul, numa unidade como o Sicredi; adquiriu o edifício sede de Porto Alegre, hoje um dos mais belos edifícios no centro de Porto Alegre, com 14 andares pertencentes à OAB.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu poderia dissecar aqui uma série de obras desse magnífico Presidente da OAB Nacional, que agora passaremos a ter.

Lançou, no âmbito do Rio Grande do Sul, uma campanha de combate à corrupção, declarando – e são palavras textuais do novo Presidente da OAB Nacional: "Defendemos uma reforma política profunda, pois a corrupção atrasa o desenvolvimento do nosso País e lesa a sociedade como um todo. Assim como a esmaga-

dora maioria de nossa sociedade, também estou nauseado com toda essa corrupção que vem sendo denunciada dia a dia."

Foram palavras em discurso do novo Presidente da OAB. Cláudio Lamachia prega fervorosamente a ética e luta pelas políticas públicas transparentes. E verão V. Exªs que esse novo Presidente da OAB será muito falado, positivamente falado, por suas ações moralizadoras e construtivas.

(Interrupção do som.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Por isso e concluindo, Sr. Presidente Jorge Viana, faço este registro por ter testemunhado como jornalista por muito anos no Rio Grande do Sul a edificante trajetória de Cláudio Lamachia, o novo Presidente da OAB, jovem, laborioso e cheio de ideais.

Portanto, quero aproveitar para dar as boas-vindas a esse novo Presidente da OAB, que tomará posse no próximo dia 23, e também agradecer a tolerância, Sr. Presidente, Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Lasier e lhe dou as boas-vindas e a todos os demais colegas. Acabei de falar com o Fernando Bezerra, nosso Ministro e Senador, pernambucano.

Convido para fazer uso da tribuna o Senador José Medeiros. Peço a V. Exª, Senador José Medeiros, que após assuma a Presidência para que eu, como orador inscrito, possa fazer uso da tribuna hoje. Eu era o primeiro inscrito, mas troquei com dois colegas, o Senador Lindbergh Farias e o Senador Lasier Martins. Assim falarei após V. Exª.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, também pelas redes sociais, e os que nos acompanham aqui na Casa, inicia-se mais um ano legislativo e se inicia com uma grande responsabilidade para esta Casa, devido ao cenário nacional que se impõe neste momento.

Ontem, tivemos a visita da Presidente da República ao Congresso Nacional e ouvimos ali as propostas do Executivo para uma saída. A grande verdade é que, independentemente da questão partidária, Sr. Presidente, independentemente dos lados, o certo é que todos nós temos um desafio imenso sobre os ombros: nós precisamos encontrar uma saída; nós precisamos de um rumo, porque é isso que a sociedade brasileira espera.

Neste momento, sabemos que tem de haver o debate, mas sabemos que esse debate já não tem tanto tempo para somente retórica. Ele precisa ser acompanhado de ações, e ações que façam o Brasil caminhar.

Neste momento, nós temos uma questão de saúde que é de imperiosa necessidade, em que todos – e, quando eu digo todos, refiro-me até às crianças deste País –, da classe política à classe médica, ao profissional liberal e a todos nós, temos um papel, porque, de repente, ficamos esperando uma saída mágica do Executivo, dos prefeitos, dos governadores, ou do Presidente da República, mas a responsabilidade está com todos nós. Estou falando aqui sobre a epidemia do mosquito *Aedes aegypti*. Antigamente, falávamos da dengue. Agora já sabemos que esse mosquito é vetor para várias doenças. Neste momento se discutem pelo menos três: zika, chikungunya e a dengue, já aparecendo outras, das quais o mosquito seria vetor. Mas cabe a cada um dos brasileiros a responsabilidade de verificar, no fundo da casa, nos entulhos, porque só assim nós vamos vencer essa batalha.

Há poucos dias, eu vi uma quase demonização do Ministro da Saúde, porque ele disse que o Brasil estava perdendo a guerra para o mosquito *Aedes aegypti*. Ora, eu creio que nunca vi um ministro ser tão lúcido. É isto que realmente a sociedade espera: que os homens públicos venham e digam a verdade. Chega da retórica, chega da conversa, do "enrolódromo", da enrolação. Ele chegou e disse: "Nós estamos perdendo a guerra para o mosquito". E estamos. E essa guerra não é só dos entes públicos.

Não quero tirar a responsabilidade de ninguém, mas cada um de nós brasileiros precisamos espantar esse fantasma que, neste momento, nos amedronta e que está matando muito. Então, quando o Ministro vem e fala que estamos perdendo, é importante esse alerta, mas alguns disseram que não, acham que ele devia dizer: "Não, está tudo bem, nós estamos vencendo". Vencendo coisa nenhuma! Nós estamos numa dificuldade imensa, e é bom que se diga a realidade dos fatos, para que se tenha a verdadeira dimensão do quanto esse mosquito é perigoso.

Há poucos dias, eu estava vendo um documentário no Discovery, Sr. Presidente, que mostrava os dez animais que mais matam seres humanos. Eu estava imaginando leões lá na Savana, ou um tubarão, ou sei lá o quê. Não, sabe o que é mais que mais mata? O mosquito Aedes aegypti, aquele que fica em cada casa. Eu até coloquei no Twitter que eu tinha certeza de que o vetor dessa chikungunya, zika ou outras doenças fosse uma serpente e não tinha ela no Brasil, já estava extinta. Mas é um mosquitinho que ninguém dá muita trela, e está aí essa epidemia que está matando brasileiro a rodo.

O meu tempo é curto aqui, mas eu subi justamente para deixar este recado, este alerta de que, além dos entes públicos, a responsabilidade precisa ser de cada um de nós, lógico, de cada brasileiro, de cobrar das prefeituras, de cobrar as visitas dos agentes, mas, acima de tudo, de cada um poder fazer esse combate porque é, talvez, um dos problemas da maior gravidade.

Se o Presidente me permitir, concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy, futura prefeita de São Paulo.

A Srª Marta Suplicy (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada. Senador, eu acredito que é extremamente importante este pronunciamento sobre a questão da epidemia que hoje vivemos e que foi, ontem, manifestação da Presidente aqui, no Congresso Nacional. Mas nós, como participantes da Comissão de Assuntos Sociais, temos aqui a dizer da nossa indignação quando, em setembro, se não me engano no dia 9, veio aqui, em audiência pública, o então Ministro Chioro. De forma bastante indignada, nessa audiência e depois em outra também, nós cobramos a tragédia que já se anunciava, com toda clareza, do que ia ser a epidemia da dengue. Não se tinha ainda noção de que ia ser muito pior porque o zika não existia, mas já estava extremamente perigoso e a situação já era de alerta, em virtude de os casos no inverno já estarem ocorrendo de forma extraordinária. No inverno, esse problema, geralmente, ou não ocorre ou é muito pequeno. Agora, o mais importante que dizíamos e cobrávamos dele era a participação dos prefeitos. Por que dos prefeitos? Porque é o prefeito que tem contato, na ponta, com a população. É do prefeito que depende o mutirão, o programa de saúde da família, o Cata-Bagulho. Tenho andado na periferia da cidade de São Paulo, que está um horror: suja, abandonada. E, quão mais distante das áreas centrais, a situação realmente é extremamente preocupante. Isso, na cidade de São Paulo. Imagino que, nas outras cidades, a situação não deve ser muito diferente.

(Interrupção do som.)

A Srª Marta Suplicy (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Isso depende de uma ação. E aí falo para todos os prefeitos. Fui Prefeita. Quando fui prefeita, havia uma epidemia na cidade de São Paulo. Olha o que era: na época, a epidemia era de 396 casos. Se não me engano, a OMS considera epidêmicos mais de 300 casos. Eram trezentos e oitenta e poucos. Eu saí, e havia 10 casos. Por quê? Exatamente porque fizemos isso. O prefeito tem uma mídia espontânea – primeira coisa –, fala com a população. Agora, isso tem de ser feito em todas as cidades e depende muito também de uma ação do Ministério da Saúde com os prefeitos, principalmente com os prefeitos das capitais, que são menos, para que possam realmente exercer essa tarefa hercúlea. Ontem, a Presidenta colocou bem que...

(Soa a campainha.)

A Srª Marta Suplicy (Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... se não tivermos a população nesse combate, não vamos caminhar. Vai haver uma ação, que, se não me engano, é no dia 3 de fevereiro. Aí vai entrar o Exército, vão entrar várias coisas. Tudo bem. Finalmente, alguma coisa. A Nação abre os olhos. Infelizmente, por causa dessa tragédia que está sendo a zika, estamos agora tomando as devidas providências. Mas quero parabenizá-lo por trazer o tema para todos nós, principalmente porque, falando-se na TV Senado, se fala para o Brasil. E precisamos de ações contundentes.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senadora Marta, muito obrigado por esse aparte extraordinário, por essa sua fala.

Quero aqui, inclusive, dizer, Sr. Presidente, que não estou tirando dos ombros dos prefeitos, nem do Poder Executivo essa responsabilidade. V. Exª toca num ponto crucial. No meu Estado, o Governador Pedro Taques fez um programa – saiu na frente –, dando mais subsídio para os agentes das endemias – já concluo, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ... justamente para combater esse terrível mal que se anuncia.

O Governo do Estado saiu na frente, mas V. Exª muito bem colocou que é preciso justamente a união de todos: da União, dos Estados e principalmente dos Municípios, para que nós vençamos essa batalha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª, Senador. Peço-lhe que venha aqui, para que eu possa fazer uso da tribuna como orador inscrito.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, não posso iniciar meu pronunciamento – até porque pretendo falar da divulgação dos números que trazem uma chaga mundial que é o aumento dos homicídios no mundo, em uma publicação que traz as cidades onde ocorrem mais homicídios no mundo – sem apresentar meu voto de pesar, a minha solidariedade à família do Eli Roberto Chagas, um colega nosso, funcionário de carreira, que foi assassinado ontem, perto do meio-dia, quando buscava seus filhos na escola. Os colegas que trabalham aqui, todos estamos chocados com o que ocorreu ontem, aqui, na cidade do Guará, uma cidade-satélite do Distrito Federal.

Eu já estava organizando, inclusive, no recesso, um pronunciamento sobre o aumento da violência. Ontem, eu estava ao lado do Governador Rodrigo Rollemberg, quando ele recebeu a notícia e a acompanhava. Ele lamentava que alguns indicadores estão caindo no Distrito Federal, e houve essa tragédia ontem. Quer dizer, na frente de uma escola, um pai de família, funcionário público, colega nosso do Senado, vai buscar os filhos na escola e é assassinado. Não se trata de roubo. É um assassinato que aconteceu. Com 51 anos e pai do André Roberto Chagas, de 15, e da Sofia Chagas, de 12. Eram esses jovens que ele estava buscando, como fazem as mães, os pais de família, todos os dias, aqui, na Capital da República.

Então, fica aqui o meu voto de pesar. Ele trabalhava no gabinete do Senador Eduardo Amorim e era técnico legislativo. Sei que falo em nome de todos os colegas que trabalham aqui, no Senado Federal.

E por que estou também apresentando esse voto de pesar e trazendo aqui os pêsames, que eu sei que são em nome de todos, à família do nosso colega Eli Roberto Chagas, que foi assassinado ontem? Porque estou apresentando um requerimento – já era a minha intenção –, convidando o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para vir a uma audiência na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a fim de tratarmos de um tema, já que estamos voltando do recesso parlamentar, para o qual não há explicação ficar numa gaveta da Comissão de Constituição e Justiça. Refiro-me ao Código Penal Brasileiro ou ao Novo Código Penal.

O Código Penal Brasileiro é da década de 40. A violência assusta, amedronta e destrói famílias todos os dias. Eu tenho os números e acho que nós precisamos pôr na Ordem do Dia do Senado Federal a discussão de uma atualização da legislação brasileira, para que haja um instrumento a mais para fazer frente a essa onda de violência que alcança o nosso País.

Foi divulgado, recentemente, o *ranking* mundial das cidades mais violentas do mundo, cidades com mais de 300 mil habitantes. Vejam o resultado: das 50 cidades mais violentas, no Brasil há 21 – vou fazer a leitura de cada uma delas. Das 50 cidades mais perigosas para se viver, onde mais se mata no mundo, no Brasil há 21.

Não duvido de alguns, apressadamente, dizerem: "É coisa do PT também ou do Governo do PT."

Esse é um tema que estudo há algum tempo. Quando fui Governador do Acre, nós desmontamos o crime organizado. O Acre era o lugar mais violento do Brasil na década de 90. Rio Branco chegou a ocupar o primeiro lugar como a cidade mais violenta, a capital mais violenta do Brasil. Não é mais. É ainda muito violenta.

São ainda lamentáveis os indicadores. Mas há um trabalho, feito ao longo dos anos, que, graças a Deus, pelo menos nos tirou de uma posição que era muito vergonhosa – apesar de ainda estarmos em uma posição que também não deve servir de orgulho para ninguém.

A cidade mais violenta, segundo a publicação divulgada recentemente – estou me referindo às 50 cidades mais violentas do mundo que tenham mais de 300 mil habitantes –, é Caracas, na Venezuela. Taxa de homicídios: 119 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes por ano. Em segundo lugar, uma cidade em Honduras; outra em El Salvador, terceira; e Acapulco, no México, um cartão postal do turismo, é a quarta cidade com mais homicídios no mundo, porque, senão, também, vamos desfigurando um pouco as coisas.

E a primeira cidade, a mais violenta, do Brasil nesse *ranking* é Fortaleza, em 12º lugar, com 60,77 homicídios para cada 100 mil habitantes. Depois, Natal, no Rio Grande do Norte. Em seguida, Salvador e região, também com 60, em 14º.

Para alguns que acham também que isso é coisa de país subdesenvolvido, a 15ª cidade é Saint Louis, nos Estados Unidos, o país das armas, o país da guerra, o país que arma a população e que conta dezenas e dezenas de tragédias. Vi, e fiquei comovido também – acho que isso tem que ser visto com muita seriedade –, a luta do Presidente Obama, que chorou, fazendo um apelo à nação para que modifique as leis americanas que permitem, em vários Estados dos Estados Unidos, que qualquer um, inclusive quem tenha passagem pela polícia por crime, adquira arma de grande calibre e munição à vontade. Está aqui: a 15ª cidade mais violenta do mundo fica nos Estados Unidos. A 19ª também fica nos Estados Unidos, assim como a 28ª. Então, há várias cidades.

Falo isso, porque, se nós não agirmos, a bancada da bala está agindo lá na Câmara. Estão preparando a transformação da nossa política de desarmamento em política de armamento. Estão lá, querendo que se libere arma para quem tem passagem na polícia; querendo aumentar a possibilidade de alguém ter, em vez de algumas munições em casa, para quem tem porte de arma, centenas de munições.

É um apego à violência que só vai gerar mais violência.

Então, nós temos aqui 21 cidades. João Pessoa é a 16ª cidade mais violenta; Maceió, a 18ª; São Luís, no Maranhão, a 21ª; Cuiabá, a 22ª; Manaus, a 23ª; Belém, a 26ª; e Feira de Santana, a 27ª. Depois vem Teresina; Vitória, também, a 31ª cidade mais violenta; Vitória da Conquista; Recife está em 37º lugar; Aracaju, em 38º; Campos dos Goytacazes; Campina Grande; Porto Alegre ocupa o lugar de número 43, o 43º lugar nas cidades mais violentas.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E Curitiba é a 44ª cidade; depois, Macapá, a 48ª.

Então, das 50 cidades mais violentas do mundo, nós temos 21. Por isso, estou apresentando, Senador Fernando Bezerra, um requerimento, convidando o Ministro da Justiça, para que se faça uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça; que se separe, pelo menos. Já que não dá para debater o Código Penal, estou apresentando um projeto nesse sentido.

Mas do capítulo que trata dos crimes contra a vida nós precisamos tratar imediatamente. Ou nós vamos seguir contando os mortos? Foram 53 mil assassinatos no ano passado – 53 mil! Foram 53,240 mil homicídios, e a média brasileira está em 26,3 para 100 mil habitantes.

Mas eu queria dizer que há números que são, também, muito preocupantes. O número de mortos no trânsito também é assustador. Eu tenho aqui dados.

Vejam só: a taxa de homicídios no Brasil agora alcança 29 assassinatos para cada 100 mil; nos Estados Unidos é 5,3; na França, 0,6; na Alemanha, 0,5. Para quê? Para cada 200 mil habitantes há uma morte; no nosso caso, para cada 200 mil habitantes há 60 assassinatos. Mas isso, Senador Fernando Bezerra, está piorando, também, porque está muito concentrado no Norte e Nordeste, que têm ampliado fortemente a violência.

Quando falei, ainda há pouco, que um menos avisado possa colocar coisa recente... Tenho dados aqui bem postos, que eu queria, rapidamente, passar. É uma sequência, desde 1980.

O Brasil tinha uma taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes; na década de 80, era de 11 a média, ou seja, 11 assassinatos para cada 100 mil. Nas capitais, eram 20, em 1980. No interior do País, a taxa era de 7,5.

Vou citar o ano 2000. No ano 2000, os 11 assassinatos passaram para 26, quase a média de hoje, que está se mantendo em 26, 27, 28 e 29 assassinatos/homicídios a cada 100 mil. Nas capitais, mais que dobrou; saiu de 20 para 45 homicídios para cada grupo de 100 mil. Agora, no interior, também dobrou.

O que mais cresceu de 2000 até 2012: no interior, agora, já são 22,5 assassinatos. Então, saiu de 7 para 22. É exponencial o crescimento no interior; nas capitais, eram 20, são 38 e, obviamente, de 2000, quando tínhamos 26 homicídios para cada 100 mil, passou agora para 29 no geral no País. Então, é algo que, nos últimos anos, de alguma maneira, não cresceu tanto nas capitais, mas, no interior, a violência está ganhando o interior do País.

Os números são gravíssimos. Nós não podemos ficar de braços cruzados. Entre as vítimas de homicídios, 53% são jovens, dos quais 77% são negros e 93% são homens. Então, nós temos a metade dos homicídios jovens sendo assassinados, pobres e negros. Talvez por isso não chame a atenção, como deveria, das autoridades.

Eu faço um apelo ao Senado Federal: nós precisamos dar uma resposta à sociedade. Em 2014, foram 53 mil homicídios, mais 40 mil mortes no trânsito. O Brasil, do ponto de vista nominal, é onde há o maior número de pessoas assassinadas no mundo, porque nós temos uma população de 200 milhões de habitantes. Então, é o lugar onde mais gente é assassinada no mundo.

Nós somos o sétimo em taxa de homicídio. Mas como nós temos uma população de 200 milhões de habitantes, nós somos o País onde há o maior número de pessoas que morrem por assassinato. E não vamos fazer nada? O que podemos fazer, nós, legisladores? Trabalhar com a legislação, cobrar do Executivo políticas mais agressivas.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Concluindo, eu queria voltar ao meu requerimento. Na primeira sessão da CCJ, vou apresentar um requerimento para que o Ministro José Eduardo Cardozo, como convidado, com base no art. 93 do Regimento Interno do Senado, possa vir aqui para debatermos.

E vou apresentar uma proposta para que tiremos da gaveta o debate sobre o novo Código Penal Brasileiro. Se não der, por conta de um debate que também está acirrado, que aí já tentam envolver religião, que já tentam envolver questões que não ajudam do jeito que estão sendo debatidas, vamos tratar então do capítulo que trata de crime contra a vida. Vamos modificar.

Os juízes e os promotores estão cansados de tentar fazer uso de uma lei que, com todo o respeito aos operadores do Direito, também dificulta. Muitas mudanças foram feitas no Código Penal e, hoje, quem comete

alguns tipos de maus-tratos a uma criança tem uma pena muito menor que quem comete maus-tratos a um animal doméstico.

Esse é o resultado da distorção que a lei tem. Para uma pessoa ficar presa dez anos no Brasil tem que matar quatro. Se tiver um bom advogado, pode cometer crime, pode destruir uma família e nem preso vai, porque há espaço de sobra na legislação para dar cobertura a esse tipo de ação. Temos muitos casos de pessoas que mataram, e não cumpriram nenhum dia de prisão, quer dizer, a vida não tem valor. E, se a vida não tem valor, não sei mais o que podemos ter como valor nesse mundo em que vivemos.

Então, estou trazendo esse tema, estou informando que vou apresentar esse requerimento. E encerro de novo, reforçando o meu voto aqui, que sei que faço em nome de todos os colegas, à família do nosso servidor que ontem foi assassinado ali no Guará, na frente de uma escola, perto do meio-dia, quando estava lá, esperando os seus dois filhos adolescentes saírem da escola: um menino de 15 anos e uma menina de 12 anos. Não se trata de bar, não se trata de conflito; foi um episódio ao meio-dia, na frente de uma escola.

E eu não tenho dúvida de que é só um caso no meio de vários outros que existem em qualquer Município, em qualquer parte deste nosso País. O Brasil há mais de cem anos não entra em guerra, e faz a pior delas consigo mesmo. É o lugar onde mais gente é assassinada no mundo. A guerra da Síria é um terror, ninguém quer, queremos paz, podemos trabalhar, mas mata menos que os homicídios no Brasil. E isso é uma vergonha!

Tomara que haja sensibilidade da CCJ, do Plenário, e que se possa dar uma resposta à sociedade, mostrando que o Senado Federal, que o Congresso brasileiro está tomando algumas medidas no sentido de somar-se às famílias, às pessoas, para que a gente possa, por fim, diminuir a violência em nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra V. Exª, Senador, Líder e companheiro Humberto Costa.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu quero aqui, inicialmente, registrar com muita satisfação a decisão unânime dos nossos companheiros da Bancada do PT, que decidiram pela minha recondução à condição de Líder do PT nesta Casa, o que, de fato, honra-me muito pela confiança manifestada por todos aqueles que participaram deste debate.

Quero agradecer o apreço de todos eles e assegurar que trabalharei com o mesmo empenho e o mesmo afinco que tive até agora, para fazer jus a confiança que todos, pelo quarto ano, depositaram em mim para a defesa dos interesses da nossa Bancada, do nosso Partido e, principalmente, do nosso País.

Mas gostaria, no dia de hoje, de tratar também nesta tribuna do gesto de altivez e de humildade protagonizado pela Presidenta Dilma Rousseff durante a abertura dos trabalhos legislativos do Congresso Nacional, no dia de ontem. Altivez, porque teve a capacidade de entrar aqui com a cabeça erguida e a certeza de que nada deve a ninguém, de que nada a desabona, e de que ela é maior do que essa obscena aceitação de processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados feita pelo Presidente daquela Casa, alguém sem qualquer legitimidade para ocupar o cargo que exerce.

Dilma mostrou a força de uma Presidenta da República que não se verga a interesses escusos e a vinganças pessoais, ao mesmo tempo em que veio estender a mão aos Deputados e Senadores, independentemente de partidos, para a construção de uma pauta que recupere o crescimento do Brasil.

Foi uma atitude de humildade e de reconhecimento pleno de que não é possível ao Executivo governar sem a estreita colaboração do Poder Legislativo. Seu gesto demonstrou, uma vez mais, o apreço que ela tem pelas instituições republicanas e a relevância que confere ao Congresso Nacional nesse processo.

A mensagem presidencial para 2016 deixou claro que precisamos combinar regras fiscais aprimoradas, sistema previdenciário sustentável, a médio e longo prazo, e uma avaliação obrigatória de todos os gastos públicos, o que permitirá ao Brasil restaurar a estabilidade fiscal de modo duradouro e dinamizar a economia.

É preciso discutir um limite global para o crescimento do gasto primário do Governo, com a finalidade de dar maior previsibilidade à política fiscal e melhorar a qualidade das ações, bem como adotar uma margem de flutuação desse resultado para acomodar a volatilidade da evolução da nossa receita. Menos engessamento, mais dinamismo para agir: é esse o desafio que nos é imposto nestes novos tempos.

No que tange a uma eventual reformulação das regras da Previdência Social, nós, da Bancada do PT, somos de opinião de que o Governo deve discutir exaustivamente o tema nos foros apropriados, especialmente na comissão que criou, integrada por diversos setores da sociedade aos quais o assunto é afeto.

Nada de discutir um assunto dessa magnitude pelos jornais, nada de Ministros virem dar opiniões pessoais, nada de concordar com o mecanismo que, além de não ajudar em nada, confunde a população, atrapalha o debate e desgasta o Governo.

Quando essa proposta aqui chegar, nós esperamos que ela seja fruto de amplo diálogo e que, como reiterou a Presidenta, respeite os direitos adquiridos dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas, e leve em consideração expectativas de direitos, envolvendo um razoável período de transição. Não se pode tocar e muito menos retirar qualquer direito das brasileiras e dos brasileiros.

Mas essas, como outras, são medidas de impactos mais distantes da realidade atual, que precisam ser precedidas de intervenções urgentes que estanquem a deterioração do quadro e revertam a situação. É fundamental que lancemos mão de medidas temporárias para a manutenção desse equilíbrio fiscal.

Temos que travar o debate sobre a CPMF, que possui uma natureza temporária e virá para sanear um sistema de seguridade social que não consegue mais fazer face aos desafios imediatos com os quais temos de lidar. É antipático como todo tributo, mas, ao menos, possui um perfil menos injusto e mais distributivo, porque cada um paga na exata medida do que movimenta.

Temos ainda a própria esperança de que uma eventual retomada do crescimento mais rapidamente ou um sucesso pleno de determinadas proposições, como o projeto, hoje lei, de repatriação de recursos aplicados no exterior, possam trazer recursos que tornem a CPMF desnecessária ou, se aprovada, em um montante muito menor.

E ela pode servir, largamente, a Estados e Municípios – falo aqui da CPMF –, que se encontram em situação financeira extremamente difícil, mas que terão participação no que for arrecadado de recursos a partir da implantação dessa nova contribuição.

Igualmente, é importante que a Câmara dos Deputados deixe para trás o imobilismo em que tem vivido, discutindo temas absolutamente irrelevantes para o País, alguns até de natureza retrógrada, para se dedicar a uma agenda do Brasil.

Nesse sentido, insere-se a análise da prorrogação da Desvinculação de Receitas da União, que precisamos votar urgentemente. É vontade do Governo da Presidenta Dilma estender essa lógica para os demais entes federados, propondo a adoção da desvinculação de receitas também para Estados e Municípios.

Essas duas medidas irão dar o espaço necessário para a administração da política fiscal até que as reformas de médio e longo prazo comecem a produzir seus efeitos, o que reitera o caráter provisório da CPMF, ou seja, ela só vigerá até que as reformas mais duradouras sejam sentidas.

É preciso ainda reformar o PIS-Cofins, principal imposto indireto do Governo Federal, e entrar no importante tema do ICMS, cujo trabalho será fazer completar as mudanças iniciadas no ano passado, com a regulamentação da Lei de Repatriação de Capitais e o direcionamento de parte dos recursos para os fundos de transferência criados para auxiliar os Estados.

No caso das micro e pequenas empresas, a Presidenta assumiu o compromisso da reforma do Supersimples, que está em tramitação neste Congresso Nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – É imprescindível criar uma faixa de saída do Supersimples para superarmos o verdadeiro paredão que hoje existe entre os sistemas tributários e que gera, nas empresas, a chamada síndrome de Peter Pan, o medo de crescer.

O Congresso Nacional tem a responsabilidade de discutir e aprovar as medidas que aqui já tramitam, responsáveis por revezar a tributação de juros sobre capital próprio das empresas e dos ganhos de capital das pessoas físicas. O programa de concessões, que será também um grande salto neste ano, mostrará o acerto e o avanço do Plano de Investimento em Logística, lançado pelo Governo.

O Minha Casa, Minha Vida, que terá a sua terceira etapa lançada agora em 2016, prevê mais de 3 milhões de novas moradias e a conclusão...

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... e a conclusão de 1,6 milhão de moradias que estão em processo já de execução.

Vamos acelerar os desembolsos do PAC nas áreas de transporte, mobilidade urbana e de recursos hídricos. E, no campo da educação, o nosso compromisso é de abrir 900 mil novas vagas em universidades neste ano.

Por essas razões e em nome da Bancada do PT nesta Casa, eu queria externar aqui nossos cumprimentos à Presidenta Dilma pelo seu gesto extremamente simbólico de vir pessoalmente à abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, uma atitude inusitada em mais de duas décadas, e expressar nossa confiança de que 2016 será o ano da recuperação da nossa economia, para que o Brasil possa avançar seguro a um futuro melhor.

Do lado de cá da Praça dos Três Poderes, nós Parlamentares temos um papel na consolidação desse objetivo, com a discussão, o aperfeiçoamento e a aprovação de leis que viabilizem essa retomada.

Eu peço autorização ao Sr. Presidente para ouvir rapidamente o Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Meu caro Presidente, Senador Jorge Viana, eu queria agradecer a permissão deste aparte ao Senador Humberto Costa, do meu Estado, para parabenizá-lo por mais uma recondução à frente da Liderança do PT nesta Casa. Eu sou testemunha do trabalho desenvolvido pelo Senador Humberto Costa ao longo do ano de 2015, quando ele procurou, através do diálogo, construir consenso que pudesse avançar numa pauta positiva, para que o Brasil possa superar a crise econômica, a crise social em que estamos mergulhados. Portanto, mesmo o meu Partido, o PSB, estando numa posição de oposição ao atual Governo Federal, quero aqui dar o meu testemunho do trabalho, do esmero, da dedicação do Senador Humberto Costa, como Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal. De igual modo, quero também aqui me associar ao Senador Humberto Costa quando destaca e sublinha a importância da presença da Presidenta Dilma Rousseff na abertura dos trabalhadores legislativos. Que a atitude que foi tomada no dia de ontem possa se transformar numa rotina dos nossos Presidentes da República. É importante a presença na abertura de cada período legislativo, para que a Presidente da República, Chefe do Poder Executivo, possa dizer como se encontra o estado da União e apresentar sua disposição para o enfrentamento dos problemas nacionais. Eu apenas queria me permitir, de todas as propostas que foram ontem trazidas pela Presidente da República, discordar e divergir em relação à criação da CPMF. Penso que temos espaço não só para a redução de despesas, como o Governo Federal já vem realizando...

(Soa a campainha.)

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... como também para a ampliação de receitas que possam tornar o nosso sistema tributário menos regressivo. A CPMF é um dos mais regressivos impostos, porque quem mais paga a CPMF são as empresas, que botam nos preços dos seus produtos e serviços. E quem termina pagando a conta desse imposto é a classe trabalhadora, são aqueles que menos ganham. Portanto, eu queria encerrar este meu aparte dizendo que nós vamos ter mais uma vez, na atuação do Senador Humberto Costa, um ponto de contato entre Governo e oposição para a construção de uma pauta que possa fazer avançar os interesses do Brasil. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço as palavras generosas de V. Exª, um Parlamentar respeitado por todos nós, grande defensor do nosso Estado, do desenvolvimento do Nordeste e do nosso País. Espero que possamos, de fato, cultivar essa relação política que todos, em conjunto, conseguimos construir aqui, nesta Casa, no interesse do País.

E espero também e desejo que seja efetivamente possível, como disse V. Exª, que tenhamos o crescimento das receitas, que tenhamos margens para mais cortes ou adaptações do nosso Orçamento, a fim de que não se faça necessária a adoção de mais nenhum tipo de imposto ou contribuição.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Quero cumprimentar e não o fiz antes porque a notícia tinha que ser dada por V. Exª, colega Humberto Costa. Quero dizer que a confiança da nossa Bancada e admiração que todos nós temos pelo trabalho de V. Exª é algo de grande consenso na Bancada. Aliás, nós fizemos um apelo a V. Exª para que permanecesse Líder. V. Exª falou que já havia dado a sua contribuição e estava disposto a também assumir outros desafios, mas o convite e o pedido foi da Bancada. Eu me sinto honrado por V. Exª ter aceito. Estou certo de que tem o respeito do Plenário da Casa e de todos os brasileiros. Vamos ter um ano de muito trabalho pela frente, liderados por V. Exª, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Paulo Bauer, querido colega de Santa Catarina, é o orador inscrito. Em seguida, o Senador Reguffe, que está aqui do meu lado, querido amigo, para uma comunicação inadiável. E depois – Cristovam não está aqui – é o Senador Fernando Bezerra, como Líder, depois de um orador inscrito.

Vou passar a condução dos trabalhos. Peço desculpa ao Senador Paulo Bauer, querido amigo. V. Exª tem a palavra. Eu vou para uma audiência. O Senador Fernando Bezerra pode assumir enquanto o Senador Paulo Bauer usa a palavra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana.

Saúdo a todos os Senadores e Senadoras presentes na sessão e na Casa, bem como a todos os telespectadores e ouvintes que assistem a esta sessão pelos meios de comunicação.

Compareço a esta tribuna, Sr. Presidente, para aqui abordar o tema que ontem eu pretendia abordar durante o meu pronunciamento, mas que não pude, por conta da estratégia da Bancada governista de fazer, na data de ontem, aqui, uma articulada defesa do ex-Presidente Lula, acusado de várias irregularidades, através dos meios de comunicação e também dos meios judiciais do País.

Na data de ontem, abordei muito superficialmente a questão da mensagem que a Presidente da República, Dilma Rousseff, apresentou na sessão do Congresso Nacional de instalação dos trabalhos da presente Legislatura, mas hoje eu penso e desejo aprofundar um pouco mais a análise que superficialmente fiz ontem. Começo mencionando aqui algo que me chamou a atenção no pronunciamento da Presidente: ela falou de muitas, de várias ações e projetos que pretende desenvolver durante este ano, à frente da Presidência da República, mas ela não falou de nenhuma atitude, de nenhuma ação concreta que coloque a economia brasileira outra vez em marcha e outra vez em atividade.

Nós estamos observando, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, que o Brasil está literalmente parado, quando não até andando em marcha a ré. São dezenas de milhares de empregos que se vão todos os dias. Nenhum industrial, nenhum empregador neste País pode manter, na folha de pagamentos, empregados, funcionários, se não tem vendas, se não tem para onde encaminhar a produção. Por isso a demissão acontece em meu Estado, Santa Catarina, e em todos os Estados do Brasil. Demissão de pais de família, demissão de trabalhadores qualificados, profissionais competentes, Senador Dário Berger, que, do dia para a noite, veem o seu sonho acabar.

Principalmente a juventude do nosso País, que muito quer e muito deseja prosperar, progredir, ser feliz, perde emprego nas grandes e nas pequenas e médias indústrias e estabelecimentos comerciais.

Da mesma forma e do mesmo modo, é preciso mencionar aqui que a Presidente não mencionou e não citou nenhuma ação, nenhuma providência, por exemplo, na formulação ou na apresentação de uma política de desenvolvimento industrial para o Brasil. Todos os senhores sabem que, nos primeiros quatro anos do primeiro governo da Presidente Dilma, ela adotou uma política econômica voltada para o financiamento, através do BNDES, subsidiado para que empresas pudessem adquirir equipamentos e pudessem se capitalizar através de investimentos, só que não adianta dar dinheiro para uma empresa comprar uma máquina se você não dá condições para que a economia nacional funcione a ponto de as pessoas comprarem o produto que aquela máquina gera. Para cada máquina, é necessária e indispensável a existência do trabalhador, do operador da máquina, das pessoas que a fomentam com matéria-prima e também as que depois se encarregam da distribuição do produto que ela efetivamente gera.

A Presidente não falou em política industrial, lamentavelmente, e a indústria brasileira, Senador Bezerra, está recuando progressivamente. Estamos matando a galinha dos ovos de ouro porque, em todos os países desenvolvidos do mundo – Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Japão –, o governo investe e aposta no crescimento industrial porque ele, sim, gera mais emprego, gera mais movimento econômico, gera desenvolvimento, gera avanço tecnológico e faz o país virar potência.

Nós aqui estamos infelizmente subordinados e dependentes das *commodities* que hoje já não são mais uma riqueza tão excepcional quanto foram há dez anos, há oito anos. Minério de ferro, soja, milho; tudo isso, em função das condições econômicas internacionais, perde valor, e, se perde valor, entram menos dólares no Brasil porque as nossas exportações já não são mais tão valiosas, tão importantes. Consequentemente, se nós não temos política industrial, nós não temos geração de emprego; se nós não temos geração de emprego, nós temos mais gente dependendo de seguro-desemprego, de programas sociais, de Bolsa Família, coisa que interessa muito ao PT, sem dúvida nenhuma. O PT é um Partido que tem uma filosofia, aquela de se mostrar solidário a quem está em dificuldades e a quem vive uma crise. Essa é a bandeia do Partido, sempre foi. Até seria louvável se fosse assim e, ao mesmo tempo, soubesse gerar riqueza, gerar desenvolvimento, acelerar a economia, criar oportunidades, mas isso o PT não sabe fazer – nem o Partido, nem a Presidente.

Aliás, é necessário mencionar que, quando o Presidente Lula governava o País e crises internacionais aconteceram, para dar movimento econômico ao País, o Presidente isentou de impostos a linha branca, por exemplo, os veículos 1.0, o material de construção civil e, tudo bem, o Brasil continuou andando. Penalizaram-se assim os Estados, que tiveram menos receita; penalizou-se assim a própria União, que também teve menos receita, mas não adiantou, Senador Aloysio, dar condições para que as pessoas comprassem um carro 1.0 sem dar a estrada para o carro andar, sem dar uma melhoria nas condições de vida do motorista que estava devendo o financiamento ao banco. Fez-se tudo dentro de uma estratégia político-eleitoral que até deu certo, porque foram sucessivas as vitórias, tanto do PT, quando da Presidente Dilma.

Agora eu me pergunto: a Presidente da República vem ao Congresso Nacional, perante 513 Deputados, perante 81 Senadores, fala de uma série de planos que ela pretende desenvolver que não são outra coisa senão acertar o caixa do Governo, deficitário por conta da incompetência que não gera uma economia forte que pague mais impostos; a Presidente vem perante o Congresso Nacional defender a criação de uma CPMF e não fala de política industrial, não fala de crescimento econômico, não fala da redução de juros. Ora, senhores, a maior taxa de juros do mundo é essa que se paga no Brasil. O desemprego, que existe em todos os lugares, inclusive na minha Santa Catarina raramente se viu numa situação como se vê hoje, com desemprego em todos os setores da economia. Aí eu pergunto a V. Exªs: é merecedor de aplauso o discurso da Presidente no dia de ontem? Com certeza, não.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Peço ao Presidente a benevolência da concessão de mais alguns minutos, até porque quero ter o prazer de ouvir o aparte que me solicita o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Senador Paulo Bauer, acompanhei seu discurso, lúcido, contundente, como sempre. Eu arriscaria uma resposta à pergunta que faz V. Exª, uma pergunta retórica – "O que veio fazer a Presidente Dilma no Congresso ontem?". É uma pergunta retórica, porque o senhor, ao longo do seu discurso, já deu a resposta. Mas eu reafirmaria o seguinte: ela veio para pedir a criação da CPMF. Só, mais nada. No fundo, espremendo tudo aquilo que ela disse, ela disse o seguinte: "Eu quero a CPMF, porque a CPMF é a única solução que me resta hoje, a solução disponível para enfrentar, no curto prazo, a crise fiscal", – que é gravíssima, crise fiscal que foi resultado das políticas irresponsáveis dela e de seu antecessor. "Isso é o que quero no curto prazo; e, no longo prazo, quero fazer a reforma da Previdência." Mas a reforma na Previdência ela não fará, por uma razão muito simples: o Partido dela não quer, o PT não quer. E ela não tem como apresentar ao Congresso Nacional uma proposta de reforma da Previdência, qualquer que seja ela, que exige maioria qualificada, porque é uma proposta de emenda à Constituição – três quintos dos votos –, se o próprio Partido dela rejeita. E a CPMF o Brasil não quer. Aquelas vaias que ecoaram no plenário ontem... Quero dizer que não vaiei. Vou votar contra, mas não vou vaiar. Não vaiei. Aquelas vaias expressam a opinião, o sentimento da imensa maioria dos brasileiros, medidos por pesquisas feitas por institutos de sondagem e também por pesquisas que todos nós, políticos, fazemos, quando andamos na rua. Não é mais possível aumentar a carga tributária, que hoje já penaliza gravemente os brasileiros e que é um dos obstáculos, aliás, para a retomada do crescimento econômico. Ela veio pedir uma coisa que o Congresso negará e outra coisa que seu próprio Partido lhe negará.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço a V. Exª e digo aos Srs. Senadores e Senadoras que teria tido muito mais importância, valor e eco o discurso da Presidente no dia de ontem, se ela tivesse centrado suas palavras em três pontos...

Pois não, Senador Aloysio.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Um *post scriptum*. O discurso que a Presidente Dilma proferiu ontem é tão desimportante que nós tivemos no plenário do Senado uma sequência de Senadores petistas, e nenhum deles se referiu ao discurso da Presidente. A Presidente da República veio ao Congresso Nacional, em uma grande operação publicitária, faz um discurso e, meia hora depois, o Senado se reúne, os Senadores petistas correm para o plenário, fazem uma sequência de discursos, e nenhuma palavra – nenhuma palavra! – de elogio à Presidente da República.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – É verdade.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Veja o ponto a que chegou o isolamento, a miséria política da Presidente Dilma Rousseff.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço a V. Exª.

Como eu dizia, se ela tivesse centrado o seu discurso em três pontos, apenas três: fazer com que a máquina pública custe menos e seja mais eficiente; ações na área da economia que reduzam os juros e ativem a economia, façam ela funcionar, gerando empregos; e o terceiro, notícias que dessem aos brasileiros mais tranquilidade e menos medo do crime, porque é o que nós estamos vendo e vivendo no País inteiro.

Nós temos mais medo hoje da doença, do crime, da morte? Não sei. Mas, com certeza, no crime, é onde o Governo mais pode atuar, porque a morte não podemos comandar. Ela depende de Deus. A doença depende de uma circunstância de vida de cada um. Agora, o crime, não. O crime depende da ação do Poder Público, que, no Brasil, não existe, principalmente no âmbito do Governo Federal.

Ouço o Senador Cristovam Buarque, com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, eu também assisti lá, presente, o discurso da Presidente Dilma.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Enquanto eu assistia, comparei com o que eu assisti faz dez dias, mais ou menos: o discurso do Presidente Obama, também no Congresso americano. Primeiro, o nível do discurso, mas o que mais me chocou é que o Presidente Obama, quando falou das mortes de norte-americanos jovens em universidades, chorou, mas chorou de verdade. A Presidente Dilma falou da microcefalia com a frieza de um médico analisando um doente. Isso me chocou profundamente: o distanciamento com que ela se colocou em relação a isso. O ritmo do discurso foi igual quando ela falou de CPMF, de qualquer outro problema e da microcefalia, com a preocupação técnica, sem o sentimento. Isso me chocou profundamente, até porque as fotos – no mundo inteiro, eu creio – eram do Presidente Obama com lágrimas, com sentimento e com responsabilidade, como se ele fosse culpado de que não estava conseguindo parar armas nem esse mal-estar do jovem norte-americano que comete esses atos com os outros. Eu fiquei frustrado com o discurso dela, na sua totalidade, mas esse aspecto, quando eu o comparei com o norte-americano, me chocou profundamente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço o aparte de V. Exª.

Sem dúvida nenhuma, o discurso, como um todo, não teve nenhum conteúdo de emoção nem de empolgação – nenhum conteúdo! Ele foi totalmente técnico e absolutamente inconsistente. Nós chegaremos ao final deste ano, e eu vou me dar ao trabalho de pegar todo o discurso da Presidente e lê-lo de novo aqui. Aí nós vamos ver o que aconteceu. A exemplo dos anos anteriores, vamos ver que não aconteceu nada.

Senador Dário Berger, ouço V. Exª, com muito prazer.

O Sr. Dário Berger (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Paulo Bauer, acompanho com atenção, mais uma vez, o discurso de V. Exª. Ao final, V. Exª sintetizou algo que me chamou bastante a atenção. Primeiro ponto: a eficiência do Governo, a eficiência da máquina pública; segundo ponto: a questão dos juros elevados, que inibe a produção, a geração de emprego e a geração de oportunidade; e, terceiro: a questão da segurança pública. O Senador que o antecedeu aqui, o nosso Vice-Presidente do Senado, fez um relato da violência no Brasil, que é bastante significativa. Eu não quero tomar muito o tempo de V. Exª, mas quero dizer que não posso me conformar, como representante de Santa Catarina, assim como V. Exª, com o que estamos percebendo: Santa Catarina também entrou, embora depois dos outros Estados, numa descendência preocupante com relação à sua economia, que é forte e diversificada. Percebo o quanto nós temos que avançar nesse sentido e não posso admitir que o Governo Federal gaste, dos seus recursos, cerca de R$500 bilhões para pagamento do serviço e dos juros da dívida enquanto aplica, em saúde, R$100 bilhões. Não há como! Eu fui prefeito, V. Exª foi vice-governador e exerceu vários cargos do Executivo. A matemática não fecha. Quer dizer, nós temos que levantar fundamentalmente esses problemas, atacá-los de forma cabal e encontrar uma solução para isso. Caso contrário, 2016 será um ano com os mesmos problemas. A tendência, na verdade, não é a de nós encontrarmos a solução; é a de encontrarmos um caminho obscuro, sorrateiro, que vai prejudicar cada vez mais os brasileiros. E, a favor disso, eu, evidentemente, não posso colaborar.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço a V. Exª e quero fazer até uma observação antes de ouvir o Senador Dalirio Beber.

A Presidente fazia o seu pronunciamento ontem, e estavam presentes no Senado, ou melhor, no plenário da Câmara, quase todos os Ministros que integram o Governo Federal, pelo menos eu vi muitos deles lá. E hoje, quando abri os jornais, eu imaginei que fosse encontrar dezenas de observações e manifestações dos Ministros do Governo explicando as ações e as notícias que a Presidente deu. Não vi nenhuma. Absolutamente nenhuma, de nenhum. Nem o Ministro Nelson Barbosa, que veio para o Governo para salvar o Governo, falou alguma coisa. Também, ele nem poderia falar; ela não falou de economia, falou de ajuste fiscal só.

Então, o Governo não tem integração, o Governo não tem articulação.

Para encerrar, Sr. Presidente, agradecendo a sua generosidade, ouço o Senador Dalirio Beber.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Peço apenas que seja breve no aparte, porque esta já é a terceira prorrogação de prazo.

O Sr. Dalirio Beber (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu sei disso. Na verdade, eu gostaria de cumprimentar o nosso colega, Senador por Santa Catarina, Paulo Bauer, que faz, por longo tempo, um grande trabalho em defesa dos interesses do Estado, contribuindo para o bem do Brasil – com certeza, a sua manifestação hoje vem exatamente nesse sentido –, mas eu gostaria de aproveitar a oportunidade para informar que nós apresentamos uma proposta de emenda constitucional, no dia 5 de novembro do ano passado, exatamente buscando a aprovação, por parte do Congresso, da criação de igual instrumento que se oferece à União, que é a desvincula-

ção das receitas dos Estados e dos Municípios brasileiros. Na verdade, nós praticamos, ao longo desses últimos 20 anos, uma injustiça com os nossos governadores e com os nossos prefeitos e nós gostaríamos que essa boa vontade, manifesta por parte da Presidente Dilma Rousseff na tarde do dia de ontem, fosse coerente com as outras situações em que o Governo Federal poderia ajudar os Estados e os Municípios a superar melhor as suas dificuldades. O próprio veto aplicado na Lei nº 13.254, retirando aqueles 15% da multa no caso da regularização de patrimônio de ativos no exterior, ela o apresentou em total dessintonia com essa disposição que manifestou ontem. O que nós vemos? Na verdade, querendo aprovar a CPMF, busca acenar para governadores e prefeitos com essa perspectiva de oferecer até a desvinculação da receita, quando, parece-me, esta é uma medida que, com certeza, tanto o Senado quanto a Câmara Federal deverão fazer, a exemplo do que se faz, há mais de 20 anos, com a DRU, que é o instrumento usado pela União para facilitar a gestão financeira das coisas públicas.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço a V. Exª.

Certamente, nós, durante o ano, vamos abordar várias vezes aqueles assuntos que a Presidente apresentou ontem, porque, efetivamente, estamos aqui para ajudar o Brasil, fazê-lo crescer e melhorar, mas tenho muitas dúvidas de que a Base do Governo no Congresso Nacional – Câmara e Senado – consiga compreender essas propostas do Governo e da Presidente, porque elas não estão completas: elas se referem a determinados pontos, mas não se referem a uma estratégia de conjunto.

Não há como melhorar o Brasil se não tivermos segurança, pleno emprego e economia funcionando com juro baixo e com as indústrias crescendo e gerando riqueza econômica para o nosso País.

Durante o discurso do Sr. Paulo Bauer, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Bezerra Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Esta Presidência parabeniza o Senador Paulo Bauer pelo seu pronunciamento, sobretudo quando reclama da falta de propostas de uma política industrial...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) –... tendo em vista que, no ano passado, o Brasil perdeu 1,5 milhão de empregos e mais de 800 mil no setor industrial.

Portanto, um discurso oportuno de V. Exª, que recebe os cumprimentos desta Presidência.

Com a palavra, o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, ontem a Presidente da República veio ao Congresso Nacional e, no seu pronunciamento, voltou a falar três vezes na recriação da CPMF. Quero aqui voltar a colocar a minha posição contrária à recriação da CPMF.

Não posso entender, não posso aceitar e não aceito, num país que já tem uma carga tributária de 36% do Produto Interno Bruto, a maior dentre os países do mundo emergente, a maior dos BRICS, maior que a da Rússia, maior que a da Índia, maior que a da China, maior que a da África do Sul, que se precise ainda aumentar essa carga, que se precise ainda de mais impostos.

Não dá para entender que, com uma carga tributária de 36% do PIB, o Governo não dê conta das suas responsabilidades. Como é que a Rússia consegue, com uma carga tributária menor? A China, a Índia, a África do Sul? Apenas para ficar nos países que compõem os BRICS. Como esses países conseguem suprir as suas necessidades com uma carga menor do que 36%, e o Brasil, que já tem uma carga maior do que todos esses países, uma carga de 36% do PIB, ainda queira aumentá-la, em vez de se preocupar em cortar desperdícios, escolher prioridades, ser mais eficiente e reduzir essa carga? Porque, reduzindo essa carga tributária, facilita a geração de emprego, a geração de renda, a economia vai se movimentar mais, o país vai poder se desenvolver.

O que vai facilitar o crescimento econômico é a redução da carga. Era isso que o país tinha que estar preocupado em fazer, era isso que o Governo tinha que estar preocupado em fazer, e não o aumento dessa carga.

A CPMF ainda vai ter um efeito cascata: vai aumentar o preço dos produtos, porque não pense que isso não vai passar para o preço dos produtos. É um imposto que entra em cascata.

Então, não é bom para o País isso. Não tenho como concordar. Alguns falam assim: "Ah, mas, para controlar a movimentação financeira, é importante." Ora, para controlar a movimentação financeira já existe o COAF hoje. Não é preciso ter um imposto para isso. Agora, se fosse para isso, então a alíquota deveria ser de 0,0000001, e não o que o Governo está discutindo.

Parece que o Governo só olha para isso. Ontem, ela repetiu três vezes no seu pronunciamento, foi o tema mais repetido no pronunciamento dela a volta da CPMF.

Ela tinha que estar preocupada com uma outra discussão, em discutir uma reforma do Estado. O Estado brasileiro hoje não atende ao contribuinte. O Estado brasileiro hoje atende à máquina dos partidos políticos, atende a grupos de interesse e corporações.

Parece que ele existe não para devolver serviços públicos de qualidade ao contribuinte brasileiro. Parece que ele existe para construção e perpetuação de máquinas políticas.

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É preciso fazer uma reforma do Estado, e profunda. É preciso se introduzir meritocracia no serviço público, bônus por desempenho. É preciso criar um sistema de metas e resultados. É preciso que o Estado exista para o contribuinte, que é quem sustenta este Estado. Isso é que nós tínhamos que estar discutindo.

Eu respeito todas as opiniões em contrário, até como democrata que sou – do mesmo jeito que eu quero que a minha seja respeitada, eu tenho obrigação de respeitar as opiniões divergentes da minha –, mas eu não consigo entender e não consigo aceitar, num País com uma carga tributária de 36% do Produto Interno Bruto, que se precise criar mais um imposto.

Volto a dizer: a maior carga tributária dentre os países do mundo emergente, a maior dos BRICS, maior que a da Rússia, da Índia, da China e da África do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha saudação a V. Exª pelo retorno aos nossos trabalhos, depois de um recesso em que, certamente, V. Exª aproveitou não só para tirar umas férias como também para se aproximar mais ainda do seu eleitorado, trabalhando...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Se me permite, eu não fiz a saudação correta.

Senador Antonio Carlos Valadares, o novo Líder do PSB no Senado Federal, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª.

Minha saudação também aos Senadores que retornaram à Casa: que tenhamos um novo ano de 2016 muito produtivo, que a Nação possa se beneficiar com o nosso trabalho.

Também quero saudar o Congresso Nacional pela retomada dos nossos trabalhos neste ano de 2016, que, seguramente, será um ano de grandes desafios para o Brasil.

Será um ano em que o País terá que demonstrar a verdadeira capacidade de superação.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª marcasse o tempo, são dez minutos.Agradeço a V. Exª.

Os esforços serão exigidos dos governos e das oposições, das autoridades públicas em todos os níveis e da sociedade civil, incluindo empresários e trabalhadores para que encontremos os caminhos de saída para a crise, que é econômica e também é política.

Temos pela frente problemas urgentes e imediatos como os ajustes das contas públicas, a retomada do crescimento econômico, a manutenção de empregos e questões que vão do enfrentamento do *Aedes aegypti* à preparação para as Olimpíadas, entre tantas outras questões que ocuparão a agenda pública neste ano.

Neste momento, eu gostaria de abordar um tema que é crucial para a garantia da estabilidade no médio e longo prazo, eficiência e legitimidade democrática na ação estatal.

Sr. Presidente, venho tocar mais uma vez neste assunto da necessidade de reformas em nosso sistema partidário e de governo. O surgimento de tantos partidos políticos no País deve ser objeto de uma análise crítica. Precisamos avaliar a participação do Poder Judiciário e as constantes ações e omissões do Poder Legislativo, que tem contribuído para distorcer o nosso frágil e movediço sistema partidário.

O pluralismo político é um dos pilares de nossa democracia, é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, de acordo com a Constituição de 1988, logo em seu art. 1º. É um princípio que devemos defender com todas as nossas forças, contra iniciativas que buscam aniquilar a pluralidade de ideias, divisões de mundo e de opções política de nossa sociedade.

Esse princípio basilar do regime democrático é o que sustenta o princípio do pluripartidarismo, inscrito em nossa Constituição para conferir ampla liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, segundo reza o art. 17.

Nosso constituinte originário quis que, juntos, esses princípios estimulassem o florescimento de partidos políticos e impedissem que um ato autoritário qualquer pudesse extinguir os partidos de um dia para o outro.

Essa ampla liberdade fez com que, em 1991, chegássemos a ter mais de 40 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, 20 dos quais representados no Congresso.

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos, a Lei nº 9.096, de 1995, promoveu certa redução do quadro partidário. Chegamos ao início de 1996 com 16 partidos representados no Congresso, sendo que quatro partidos grandes concentravam um pouco mais de 70% das cadeiras da Câmara dos Deputados e três partidos médios detinham outros 20%. Ou seja, sete partidos ocupavam 90% das cadeiras na Câmara.

De lá para cá, de 1996 para cá, no entanto, o número de partidos voltou a crescer a ponto de voltarmos a ter, hoje, um pluripartidarismo extremado com um Congresso Nacional fragmentado, legendas sem identidade própria e sem qualquer identificação com o eleitor. Já são 35 os partidos registrados perante o Tribunal Superior Eleitoral, sendo 27 com representação na Câmara dos Deputados. Isso impõe grandes desafios à governabilidade do País, gera preocupações com a estabilidade do Governo, seja qual for o partido titular da Presidência da República.

O excessivo número de partidos, que em sua maioria nada representam senão os seus próprios interesses, fragiliza o modelo de Presidencialismo de coalizão. A bem da verdade também geraria instabilidade no Parlamentarismo ou em um sistema semipresidencialista, de modo que o debate sobre o sistema partidário é crucial, qualquer que seja a preferência quanto ao sistema de governo.

Mas será que temos realmente, na sociedade brasileira, 35 correntes políticas, conjunto de doutrinas ou ideias organizadas para disputar o poder e executar um programa partidário? É evidente que não. O partido político no Brasil atual é visto tão somente como um instrumento para a conquista do poder ou mais precisamente de acesso ao poder, inclusive de acesso ao fundo partidário – e todos nós sabemos que, ultimamente, aumentou muito a contribuição da sociedade em relação ao fundo partidário.

Estamos de acordo com a crítica do eminente cientista político Paulo Bonavides, quando afirma que os partidos políticos são internamente despolitizados; que eles se tornaram "simples máquinas de indicar candidatos, recrutar eleitores e captar votos", para ao final carrearem vantagem materiais a seus dirigentes e clientes, sobretudo com a investidura em funções e cargos públicos e comissionados.

A dinâmica política é bem conhecida de todos: a personalidade política que se vê barrada ou preterida em uma disputa acaba criando ou estimulando a formação de um novo partido, com o qual se abrem caminhos para partilhar das barganhas políticas, sobretudo com acesso ao fundo partidário e ao tempo de propaganda em rádio e televisão, que é o direito de antena.

Se o sistema permite que o Deputado mude de partido e leve consigo uma parcela do fundo partidário e do tempo de propaganda, temos uma distorção grave. O mandato é conquistado não pelo candidato, individualmente, mas pelo partido. É inaceitável que um Deputado possa se considerar proprietário de uma parcela do fundo partidário e do direito de antena ou de televisão. Essa suposta propriedade ele negocia, coloca à venda, sem pudor ou constrangimento, em troca de um maior acesso ao poder. Daí as conhecidas denominações de legenda de aluguel ou até de partidos-empresas.

Seguindo essa lógica, ressalvadas dignas exceções, o número de partidos vai se multiplicando e os partidos já existentes vão perdendo sua identidade, distanciando-se dos ideais que, um dia, levaram à sua criação.

Não podemos esquecer que o Poder Judiciário também deu a sua cota de participação na instalação da balbúrdia partidária e contribuiu para multiplicar distorções no nosso já caótico sistema político. O Judiciário foi decisivo para piorar o quadro em ao menos três questões:

1) Ao derrubar a cláusula de desempenho – ou cláusula de barreira.

A Lei dos Partidos Políticos, que é de setembro de 1995, condicionava o funcionamento parlamentar a partidos que obtivessem pelo menos 5% do total de votos do País nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos nove Estados, com um mínimo de 2% em cada um deles. Não atingido esse desempenho, o Parlamentar eventualmente eleito teria direito apenas a votar em plenário e a discursar na tribuna, enquanto seu partido contaria com o tempo restrito de antena e o rateio de 1% do fundo partidário.

Previu-se, à época, que entre sete e dez partidos poderiam atingir o desempenho necessário para o pleno funcionamento parlamentar. Era uma barreira que não bloqueava ou excluía a representação do partido no Congresso Nacional, como funcionava em países como Alemanha e Grécia, nem implicava a extinção do registro do partido, como previa a nossa primeira Lei Orgânica dos Partidos Políticos, de 1965.

Em dezembro de 2006, no entanto, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a cláusula de desempenho através das ADIs 1.351 e 1.354. O Tribunal considerou que ela criava uma situação de desigualdade inaceitável entre os partidos e Parlamentares, ferindo o princípio do pluripartidarismo.

2) A segunda questão, que foi criada também pela Justiça, em que o Judiciário interferiu no funcionamento do sistema partidário diz respeito à permissão para mudança de partido, sem perda do mandato, quando sur-

gisse um partido novo – aí é onde está a nova distorção. O tema foi incluído pelo Tribunal Superior Eleitoral na Resolução n° 22.610, de 30 de outubro de 2007, e confirmado, posteriormente, pelo Supremo Tribunal Federal.

A intenção era boa: delimitar as hipóteses de justa causa para troca de partido e colocar ordem no sistema que já contava, à época, com 27 partidos em funcionamento.

No entanto, ao incluir a criação de partido novo entre as hipóteses de justa causa para a troca de partido, o Tribunal Superior Eleitoral estimulou o surgimento de novos partidos sem consistência programática, cujo único objetivo seria promover a acomodação de Parlamentares interessados em ficar mais próximos das benesses do poder.

Após a Resolução nº 22.610, oito novos partidos foram criados no Brasil.

3) A terceira questão da interferência do Poder Judiciário: a terceira manifestação do Judiciário prejudicou a saúde do nosso sistema partidário. Foi a decisão do Supremo Tribunal Federal, no âmbito das ADIs 4.430 e 4.795, que assegurou aos partidos novos, criados após a realização das eleições para a Câmara dos Deputados, o direito de acesso proporcional aos dois terços do tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, ao permitir que o Deputado mudasse para o novo partido levando consigo o tempo de propaganda. A decisão teve o efeito de estimular o surgimento de novas legendas, aquecendo o mercado das trocas de partido e levando consigo também o direito do Deputado, que deveria ser do partido, de levar o fundo partidário.

Considero que esse conjunto de decisões judiciais que mencionei aqui foi ruim para o sistema partidário. Elas estimularam, chancelaram de alguma forma a multiplicação dos partidos. Depois delas, o sistema partidário brasileiro ganhou mais nove partidos, quando o ideal seria que o sistema partidário se tornasse paulatinamente mais enxuto.

Devo observar que o Congresso Nacional não permaneceu inerte. Destaco a aprovação da Lei nº 12.875, de 2013, que proibiu expressamente que o novo partido, surgido no curso da legislatura, pudesse se beneficiar dos recursos do fundo partidário e do tempo de rádio e de televisão...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ...pela migração de Deputados no curso do mandato.

O Congresso Nacional foi claro: os partidos novos teriam de ser construídos desde a base, conquistar no voto espaço parlamentar, as receitas do fundo partidário e o tempo de propaganda e não se aproveitando dos votos conquistados por outras legendas. Afinal, conforme postulado pelo próprio Supremo Tribunal Federal, os mandatos parlamentares eleitos pelo sistema proporcional não pertencem ao partido? Foi isso que disse o próprio Supremo Tribunal Federal.

Infelizmente, porém, o Supremo Tribunal Federal, em decisão recente, ADI 5.105, declarou mais uma vez inconstitucional a inovação legislativa. Contrariando o entendimento do Procurador-Geral da República, que defendeu a lei aprovada pelo Congresso, o Tribunal considerou que ela não superou as teses assentadas em 2012 e que não seria possível dar aos partidos novos tratamento diverso – fundo partidário e tempo de propaganda – daquele conferido aos casos de fusão e de incorporação.

Isto é, se se cria um partido novo, o partido novo vai receber Fundo Partidário, vai ter direito de tempo de propaganda de televisão igual a um partido que foi criado 20, 30 anos atrás.

Em 2015, tivemos respostas legislativas importantes. A Lei nº 13.107, de 21 de março, proibiu que, em todos os casos, a migração de Parlamentares possa alterar a distribuição do Fundo Partidário e do tempo de propaganda.

Por fim, a reforma eleitoral promovida pela Lei nº 13.165, de 29 de setembro, dificultou a criação de partidos novos ao exigir que o apoio de eleitores seja coletado durante um período de dois anos. E disciplinou, expressamente, o tema da fidelidade partidária, excluindo das hipóteses de justa causa para a troca de partidos os casos de incorporação, fusão e o de criação de partido novo.

Quer dizer, nós consideramos aqui, no Congresso Nacional, causa excludente das hipóteses de justa causa para a troca de partidos os casos de incorporação, fusão e de criação de partido novo, para evitar a proliferação de partidos. Mas o Supremo não aceitou. Assim, essas situações não mais permitirão que o Deputado eleito por um partido migre para outro, se a nossa legislação for aceita, sem que ocorra o risco de perder o mandato.

Temos que registrar que o protagonismo do Congresso Nacional diante do ativismo do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal em assuntos eminentemente políticos tem sido, em grande medida, de um grande conformismo ou omissão. Isso tem contribuído para o seu próprio enfraquecimento e para a notória supremacia do Poder Judiciário, até mesmo em questões que deveriam ser resolvidas no campo da política.

Se por um lado o Supremo Tribunal Federal tem legitimidade para decidir sobre a constitucionalidade das leis, por outro lado o Congresso Nacional tem legitimidade para reagir e buscar aprimorar a legislação. Quero crer que esse movimento, que alterna inovações legislativas e decisões judiciais, represente não um embate, mas, antes, um verdadeiro exemplo de diálogo institucional democrático, que conduz ao amadurecimento das instituições democráticas.

O Congresso Nacional inicia mais um ano legislativo com o desafio de fazer as reformas necessárias para que o País encontre um rumo sustentável para o desenvolvimento.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

Nessa agenda, precisamos nos dedicar a diversos temas e, em pauta, estarão questões políticas fundamentais.

Destaquei um dos temas que considero fundamentais para assegurar a estabilidade de nosso regime democrático: a necessidade do fortalecimento da identidade dos partidos políticos que inclui a redução do número de partidos existentes e passa pelo debate sobre instrumentos como a cláusula de desempenho e o fim das coligações, inclusive para economizar o dinheiro da Nação.

Qualquer sistema de governo, presidencial ou parlamentar, só funcionará bem se o eleitor puder encontrar o mínimo de clareza e alguma identidade programática nos partidos políticos.

Em outra oportunidade abordarei com mais profundidade o tema da necessidade de reforma do nosso sistema de governo. Precisamos de um sistema que propicie mais segurança e estabilidade política ao País.

Em 2015, apresentei a PEC n° 102, com o propósito de instituir um sistema de governo de matriz parlamentarista, como é o semipresidencialismo. Ele é um sistema misto, ou seja, o governo é estruturado nos moldes do parlamentarismo e mantém a eleição direta do Presidente da República, com poderes relevantes na condução política do País, nos moldes do presidencialismo.

Por ora, quero desejar que, apesar de todas as adversidades, tenhamos um ano produtivo. A crise tem feito chegarem à pauta propostas polêmicas, que demandam diálogo e, em geral, soluções difíceis, que raramente contarão com o consenso da sociedade.

Que possamos ter, aqui, debates travados com respeito e elevado espírito público, e que as diferenças aqui existentes sirvam, ao final, tão somente para dar mais qualidade e fortalecer o resultado de nossos trabalhos. Que demonstremos, pelo diálogo e trabalho republicano, que é possível encontrar convergência no interesse maior da Nação.

Para finalizar, Sr. Presidente, já que V. Exª me deu mais dois minutos, queria dizer que compareci, ontem, à reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional e fiquei impressionado com a pauta altamente preocupante, por que não dizer negativa da Presidente da República. Ela foi, a meu ver, cordial e atenciosa com o Poder Legislativo, mas não foi cuidadosa com os interesses maiores da Nação.

O povo brasileiro está cansado de pagar impostos e o que se falou lá foi na adoção de medidas que redundarão no aumento da carga tributária. E o Brasil já está cansado disso.

Vamos estabelecer novas alternativas, novas saídas para um Brasil novo. Por isso, a Presidente vai ter que mudar o seu discurso para contar com o nosso apoio, aqui, no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A Presidência cumprimenta o Senador Antonio Carlos Valadares pelo oportuno pronunciamento, quando bota o dedo na ferida da crise política brasileira denunciando a pulverização e a fragmentação partidária no nosso atual sistema político. Os nossos cumprimentos.

Eu convido, para assumir a Presidência, o Senador Dário Berger.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Presidente Dário, eu só queria confirmar o meu pedido para uma breve comunicação, posteriormente ao Senador Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, voltando do recesso parlamentar, tenho a alegria de registrar que, nesses últimos 20 dias, fiz o que gosto de fazer: um giro pelo meu Estado, o Estado de Pernambuco, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Caminhei por todas as regiões de Pernambuco: Região Metropolitana, Zona da Mata, Agreste e o meu Sertão. Falei com prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, lideranças sindicais. Discuti e debati com servidores públicos, com pequenos empresários, com trabalhadores. E, dessas visitas, recolhi graves preocupações que hoje, aqui nesta tribuna, quero compartilhar com os meus pares.

É notória a crise financeira e fiscal que enfrentam os Municípios brasileiros e, em particular, os Municípios pernambucanos. Ouvi, de pequenas a médias e grandes prefeituras, as dificuldades dos gestores de honrar compromissos com o servidor público, de honrar os compromissos de custeio da máquina, sobretudo em relação aos serviços de educação, de saúde e de segurança. Esses serviços, atualmente, estão fortemente precarizados, e quem paga a maior conta são os mais pobres, é a classe trabalhadora, que depende dos serviços públicos oferecidos pelos Estados e pelos Municípios brasileiros.

Falei aos gestores do esforço do Congresso Nacional, do esforço do Senado Federal, através da Comissão Especial do Pacto Federativo, que priorizou a votação em cima do projeto de lei do Senador Randolfe, que foi posteriormente agasalhado pelo Poder Executivo, que encaminhou ao Congresso Nacional, primeiro à Câmara e depois ao Senado Federal, a legalização dos recursos de brasileiros, pessoas físicas e jurídicas, depositados no exterior, para frustração dos gestores.

Para minha frustração, a Presidenta Dilma sanciona lei de repatriação de recursos, colocando veto em relação à multa que estava prevista também para financiar o FPM e o FPE. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, é possível que esses recursos proporcionem de duas cotas adicionais até quatro cotas.

A Presidente, que fez a sanção da lei, de forma isolada, no Palácio do Planalto, sem ter a sensibilidade de reconhecer a grave crise fiscal por que atravessam os Estados e Municípios, poderia ter convocado os prefeitos para sancionar essa lei em conjunto, porque esse é o único recurso novo que poderá ingressar nos cofres das prefeituras e que pode dar a perspectiva do equilíbrio das contas.

Portanto, quero aqui me comprometer, como já fiz com os prefeitos do meu Estado, dentro da Comissão Especial, dentro da minha Bancada do Partido Socialista Brasileiro, com os meus pares nesta Casa. Temos que criar um movimento pela derrubada desse veto, porque a proposta da Presidente é que os recursos da multa possam custear ou servir de *funding* para o fundo de compensação e permitam a unificação da alíquota do ICMS. Ocorre que os Estados estão desinteressados em relação a esse fundo de compensação, porque os recursos oferecidos são muito poucos face aos benefícios que hoje os incentivos fiscais proporcionam aos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Portanto, é preciso que esta Casa, em defesa do equilíbrio federativo, derrube o veto presidencial e assegure recursos que possam permitir o equilíbrio das contas de Estados e Municípios brasileiros.

Por outro lado, como nordestino, como pernambucano, tendo sido Secretário de Desenvolvimento Econômico do meu Estado, no apagar das luzes do ano passado, na última reunião do Conselho Monetário Nacional, presidida pelo ex-Ministro Joaquim Levy, o Conselho Monetário Nacional decidiu rever as taxas de juros dos bancos públicos federais. Quanto a isso, nada a dizer, mas quando a decisão sai, quando se impõe ao banco de fomento do Nordeste brasileiro, que é o Banco do Nordeste, que administra os recursos do Fundo Constitucional do Nordeste; quando se impõe ao Basa, que é o banco de fomento da Amazônia; quando se impõe ao Banco do Brasil, que administra os fundos constitucionais do Centro-Oeste, que as taxas de repasse desses financiamentos sejam superiores...

Vejam bem, Srªs e Srs. Senadores, os juros que estão sendo oferecidos neste ano para os financiamentos contraídos perante os fundos constitucionais são superiores àqueles que são oferecidos pelo Programa de Sustentação do Investimento do BNDES. Isso é mais um tiro no equilíbrio da Federação, isso é fazer tábua rasa em relação à política de desenvolvimento regional. Não podemos aceitar.

Vai aqui o meu apelo ao Ministro Nelson Barbosa, para que, na primeira reunião do Conselho Monetário Nacional, possa rever essa decisão. O Nordeste não aceita. Pernambuco não aceita que, para os recursos do Banco do Nordeste para beneficiar a indústria, o comércio e a agricultura no Nordeste, sejam praticadas taxas de juros superiores à taxa do BNDES. Não podemos aceitar isso e precisamos, aqui, de novo, fazer uma forte mobilização das bancadas do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte, para exigir que o Conselho Monetário Nacional reveja essa medida.

E quero aqui, ao encerrar estas minhas...

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Posso ouvir a palavra do Senador Moka e, depois, da Senadora Fátima Bezerra.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Fernando Bezerra, quero me somar – a Senadora Fátima também tem essa oportunidade – a este pronunciamento e já de imediato me colocar à disposição, para que possamos cerrar a fileira. É realmente inadmissível. Esses fundos constitucionais foram criados

exatamente com a finalidade de estimular, de fomentar o investimento sobretudo nessa área da indústria, do comércio e da agricultura. E isso, para a Região Centro-Oeste, em especial para o meu Estado do Mato Grosso do Sul, é fundamental. Agora, com juros nesta altura, é ter o dinheiro e impedir que ele seja usado para estimular o desenvolvimento e o crescimento dessa Região. Então, parabenizo-o pelo pronunciamento, somo-me aos seus argumentos e coloco-me à disposição de V. Exª para que possamos juntos cerrar fileira contra o que está acontecendo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Moka, vou citar mais alguns dados liberados no final do mês de janeiro.

O volume de financiamento feito pelos bancos privados, no ano passado, no Brasil, caiu mais de 3%, e o aumento do financiamento dos bancos públicos federais foi de apenas 0,8%. Com esses juros, o dinheiro dos fundos constitucionais não terá tomadores. Estamos vivendo uma crise aguda, e a crise começa a pegar muito fortemente a minha Região Nordeste, os setores da indústria, do comércio e do agronegócio. E com essas taxas de juros exorbitantes que estão sendo impostas ao Banco do Nordeste, teremos severos prejuízos na geração e na manutenção do emprego.

Portanto, agradeço a V. Exª a solidariedade e o apoio a esta iniciativa.

Ofereço a oportunidade à minha companheira, Senadora pelo Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Fernando Bezerra, assim como o Senador Moka, peço o aparte para cumprimentá-lo pelo pronunciamento claro e objetivo.

(Soa a campainha.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – V. Exª tem legitimidade para tratar deste tema em razão de ter sido Ministro da Integração Nacional e por ser nordestino, pernambucano, portanto um profundo conhecedor dos desafios e dos problemas da nossa região. Quero, de forma muito objetiva, dizer que o caminho a ser adotado é o que V. Exª está sugerindo aqui: a Frente Parlamentar do Nordeste, formada por Senadores e por Deputados Federais, mais do que nunca, agora tem que se mobilizar. Essa proposta precisa ser interditada imediatamente. É inaceitável! É inconcebível! Estamos clamando, estamos pedindo, o tempo todo, para o Governo Federal, para a Presidenta Dilma acabar com a história de aumentar taxa de juros. Ainda bem que o novo Ministro, Nelson Barbosa, já deu uma sinalização positiva, ao não aumentar a taxa de juros. Tem que baixar a taxa de juros, e não pensar em aumentar mais ainda a taxa de juros para a Região Nordeste, com os chamados fundos constitucionais. Eu quero aqui me somar a V. Exª e dizer que nós do Rio Grande do Norte estaremos a postos nesta luta, junto com V. Exª. E aproveito, Senador Fernando, para convocar a Bancada do Nordeste para que esteja vigilante no que diz respeito à Medida Provisória nº 707, editada pela Presidenta Dilma. Foi uma iniciativa sensata, importante da Presidenta, que, diante do clamor dos pequenos agricultores e produtores rurais da nossa Região Nordeste, editou a medida provisória prorrogando o pagamento das dívidas. É de iniciativas como essa que o Nordeste precisa, e não, pelo amor de Deus, de aumento de taxa de juros. Conte conosco.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senadora Fátima Bezerra, agradeço o aparte. V. Exª lembra muito bem: a Medida Provisória nº 707 é uma bela iniciativa do Governo Federal. Precisamos apenas aprimorá-la, incluindo nessa matéria aquelas execuções já iniciadas pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste, para que esses agricultores – pequenos agricultores, sobretudo da agricultura familiar – que estejam sendo executados tenham a oportunidade de serem beneficiados também com a prorrogação do crédito rural. Há três anos, o Semiárido do Nordeste brasileiro não tem um inverno regular. Oxalá este ano possamos superar nossas dificuldades, ter água durante os meses de fevereiro e março e enfrentar as dificuldades que se acumularam nos últimos três, quatro anos.

Para encerrar, Sr. Presidente, agradecendo a compreensão de V. Exª, cito outro problema que foi ressaltado e destacado durante as minhas visitas em todas as regiões do Estado. Em todos os Municípios, ouvi críticas, sobretudo na minha cidade, Petrolina, sobre os serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. As correspondências estão demorando mais de 25 dias. Dentro da mesma cidade, serviços da rede bancária, cartas e avisos de empresas demoram mais de 20, 25 dias para chegarem ao destinatário. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos está vivendo uma situação crítica. Os serviços prestados deixam a desejar e comprometem sua qualidade e a imagem da Empresa.

Eu queria fazer um apelo, desta tribuna, ao Ministro André Figueiredo no sentido de verificar de que forma seria possível fazer uma intervenção para recuperar a qualidade dos serviços que vêm sendo prestados, porque eles têm comprometido o desempenho das atividades econômicas no interior do Estado de Pernambuco.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exª.

Aproveito para cumprimentá-lo pelo pronunciamento oportuno, necessário e, sobretudo, preocupante. V. Exª veio trazer sua preocupação com relação aos juros praticados no Brasil hoje e, mais especificamente, no Nordeste, em que o Banco do Nordeste está praticando uma taxa de juros maior do que a do próprio BNDES. Nós estamos vivendo em um cenário quase irracional, Senador Fernando Bezerra.

Portanto, quero expressar a V. Exª a minha solidariedade e dizer que empresto minha voz para que possamos discutir esse tema, que, além de tudo, inibe a produção, reduz o consumo, cria um pessimismo generalizado, destrói a nossa competitividade e é extremamente nocivo à economia brasileira, no momento em que estamos, realmente, numa crise sem precedentes na nossa história.

Mais uma vez, parabéns a V. Exª, prezado Ministro e ilustre Senador da República do Brasil.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, como o Senador Fernando Bezerra falou como Líder, Senador Requião, agora teremos a oportunidade de chamar um orador inscrito. Peço a V. Exª um minuto de paciência para chamar a Senadora Fátima Bezerra, a não ser que ela decline. Em seguida, V. Exª tem a palavra.

Não sei se a Senadora Fátima Bezerra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pode ser? Posso fazer a permuta?

Então, com a palavra, S. Exª, nosso prezado e estimado Senador Roberto Requião, legítimo representante do nosso querido vizinho Estado do Paraná.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Dário, quero fazer um contraponto aqui à euforia com que se saudou a abertura do Congresso Nacional ontem.

Consola-me, de certa forma, a intervenção do Senador Fernando Bezerra, mas não foi o que eu esperava, embora, por todos os títulos, devamos elogiar a presença da Presidente da República no Congresso. Eu acho que em todas as aberturas de sessões a presença do Presidente da República é indispensável.

Mas, logo na chegada, eu me aborreci. Cheguei no carro oficial, com camisa, de gravata, paletó – coisas cujo uso já me irrita – e fui barrado pela Polícia Federal. Informava-me um agente: "Não pode entrar ninguém pela frente aqui. É uma ordem de meus superiores". "Mas eu sou Senador e quero ir ao Senado!", respondi. "Não. A ordem que eu tenho é que não se pode entrar."

A minha irritação foi enorme. Eu dei a volta e entrei por trás. Veja o tipo do constrangimento, da besteira, da imbecilidade de barrar a entrada de Senadores, na abertura do Congresso, pela porta da frente.

Mas depois disso eu participei da abertura e quero fazer algumas considerações, inclusive a respeito da pauta bomba proclamada pelo Senador Renan Calheiros.

A Presidenta Dilma, no discurso de abertura, fez um apelo à unidade para que o Pais supere a crise e volte a crescer, mas não fez nenhuma referência ao fato de que deixou de sancionar a auditoria da dívida externa e que nós estamos sendo engolidos pelos juros que engolem 45% da receita nacional.

Logo a seguir, falou o Presidente do Senado, Renan Calheiros. Sob o meu ponto de vista, um discurso aterrorizante. A pauta de trabalho que o Presidente do Senado anunciou para este ano é de causar calafrios em qualquer cidadão brasileiro minimamente preocupado com os destinos da Nação. O Presidente do Senado quer entregar o Banco Central para o mercado, para o capital financeiro, para o uso dos especuladores. O Presidente quer tornar o Banco Central independente do Brasil, do nosso povo, dos interesses nacionais, independente do desenvolvimento nacional.

Em uma palavra: deixa que o Banco Central seja dependente do capital vadio, da jogatina financeira e dos rentistas.

Por que então eleger o Presidente da República, Deputados e Senadores, se o Banco Central, na intenção do Presidente do Senado, vai seguir uma política econômica própria, divorciada, distante da vontade da Nação, não dando a mínima para o Presidente da República e para o Congresso?

Banco Central independente é ditadura do dinheiro, dos juros, da agiotagem sobre o nosso País e sobre o nosso povo. Banco Central independente é liberdade total e irrestrita para que os bancos, os especuladores, os conglomerados multinacionais se apossem de vez do País.

É uma loucura essa proposta da independência absoluta do Banco Central! Inclusive, deveria estar sendo votada aqui na Mesa uma proposta do Senador Lindbergh, já aprovada pela Comissão de Economia, que introduz entre as responsabilidades e competências do Banco Central a responsabilidade não pela manutenção da moeda, mas pelo emprego e pelo desenvolvimento, que está engavetada, não vem para o plenário. Não vem, e eu não sei por quê. Porque, seguindo o Regimento, já deviria ter sido votada e discutida no plenário inúmeras vezes, em outras inúmeras oportunidades.

Mas o nosso Presidente não ficou por aí. Avançou um pouco mais nessa pauta que eu considero absurda. Ele quer também o afastamento da Petrobras da exploração das fantásticas jazidas de petróleo existentes em nosso pré-sal. Juntamente com o Senador José Serra e o nosso PSDB – e me desculpo se me engano, se existem alguns resistentes a essa história –, Renan pretende aprovar a entrega das maiores reservas de petróleo do Planeta, uma riqueza incalculável, para as empresas estrangeiras de petróleo. E, ainda por cima, debochou dos que defendem o petróleo brasileiro, afirmando que vocações como desnacionalização ou entreguismo estão completamente ultrapassadas.

Santo Deus! Quer entregar tudo, quer desnacionalizar tudo, quer tornar o Brasil ainda mais dependentes e submisso. E diz que a oposição a essa barbaridade é o atraso. Quanta desfaçatez nessa visão e quanta ousadia do Presidente do Senado.

Diante disso, depois disso, como pensar na unidade proposta pela Presidente Dilma? Unidade com esse tipo de mentalidade presidindo o Congresso Nacional é uma loucura, é rigorosamente impossível. Eu acabo acreditando que a verdadeira unidade nacional vai ser conquistada e construída com o povo brasileiro nas ruas, nas escolas, nas fábricas, no campo, nos escritórios, nas igrejas. Uma unidade em cima do nacionalismo, do amor pelo Brasil, da soberania nacional, mas, fundamentalmente, em cima da fraternidade e da solidariedade.

Mas, desde já, garanto: nós vamos reagir a essa pauta insana. Temos aqui no Senado, e eu não tenho mais dúvida disso, um forte grupo de Parlamentares progressistas e nacionalistas. Vamos nos reunir para elaborar uma tática de combate a essa pauta conservadora, um contraponto a essa pauta que não é de interesse do povo brasileiro; uma pauta nacional, democrática e popular.

Mas o nosso Presidente não ficou nisso. Ele se propõe a apoiar o projeto do Senador José Serra, que já foi derrotado no plenário, de colocar limites ao endividamento no Brasil. Isso significa pôr fim às políticas anticíclicas, às políticas que viabilizam, com o endividamento do País, controlado, inteligente, a retomada do desenvolvimento. É uma espécie de sepultamento das ideias de Keynes, que viabilizaram a recuperação dos Estados Unidos e se suportaram nas ideias do alemão Hjalmar Horace Greeley Schacht, que recuperaram a Alemanha. Foi o economista que presidiu a economia alemã no Weimar e, posteriormente, foi o economista que, numa semana, acabou com a inflação alemã, viabilizando a retomada do desenvolvimento econômico. Hjalmar sucede Keynes. Hjalmar é pouco referido nos tratados econômicos, porque, afinal de contas, acabou sendo o Ministro da Economia de Hitler. Foi absolvido pelo Tribunal de Nuremberg. Independentemente de qualquer coisa, defendeu a Alemanha e viabilizou a retomada do desenvolvimento.

Além disso, propõe que aprovemos como pauta do Congresso Nacional o tal órgão independente de fiscalização que se superpõe ao Tribunal de Contas da União, um órgão autônomo, independente, com mandato para os seus membros, seus presidentes, passando por cima dos Parlamentares eleitos, da vontade popular manifestada no processo eleitoral.

Então, quando a Presidente esquece que o problema básico do Brasil é a conta de juros, eu acho que nós deveríamos fazer de uma vez por todas a constitucionalmente estabelecida auditoria da dívida, para vermos como isso está. Pelo menos, essa auditoria iria pressionar o capital financeiro, pondo um limite nas suas exigências, principalmente quando você sabe que o Equador, com essa auditoria, em uma situação semelhante à nossa, reduziu as suas dívidas em 70%.

Quero lembrar aqui que, entre 1978 e 1980, os Estados Unidos, de esponte própria, fizeram uma correção da dívida brasileira e de outras dívidas que eram flutuantes, Senador Anastasia, da ordem de 20%. Se esses 20%, por exemplo, não tivessem existido, o Brasil já teria pagado algumas vezes a dívida externa.

Portanto, é importante que os nacionalistas do Congresso Nacional, os nacionalistas que estão hoje no Senado da República, oponham-se a essa visão que mais parece ter sido urdida pelos economistas a serviço dos bancos, do capital vadio, de Mamom, como diz a Bíblia. Nisso insiste o Papa Francisco quando dá um aviso aos homens mais ricos do mundo e aos presidentes de países importantes reunidos em Davos: o capital é bom quando dá emprego, monta uma planta industrial, produz bens e serviços e viabiliza a vida em sociedade. Mas o capital não pode comandar o mundo e, muito menos, o Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Eu diria ao meu amigo Presidente Renan: não se pode servir a dois senhores, não se pode servir a Deus e a Mamom, e, principalmente, nós, que somos Parlamentares eleitos pelo voto popular, temos que ter a preocupação com o emprego, com o desenvolvimento, com o bem-estar de nosso povo e de nossa gente.

Era o que eu queria fazer desta forma breve, um contraponto à euforia. Euforia que não sei de onde veio, porque o discurso da nossa Presidente, ao lado da sua presença simpática, necessária e importante, não se

referiu à dívida, não se referiu ao capital financeiro e repete o discurso do Levy, que já deixou o ministério: é o discurso da austeridade e dos cortes na Previdência Social, apenas e tão somente.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Aproveitei essa minha primeira intervenção no plenário do Senado para estabelecer esse contraponto e convocar os Parlamentares com uma visão nacionalista. Há resistência. Não é em cima da necessária condenação, do indiciamento de pessoas que meteram a mão em dinheiro público que nós podemos acabar com instituições da República, com políticas populares, na linha da destruição do Estado social – que já ocorre no mundo inteiro, na Itália, na Grécia, na Espanha, em Portugal –, e que nós nos subordinaremos ao domínio absurdo do capital sobre as instituições republicanas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao Senador Roberto Requião e o cumprimento pelo seu pronunciamento.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra à oradora inscrita, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu também quero me somar às ideias aqui apresentadas pelo Senador Requião, que acaba de fazer um contraponto principalmente quanto à agenda apresentada pelo Presidente da nossa Casa, Senador Renan Calheiros.

O nosso Presidente acaba de chegar, portanto, vou me dirigir a V. Exª.Com todo respeito que tenho por V. Exª, Senador Renan Calheiros, quero fazer minhas as palavras do Senador Roberto Requião sobre essa agenda que V. Exª apresentou ontem: entendemos que ela não serve ao Brasil. E temos certeza de que essa agenda será, antes de mais nada, objeto de amplo e profundo debate aqui na nossa Casa, com o espírito democrático de V. Exª – quanto a isso não temos dúvida. Nós achamos que ela não serve ao Brasil, Senador Renan, porque as propostas que V. Exª apresenta vêm na direção de voltar a um passado, a um passado que o Brasil já conheceu, a um passado do neoliberalismo radical. V. Exª mesmo é testemunha e sabe que foi um passado de sucateamento do papel do Estado, de muito desemprego, dos piores salários mínimos da história deste País, de ataque aos direitos dos trabalhadores. Foi um passado em que a desigualdade, ao invés de diminuir, pelo contrário, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista regional, só aumentou e, consequentemente, a miséria.

Quero aqui colocar que acreditamos que o Brasil pode se tornar um exemplo em um mundo em crise, pela sua capacidade de construir novas alternativas para a retomada do desenvolvimento. Quero aqui colocar o ponto de vista, inclusive, do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, que tem clareza de que esses novos rumos que o Brasil precisa adotar devem ter como norte o combate à desigualdade social e tributária, a defesa do emprego e da renda, a preservação dos direitos dos trabalhadores e o fortalecimento do Estado e dos serviços públicos, como ressaltou inclusive a nota divulgada recentemente pela Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, divulgada no último dia 26.

Quero aqui também adiantar que, para avançarmos nessa direção, é importante estarmos atentos para barrar os retrocessos, os esqueletos, que estão ainda nas gavetas do Congresso Nacional e que constituem, sem dúvida nenhuma, sérias ameaças à cidadania do povo brasileiro.

Eu quero aqui mais uma vez dizer o quanto é importante barrarmos a aprovação de pautas retrógradas, como o Estatuto da Família, a redução da maioridade penal, o PL que criminaliza as vítimas de violência sexual, etc.

Sr. Presidente, queremos também, mais uma vez, enfatizar que é urgente a formulação de novos rumos para a economia nacional, mas esses rumos devem ser sempre norteados por projetos voltados para o combate à desigualdade social e tributária, a defesa do emprego e da renda, a preservação das conquistas, a ampliação dos direitos populares e o fortalecimento do Estado e dos serviços públicos.

Por isso, Presidente, não concordamos com V. Exª, repito, em que pese todo o respeito que temos, quando tenta dar andamento aqui ao famigerado projeto de terceirização, aprovado na Câmara. Nós achamos que esse projeto, sob os argumentos de modernização...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Sem querer interromper, eu não defendi a aprovação do projeto de terceirização aprovado na Câmara.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Então, isso é lenda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu tenho defendido um ponto de vista coerentemente aqui manifestado de que é fundamental nós estabilizarmos as relações da terceirização, que hoje, no Brasil, emprega 13 milhões de trabalhadores, ou seja, a regulamentação para empresas e para os tra-

balhadores existentes – existentes. Essa posição eu sempre defendi e continuo a defender. Tenho falado, inclusive, com o Senador Paulo Paim sobre ela. Isso não tem absolutamente nada a ver, nada a ver absolutamente...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – ... com a questão neoliberal que foi apresentada por V. Exª. Isso é modernidade. É uma questão de fato, que já existe, que precisa ser regulamentada, para acabar com essa insegurança que, inclusive, dificulta investimentos. É esse o debate que nós temos que fazer e convergir, independentemente de posição política ou ideológica, com relação aos temas de interesse do Brasil. Eu, na verdade, defendi isso. Eu não apresentei uma pauta.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu disse que o Congresso Nacional vai ter que deliberar sobre temas controversos. O papel do Parlamento é este: deliberar sobre temas controversos. Quais são os temas controversos? Aqueles que dividem pontos de vistas. São controversos porque dividem. O Parlamento não pode, porque um tema é controverso, deixar de deliberar sobre ele. Então, nós vamos ter que deliberar.

Eu sei que aqui muita gente defende a independência formal do Banco Central. Eu defendo, eu defendo. Eu sei que muita gente não defende. Mas porque esse tema divide, nós vamos deixar de deliberar sobre ele? Não! O papel do Parlamento não é esconder a cabeça debaixo do tapete; é decidir sobre as questões que são cruciais para a sociedade brasileira.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Presidente, eu me sinto...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, aproveitando, eu peço licença...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Cristovam, sem interromper a Senadora Fátima Bezerra.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF.) – Eu peço licença à Senadora, e ela sabe, porque conheceu o personagem que está aqui...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF.) – Eu peço licença para dizer que está conosco, Senador Renan, uma das figuras mais importantes na história do mundo hoje, que é o Sr. Dr. Kailash, engenheiro na sua juventude, Prêmio Nobel da Paz de 2015. Eu tenho o privilégio de ser seu amigo há quase 20 anos. Ele é um amigo do Brasil há muito tempo e tem uma luta mundial contra o trabalho infantil. Graças a isso, recebeu o Prêmio Nobel da Paz. O Dr. Kailash está nos visitando, e ontem esteve numa audiência aqui no Senado Federal. Aproveito para agradecer-lhe, porque o Senador Paim fez referência ao senhor, por ter permitido uma audiência antes mesmo da abertura dos trabalhos, e eu creio que é uma honra para o Senado receber um personagem como esta grande figura, este grande humanista: Kailash. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – É uma satisfação muito grande para nós recebermos a honrosa visita do Prêmio Nobel da Paz, Kailash. O Senado Federal sente-se representado, neste momento, pelas palavras verdadeiras, sinceras, amigas de reconhecimento do papel de V. Exª, e, ao fazer isso – como eu dizia –, o Senador Cristovam Buarque interpreta o sentimento de todos os Senadores, de todos os partidos.

É uma honra muito grande tê-lo aqui no Senado Federal. (*Palmas.*)

Senadora Fátima Bezerra, com a palavra, V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN.) – Presidente Renan, eu estive lá na sala da Presidência quando da audiência com o Sr. Kailash, e lá acrescentava, Senador Renan: feliz a coincidência de ele visitar o Senado hoje, porque está exatamente previsto na pauta, conforme compromisso de V. Exª – e nós esperamos, inclusive, que seja o primeiro item, até porque há consenso na pauta –, o projeto de lei que trata da questão dos direitos da criança. Projeto de lei sobre um tema que tem tudo a ver com a luta do Sr. Kailash, luta essa muito nobre, muito bonita, em defesa dos direitos da criança...

Suspenda meu tempo enquanto o Presidente está recebendo o Sr. Kailash.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL. *Fora do microfone*.) – Suspendemos a sessão...

(A sessão é suspensa às 17 horas e 2 minutos, e reaberta às 17 horas e 3 minutos sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Muito obrigada, Presidente.

Dando continuação aqui, Presidente, à reflexão que faço, eu quero aqui reforçar o que já disse: claro que, sabendo do espírito democrático de V. Exª, todas essas iniciativas serão objeto de um amplo debate.

O que estou fazendo aqui, a exemplo de outros Senadores, é expressar claramente o nosso ponto de vista no que diz respeito a alguns temas em debate – que V. Exª, inclusive, considera extremamente polêmicos – que esperamos sejam objeto de discussão. E nós, Senadores que fazemos parte da Bancada Progressista, vamos nos organizar, vamos buscar fazer esse debate com a sociedade, vamos buscar uma ampla mobilização, para que este Plenário, no nosso entendimento, não aprove temas que nós julgamos não são oportunos, não são bons para o País, para os interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Por exemplo, a questão da terceirização. Não se trata aqui de cercear o debate de que isso tem que ser regulamentado; não se trata disso; trata-se de que nós aqui seremos contrárias e contrários a qualquer proposta que, sob o argumento de modernização das relações trabalhistas, vise exatamente a quê? Retirar direitos e reduzir salários de trabalhadores. É disso que se trata!

Assim como, Presidente, a flexibilização do atual modelo de partilha de produção, retirando da Petrobras a condição de operadora única e o direito de uma participação mínima de 30% na exploração de cada bloco licitado na chamada província do pré-sal, como garante a legislação atual. Nós achamos que mexer nessa legislação é acabar com a possibilidade de destinação social desse verdadeiro tesouro que é de propriedade de toda a população brasileira.

Nós sabemos que esse dinheiro do pré-sal é fundamental, é muito importante, é muito especial para o presente e o futuro da educação do nosso País, por tudo que ele significa no sentido de fortalecer o financiamento da educação, para que possamos realizar as metas do Plano Nacional, assim como também é importante a parcela do pré-sal que será destinada para a saúde, para a cultura e para as outras áreas. Portanto, nós continuamos convencidos de que não é bom para o Brasil alterar a legislação atual que trata do marco regulatório da exploração do pré-sal.

Além disso, Sr. Presidente, entendemos que, para enfrentar a recessão, o que precisamos é encontrar forma de recompor a capacidade de investimento do Estado brasileiro, adotando-se uma nova visão na estipulação dos juros básicos da economia, que, ao longo de décadas, serviu apenas para aumentar o lucro de rentistas. Pelas últimas indicações, o Banco Central, espero, passará a atender uma política de retomada de crescimento com sustentabilidade. Digo isso relacionado ao fato de que o novo Ministro da Fazenda deu uma sinalização positiva quando não autorizou o Presidente do Banco Central, quando não adotaram...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... aumento da taxa de juros, porque o que menos este País precisa é exatamente de juros escorchantes, o que menos este País precisa é desses juros estratosféricos.

Então, eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, que nós achamos que a tese de um Banco Central independente não é boa para o Brasil.

Para concluir, Presidente, quero também mencionar a proposta que se refere à Lei das Responsabilidades das Estatais, proposta essa em debate aqui, do Senador Tasso Jereissati, que visa transformá-las em S.A.s Nós achamos que essa proposta também não atende, de maneira nenhuma, aos interesses do nosso País, aos interesses do Estado brasileiro.

Como eu já fui advertida pelo tempo, Sr. Presidente, vou...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... dar continuação ao tema em outros momentos, mas deixo muito claro aqui que esta Casa é a Casa do debate – claro, essa é a marca principal; e exatamente por ser a Casa do debate é que nós queremos muito debate acerca desses temas, porque nós somos totalmente contrários a eles, pois entendemos que não vêm na direção de fortalecer o Estado brasileiro, para que este prossiga na sua caminhada de preservar o emprego, o poder de compra do trabalhador, a distribuição de renda, etc.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a palavra, V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como sabe V. Exª e sabe a Casa, as comissões técnicas têm a atribuição regimental de, a cada ano, elegerem um tema de estudo, um tema sobre o qual vão aprofundar suas indagações, audiências públicas, recolher documentos e assim por diante.

No ano que se encerrou, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional elegeu o tema da Indústria Nacional de Defesa, e o Relator foi o Senador Ricardo Ferraço. Um ano de trabalho muito intenso e muito produtivo, que redundou na confecção de um relatório e produção de algumas propostas. Uma delas, Sr. Presidente – fiquei de apresentar aqui no plenário a V. Exª, depois de ter formalizado já o requerimento nesse sentido –, é a realização de uma reunião, aqui no plenário, sobre esse tema, à semelhança do que fizemos em relação a outros temas igualmente relevantes.

A minha intervenção, no início desta Ordem do Dia, é exatamente no sentido de pedir a V. Exª que possa, em atenção ao requerimento já protocolado, fixar a data de realização dessa sessão a que me referi.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uma indagação a V. Exª. Há controvérsias, aqui no plenário, sobre a nossa Ordem do Dia; ainda assim, indago a V. Exª sobre a importância de votarmos o PLC nº 14, de autoria do Deputado Osmar Terra, que estabelece o novo Marco Civil para a Primeira Infância. Parece-me ser esse um tema já bastante maduro, e, salvo melhor juízo, não há distensão em relação a sua convergência, para que nós possamos ganhar tempo e iniciar a Ordem do Dia para deliberação da pauta.

Então, indago a V. Exª quais são os temas que constarão da pauta do dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Ontem, nós conversamos com os Líderes para, hoje, objetivarmos a apreciação de três matérias: uma é essa referida por V. Exª, do Marco Civil da Primeira Infância, que era uma matéria que estava pronta para ser apreciada desde antes do recesso, e assumimos o fundamental compromisso de que, ao voltarmos, iríamos apreciá-la. Essa é a primeira matéria.

A segunda matéria é um pedido de empréstimo para o Distrito Federal, que nos foi levado ontem pelo Governador do Distrito Federal, no momento em que conversávamos.

A terceira matéria, conforme compromisso assumido por todos nós, vamos começar a discutir hoje. É a Lei da Responsabilidade das Estatais. Nós não vamos deliberar sobre ela, a discussão já começou, essa votação acontecerá em dois turnos; então, vamos continuar a discussão, que já começou, e vamos, logo após o Carnaval, objetivar a apreciação da matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E a proposta do Senador Serra, que tenho a honra de relatar, que elimina a condição da Petrobras de operadora exclusiva do pré-sal? É também uma matéria bastante madura, que foi alvo do pronunciamento de V. Exª ontem, na abertura do Congresso. Ou seja, nós vamos efetivamente, para além das controvérsias e da falta de convergência, enfrentar esse tema?

Essa é a indagação que faço também a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Vamos. Vamos, sim.

Acabei de enfatizar, numa rápida informação que incorporei ao pronunciamento da Senadora Fátima Bezerra: acho que o papel do Congresso Nacional é decidir sobre temas controversos de interesse do País. É evidente que há muitas matérias que tramitam nesta Casa ou na outra Casa do Congresso Nacional que não contam com a unanimidade da representação, por um lado; por outro lado, esse é um tema importantíssimo para o País.

Então, eu acho que devemos amadurecer a discussão e marcar com tempo a data da votação, para que o Senado venha a deliberar sobre esses temas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu cumprimento V. Exª por essa determinação, para que nós possamos fazer o debate para além das divergências e das convicções, além do juízo de valor, enfim, que cada um tem.

Não tem sentido, não faz sentido nós aguardarmos aqui a unanimidade para que nós possamos enfrentar e deliberar sobre temas que são, a meu juízo, inadiáveis para o nosso País.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu cumprimento V. Exª.

Nunca é demais lembrar que, toda vez que o Congresso se omitir sobre uma matéria controversa, a omissão já é reflexo de uma posição política do Congresso, o que não acontecerá. Nós vamos fazer um esforço para

compatibilizar o funcionamento do Congresso Nacional com as eleições deste ano e vamos deliberar sobre essas matérias definitivamente. Elas não podem mais ser postergadas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estive com V. Exª ontem à noite no seu gabinete e disse que estava representando um conjunto de Senadores para perguntar sobre a pauta do dia de hoje. V. Exª me respondeu que só iam entrar temas consensuais e o projeto da Primeira Infância. Então, começar a discussão do PL 555 hoje não tem sentido. O que ficou acertado conosco ontem é que íamos jogar isso para depois do Carnaval.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A discussão já começou.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu posso ler as notas taquigráficas das últimas reuniões. Essa discussão já começou, ela vai ter continuidade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu sei, Sr. Presidente, mas quero que tenha continuidade no dia de votação, para que exponhamos aqui os argumentos. V. Exª, ontem, não falou isso para nós. Eu tinha de estar preparado – eu e o conjunto de Senadores que discordam desse projeto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não vai votar, mas se encerra a discussão, o que é um equívoco. Nós queremos discutir na hora de votar. Eu precisava saber que o processo da discussão seria hoje. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, Presidente Renan: a pauta que V. Exª apresentou no dia de ontem nos assustou, pois é de um radicalismo neoliberal impressionante! Eu cito aqui: terceirização...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro! Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Pode continuar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Presidente fez a leitura da mensagem dele ontem, que diz o seguinte: terceirização, Banco Central independente, o projeto de que o Senador Ferraço fala, o do Serra, o do pré-sal. Inclusive, V. Exª falou em entreguismo. Fazer leilão e tirar a Petrobras do pré-sal com um preço do barril de petróleo a menos de US$30 é uma insanidade! Esse é o terceiro...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Ninguém falou em leilão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Lindbergh agora é o censor do Senado, ele determina o que se pode ou não discutir. Ah, o que é isso?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu posso falar? Sr. Presidente, V. Exª me assegura a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu asseguro a palavra a V. Exª para que conclua o raciocínio. Em seguida, ouviremos os Senadores Waldemir Moka e o Tasso Jereissati. E a V. Exª também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A minha crítica são os cinco pontos apresentados por V. Exª no dia de ontem, além também do projeto de responsabilidade... O que estou propondo? Essa pauta está desequilibrada para um lado. Eu faço uma proposta a V. Exª para que, na próxima terça-feira, quando retornarmos os trabalhos, V. Exª faça uma reunião de Líderes, porque nós queremos apresentar a nossa pauta também. Nós queremos apresentar os nossos projetos para essa pauta. Claro. Existem vários projetos tramitando nesta Casa, que V. Exª...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O PT tem Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu queria só dizer ao Senador Lindbergh Farias, a quem nós respeitamos muito, que essas matérias que foram elencadas, à exceção da independência formal do Banco Central, que eu defendo e sempre defendi – isso não vai contaminar a posição da maioria do Senado Federal, cada um tem seu ponto de vista... Ontem, eu até conversei com o Senador Serra sobre o assunto. Eu defendo, porque o Banco Central do Brasil nasceu formalmente independente. O primeiro ato da ditadura militar foi tirar a independência formal do Banco Central. Então, neste momento, para que você possa deixar o Banco Central focado apenas na defesa da política monetária, é muito importante conceder mandato a seu presidente e a seus diretores, porque aí o Banco Central estará livre de qualquer interferência, seja política, seja econômica, seja do sistema financeiro. Esse é um ponto de vista que eu sempre defendi. Não há nenhum país no mundo que tenha um programa econômico de meta de inflação que não tenha o Banco Central formalmente independente. O Brasil é o único que não tem, e aqui, no Brasil, há um agravante: o presidente do Banco Central é ministro nomeado do governo. Então, eu sempre defendi isso. Não é uma agenda do Senador Renan, é um tema controverso que divide o Senado e precisa ser deliberado.

Senador Tasso Jereissati e Senador Moka.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, primeiro, eu gostaria de aqui levantar dois pontos.

Um é fazer uma nota do falecimento do irmão do Senador Eunício Oliveira, ocorrido ontem, no Estado do Ceará. Milton Lopes de Oliveira, o irmão dele, faleceu em Juazeiro. São todos os dois naturais de Lavras da Mangabeira, um Município muito importante, muito pobre do interior do Ceará. Esse irmão do Senador Eunício era um agricultor, homem simples, trabalhador do campo, muito respeitado na sua região e por todos aqueles que conviveram com ele. Eu queria aqui deixar os nossos pêsames ao Senador Eunício Oliveira e à sua família. Eu gostaria de deixar isso, acho que com a concordância de todos.

O segundo era para pedir a V. Exª, como foi acordado já no fim da gestão passada, que desse continuidade à discussão de um projeto que talvez seja um dos mais importantes, na minha opinião e na opinião de muitas pessoas, que este Senado votou ou discutiu no ano passado ainda e que votará neste ano. É uma nova lei de responsabilização, de transparência, e de gestão das estatais brasileiras que, depois de todos esses escândalos que aconteceram no País nos últimos anos, é praticamente um clamor da opinião pública brasileira e uma obrigação nossa de fazer essa discussão.

Eu queria lembrar que essa discussão já foi efetuada. A matéria passou pelo menos dois a três meses aqui na pauta sem ser votada por uma questão de várias circunstâncias; depois foi votada e foi discutida, com dois meses de reunião com os próprios membros do Governo. E eu estranho muitíssimo que quem está contra ainda não esteja preparado. Não vai estar preparado nunca, porque, se durante esses seis meses ficaram contra sem estarem preparados, quando é que vão estar preparados? Então, parece-me que isso é apenas mais uma questão de defender o *status quo*, deixando as coisas como estão, sem dar realmente a satisfação que o Senado precisa dar à opinião pública brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos muito ao Senador Tasso Jereissati.

E, em nome dos Senadores, a...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – ... exemplo do que fez o Senador Tasso, nós apresentamos, em nome da Mesa Diretora do Senado Federal, as nossas condolências ao Senador Eunício Oliveira, Líder da Bancada do PMDB aqui no Senado Federal, pelo falecimento do seu irmão ontem, no Estado do Ceará.

Senador Moka, Senador Omar e Senador Benedito de Lira.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu também gostaria, Sr. Presidente Renan.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, primeiro, eu quero dizer que V. Exª havia prometido, no encerramento ainda no ano passado, que um dos primeiros itens a serem votados seria exatamente o Projeto de Lei nº 6.998, de 2013, cujo autor, que, para a nossa honra, está aqui, é o Deputado Federal Osmar Terra, meu colega médico, um profundo estudioso e conhecedor e também Presidente da Frente da chamada primeira infância. Há o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas ele fala muito de adolescente. E a primeira infância hoje muito bem estudada é a coisa mais importante que há. Então, a presença aqui do Osmar Terra justifica isso. Eu acho que é uma matéria consensual.

Eu também quero finalizar me solidarizando com o Líder do meu Partido, do PMDB, o Senador Eunício, lamentando a sua perda. Eu tenho certeza de que faço isso em nome de todo o Partido e de toda esta Casa. Lamento muito. A nossa solidariedade ao Líder Eunício Oliveira pela perda do seu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos a V. Exª.

Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no final do ano passado, tanto a Câmara dos Deputados como o Senado aprovaram um PDC derrubando uma portaria do Ministério da Agricultura e do Ministério do Meio Ambiente que acabava com o defeso no Brasil. O Senado e a Câmara discutiram essa matéria e tanto o Senado como a Câmara, à unanimidade, aprovaram um projeto de decreto legislativo derrubando essa portaria do Ministério da Agricultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Vejam bem. De lá para cá, o que é que o Governo Federal fez? Pegou a AGU e entrou no Supremo Tribunal Federal. E o Ministro Lewandowski, que estava como plantonista, com uma liminar – com uma liminar, Sr. Presidente –, derruba um projeto de decreto legislativo aprovado à unanimidade do Senado e da Câmara dos Deputados.

Eu não vou entrar na questão do mérito da interferência entre Poderes. Eu não irei entrar nessa questão, mas entro numa questão mais profunda: a partir do momento em que o Congresso Nacional aprovou a derru-

bada desse decreto legislativo, os pescadores brasileiros ficaram ansiosos, pois queriam receber. Não fazendo isso, prejudicaram-se milhares de famílias no Brasil afora, principalmente no meu Estado, o Estado do Amazonas.

Eu peço a V. Exª – até porque essa matéria está sendo discutida há mais de quatro meses, e o Governo Federal não encaminhou nem à Câmara nem ao Senado uma alternativa viável para os pescadores que estão sendo prejudicados neste momento – que acione o órgão que defende o Congresso Nacional, os advogados daqui, para que possam pedir a derrubada dessa liminar e que a liminar seja imediatamente discutida no mérito da questão, porque, aí, sim, nós poderemos agir com mais rapidez.

E peço ao Ministro Lewandowski, pela sensibilidade, pelo brasileiro que é, que possa olhar com mais carinho para essa questão. É lógico que, na função como Presidente do Supremo, ele vai dar uma liminar, mas é necessário se discutir o mérito dessa liminar, o mérito do que foi feito aqui.

Isso não é admissível, Sr. Presidente, por uma razão: se o Governo tivesse interesse em resolver o problema dos pescadores brasileiros, depois de cinco meses que ele fez essa portaria, ele já poderia ter encaminhado uma proposta alternativa e ter iniciado o recadastramento. Até hoje, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, o Governo não tomou nenhuma providência para isso. Ele fez uma portaria dizendo que ia fazer uma coisa e não começou a fazer absolutamente nada. Já estamos no mês de fevereiro, e o Governo não fez nada.

Por isso, eu peço que V. Exª, como Presidente do Congresso Nacional, acione os órgãos competentes do Congresso para que possamos, na Justiça, discutir o mérito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Faremos isso, com muita satisfação, Senador Omar. Esse, sem dúvida nenhuma, é nosso dever funcional.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Benedito de Lira, Senador Aécio Neves e Senador Capiberibe.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) –

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Faremos isso, Senador Capiberibe.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, nesta oportunidade, congratular-me com o Senador Omar, até porque todos nós estamos engajados no sentido de viabilizar a vida dos pescadores, quando eles ficam proibidos de pescar. É lógico que o Governo criou o seguro-defeso, mas agora revoga o seguro-defeso, trazendo dificuldades para aqueles que vivem da pesca artesanal. Então, é interessante que V. Exª intervenha junto aos órgãos jurídicos da Casa para defender essa tese na Corte do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Faremos isso.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Ao tempo em que, Sr. Presidente, tendo sido comunicado pelo gabinete do Senador Eunício Oliveira do falecimento do irmão dele, eu queria, aproveitando já as condolências apresentadas pelo Senador Tasso e outros, também encaminhar ao Senador Eunício e aos seus familiares os sentimentos e as condolências do Partido Progressista, com assento nesta Casa e no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos a V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senadora Gleisi e Senador Aécio Neves.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria, na realidade, Sr. Presidente, fazer um apelo a V. Exª e também ao Senador Tasso Jereissati, que falou aqui sobre o Projeto nº 555, o Estatuto das Estatais.

Eu acho esse projeto, Senador, extremamente relevante. E, de fato, ele esteve um tempo colocado à discussão. O problema é que a quantidade de matérias na Casa muitas vezes faz com que não possamos nos dedicar a uma matéria específica para tratá-la de forma mais aprofundada.

Estamos terminando uma discussão sobre essa matéria, preparando uma proposta de substitutivo inclusive, que não está pronta. E, por isso, o apelo para que pudéssemos fazer essa discussão logo em seguida ao carnaval e não hoje, porque temos uma pré-proposta de substitutivo, mas ainda precisamos terminar algumas coisas.

Acompanhei um pouco essa discussão, conversei também com o pessoal do planejamento. Acho que existem pontos extremamente importantes e interessantes. V. Exª fez um relatório de muita qualidade, avançou em muitas coisas, mas existem algumas coisas de que temos dúvidas. E também vamos procurar representantes dos trabalhadores.

Se pudéssemos conformar uma discussão e chegar a um avanço seria melhor. E se tivéssemos que fazer uma votação de contraposição de propostas, tenho certeza de que seriam mínimas.

Então, queria fazer esse apelo, para que pudéssemos colocar essa matéria em votação logo após o carnaval e nos dedicaríamos hoje, conforme fez um apelo aqui o Senador Waldemir Moka, ao marco regulatório da primeira infância. Está aqui o autor do projeto, que considero de grande relevância. Seria muito importante iniciarmos os trabalhos desta Sessão Legislativa com esse tema.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Aécio Neves.

Em seguida, o Senador Roberto Requião.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Na verdade, Presidente Renan, quero trazer aqui uma contribuição a V. Exª, mas principalmente ao bom andamento dos trabalhos, lembrando, desde já, que este é um ano atípico.

Em primeiro lugar, é preciso que resgatemos o procedimento habitual não apenas da gestão de V. Exª, mas de todas as gestões que o antecederam. É assim na Câmara dos Deputados também. É o Colégio de Líderes, obviamente reunido com V. Exª, que tem a prerrogativa final de definir a pauta, que deve ser ouvido. Obviamente não tem o Colégio de Líderes o poder absoluto de definir se esse ou aquele tema deverá ter prioridade. Cabe a V. Exª ter a sensibilidade para definir quais serão aqueles que serão submetidos a voto deste plenário.

Chamo a atenção de V. Exª de que este vai ser um ano muito curto. E temo muito pelas expectativas – falei isso a V. Exª hoje, um pouco mais cedo – exageradas que são geradas em relação à tramitação e votação de matérias complexas. Depois, não obtendo êxito ou não sendo concluídas, acaba essa expectativa recaindo desfavoravelmente sobre esta Casa.

Minha preocupação acessória, Sr. Presidente, é de que temos hoje, na Comissão de Constituição e Justiça – não vejo aqui ainda a presença do Senador José Maranhão, que tem sido extremamente cordato e correto, inclusive com a Oposição –, um enorme volume de matérias a serem submetidas à deliberação. E, muitas vezes, matérias relevantes não conseguem alcançar o momento da votação, o momento prioritário ou o espaço prioritário na pauta.

Seria preciso que V. Exª - e esta é a sugestão objetiva que lhe faço, Senador Renan - convocasse, logo no retorno do Carnaval, no primeiro dia possível, os líderes e aqueles que tiverem interesse em determinadas matérias, para que nós possamos não só fazer uma prévia, uma definição com o olhar um pouco mais esticado não apenas na semana seguinte, mas nos próximos dois ou três meses, das matérias que seriam prioritárias, sem prejuízo, obviamente, de demandas que venham da Câmara ou de medidas provisórias que obrigatoriamente teremos que votar, para que possamos chegar inclusive à Comissão de Constituição e Justiça e estender um pouco esse entendimento, elencando, do ponto de vista do Partido dos Trabalhadores, do PMDB, de cada um dos outros partidos e também da Oposição, quais são aquelas matérias que, para nós, são mais relevantes, quais são as prioritárias para o conjunto das forças partidárias.

Tenho certeza de que, dessa forma, nós chegaríamos ao plenário não só com os Parlamentares preparados para o debate, mas atendidos, senão na totalidade, naquilo que é prioritário.

Não podemos perder tempo, tentando discutir no plenário a conveniência da colocação em votação desta ou daquela propositura. Inúmeras questões estão pendentes. Concordo com o Senador Tasso Jereissati, que fez um extraordinário trabalho em relação a esse novo marco regulatório das estatais, que cria realmente, através de uma transparência maior, inibições ao que vem acontecendo hoje no País.

Mas, enfim, a minha sugestão é de que V. Exª convoque uma reunião mais longa, onde nós possamos, com o horizonte mais amplo, na compreensão de que, no final do mês de junho ou até um pouco antes disso, em razão das eleições municipais, já teremos dificuldades para ter aqui o quórum adequado. E sabendo que, no segundo semestre, pelas razões óbvias, a dificuldade será ainda maior.

Portanto, priorizarmos. Cada bancada poderia já cuidar disso, priorizando aqueles temas que são realmente para elas essenciais e mais relevantes. E V. Exª poderia, nos próximos 15 dias, anunciar uma expectativa de pauta para dois, três meses ou, quem sabe, até mesmo para o primeiro semestre.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Quero cumprimentar o Senador Aécio Neves, agradecer a sua sugestão de encaminhamento para que nós possamos otimizar os trabalhos do Congresso Nacional e do Senado Federal neste ano, como disse o Senador Aécio, de realização.

Eu aceito de pronto a sugestão de V. Exª e comunico aos Líderes que, na terça-feira depois do Carnaval, a partir das 11 horas, nós faremos a primeira reunião de líderes, para que possamos, na medida do possível, estabelecer uma pauta inclusive de urgência com relação a esta questão federativa, que envolve a necessidade do reequilíbrio da federação com relação a Estados...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – E que os partidos, Sr. Presidente, coloquem sobre a mesa de V. Exª aqueles temas que, na óptica de cada um deles, sejam os prioritários. A partir daí caberá à sensibilidade de V. Exª, obviamente numa negociação com os Líderes, definir com alguma antecedência essa pauta, para não ficarmos aqui sendo surpreendidos e naquela pressão em cima de V. Exª: "Não, temos esse projeto, que está em quarto, bote em primeiro". Vamos fazer algo com alguma antecedência. Ganha o Senado, ganhamos todos nós, e não geramos também falsas expectativas em relação ao conjunto das matérias que serão aprovadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Permite pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Roberto Requião e Senador Paulo Paim na sequência. E Senador Fernando Bezerra.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR. Sem revisão do orador.) – Presidente, esse projeto do Senador Jereissati, a meu ver, não é um projeto para ser debatido de forma polêmica no plenário do Senado. Ele é um projeto importante para o País.

Pessoalmente, eu já havia tomado uma providência anterior em relação à Petrobras e às suas licitações. Esse projeto, bem anterior a esse trabalho do Senador Jereissati, está parado na Comissão de Economia do Senado. Mas o Senador Jereissati incorporou a ideia daquele projeto inicial do qual ele é Relator nesse documento.

Agora, como é que está a discussão desse projeto? Eu quero insistir numa coisa: eu não gostaria que esse projeto fosse um tema de debate, de polêmica no plenário, porque é uma exigência do País em relação às estatais, em relação ao seu controle, à sua transparência, à forma de licitação. Mas nós começamos a aprofundar uma discussão e surgiram muitas dúvidas e inúmeras concordâncias. Maior número de concordâncias do que de dúvidas. E nós começamos a ver como estava a tramitação disso.

O Ministério do Planejamento nos informa, através da Senadora Gleisi, que muitas ideias do Ministério do Planejamento foram incorporadas pelo Senador Jereissati, mas que não se concluiu a discussão.

Ontem, alguns Senadores se reuniram no meu gabinete com representantes de um número muito grande de estatais, que levantaram muitas dúvidas, muitas delas, Senador Jereissati, corporativas, caminho que nós não iremos traçar e muito menos concordar.

Nós estamos em condição excepcional de nos sentarmos para dirimir dúvidas e para apresentar um relatório. Eu, por exemplo, acabei de protocolar no Sedol um substitutivo. Eu não queria fazer isso, mas o fiz em relação ao clima em que se está tratando essa matéria. A minha ideia era a de que esse substitutivo fosse entregue ao Senador Jereissati. Eu queria fazer isso hoje pela manhã, mas não foi possível, ele não estava pronto. Aliás, ele não está pronto ainda. Eu o estou encaminhando como um recurso para que consigamos um entendimento. Inclusive, esse substitutivo vai sem exposição de motivos. São 93 artigos. É muito difícil discutir dessa forma numa sessão como a de hoje, que vai ter outros temas complicados e interessantes.

O encaminhamento que eu estava propondo era o de entregar esse substitutivo... Aliás, não seria esse. Eu terei amanhã um substitutivo com todas as sugestões, muitas minhas, outras de estatais. Algumas, nós podemos discutir e rejeitar. Nós iríamos fazer, previamente, uma nova reunião com o Ministério do Planejamento, com o Ministro Barbosa, para dar uma olhada nos aspectos gerais. E isso seria encaminhado ao Senador Jereissati.

Se conseguíssemos esse acordo importante para o Brasil, nós não teríamos discussão de substitutivo e de emendas, praticamente, no plenário. Nós teríamos um documento só que seria, a meu ver, aprovado no plenário à unanimidade. E nós teríamos o apoio de todos os Senadores para acelerar a tramitação desta matéria na Câmara Federal.

Eu quero, se os meus apelos não tiverem êxito, encaminhar à Mesa esse substitutivo, mas nós iríamos discutir 93 artigos numa situação extenuante que poderia ser eliminada.

Apresentei, já protocolei no Sedol, mas eu me disponho, em meu nome e no nome dos Senadores que comigo colaboraram, a retirar esse projeto e a encaminhá-lo não ao Sedol, mas ao Senador Jereissati, com a formulação que nós teremos amanhã, complementada por algumas outras ideias. Nós examinaríamos isso em conjunto com o Ministério do Planejamento. E teríamos feito um gol de placa nessa situação de opacidade, de falta de transparência e de complicação absoluta em que vivem as estatais brasileiras.

A ideia inicial era a de que essa regulamentação toda se dirigisse a estatais que competem no mercado, que vendem bens e serviços. Estatais dependentes de forma absoluta dos recursos do Estado são verdadeiras autarquias. Elas não têm que ser submetidas a isso.

Uma prefeitura do interior que resolvesse agora montar uma empresa para combater a dengue não estaria subordinada a essas regras. Muito pequena, muito provisória no tempo e com regras absolutamente desnecessárias.

Então, se o Senador Jereissati concordar, eu acho que nós podemos trazer isso sem substitutivo, pela mão do Senador, depois dessa discussão com o Ministério do Planejamento. Estaríamos ganhando tempo. E nós teríamos o apoio de todos os Senadores para a discussão na Câmara Federal.

É a proposta que eu coloco.

Já coloquei no Sedol o documento, mas gostaria de que, em vez de enviá-lo à Mesa, o enviasse às mãos do Senador - este, agora, e amanhã o outro, mais completo – e que nós encaminhássemos isso de uma forma solidária, numa parceira de todos os Senadores que estão interessados na moralização das estatais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. Sem revisão do orador.) – Senador Renan, se V. Exª permitir e assim concordar, eu queria, atendendo as palavras do Senador Requião e da Senadora Gleisi, postergar essa discussão para a próxima sessão, de maneira que possamos realmente discutir isso com maior profundidade.

Assim, entendo que a discussão sobre as estatais não é uma discussão partidária nem deve ser uma discussão ideológica. Deve ser uma discussão de Estado. Interessa profunda e seriamente ao Estado brasileiro que essa discussão seja feita de maneira mais serena e racional possível, para que possamos retirar esses fantasmas que nos assustam agora de uma vez por todas da nossa frente.

Por isso, se V. Exª concordar, se V. Exª assim entender, eu acato as solicitações feitas pelos Senadores.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Eu acho que vamos por um bom caminho. Estabeleceremos um consenso, quase uma unanimidade.

E é por isso, Senador, que lá no Paraná me conhecem como "Requião, o conciliador". (*Risos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É verdade. O meu testemunho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – E se superando cada vez mais.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu queria agradecer muito, Senador Tasso Jereissati, por esse entendimento. Também vi que V. Exª anuiu.

Quero agradecer muito. Tenho certeza de que ganha esta Casa e o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Paim, Senador José Agripino e Senador Fernando Coelho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer: que bom que estamos chegando a um entendimento, pela capacidade dos Senadores e, tenho certeza, do Relator no projeto das estatais! Mas, Sr. Presidente, eu queria me somar aos outros Senadores que já fizeram o apelo a V. Exª: que votemos por unanimidade – no dia de hoje, contamos com a presença aqui do Deputado Federal Osmar Terra – o projeto da primeira infância, o projeto do marco legal. Dele participei com o Senador Medeiros e com a Senadora Fátima Bezerra, como Relatora. É um projeto, Sr. Presidente, que trata com o carinho devido a criança na idade de 0 a 6 anos. Então, minha fala só vai na linha de me somar a isso, Sr. Presidente, para que esse projeto – não há nenhuma discordância dos Senadores – seja votado no dia de hoje, até de forma simbólica.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Fernando Bezerra e Senador José Agripino.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, quero apoiar a sugestão de V. Exª de convocar a reunião do Colégio de Líderes para a próxima terça-feira após o Carnaval, no sentido de, acatando a sugestão do Senador Aécio, já fazer a triagem dos projetos prioritários para este período legislativo, sobretudo neste primeiro semestre.

Eu gostaria de trazer uma sugestão a V. Exª, para que, além dos Líderes, V. Exª convidasse para essas reuniões os representantes das duas comissões especiais que V. Exª instituiu: a Comissão Especial da Agenda Brasil e a Comissão Especial do Pacto Federativo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Faremos isso. Agradeço também a sugestão de encaminhamento de V. Exª, Senador Fernando.

Senador José Agripino, tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu hoje fui abordado, na porta de meu gabinete, por um grupo de pessoas que eram funcionárias de empresas estatais e que vinham ponderar sobre a necessidade de uma audiência pública ou de uma discussão mais aprofundada do projeto da iniciativa do Senador Tasso Jereissati, que é uma espécie de Lei de Responsabilidade Fiscal para as estatais. Eu disse a eles o seguinte: "Olha, uma matéria da lavra de Tasso Jereissati, em princípio, para mim, é de boa qualidade, até porque ele está trabalhando na praia dele, porque ele é um dublê de empresário e um político experimentado". A proposta que aqui foi feita, do aprofundamento da discussão no plenário, é a proposta, até porque o Senador Tasso Jereissati é, por natureza, um sujeito sensato, é uma pessoa sensata. Se surgirem ideias novas, se surgirem condicionantes que tenham plausibilidade, tenho certeza absoluta de que S. Exª será o primeiro a acolher.

Então, aquilo que se solicitava para que fosse feito lá fora, em audiência pública, eu acho completamente desarrazoado, até porque nós encerramos o período legislativo anterior na discussão dessa matéria. É mais do que normal que a proposta que aqui foi feita para que V. Exª fizesse uma reunião de líderes para estabelecer uma agenda do primeiro semestre, que vai ser uma agenda complicada, poderia começar, e deve começar, por uma matéria que é da maior importância. Aí está se falando em problemas do Postalis, em problemas no Fundo de Previdência do Banco do Brasil, nisso e naquilo. Tudo isso estaria no mínimo evitado ou minimizado se existisse a lei proposta pelo Senador Tasso Jereissati, a qual, na sua essência, impõe limites e sanções. Nada melhor para coibir exageros do que o estabelecimento de limites e o estabelecimento de sanções. Foi assim que se concertou, em grande medida, a administração pública municipal e estadual com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quero, portanto, associar-me à iniciativa que aqui foi colocada de que essa matéria entre realmente em discussão para votação.

S. Exª o Senador Tasso Jereissati, tenho certeza, se ideias novas surgirem ao longo da discussão da matéria, se surgirem propostas que melhorem o texto, que aprimorem o texto, será o primeiro a acatar. Não é preciso que essa matéria volte às comissões, numa provocação procrastinatória clara, que é o que temos obrigação de evitar.

É a palavra que dou, Sr. Presidente, em nome do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos também a sugestão do Senador José Agripino. Vamos fazer exatamente isso que foi proposto pelo Senador José Agripino, pelo Senador Aécio Neves, pelo Senador Fernando Bezerra.

Na próxima terça-feira, Senador Romero Jucá, V. Exª está sendo convocado para presidir a sessão. Vamos fazer uma reunião de líderes, com a participação dos presidentes e dos relatores das comissões especiais que funcionam nesta Casa, para que possamos – isso também foi cobrado pelo Senador Ricardo Ferraço – formatar uma agenda para o primeiro semestre que seja uma agenda indiscutivelmente de interesse nacional.

Vamos ter, portanto, só duas votações consensuais, não haverá necessidade de votação nominal. Não teremos Ordem do Dia na próxima quinta-feira, será uma sessão não deliberativa. Na quinta-feira depois do Carnaval, também será uma sessão não deliberativa, não haverá Ordem do Dia. E, na terça-feira, vamos fazer essa reunião de líderes e priorizar a nossa pauta legislativa.

Eu queria só comunicar aos Senadores que estamos verificando alguns avanços no Senado, e muitos desses avanços foram observados durante o recesso.

Neste ano, o Senado completará 190 anos, Senador Wellington. São 190 anos! Nós devemos destacar a publicação do relatório da Presidência, que está sendo distribuído a partir de agora nas bancadas. Trata-se, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, de um dos periódicos mais antigos da República. Desde 1930, o Senado Federal publica no início de cada Sessão Legislativa o relatório com todas as atividades legislativas da Casa no ano anterior. Esse relatório não se propõe a ser um documento político. É um relatório analítico, é um extrato, é uma consolidação de toda a produtividade do Senado Federal.

No relatório que V. Exªs acabam de receber e têm em mão, pode-se ver, por exemplo, quantas vezes cada Senador usou a palavra, quantas vezes cada Senador presidiu a sessão, quantos projetos apresentou e, destes, quantos foram eventualmente aprovados, entre outras inúmeras informações.

Porém, o que gostaríamos de destacar, nós que fazemos a Mesa Diretora, é a inovação no formato. O relatório da Presidência do ano passado era este monstrengo aqui, que superava 1,1 mil páginas. O que está sendo lançado neste momento, este relatório aqui, possui apenas 178 páginas. São 178 páginas. No entanto, o seu conteúdo é inúmeras vezes superior ao conteúdo do relatório anterior. É que a edição atual do relatório da Presidência passou a ser eletrônica, a versão em papel é um mero resumo dela. Nela, por exemplo, podemos ver o número de vezes que um Senador usou a palavra. Na versão eletrônica, um clique sobre essa informação

nos mostra quais foram essas oportunidades e, mais ainda, traz-nos a íntegra das notas taquigráficas do que foi dito por V. Exªs.

Trata-se de uma verdadeira revolução na qualidade e na quantidade das informações oferecidas. Há dados estatísticos do que aconteceu no Senado. A partir de agora, ele traz esses mesmos dados, mas permite, por meio de um clique, que o usuário, o cidadão ou o pesquisador cheguem diretamente a um projeto, a um pronunciamento ou a qualquer outra espécie de atuação parlamentar do Senador.

O Senado, mais uma vez, sai na frente ao inaugurar esse mecanismo de divulgação da atividade parlamentar.

Agradeço aos servidores da Coordenação de Estatística da Secretaria da Mesa, responsáveis por esse trabalho, que nos acompanham hoje da tribuna de honra do Senado Federal. Muito obrigado a todos. Mais uma vez, parabéns! Eu os conclamo a continuarem inovando, para facilitar o acesso do cidadão ao que é feito aqui, no Senado Federal.

Outra novidade é que, a partir deste ano, atendemos o pleito justíssimo da Procuradoria da Mulher e passamos a dispor no plenário também de banheiros femininos. Era uma dívida de décadas que o Senado Federal tinha com sua Bancada feminina, Bancada mais querida da Casa. Além de atender a ambos os gêneros, os banheiros também são acessíveis a cadeirantes, resolvendo outro problema de urgentíssima solução.

Finalmente, ampliamos em 30% o painel eletrônico, ampliamos em 30% o tamanho do painel eletrônico, o que nos permitirá disponibilizar no painel a ementa das proposições que estamos votando, dando mais transparência e segurança ao voto de cada Senador, além de permitir melhor visualização das informações, dos eslaides e das apresentações nas sessões temáticas.

Além disso, ao longo do ano, realizaremos a atualização do chamado Túnel do Tempo.

Faremos seminários e publicações especiais em homenagem aos 190 anos do Senado Federal. Pretendemos que essa marca histórica seja comemorada com diversas oportunidades de reflexão e de produção de conhecimento acerca do papel do Senado Federal na história do Brasil e de sua relevante contribuição para o desenvolvimento do Estado nacional, com o fortalecimento da unidade e da democracia em nosso País.

Portanto, parabéns a todos!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Vou transferir a Presidência dos nossos trabalhos para o Senador...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra bem antes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de apresentar aqui um requerimento de voto de pesar, Sr. Presidente, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo falecimento do Senador José Benedito Canellas, ocorrido em 1º de janeiro de 2016, com a inserção em ata das homenagens de pesar do Senado Federal à família enlutada.

Quero registrar aqui a todos os companheiros Senadores a brilhante trajetória desse homem. Ele foi candidato a Prefeito de sua cidade em 1965, obtendo 76% dos votos válidos da cidade. Como candidato a Vereador, obteve mais votos do que o Prefeito eleito. Logo após, em 1970, ele foi o candidato a Deputado Estadual mais votado do meu Estado, Mato Grosso. Logo em seguida, em 1978, foi também candidato a Deputado Federal, sendo o Deputado Federal mais votado da história de Mato Grosso, proporcionalmente. Logo em seguida, em 1978, foi candidato a Senador da República, também concorrendo com muitos outros candidatos, sendo o Senador mais votado e ganhando as eleições do Governador à época.

Portanto, teve aqui uma trajetória brilhante. Foi um dos homens mais influentes no governo Figueiredo. Eu guardo aqui sua memória como grande companheiro, como coordenador da minha primeira campanha.

Então, a sua trajetória política é um exemplo em Mato Grosso, porque todas as suas candidaturas foram vitoriosas. Depois, ele resolveu não ser mais candidato, mas sempre atuou na política.

Por isso, eu queria apresentar esse requerimento e a notificação à família.

Durante o discurso do Sr. Wellington Fagundes, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – A Mesa se associa a V. Exª, Senador Wellington, e tomará as providências necessárias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero felicitar a Mesa pela publicação desse trabalho, o relatório da Presidência, que realmente inovou em termos de comunicação, causando um grande impacto positivo para as informações que serão concedidas à comunidade, à sociedade e aos próprios Senadores.

Também ratifico o interesse do PSB pela aprovação do projeto do marco legal da primeira infância, que traz realmente grandes transformações, reforçando também os direitos da criança e fortalecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente. O projeto faz, inclusive, alterações diversas na legislação trabalhista para proporcionar ao trabalhador o direito de pelo menos um dia por ano acompanhar seu filho ao exame médico.

Portanto, o Deputado Federal Osmar Terra está de parabéns. O PSB acompanha integralmente a sua proposta, que foi discutida amplamente no âmbito da Câmara dos Deputados, mereceu os aplausos da sociedade e, certamente, merecerá o apoio de todos nós aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) –

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2015

> Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2015 (nº 2.455/2015, na Casa de origem), que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, altera a Lei n° 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Decreto-Lei n° 3.689, de 1941 - Código de Processo Penal, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1943, a Lei n° 11.770, de 2008, e a Lei n° 12.662, de 2012.

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.420, de 2015.

Para dar parecer em plenário pelas Comissões de Educação, CAS, CDH e CCJ, passamos a palavra à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero, primeiro, dizer da alegria de ter sido Relatora do projeto na Comissão de Educação, Senador Romero Jucá, e agora também Relatora aqui, no plenário, uma vez que, de acordo com o nosso Regimento, em regime de urgência, o projeto chega, finalmente, para ser apreciado.

Quero começar saudando o Deputado Osmar Terra, com quem tive também a alegria de conviver na Câmara dos Deputados, e, em nome de S. Exª, autor do projeto de lei que trata do Marco Legal da Primeira Infância, eu quero também saudar os demais Parlamentares, Deputados e Deputadas Federais e também Senadores e Senadoras que participaram intensamente desse debate.

Quero aqui também, Senador Romero, fazer um registro muito especial a respeito da Rede Nacional Primeira Infância. Quero homenagear todos os integrantes da Rede pelo empenho que tiveram na formulação e na luta pela aprovação desse projeto.

Peço aqui permissão para saudar a Rede Nacional da Primeira Infância na pessoa do Sr. Vital Didonet, Assessor Legislativo, especialista, professor, um dos maiores estudiosos da educação infantil não só no Brasil, mas em nível mundial.

Quero ainda, Senador, acrescentar que o projeto vem da Câmara; portanto, agora em fase conclusiva. Pelo visto e para a nossa alegria, será aprovado por unanimidade. Dessa forma, será sancionado pela Presidenta Dilma sem vetos, nós esperamos. Queremos, portanto, colocar que ele veio da Câmara depois de um intenso debate naquela Casa.

É importante ressaltar que esse projeto foi objeto de um seminário internacional – Darcísio Perondi também está aqui, a quem quero cumprimentar –, realizado no âmbito da Câmara dos Deputados, com a participação do Conanda, da Rede, dos Parlamentares. O seminário internacional contou com a participação de diversos outros países, e o projeto foi extremamente elogiado pelo seu conteúdo inovador, Senador Romero Jucá, do ponto de vista de fortalecer as diretrizes direcionadas exatamente para a política da primeira infância. Portanto, o projeto foi muito debatido.

Quero aqui também mencionar a participação do Governo Federal, através da Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Educação, ou seja, o Governo Federal também participou intensamente desse debate.

Em síntese, Senador, demais Senadores e Senadoras, na verdade, o projeto fixa princípios e diretrizes para as políticas públicas voltadas para a primeira infância, na medida em que o projeto define como primeira infância de zero a seis anos. Esse é o período exatamente definido como primeira infância.

O projeto, evidentemente, está em perfeita sintonia com o ECA. Porém, ao apresentar uma série de proposições, inclusive de iniciativas inovadoras, ele vem com o intuito exatamente de particularizar o olhar sobre as características etárias do desenvolvimento infantil nessa faixa, faixa esta já reconhecida pelos especialistas em Neurociência, em Psicologia e até em Economia, ou seja, o reconhecimento de que é exatamente nessa fase, de zero a seis anos, que se deve ter o maior cuidado, porque é exatamente nessa fase que se tem um papel especial do ponto de vista da formação da criança, da formação do adolescente, da formação do adulto. Os primeiros anos da criança são fundamentais para o bom desenvolvimento da sua capacidade cognitiva, da sua capacidade psicomotora, etc.

Sr. Presidente, o projeto tem em torno de 45 artigos, só para se ter uma ideia da grandiosidade do projeto, não é, Deputado Osmar Terra? O projeto, portanto, trata do Estatuto da Criança e do Adolescente, trata também da CLT, também trata do Código Penal, na medida em que faz alterações ou acréscimos.

Por exemplo, no que diz respeito à CLT, é importante aqui destacar alguns avanços, na medida em que o projeto aprovado vai assegurar que tenhamos um período de licença maior tanto para o pai quanto para a mãe. Para o pai, cuja licença-paternidade, Senador Romero Jucá, hoje, é de cinco dias, com esse projeto passaria para 20 dias; e com um detalhe: isso não vai onerar a empresa, uma vez que só terão direito a essa ampliação da licença-paternidade, de cinco dias para mais 15 dias, aqueles trabalhadores que forem vinculados às empresas que participam do chamado Programa Empresa Cidadã. Esse custo da licença será equacionado através exatamente da renúncia fiscal.

Outro dado interessante é que, durante o período da gravidez, o pai, o companheiro, enfim, pode dispor de até dois dias exatamente para acompanhar a mulher no período da gestação. Este período, todos nós sabemos, envolve sensibilidade e, portanto, requer atenção e cuidados mais especiais.

Mas não são só dois dias para o período da gestação. O projeto inova também quando propõe mais um dia de licença após o parto, o que é muito interessante.

O projeto inova também quando propõe que, no período de um ano, ou seja, a cada ano, o pai pode dispor de um dia de licença exatamente para acompanhamento dos temas ou dos assuntos de interesse da criança durante esse período.

Portanto, rapidamente, quero aqui colocar, Senador Jucá, que, como já falei, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados por unanimidade, depois de um ano de audiências públicas, seminários regionais, debates em fóruns especializados dos diferentes temas abordados em discussões na própria Comissão. Já destaquei aqui que o Governo Federal participou intensamente desse debate, e é importante frisar que o projeto de lei está em consonância também com o Plano Nacional de Educação.

Do ponto de vista conceitual, é um marco da primeira infância aqui, ora em debate. Está em total sintonia com os conceitos no novo Plano Nacional da Educação. Ele está também em sintonia com o PAR (Plano de Ações Articuladas). Como já falei, o Conanda participou intensamente, a Rede Nacional da Primeira Infância. Aqui, já destaco os avanços que fixam princípio e diretriz para as políticas públicas voltadas para a primeira infância.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Recomenda também mecanismos de coordenação intersetorial em âmbito federal, estadual e municipal para a gestão integrada das políticas públicas que reduzem custo e aumentam sua eficiência e eficácia.

Portanto, é uma legislação muito avançada. O projeto estende o olhar sobre todos os direitos da criança na primeira infância e na sua relação com a família: saúde, educação infantil, proteção social, defesa contra as diferentes violências, aleitamento e formação do vínculo, convivência familiar e comunitária, identificação de sinais de risco para o desenvolvimento sadio da criança.

O projeto trata ainda de ações de orientação e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade; trata também de garantir a formação continuada dos profissionais que atuam diretamente com a criança nas diferentes áreas.

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O projeto também determina o acompanhamento e a avaliação das políticas e ações, visando à sua qualificação permanente e o melhor resultado dos investimentos. Já falei aqui que estende a licença paternidade por 15 dias, bem como outras licenças que são asseguradas.

Enfim, Senador Romero, solicito à Mesa que considere na íntegra o relatório de nossa autoria, ao tempo em que pedimos aqui o apoio dos nossos pares, Senadores e Senadoras, para aprovação desse projeto.

Sem duvida nenhuma, é um projeto que podemos denominar Agenda Cidadã, porque não existe agenda mais cidadã, Senador Romero, do que aquela que trata exatamente dos direitos da criança e do adolescente.

E acrescento ainda mais, para terminar: nesse seminário internacional, onde este projeto foi amplamente debatido, os países que lá estavam destacaram o conteúdo desse projeto, na ocasião, inclusive, já adiantando que essa é uma legislação inovadora e que uma vez aprovada aqui, no Brasil, querem levar para os seus países exatamente como exemplo a ser seguido. Na verdade, o projeto é olhar a criança no conceito da filósofa Hannah Arendt, que diz que a criança é sujeita e portadora de direitos.

Alguém já disse que se pode reconhecer o valor de um país pelo modo como trata suas crianças. Portanto, é disso que trata o projeto de lei. (**Vide item 1.2.3.1 do Sumário**)

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Por economia de tempo mesmo, quero apenas me somar ao pronunciamento que faz V. Exª e dizer que esse é um trabalho muito importante. Quero saudar Osmar Terra, mas também Perondi, dois médicos, colegas, os dois pediatras, pela importância que tiveram e que têm, porque tenho certeza de que essa será uma grande contribuição para o Estatuto da Criança e do Adolescente. Mais do que isso: os estudos modernos – e, aí, a convite do Osmar Terra e do Perondi, tenho acompanhado – mostram, e estou convencido, que, se quisermos realmente uma sociedade melhor, temos que apostar exatamente na primeira infância; temos que apostar exatamente quando o sistema nervoso central, o comportamento emocional, sobretudo, afetivo, está sendo formado, para que se transformem em pessoas de bem. Portanto, minha cara Senadora, somo-me ao grande pronunciamento que faz V. Exª, saudando esses dois companheiros Osmar Terra e Perondi, dizendo que essa talvez seja, nos últimos anos, uma das melhores contribuições que algum Parlamentar poderia dar a este País. Muito obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Moka. Com prazer, incorporo as considerações de V. Exª ao nosso pronunciamento.

Senador Romero, aqui tenho as emendas. É necessário que eu as leia ou...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pelo projeto de V. Exª, não estão sendo aceitas emendas. Vai ser votado com o texto da Câmara.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, as emendas que estou apresentando – rapidamente – são emendas de redação.

Bem rapidinho. Por todos...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não é necessário ler as emendas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não é necessário?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Basta dizer o número de emendas. Elas estão anexas ao processo. Portanto, serão apreciadas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – São uma, duas, três... É que não estão numeradas aqui. Bandeira, por favor.

Na verdade, é bem rapidinho, Senador Romero.

A primeira emenda é: "Substitua-se, no art. 5º do Projeto de Lei da Câmara, a expressão 'aos meios de comunicação' por – abre aspas – 'à comunicação mercadológica'".

A outra é: "Substitua-se, no art. 12 do Projeto de Lei da Câmara, a expressão 'na formação humana' por – abre aspas – 'no desenvolvimento do ser humano'".

E a outra emenda é: "Dê-se ao art. 18 da Lei da Câmara nº 14, de 2015, a seguinte redação...", que é o parágrafo único, mais as emendas, todas elas de redação.

Por favor, então, isso...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – As emendas de redação estão incorporadas ao relatório de V. Exª.

Nós votaremos o relatório com as emendas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza. Nós tivemos esse cuidado exatamente de as emendas terem apenas o caráter de redação, para que daqui vá para o gabinete presidencial e sancionada pela Presidente Dilma sem vetos.

Obrigada, Senador Romero.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – O parecer é favorável em todas as comissões. Eu quero registrar a importância deste projeto. Eu diria que o Congresso, o Senado Federal abre este ano de votações com a primeira matéria uma matéria extremamente favorável e importante para o futuro do País, que é a primeira infância. Quero saudar o relator da matéria, que, com sua competência, com sua articulação, o Deputado Osmar Terra aprovou, por unanimidade, na Câmara dos Deputados, e o Deputado Darcísio Perondi, que atuou no sentido de aprovar esta matéria também.

Então, a matéria é extremamente relevante. Quero dizer que foi uma prioridade deste Senado dar urgência a esta matéria. E a Senadora Fátima, que brilhantemente relatou a matéria na Comissão de Educação, foi designada por esta Mesa para que relatasse em todas as outras comissões, tendo em vista o seu conhecimento e o seu compromisso com a primeira infância.

Está em discussão a matéria.

Com a palavra, o Senador Ricardo; depois, o Senador Medeiros e o Senador Cristovam.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romero Jucá, Srªs e Srs. Senadores, a Senadora Fátima Bezerra, na condição de relatora, esboçou com absoluto detalhe a importância, o alcance, a dimensão, a necessidade deste projeto que estamos votando aqui. Foi cirúrgica, pontuou cada um dos avanços que estão consignados neste projeto de autoria do Deputado Federal Osmar Terra, que é um antigo, experiente militante dessa causa, tendo sido Secretário de Estado da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul durante oito anos, e deixou um legado no Estado do Rio Grande do Sul.

E falo isso, Srª Senadora Fátima Bezerra, não apenas por ouvir dizer, eu falo isso, Senador Moka, porque, à época, eu era Vice-Governador do Estado do Espírito Santo e fui até o Estado do Rio Grande do Sul conhecer o programa Primeira Infância Melhor, de extraordinária fundamentação teórica e acadêmica, mas também com um elevado resultado prático, um programa reconhecido não apenas nacionalmente, mas um programa que é referência para a Unesco e para um conjunto de outras entidades multilaterais mundo afora, que cuidam e entendem a importância de proporcionarmos à primeira infância políticas, ações, diretrizes que possam efetivamente tratar, para além das palavras, de ações e políticas públicas que possam dar a essa fase, que é das mais importantes, ou a mais importante – a neurociência classifica essa fase como fase fundamental na formação, na estruturação do ser humano –, por ser a primeira infância a fase em que pelo menos 80% das conexões dos neurônios se formam.

E havia, na prática, uma lacuna de políticas e ações voltadas para o fortalecimento da primeira infância, porque a primeira infância é adotada como prioridade em alguns Estados, em alguns Municípios, dependendo do grau de comprometimento daquele governante – de comprometimento, de conhecimento e assim por diante –, porque mesmo, Senador Moka, quando você não conhece, mas você tem comprometimento, você faz desse comprometimento resultado extraordinário.

E o Deputado Osmar Terra, que é o autor deste projeto, eu dizia que eu fui até o Estado do Rio Grande do Sul porque queria trazer para o meu Estado do Espírito Santo aquela exitosa experiência que lá foi implantada com excepcionais resultados. Resultados não no campo teórico, mas resultados no campo prático.

Este projeto é, portanto, produto e resultado de muitas discussões, de muitos debates, de muitas audiências públicas na Câmara Federal e também aqui no Senado Federal. Ele chega, portanto, aqui pronto, maduro, depois de muitos debates que estão aqui muito bem detalhados no caderno, na cartilha, Marco Legal da Primeira Infância, que nos é trazida pelo Deputado Osmar Terra.

Mas, Sr. Presidente, a construção desse Marco Civil da Primeira Infância é, de fato, um reconhecimento da importância da primeira infância como base para todas as aprendizagens humanas. Estudos demonstram que a qualidade de vida de uma criança entre o nascimento e os seis anos de idade pode determinar ou não as contribuições que ele trará à sociedade quando adulto. Se esse período incluir suporte para o crescimento cognitivo, o desenvolvimento da linguagem, habilidades motoras, adaptativas e aspectos socioemocionais, a criança seguramente terá uma vida escolar bem-sucedida e relações sociais fortalecidas.

Aliado à boa alimentação, Senador Cristovam Buarque, o estímulo adequado à criança de até seis anos gera benefícios que vão desde o aumento da aptidão intelectual até a formação de adultos preparados para aprender e lidar com os desafios do cotidiano humano. Nesse sentido, a educação fundamental é precondição. A primeira etapa da educação básica complementa a ação da família no desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social.

Oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos, a atividade, de fato, exige atenção especial.

Mais uma vez, reforço: os estudos demonstram que é durante a primeira infância que o cérebro humano desenvolve a maioria das ligações entre os neurônios. Até os três anos de idade, as cerca de 100 bilhões de células cerebrais com as quais uma criança nasce desenvolvem 1 quatrilhão de ligações. O número é o dobro das conexões que um adulto possui. Aos quatro anos, estima-se que a criança tenha atingido a metade do seu potencial intelectual. É disso que se trata.

Quando focado em famílias em situação de pobreza, o desenvolvimento infantil pode romper um ciclo de falta de oportunidades. No Brasil, o grupo é um dos mais vulneráveis da população. Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, quase metade, 45% das famílias brasileiras com crianças de zero a seis anos vivem com rendimento mensal *per capita* de até meio salário mínimo, altas taxas de mortalidade, desnutrição infantil, falta de Registro Civil, violência doméstica e a tradição do cuidado básico em detrimento da prática educacional são algumas das condições adversas ao pleno desenvolvimento infantil que devem ser observadas nas políticas públicas.

Decerto, com esse Marco Civil que seguramente estaremos aprovando aqui, Deputado Perondi, que é um ativo militante e ativista dessa causa, nós não estaremos, com certeza, resolvendo todos os problemas. Não, mas nós estaremos dando um passo muito importante na direção de criarmos diretrizes nacionais, na condição de integrarmos esses programas com os demais programas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, para que nós possamos criar ambiente e horizonte de virarmos essa página.

De modo que eu rendo aqui as minhas homenagens à militância desse extraordinário médico, sanitarista, ex-Secretário de Estado da Saúde do Estado Rio Grande do Sul e valente Deputado Osmar Terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu agradeço ao Senador Medeiros que eu possa passar um pouquinho na frente, até porque, em breve, eu vou ter que estar em outro lugar, fazendo uma palestra.

Senador, o que eu quero dizer aqui é muito simples: é que este projeto do Deputado Osmar Terra preenche uma lacuna fundamental que o Brasil vem sofrendo.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Cada criança que não é bem cuidada na primeira infância é um pedaço do futuro que é consumido do Brasil inteiro. O que o Deputado Osmar Terra trouxe foi a possibilidade de resolvermos esta lacuna, esta brecha, este buraco: como o Brasil cuida de suas crianças.

A Senadora Heloísa Helena dizia aqui, algum tempo atrás, que se o Brasil cuidasse de uma geração, essa geração, depois, cuidaria do Brasil. O Deputado Osmar Terra, com o seu projeto, traz a possibilidade de nós cuidarmos das nossas crianças na primeira infância. E a Senadora Fátima Bezerra, com o seu relatório, traz todos os argumentos necessários para que não adiemos, nem um minuto mais, a aprovação desse projeto do Deputado Osmar Terra.

Por isso, aqui, o meu apoio total para que esse projeto seja aprovado.

Agora, Senador, eu não gostaria de deixar de pedir ao senhor – e que tem a ver com isso – é a gente votar esse pedido, esse requerimento que os Líderes colocaram na Mesa, e assinaram, a meu pedido, do projeto relacionado às características que definem trabalho escravo no Brasil. Temos que debater isso nas comissões. Não seria bom votar isso no plenário. E aqui está um dos maiores defensores, um dos maiores lutadores contra o trabalho escravo contemporâneo, que é o Senador Paulo Rocha. Vamos mandar para as comissões e debater se a atual caracterização de trabalho escravo está ou não errada. Eu nem vou dizer que está plenamente certa, mas mudar isso neste momento é ruim.

E, segundo, eu quero dizer que o requerimento foi entregue ao Presidente em exercício naquele instante, o Senador Viana, e está na Mesa. Eu deixo aqui, portanto, o meu desejo de aprovação imediata ao PL do Deputado Osmar Terra e também de que nós votemos esse requerimento tirando o regime de urgência para o projeto relacionado ao trabalho escravo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra, o Senador José Medeiros.

Eu quero registrar aqui a presença, além do autor e do articulador, Osmar Terra e Darcísio Perondi, das Deputadas Maria Helena Veronese e Bruna Furlan, que se dedicaram também à aprovação...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – E Carmen Zanotto, grande lutadora.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – E Carmen Zanotto, que se dedicaram também à aprovação desta matéria extremamente importante para o futuro do Brasil.

Com a palavra, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com muita alegria que faço a discussão deste projeto, porque participei ativamente das discussões e do início da Frente da Primeira Infância, juntamente com a Deputada Bruna, a Deputada Maria Helena, a Deputada Shéridan, o Deputado Osmar Terra e o Dr. Perondi.

Quero parabenizar a relatora, que fez um relatório magnífico, Senadora Fátima Bezerra, parabenizar a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e todos que trabalharam para que chegasse este momento.

Sr. Presidente, para não me delongar, quero contar aqui uma pequena história que o Senador Cristovam não nos repassou, por modéstia, mas que achei muito interessante e importante contar a todos os meus Pares neste momento. Em certa oportunidade, o helicóptero da Presidência da República que levava o Presidente Lula, no seu primeiro mandato, sofreu uma pane e teve que fazer um pouso forçado no Sertão de Pernambuco. Havia algumas crianças pequenas à beira de uma cerca. Imaginem o que foi para essas crianças, que mal veem um automóvel, lá no interior de Pernambuco, verem descer daquela máquina magnífica da FAB o Presidente da República, o então Presidente Lula. Um fotógrafo que estava por ali tirou uma foto do Presidente Lula agachado perto da cerca com aquelas crianças.

A foto rodou os jornais e o Senador Cristovam Buarque teve a presença de espírito de visitar, no sertão de Pernambuco, aquelas crianças. Foi conhecer quem eram elas, quem eram suas famílias e qual a história de cada criança. Voltou para Brasília e escreveu uma carta ao Presidente Lula, relatando o que simbolizava para aquelas crianças de repente baixar no quintal da sua casa o helicóptero do Presidente da República. Mostrou que aquilo poderia simbolizar o início da mudança da relação do Brasil com a educação infantil, da relação do Brasil com suas crianças. Ele escreveu essa carta e recentemente escreveu um magnífico artigo relatando esse fato e dizendo que, após dez anos, ele foi a Pernambuco visitar aquelas crianças, para ver como estavam.

Infelizmente, ele se deparou com um estado desolador. Porque ele tinha escrito ao Presidente Lula que ali era uma oportunidade de o Presidente mudar a vida daquelas crianças e simbolicamente mudar a vida das crianças brasileiras. Mas o que aconteceu? Ele se deparou com alguns presos, outros que tinham saído da escola, outro que já tinha morrido. Enfim, um cenário desolador. Ele escreveu outra carta, dessa vez para a Presidente Dilma, dizendo que não tinha sido possível o Brasil mudar a vida daquelas crianças, mas que um deles teve uma filha na adolescência e aquela criança estava dando uma nova oportunidade para que o Brasil pudesse mudar sua relação com suas crianças. Eu estou citando esse texto porque exemplifica a realidade do que é, na maioria dos casos, o tratamento com as crianças no Brasil.

Sr. Presidente, o Marco Legal da Primeira Infância vem justamente fazer essa mudança pela qual lutava naquele momento o Senador Cristovam Buarque: mudar a relação com que o País trata suas crianças.

Ontem, Sr. Presidente – e falo agora de segurança –, aconteceu um fato lamentável aqui no Entorno de Brasília: um funcionário daqui da Casa, do gabinete do Senador Eduardo Amorim, foi assassinado por uma criança, por um adolescente de 15 anos de idade. Aqui, de repente, vocês me perguntam: o que tem a ver o Marco Legal da Primeira Infância com segurança pública? Tem tudo a ver.

Sr. Presidente, tive o orgulho e a felicidade de participar de um curso na Universidade de Harvard proporcionado por este Senado Federal. Ali, uma série das melhores cabeças do mundo fez um estudo que é o embrião, o nascedouro desse projeto do Marco Legal da Primeira Infância; esse curso também foi feito pelo Deputado Osmar Terra. Ali começou a gestação desse projeto. Esses estudiosos diziam justamente o que foi falado aqui pelo Senador Ricardo Ferraço: de zero a seis anos de idade, existe uma janela de oportunidade em que são construídas as pilastras que vão sustentar aquele adulto, é o momento propício, se não houver nenhum obstáculo à sua formação, para essa criança vir a ser um adulto de sucesso.

Destaco aqui um estudo que foi feito pelos doutores ali, fizeram um estudo de duplo-cego. Numa comunidade de extrema vulnerabilidade, Sr. Presidente, eles pegaram dois grupos: eles acompanharam um grupo direcionando Políticas Públicas para que as crianças não sofressem nenhum obstáculo à sua formação; nesse mesmo grupo, acompanharam também outro, simplesmente o acompanharam. O resultado foi que, aos 18 anos, eles observaram um gráfico com situações totalmente opostas. Aquelas crianças que foram acompanhadas de 0 a 6 anos com Políticas Públicas direcionadas tiveram alto índice de aprendizagem, menor índice de criminalidade, enfim, todos os indicadores foram positivos. Ao passo que o gráfico daqueles que não tiveram apoio, que não tiveram acompanhamento, foi desastroso, com alto índice de criminalidade, com alto índice de drogadição, enfim, um desastre total.

Chegaram à conclusão de que, se o Estado não investir na primeira infância por uma questão humanitária, que o faça por uma questão econômica. Por que isso? Porque chegaram à conclusão, Senadora Fátima Bezerra, de que, para cada dólar gasto com aquele grupo em que houve o acompanhamento por Políticas Públicas do Estado, tiveram de gastar sete depois com aqueles que não foram acompanhados, com cadeias, com

tratamento psiquiátrico, enfim, com tratamento para recuperação do vício em drogas e do alcoolismo. Enfim, chegaram à conclusão de que gastar com a primeira infância não é despesa, mas investimento.

Hoje no Senado Federal brasileiro, Senador Jucá, V. Exª ressaltou muito bem a importância desse projeto. Creio que simboliza, para nós, neste momento, que enfrentamos um período de extrema aflição, de crise no País, creio que é simbólico esta Casa, neste momento, como primeiro projeto, aprovar o Marco Legal da Primeira Infância. Sabe por quê? Porque aponta para o futuro, aponta para uma saída, aponta para aquela tecla na qual o Senador Cristovam Buarque sempre bate aqui, que é a educação. Só temos uma saída e é pela educação. Tenho dito sempre que ele aqui tem sido como João Batista, a voz que clama no deserto sobre esse assunto.

Neste momento, eu me emociono ao saber que estamos fazendo história no Senado Federal brasileiro, não tenho dúvidas. Políticas Públicas nós temos muitas, mas espalhadas. O que faz esse projeto? Não faz nenhum milagre, mas direciona, condensa e mostra um rumo para os Municípios, para os Estados e para a União de que a saída é investir dos 0 aos 6, na primeira infância, porque depois fica mais caro e mais difícil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra o Senador José Serra.

V. Exª dispõe de até dez minutos para discutir a matéria.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente Senador Jucá, Srªs e Srs. Senadores, venho aqui com muita satisfação encaminhar o voto favorável do PSDB a este projeto, que é um dos projetos mais importantes que já votamos nesta nossa Legislatura.

Quero aqui me congratular com a nossa Relatora, a Senadora Fátima, e com o grupo de autores do projeto, encabeçado pelo Deputado Osmar Terra, pelo Deputado Perondi, pelas Deputadas Carmen Zanotto, Bruna Furlan, Maria Helena, enfim, por um grupo de Parlamentares na Câmara que soube dar forma, que soube dar conteúdo a uma questão crítica para o nosso País, que é precisamente a questão da primeira infância.

Na verdade, o que a pessoa vai ser ou deixar de ser na vida depende muito do que vai acontecer nesse período. A preocupação, portanto, para quem tem olho no longo prazo no País, é privilegiar o atendimento e o desenvolvimento adequado das crianças que estão nessa faixa etária, que tendeu historicamente no Brasil a ter um papel acessório, um papel de resíduo com relação a políticas educacionais, políticas que preparam as crianças para a vida. Portanto, aqui enfatiza-se a visão que temos de longo prazo.

Eu me lembro, no Ministério da Saúde, que nós criamos na época um programa, o Bolsa-Alimentação. O Bolsa-Alimentação visava a alimentação das gestantes durante toda a fase de amamentação e, no período posterior até dois anos, dava ênfase à saúde das crianças. Isso porque estava comprovado – e o Deputado Osmar Terra conhece melhor do que ninguém isso – que uma alimentação deficiente nesse período torna as crianças mais inaptas para o aprendizado posterior, cria um obstáculo, uma barreira, um peso ao desenvolvimento dessas crianças. Isso se estende aos seis anos não apenas no que se refere à alimentação, mas no que se refere à educação propriamente dita, no que se refere ao cuidado, no que se refere à socialização.

Quero enfatizar também que o projeto abre caminho para um fortalecimento da profissão dos educadores da primeira infância, o que também é algo tratado de maneira improvisada no Brasil, embora seja um setor da área educacional extremamente complexo. O projeto abre caminho para isso e também para a integração de uma rede tocada pela sociedade, pela área privada, nesse processo de cuidado com a primeira infância. O projeto cria condições institucionais que facilitarão tanto a carreira, o desenvolvimento e o fortalecimento dos educadores nessa faixa etária quanto a rede privada, a rede da sociedade que, obrigatoriamente, tem que se associar a esse processo.

Quero aqui aproveitar também para fazer uma homenagem muito especial ao autor, que foi o primeiro subscritor, o Deputado Osmar Terra, que tem uma trajetória longa nessa batalha pela infância no Brasil, da qual a Comunidade Solidária foi precisamente um dos momentos. Eu conheci, aliás, o Deputado quando ele era o Secretário-Executivo da Comunidade Solidária, conjuntamente com a Ruth Cardoso. Ele fez um trabalho memorável no seu Estado, Rio Grande do Sul, durante vários governos, não só em função da saúde, mas também em relação à questão da primeira infância. E fez um trabalho que pode ser considerado heroico, porque a crise fiscal do Rio Grande do Sul vem desde tempos imemoriais. (*Risos.*)

Eu me lembro das dificuldades que o Antônio Britto, depois o Olívio Dutra, depois o Germano Rigotto, todos os governadores desde então atravessaram, independentemente da coloração partidária. E sublinho aqui a importância do trabalho do Deputado que, sendo meu amigo pessoal, tive a oportunidade de acompanhar mais de perto. É um Parlamentar muito valoroso.

Ao lado dele, o nosso também Darcísio Perondi, que foi um dos pontos de apoio essenciais da nossa atuação no Ministério da Saúde. Capiberibe, o Perondi foi essencial para a nossa gestão no Ministério, atuando aqui dentro do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados. Eu queria fazer essa homenagem pública

ao meu querido amigo competente, boa gente e batalhador, Deputado Darcísio Perondi. Não posso deixar de aproveitar esta oportunidade.

Naturalmente, as nossas Deputadas mulheres que se colocaram não só à frente do projeto, mas também na elaboração deste projeto.

Portanto, é com muito agrado que venho aqui fazer este encaminhamento. O Senado vai aprovar por unanimidade e o projeto depois vai ter que virar realidade. Isso será a segunda etapa da nossa batalha.

O trabalho parlamentar não se pode esgotar na aprovação da lei; tem que se projetar no controle do Governo, para que a lei seja cumprida, para que a lei comece a ser implantada e implementada. Portanto, fica colocado também esse desafio aqui a todos nós.

E subscrevo, quero dizer, as palavras que ouvi aqui de vários Senadores, entre eles o Cristovam, nosso Senador Ferraço, nosso queridíssimo Senador e batalhador do Mato Grosso e do PPS, diga-se de passagem, que tão bem soube aqui exprimir aquilo que o projeto tem de essencial. E me congratulo com todos, e com a nossa Relatora.

Fátima, é bom a gente estar do mesmo lado em certos momentos, você concorda? (*Risos.*)

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria aqui de render as minhas homenagens ao Deputado Osmar Terra pela sua sensibilidade e, principalmente, pelo comprometimento com a criança e adolescente. Quando criou o PIM (Primeira Infância Melhor), eu era Secretária Nacional de Assistência Social no Governo Fernando Henrique, e ali a gente já sabia que, da cabeça de Osmar Terra, teria que nascer um projeto dessa natureza.

Mas também, ao mesmo tempo em que cumprimento o Osmar, quero cumprimentar a Relatora Fátima Bezerra, que, com sensibilidade, inteligência, dedicação, relatou esse projeto tão importante para a sociedade brasileira.

Quero cumprimentar a Deputada Maria Helena, Deputada Bruna Furlan, Deputado Darcísio Perondi, Deputada Carmen Zanotto. E quero dizer às Deputadas que é um prazer, uma honra tê-las aqui, e, principalmente para nós, da Bancada Feminina, é importante que as mulheres estejam aqui coesas, juntas, para que possamos mostrar à sociedade brasileira a importância da mulher no Parlamento.

Esse projeto é um projeto que marca o Parlamento brasileiro. É um projeto que vem corrigir uma falha do ECA e, sem dúvida nenhuma – já foi colocado aqui por vários oradores que me antecederam –, mostra a importância da atenção específica à criança nessa faixa etária de zero a seis anos, quando se formam as principais conexões cognitivas.

Portanto, está em apreciação este projeto, que aguarda a votação nesta Casa. Trata-se do PLC 14, de 2015, de autoria do nobre Deputado Osmar Terra. O projeto já passou por discussões inclusive no III Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância e na VI Reunião da Rede Hemisférica de Parlamentares e ex-Parlamentares pela Primeira Infância, no final de junho e início de julho do ano passado, na Câmara dos Deputados.

De fato, o projeto em questão lança as bases do Marco Legal da Primeira Infância no Brasil. Ele estabelece políticas públicas para a primeira infância, que abrange a criança do nascimento até os seis anos de idade. Resumidamente, o projeto pretende complementar o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque, quando o ECA foi criado, em 1990, não contávamos com pesquisas tão avançadas sobre essa fase da infância.

Portanto, para não me alongar muito, eu queria apenas destacar três partes do projeto. Primeiro: os princípios e diretrizes para as políticas públicas para a primeira infância. Segundo: garantia de direitos da criança até seis anos de idade em ações importantes para a vida e o desenvolvimento infantil. Terceiro: criação de outras medidas e ações em outras leis que concorrem para o atendimento mais amplo dos direitos da criança na primeira infância (CLT, Código de Processo Penal, Lei nº 11.770, de 2008, e Lei nº 12.662, de 2012).

Por fim, quero destacar alguns números perversos que dizem respeito à infância brasileira. De acordo com levantamento realizado pelo IBGE, 25% das famílias brasileiras estão na faixa de pobreza. Há um detalhe, porém, que torna essa informação ainda mais cruel: quando consideramos apenas as famílias que têm criança entre zero e seis anos, ou seja, na primeira infância, observamos que 45% delas estão na faixa da pobreza. Em outras palavras, as famílias com mais crianças são exatamente aquelas que têm menos condições de assegurar-lhes a devida atenção.

O atendimento à criança, concluímos, não se faz apenas com a elaboração de leis, mas com políticas públicas que deem condições de cidadania à população brasileira.

Portanto, este é um projeto que engrandece esta Casa, o Congresso Nacional. É um projeto que diz respeito à criança e que, sem dúvida alguma, mostra a importância não só da Bancada Feminina nesta Casa, como também de Deputados que têm grande sensibilidade para a questão da infância e da adolescência.

Encerro as minhas palavras cumprimentando e abraçando Osmar Terra e as Deputadas e Senadoras que se engajaram nesse projeto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra, o Senador Fernando Bezerra. S. Exª tem até dez minutos para proferir o seu discurso. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Dário Berger.

V. Exª dispõe de até dez minutos.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente Romero Jucá, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, quero também me associar aos demais Senadores e Senadoras que já se manifestaram e enalteceram o presente projeto de lei.

Quero inicialmente cumprimentar o Deputado Federal Osmar Terra, primeiro subscritor dessa matéria; cumprimentar também a Senadora Fátima Bezerra, uma legítima representante aqui, no Senado Federal, dos assuntos relacionados à educação, onde a infância efetivamente está representada. Quero cumprimentar a catarinense Carmen Zanotto e, em nome dela, cumprimentar as demais Deputadas Federais que nos honram com sua presença aqui, neste momento histórico para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados.

E quero acrescentar ainda que hoje me parece se tratar de um dia histórico para o Senado Federal. Esse projeto de lei engrandece a nossa Casa e dá respaldo às nossas crianças, que representam a esperança viva de um futuro melhor.

A proposta cria princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, em atenção às especificidades e à relevância dos primeiros anos de vida – até os seis anos de idade – e ao desenvolvimento infantil.

Se nós desejamos ter um futuro melhor para o nosso País, temos que começar desde cedo investindo nas nossas crianças e nos nossos jovens. E eu penso que nós, homens públicos, Parlamentares, não podemos poupar recursos nem esforços para criarmos uma logística necessária para atender às nossas crianças em tempo real, com o que existe de melhor, para que efetivamente elas possam ter uma formação adequada e representar o nosso País no futuro.

Entre tantas medidas já destacadas e defendidas aqui pelos Senadores e pelas Senadoras que me antecederam, quero ainda acrescentar que, entre as medidas propostas, destaca-se a ampliação da qualidade do atendimento das crianças de zero a seis anos de idade e a possibilidade de ampliação da licença-paternidade por até 15 dias, além dos 5 dias previstos em lei.

A relevância dessa matéria é reforçada por diversas pesquisas no âmbito na neurociência que comprovam que as experiências dos primeiros anos de vida têm um impacto duradouro, fundamental, essencial, vital para a arquitetura do cérebro e sedimentam a base para todo o comportamento e aprendizado das crianças para o resto da sua vida.

Portanto, este, na minha opinião, não é um simples projeto: ele é um projeto essencial, sublime, fantástico, que tenta criar uma logística toda própria, que cria efetivamente um novo marco legal, um novo estatuto, que vai atender as nossas crianças e os nossos adolescentes. Por essa razão, eu não poderia, na condição de Senador, representante do Estado de Santa Catarina, deixar de me manifestar nesta oportunidade.

Além do que, Deputado Osmar Terra, eu tive o privilégio, na minha carreira pública, de ser prefeito por 16 anos consecutivos e, quando exerci esses mandatos, procurei estabelecer prioridades, como todo administrador público tem que estabelecer. E uma das minhas prioridades fundamentais estava voltada para a educação. E o Município, todos nós sabemos, atende a primeira infância e atende também o ensino fundamental. E eu tive a oportunidade, quando fui prefeito de São José, de fazer uma revolução na educação. A Deputada Carmen Zanotto, que foi a nossa Ministra estadual da Saúde, em algumas oportunidades, em Santa Catarina, parceira nossa de políticas públicas e sociais, pode comprovar que nós demos uma atenção toda especial a essa questão.

Posteriormente, como prefeito de Florianópolis – só para não me tornar enfadonho ao fazer uma apreciação pessoal a respeito desse assunto –, em oito anos de mandato, construímos mais salas de aula do que todos os governos de Florianópolis juntos construíram em toda a sua história. E olha que Florianópolis vai fazer, em breve, 400 anos. Na educação infantil, nós mais do que dobramos o número de vagas em creches em período integral. Se fosse em meio período, nós teríamos quadruplicado esse número.

Então, falo com a consciência livre, tranquila, pois tenho conhecimento dessa matéria e, quando tive oportunidade de fazer, fiz. E hoje posso perceber que nós estamos criando uma nova logística para atendimento das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Portanto, mais uma vez, cumprimento V. Exª, Deputado Osmar Terra, médico, conhecedor dessa matéria, e também a minha prezada e estimada Carmen Zanotto, que é ligada completamente à questão da saúde e, sobretudo, às nossas crianças. Quero me congratular com V. Exªs e com a Senadora Fátima Bezerra por essa matéria e, evidentemente, dizer que esse é um dia histórico, do qual tenho muita honra de participar e de expressar o meu voto favorável a essa matéria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente Jucá, companheiros, muito já foi dito e muito poderia ser ainda dito.

Eu também quero-me regozijar com o Parlamento pela iniciativa do marco legal da primeira infância e estou muito orgulhoso de ver figurando nesse trabalho dois grandes Deputados Federais do Rio Grande do Sul, dois médicos, Osmar Terra e Darcísio Perondi, e os demais participantes. Com a relatoria da nossa colega Fátima Bezerra, esse é um trabalho extraordinário, que se preocupa com a proteção à infância.

E aproveito para lembrar que um outro gaúcho teve preocupação com o tema. O nosso Pedro Simon, Senador a quem tive a honra de substituir aqui, no Senado, apresentou em 2007 a Lei nº 11.523, que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, um diploma que se junta a este agora e que valoriza este tema que tanto tem nos preocupado que são os cuidados com a primeira infância.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Cumprimentos todos os participantes desse trabalho.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra, a Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, antes de mais anda, eu gostaria de parabenizar. Eu acho que o País só avança, Relatora Senadora Fátima, nessa direção dos bons projetos, das boas iniciativas. Eu quero parabenizar o Deputado Osmar Terra e o Deputado Perondi.

E quero dizer das amigas que aqui estão, Maria Helena e Carmen Zanotto, dizer da luta dessas mulheres e dizer ao Deputado Osmar que V. Exª adentra numa votação como essa construindo e fazendo história. Nós mulheres cansamos de falar do que era importante para as nossas crianças, e as mães sabem disso.

Eu não vou falar muito, porque eu quero encarecidamente pedir que haja esse quórum do Plenário e que votemos esta matéria tão importante para o Brasil.

Vou divulgar no nosso Estado o trabalho que V. Exªs realizaram.

Peço, Presidente, que o senhor possa colocar em votação imediatamente para que haja esse quórum qualificado dentro do plenário do Senado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço à Senadora Rose de Freitas.

Eu vou passar a palavra ao Senador Paulo Paim; como penúltimo orador, ao Senador Marcelo Crivella; e, logo após, à Senadora.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como gaúcho, eu não poderia deixar de falar sobre esse tema que é de iniciativa de dois gaúchos.

Presidente, hoje é o primeiro dia em que me refiro, num pronunciamento em plenário, ao meu amigo Perondi. Tivemos um desencontro no debate de um projeto, mas ele sabe que cada um de nós tem nossas posições. E eu quero homenageá-lo aqui, de público. Você foi, junto com Osmar Terra, um brilhante construtor dessa proposta. Ficam aqui meus cumprimentos. Divergências pontuais existem, e, num momento deste, eu tenho o maior orgulho de dizer que vou votar no projeto de vocês, construção de vocês.

Osmar Terra me convidou inúmeras vezes – inclusive, para ir aos Estados Unidos – para participar de conferências. Participei de três conferências aqui e percebi a grandeza desse projeto.

Em nome de Osmar Terra, em nome de vocês dois, cumprimento todos que trabalharam nessa construção. É uma alegria poder dar esse depoimento e dizer, Perondi, em nome desse projeto, que eu queria, neste momento, dar a mão a você e que você fizesse aqui a nossa conciliação, porque sempre fomos amigos. (*Palmas.*)

Só o seguinte, Sr. Presidente: não foi falado – e eu quero destacar – que aqui, no projeto, vai se estender a licença-paternidade para até vinte dias. São cinco mais quinze, mediante, claro, a conciliação com o empregador.

Um abraço à Câmara e ao Senado e aos dois Parlamentares gaúchos. Abraçando-os, eu abraço todos aqueles que construíram a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra, a Senadora Simone Tebet, logo após o Senador Marcelo Crivella. Como V. Exª é cavalheiro, eu vou ceder a palavra à Senadora Simone Tebet, e, logo após, V. Exª encerra com chave de ouro.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Serei muito breve.

Eu não poderia, como mulher e como mãe, deixar de me pronunciar neste momento.

Parabenizo o autor da proposição, que já foi muito bem elogiado, o Deputado Federal Osmar Terra e todos os subscritores da proposta; a Comissão Especial da Frente da Primeira Infância na Câmara Federal, e o faço na pessoa da Deputada Federal Carmen Zanotto, nossa colega; a Relatora, a Senadora Fátima Bezerra, pelo belíssimo relatório, que tive a oportunidade de ler.

E aqui quero fazer apenas uma prece: que essa não seja apenas mais uma lei dentre tantas leis que existem neste País e que esse Marco Legal da Primeira Infância seja uma verdadeira bíblia a acobertar e a proteger todas as crianças, desde a sua tenra idade, desde o feto até os seis anos e daí por diante. Essas crianças são verdadeiras sementes que precisam realmente de proteção, para que, no futuro, possam não só se protegerem, mas protegerem e fazerem por este País. Que as políticas públicas aqui preconizadas, impostas à sociedade, impostas ao Poder Público, impostas à família, impostas a qualquer cidadão brasileiro, possam ser cumpridas. E que nós possamos fazer pelos nossos filhos e pelos filhos de outras mães aquilo que idealizamos: garantir-lhes dignidade e o direito à vida, à segurança, à saúde, à educação, para que possam ser no futuro verdadeiros cidadãos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com a palavra, para encerrar a discussão, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui também prestar reverente e solene homenagem aos companheiros do Rio Grande do Sul Perondi e Terra e dizer da importância desse projeto que hoje estamos aprovando.

Eu queria também aqui, Sr. Presidente, falar sobre um assunto que está hoje na internet, que é caso do menino Samuel. O menino Samuel estava vivendo com a mãe aqui, no Riacho Fundo, quando um Juiz da Vara da Infância e da Adolescência recebeu uma carta precatória de um Juiz de Capivari, de São Paulo, mandando que o menino voltasse para o pai. Nesse instante, o menino se desespera – houve uma gravação. É comovente. Senador Jucá, Srªs e Srs. Senadores, se vissem o menino implorar para ficar com a mãe... Ele não queria voltar para o pai.

Isso traz para nós todos a lembrança do Bernardo, porque o Bernardo também dizia que não queria ficar com a madrasta. O juiz tomou a decisão, ouvindo o Ministério Público da União e o Conselho Tutelar, decidindo que o menino tinha que voltar. E o menino disse: "Olha, eles vão me matar. Eu vou morrer!" Palavras textuais. E foi morto. Mataram o menino.

Eu quero aqui, do Senado Federal, neste momento tão bonito em que nós estamos cuidando da vida de nossas crianças, fazer um apelo ao juiz de Capivari. O art. 161 do Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu §3º, já diz que na oitiva tem que se ouvir a criança.

Eu peço ao senhor, Excelência, que inclua nos autos a gravação que está na internet do menino Samuel. O senhor vai ver que milhões de pessoas – eu fui um que compartilhei – que fazem um apelo para que não ocorra a mesma coisa que aconteceu com o Bernardo.

Neste momento em que nós estamos aqui votando e aprovando um projeto de grande relevância em favor das crianças, que são diretrizes políticas para as crianças e os adolescentes, eu faço esse apelo pelo Samuel, para que não ocorra com ele o que houve com o menino Bernardo, também do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(*Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.*)

Matéria referida:
– https://www.youtube.com/watch?v=MEEGjNO4KoY

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Encerrada a discussão.
Em votação o projeto sem prejuízo das emendas.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Em votação, em globo, as emendas de redação, todas configuradas, apresentadas pela Relatora.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental. (**Vide item 1.2.3.1 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Eu quero aqui registrar a minha satisfação de estar presidindo o Senado nesta primeira sessão com a aprovação dessa matéria.

Eu quero registrar a importância do trabalho dos Deputados e Deputadas que estão aqui: Deputado Osmar Terra, Deputado Darcísio Perondi, Deputada Maria Helena Veronese, Deputada Bruna Furlan, Deputada Carmen Zanotto. Quero registrar também o trabalho importante da Senadora Fátima Bezerra. (*Palmas.*)

Eu quero registrar a importância do trabalho da Rede Nacional Primeira Infância e parabenizar o Sr. Vital. E eu quero parabenizar o Sr. Eduardo, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

E eu deixo aqui, ao finalizar essa matéria, um convite: convido aquelas pessoas que se interessarem por uma ação concreta em favor da primeira infância a conhecerem o trabalho que está sendo realizado pela Prefeitura de Boa Vista, pela Prefeita Teresa e sua equipe, denominado Família que Acolhe, que trabalha desde a gestação até os seis anos, garantindo atendimento de saúde, acompanhamento, acompanhamento de nascimento, material às famílias carentes e vaga obrigatória nas creches do Município.

Eu quero aqui registrar a importância desse projeto sobre a primeira infância que é aprovado hoje como primeira matéria deste Congresso Nacional no dia da retomada dos seus trabalhos no ano de 2016.

Está aprovada a matéria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Antes de encerrar a Ordem do Dia, eu quero registrar aqui duas votações rápidas.

Primeiro, requerimento do Senador Cristovam Buarque e de diversos Líderes que pedem que a matéria que trata da questão do regulamento do trabalho escravo seja encaminhada a algumas comissões.

Eu quero registrar que sou Relator dessa matéria, que é extremamente importante para definir efetivamente as questões de produção no Brasil; é uma matéria que tem diversos aspectos, porque o Brasil é díspar nas suas condições. Entendo que é urgente votar essa matéria, mas entendo também, Senador Cristovam, a contribuição que pode vir das comissões e especialmente do trabalho de V. Exª, que encabeça esse requerimento.

Em homenagem a V. Exª, nós estamos colocando em votação o requerimento para as comissões.

As senhoras e os senhores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco, em seguida, em votação – nós votamos aqui a urgência; agora vamos votar o teor da matéria.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. (**Vide item 1.2.3.2 do Sumário**)

A matéria vai às Comissões. (*Palmas.*)

Eu faço um apelo às comissões para que, em um prazo de 60, 90 dias, possa ser discutida essa matéria, que poderá ser votada aqui.

Para encerrar a Ordem do Dia – também requerimento do Senador Cristovam Buarque –, nós vamos votar o requerimento de urgência para discussão do Projeto de Resolução nº 1, de 2016.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. (**Vide item 1.2.3.2 do Sumário**)

Vou apreciar o requerimento já, agora. O projeto de resolução será apreciado.

O autor é o Senador Cristovam Buarque.

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 1, DE 2016

Esse projeto prorroga o prazo para o exercício de autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 33, de 3 de setembro de 2014, que trata de matéria aprovada pela CAE, de financiamento ao GDF.

Como houve um atraso na apreciação, o prazo está vencendo.

O projeto de resolução restabelece o prazo.

Em votação o projeto de resolução.

As Srªs e os Srs. Senadores permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, o Projeto de Resolução nº 1 vai à publicação.

(Vide item 1.2.3.3 do Sumário)

Encerrada a Ordem do Dia, vamos à comemoração pela aprovação da matéria aprovada. (*Palmas.*)

Encerrada a Ordem do Dia, voltamos à lista de oradores e convidamos o Senador Paulo Paim para presidir a sessão.

O Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos à lista de oradores.

Pela ordem aqui, seria eu em primeiro lugar. É claro que estou presidindo, então, Flexa Ribeiro.

Ricardo Ferraço.

Enquanto o Senador Ricardo Ferraço vem à tribuna, quero cumprimentar a aprovação do projeto do Deputado Osmar Terra por esta Casa e dizer que essa foto é simbólica por um segundo motivo. Senador Romero Jucá, eu queria dizer-lhe que estamos orgulhosos do acordo que V. Exª fez com o Senador Cristovam e com todos os Líderes, permitindo que o debate sobre o trabalho escravo se ampliasse um pouco mais e não fosse votado em regime de urgência.

Meus cumprimentos mais uma vez a V. Exª. É muito, muito importante a decisão do requerimento aprovado no dia de hoje. Meus parabéns.

Senador Ricardo Ferraço com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, estimado Senador Paulo Paim, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, uma decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional, em dezembro último, representou um duro golpe nas atribuições do FNE, fundo constitucional voltado para as áreas atendidas pela Sudene, ao elevar de maneira brutal os custos referentes as suas operações de crédito.

Pela resolução do Conselho Monetário Nacional, Sr. Presidente, que estabeleceu patamar mais pesado de encargos, as novas taxas dos fundos constitucionais para 2016 – pasmem, Srªs e Srs. Senadores – implicarão aumento de 80% nos juros reais dos recursos do Fundo Nacional do Nordeste, que é um fundo gerenciado pelo Banco do Nordeste e disponível para os Estados e as regiões que são atendidas pela Sudene.

Esse aumento foi de 4,3% para 7,7%. Além da disparada dos juros, esse percentual maior, referente aos financiamentos das empresas de grande porte, de 7,7%, é também pouco maior do que o oferecido às mini e microempresas, de 6,6%.

Os recursos que antes eram disponibilizados para essas empresas de pequeno porte, que representavam 35% dos encargos para as empresas de grande porte, hoje representam 80%, ou seja, está se financiando ou se pretende financiar, de acordo com essa decisão do Conselho Monetário Nacional, nas mesmas condições, não importando a dimensão nem o tamanho da empresa.

Na prática, as mudanças nas tabelas dos juros do FNE reduziram a distância entre as taxas cobradas do grande investidor, cobradas pelo pequeno. Antes o pequeno lidava com um percentual, agora sim de maneira precisa, a 35% do cobrado do grande investidor. Agora isso chegou aproximadamente 90%. Ora, isso representa um claro contrassenso, considerando a natureza das instituições envolvidas.

Criado junto com a Constituição de 88 e regulamentado no ano seguinte, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, conseguiu se confirmar e se afirmar ao longo dos anos como um dos principais instrumentos para sustentar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

O Fundo Nacional do Nordeste tem o claro objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste por meio do BNB, instituição financeira federal de caráter regional, mediante a execução de programas de apoio aos setores produtivos, em harmonia com os planos de desenvolvimento.

Poderia me indagar o Senador Elmano Ferrer por que um Senador do Estado do Espírito Santo estaria defendendo ou combatendo a manutenção de uma decisão equivocada como essa por parte do Conselho Monetário Nacional.

Em primeiro plano, por absoluta solidariedade a esse importante instrumento de desenvolvimento regional, que tem permitido aos Estados emergentes brasileiros a atração de importantes investimentos, fundamentais para a geração de oportunidades. Não apenas por conta disso, mas porque também uma região do meu Estado, o Espírito Santo, os Municípios que estão ao norte do nosso Rio Doce, assim como alguns Municípios do Estado de Minas Gerais, em função de serem consideradas regiões absolutamente desafiadoras, são contemplados com recursos da Sudene.

Se nós temos o que comemorar no Espírito Santo, sobretudo os investimentos que conseguimos atrair... Neste momento, nós estamos, por exemplo, na antessala de inaugurarmos, Senador Dário Berger, uma fábrica para a construção de carrocerias de ônibus da Marcopolo. Se conseguimos atrair esse empreendimento para o nosso Estado foi graças a esse importante instrumento de desenvolvimento regional.

Por isso, essa decisão do Conselho Monetário Nacional nos dias finais de dezembro é de fato uma decisão absolutamente equivocada, que precisa merecer uma revisão, porque não há como compararmos a destinação desses recursos que são utilizados pelo FNE, pelo Banco do Nordeste, com os recursos que são ou foram utilizados pelo BNDES. Os recursos que utilizados pelo BNDES são subsidiados pelo contribuinte brasileiro, porque o Governo emite títulos, vai ao mercado, paga 14,25, empresta por uma taxa muito menor, via BNDES, e tem que cobrir a diferença.

Essa não é a realidade dos recursos disponibilizados pelo Fundo Nacional do Nordeste, pelo Banco do Nordeste. Na verdade, o que o Governo quer fazer com essa medida é primário: não disponibilizar esses recursos para que eles estejam prontos para ser contemplados nessas regiões.

A Lei nº 7. 827, de 1989, Senadora Rose de Freitas, estabelece explicitamente a necessidade de adoção por parte do Fundo Nacional do Nordeste de prazos, carência, limites de financiamentos, juros e outros encargos diferenciados e favorecidos, justamente em função dos aspectos sociais e econômicos dos empreendimentos, sob a inspiração de uma estratégia regional de desenvolvimento.

No caso particular do FNE, essa diferenciação nas taxas de juros também se torna mais relevante em situação de grave adversidade climática, como é o atual quadro de estiagem prolongado não apenas no Nordeste, mas em toda a região Norte do meu Estado.

Sei que o Senador Fernando Bezerra esteve na tribuna hoje fez uma fala veemente na direção de chamar a atenção, na direção de sensibilizar o Governo Federal, de sensibilizar o Ministério da Fazenda, o Ministro Nelson Barbosa, o Ministro Armando Monteiro, homem que conhece as necessidades e o desenvolvimento regional do nosso País, que sabe da importância desse instrumento como ferramenta de favorecimento e promoção dos Estados e das regiões mais deprimidas do nosso País.

Preciso frisar - e faço isso de maneira mais intensa agora - que as características dos financiamentos do BNB se diferem das características do BNDES, que repassa aos tomadores recursos com elevado subsídio público.

Os recursos do FNE não têm subsídio, porque são recursos constitucionais, sem a necessidade de o Governo emitir títulos de dívida para viabilizá-los, assim como decidiu e definiu o Congresso brasileiro, o Congresso constituinte primário. Portanto essa é uma decisão eivada, a meu juízo, de ilegalidade.

Por conta disso, estou ultimando o conteúdo para entrar com um decreto legislativo nesta Casa revogando a decisão do Conselho Monetário Nacional, que não pode usurpar, que não pode se apropriar de uma prerrogativa do Congresso brasileiro em prejuízo de uma importante e estratégica ferramenta para a promoção do desenvolvimento das regiões mais deprimidas do nosso País, Ministro e Senador Fernando Bezerra.

Quero crer que a partir de um decreto legislativo esta Casa irá se afirmar na direção de defender esse instrumento, considerando a sua importância, o seu legado e a sua história de promoção do desenvolvimento regional brasileiro, capixaba e das regiões emergentes do nosso País.

Ouço com prazer o Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, prezado Senador Ricardo Ferraço, como V. Exª sublinhou, já tive oportunidade de me pronunciar sobre esse tema na sessão de hoje, mas, ouvindo atentamente o seu pronunciamento, considero importante trazer mais informações para poder me solidarizar e apoiar essa iniciativa que V. Exª traz à Casa de patrocinar um decreto legislativo que possa rever essa triste decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional. Recentemente, lia um artigo sobre o sucesso econômico da Alemanha, país da Comunidade Europeia que apresenta a maior taxa de crescimento, a menor taxa de desemprego e uma vigorosa pauta de exportação, calcada no apoio à pequena e média empresa. Noventa e quatro por cento das exportações alemãs estão em cima de pequenas e médias empresas, diferentemente daqui, do nosso Brasil, em que a exportação é centralizada nas grandes empresas, multinacionais e nacionais. E um dos fatores do sucesso econômico da Alemanha são os programas de desenvolvimento regional. Existem bancos públicos na Alemanha que são obrigados por lei a emprestar apenas nos seus Estados. Veja a importância de gerar equilíbrio do desenvolvimento econômico num país que já é desen-

volvido como a República Alemã. Aqui no Brasil, eu fui Ministro da Integração Nacional no primeiro Governo da Presidenta Dilma Rousseff. E ficamos atentos a esses instrumentos de política de desenvolvimento regional. A Professora Tânia Bacelar, uma profunda conhecedora desse tema, em audiência pública que promovi no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, explicava que o crescimento do Nordeste acima da média nacional durante os primeiros 12 anos da administração petista se deveu às políticas de inclusão social, à política de salário mínimo e à política fruto dos financiamentos dos fundos constitucionais, que promoveram a atração de investimentos, que promoveram a modernização da indústria, do varejo e do turismo no Nordeste do Brasil. Como Ministro da Integração Nacional, consegui, por meio de decreto presidencial, que as taxas do FNE não fossem alteradas se não fosse por proposta do Ministro da Integração Nacional, porque o Ministro da Integração Nacional tem o dever de zelar pelas políticas de equilíbrio federativo e de promover as políticas de desenvolvimento regional. Pois muito bem, na última reunião do Conselho Monetário Nacional realizada no ano passado sob a Presidência do ex-Ministro Joaquim Levy, houve o debate se o Conselho Monetário Nacional poderia alterar as taxas do FNE se não havia proposta do Ministério da Integração Nacional. Terminaram fazendo uma interpretação: se era o Conselho Monetário Nacional que aprovava as taxas, ele poderia, então, fixar novas taxas sem a manifestação ou a anuência do Ministro da Integração Nacional. Por isso, acho que a sugestão de V. Exª vem em boa hora, porque apenas não está ferindo a Constituição Federal, o que já seria o bastante, mas fere também dispositivo de regulação de fixação dessas taxas que foram rasgadas e feitas letras mortas na última reunião do Conselho Monetário Nacional. Portanto, quero dizer da oportunidade do pronunciamento de V. Exª e, sobretudo, da sugestão que traz para que este Senado Federal, para que o Congresso Nacional, por meio dessa iniciativa, possa corrigir essa injustiça! O Nordeste brasileiro já apresenta sinais de desaceleração, de queda nas suas receitas de ICMS, de queda dos seus investimentos, o que nós não podemos tolerar. Como V. Exª bem disse, o que este Governo está querendo é gerar superávit primário com os recursos do FNE, num momento em que é preciso injetar ânimo, confiança, para que os empresários, sobretudo os pequenos e médios empresários do Nordeste, possam voltar a investir. Se essas taxas forem mantidas – nisso não acredito! –, a reação em Pernambuco, na Bahia, no Ceará, no Piauí...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – No Espírito Santo.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ...no Espírito Santo e em muitos outros Estados da Região já se fará sentir. Quero ser justo: o Ministro Armando Monteiro se reuniu com esses economistas e com consultores que alertaram, pelos jornais, sobre a imprudência e a insensatez do Governo Federal ao adotar taxas de juros dessa magnitude, o que vai inviabilizar importantes segmentos econômicos do Nordeste brasileiro. Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu é que agradeço o concurso de V. Exª, até pela larga experiência que tem como Prefeito, como Secretário de Estado, como Ministro de Estado e agora como Senador da República, profundo conhecedor dos desafios do nosso Nordeste e da importância de o Conselho Monetário rever essa situação, porque não há, como disse V. Exª, apenas a violação constitucional. Como pode uma decisão do Conselho Monetário Nacional divergir de uma diretriz constitucional? A elevação das alíquotas, das taxas de juros do Conselho Monetário Nacional nivela a microempresa à grande empresa, o mesmo recurso disponibilizado com o custo basicamente igual para esses dois segmentos absolutamente diferentes, distintos. Além disso, V. Exª está correto, não há provocação por parte do Ministério da Integração Nacional para que o Conselho Monetário Nacional pudesse adotar tal decisão.

Por essas violações é que estamos subscrevendo este decreto legislativo, revogando esta que foi uma decisão equivocada do Conselho Monetário Nacional.

Eu gostaria de convidar V. Exª para que juntos pudéssemos ser signatários deste decreto legislativo, para que pudéssemos aprofundar este debate no âmbito do Senado. Isso não é possível, não é razoável em um ambiente como este de elevada recessão, de recessão contínua. É a recessão mais profunda e mais contínua da história republicana brasileira, com elevadas taxas de juros. E não é apenas isso. Na carteira do Banco do Nordeste, há um conjunto de projetos e de contratos em via de serem assinados, que não foram assinados, e, por isso mesmo, eles terão de ser contratados por essas novas regras, o que torna esses projetos absolutamente inviáveis.

Não estamos aqui pedindo qualquer tipo de favor ou de privilégio, Senador Elmano. Estamos aqui pedindo reconhecimento e respeito pela contribuição que nossos Estados e nossas regiões dão ao desenvolvimento nacional.

Então, essa decisão precisa ser revista.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Como eu disse aqui e volto a afirmar, não há como confundir! Quer dizer, os recursos do FNE não têm subsídios, porque são constitucionais, sem a necessidade de o Governo emitir títulos da dívida para viabilizá-los.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Portanto, isso não tem pé nem cabeça. É como prega, reza e canta o poeta: "É o avesso do avesso do avesso".

Ouço com prazer o Senador Elmano, que, seguramente, vai trazer aqui sua experiência não apenas como Senador, mas também como excepcional Prefeito que foi da capital do Piauí, Teresina.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – E técnico da Sudene.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pronto!

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Um dos mais profundos conhecedores do desenvolvimento regional, Secretário de Planejamento do Estado do Piauí e um dos grandes inspiradores das políticas de fomento do Nordeste brasileiro.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – É muita bondade do nosso eterno Ministro da Integração, nosso Senador Fernando Bezerra. Mas eu queria me congratular com o nobre Senador Ricardo Ferraço, Senador capixaba combativo, e dizer que vou fazer um pronunciamento logo mais sobre esse tema. Eu queria dizer que me sinto feliz aqui neste momento por estar ao lado de V. Exª e do nosso Senador Fernando Bezerra Coelho, que tem sido um baluarte neste Senado, um defensor eloquente, intransigente e sábio do que se refere à defesa da Região Nordeste. Então, eu me congratulo com V. Exª e, logo mais, farei um pronunciamento sobre esse tema. Creio que isso atinge não só nós nordestinos, mas também o centro de financiamento da Amazônia e o Centro-Oeste. Todos esses incentivos e fundos constitucionais estão realmente comprometidos com essa equivocada decisão do Conselho Monetário Nacional, através daquela resolução de 17 de dezembro do ano passado. Creio que temos de fazer uma frente. Acredito nessa proposta de V. Exª, que veio à tona agora, dessa resolução legislativa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Decreto legislativo.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – É um decreto legislativo, digo melhor, revogando esse inaceitável aumento de juros de 8,2% para algo em torno de 14%. É o custo desse dinheiro, que vai totalmente, neste momento de crise, desestimular sobremaneira a atração de investimentos, como disse V. Exª, quando da provável atração de uma empresa de carrocerias de ônibus para o Estado de V. Exª, o Espírito Santo. Então, eu me congratulo. Vamos nos somar. Farei, logo mais, um pronunciamento sobre essa questão do mais alto interesse do Nordeste, sobretudo, mas também da própria Amazônia e do Centro-Oeste do Brasil.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós estaremos aqui atentamente para acompanharmos a manifestação de V. Exª.

Reitero: tenho ainda a expectativa de que o bom senso possa prevalecer e de que, prevalecendo o bom senso, o Conselho Monetário Nacional possa rever uma decisão equivocada como essa, porque os juros subiram 80%!

Não há como se comparar – já falei aqui por duas vezes e vou reiterar – esses recursos com os recursos subsidiados do BNDES quando o Governo tem de emitir títulos, pagar a taxa Selic, emprestar a uma condição bem mais barata e pagar a diferença. Portanto, isso, sim, representa um enorme subsídio.

Se o Governo se lambuzou nas suas práticas, se o Governo foi além do que devia na sua chamada nova matriz econômica, não podemos pagar essa conta. Isso não é justo! Isso não é justo! Isso significa um golpe muito duro na política de desenvolvimento regional. Isso significa que estamos inviabilizando o FNE, isso significa que estamos inviabilizando o Banco do Nordeste, isso significa que estamos inviabilizando a Sudene! Não há como nós não encararmos de frente um debate como esse.

Por isso, esse decreto legislativo tem de ser compreendido como um gesto e um movimento coletivo do Senado Federal, para que o Conselho Monetário possa rever sua posição. Que o Conselho Monetário possa se reunir ainda antes! O Conselho Monetário se reúne todo mês ou deveria reunir-se todo mês. Terá, portanto, a chance e a oportunidade de rever essa decisão, que é, de longe, uma decisão absolutamente equivocada, que representa um duro golpe e um retrocesso nas políticas de desenvolvimento regional do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Ricardo Ferraço, que concluiu o seu pronunciamento!

Agora, como Líder – fala um orador e, em seguida, um Líder –, falará o Senador Wellington Fagundes.

Antes que V. Exª use a palavra, coloco em votação os seguintes requerimentos.

Foram lidos os Requerimentos nºs 6, 7 e 8, de 2016, de autoria dos Senadores Roberto Requião, Humberto Costa e Ana Amélia, que solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para representar o Senado Federal no exterior.

Os requerimentos serão publicados na forma do Regimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O Senador Wellington Fagundes está com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu já tive oportunidade de apresentar este requerimento e de anunciá-lo aqui na sessão, mas faço questão de ler, inclusive, a sua justificativa.

Nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento do Senador José Benedito Canellas, ocorrido em 1º de janeiro de 2016, com a inserção em ata das homenagens de pesar do Senado Federal à família enlutada.

Mato Grosso, Sr. Presidente, começou o ano de 2016 com uma grande perda: a morte do ex-Senador Benedito Canellas, meu amigo pessoal, homem experiente, de gosto refinado e de uma lucidez que o manteve ativo no mundo político, onde começou como Vereador em Cáceres, ainda em 1965.

Sr. Presidente e Senador Elmano, esse brilhante político do meu Estado, na sua primeira candidatura a Vereador da cidade de Cáceres, obteve 72% dos votos válidos da cidade, mais votos do que o Prefeito eleito da cidade. Acho que isso é inédito no País.

Logo depois, elegeu-se Deputado Estadual também como o mais votado na história do Mato Grosso, em 1970. Quatro anos depois, em 1974, foi eleito também o Deputado Federal mais votado à época. Quatro anos após, foi eleito Senador da República, concorrendo, inclusive, com o ex-Governador à época e com outros candidatos, tendo sido também o mais votado.

Por isso, teve uma brilhante carreira política, principalmente naquilo que é mais importante, o reconhecimento da população através do voto.

Canellas foi um desbravador, desses que marcam a história de Mato Grosso, da mesma estirpe de Ênio Pipino, fundador de Sinop e de outras cidades do Norte e também de Norberto Schwantes, na região do Araguaia. Ele enfrentou o Cerrado e abriu novas cidades na região da Grande Cáceres como São José dos Quatro Marcos, Reserva do Cabaçal e inúmeras outras cidades.

Na época, ele presidia a Codemat (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso), que foi extinta. Recebeu essa missão de seu amigo pessoal, o então Governador Pedro Pedrossian, que o havia convencido a trocar São Paulo por Mato Grosso.

Como Senador, Canellas chegou a ser um dos homens mais influentes da República. Fazia parte do restrito grupo que despachava diretamente com o então Presidente João Baptista Figueiredo, a quem emprestava a sua sensibilidade política e visão estratégica. Mato Grosso ganhou muito com essa proximidade entre Canellas e o Presidente da República.

Foi um período em que o Governo Federal fez grande aporte de recursos lá no nosso Estado, que resultaram na abertura de muitas estradas, construção de pontes e o surgimento de muitas cidades.

Alguns anos depois, Canellas começaria a vida política em Rondonópolis. Ele, que começou também sua trajetória como uma grande liderança, e eu, como candidato ao meu primeiro mandato, ele, espontaneamente, foi à minha cidade, Rondonópolis, oferecer-se para ser o meu coordenador de campanha. Ele teve toda essa trajetória e não perdeu nenhuma eleição, ou seja, houve todas essas candidaturas que aqui citei, todos os mandatos, mas resolveu não ser mais candidato. E foi o meu coordenador, para a minha felicidade. Eu não tinha nenhuma experiência, mas, na região da grande Cáceres, eu tive uma estupenda votação, já no meu primeiro mandato, sendo o terceiro Deputado mais votado do meu Estado. Durante todos os meus mandatos, do primeiro ao sexto mandato, sempre o Senador Canellas estava lá me ajudando, coordenando as minhas campanhas, o que me fez também ser o Deputado Federal mais votado, por duas vezes consecutivas, e o mais votado da história do Mato Grosso.

Claro, aprendi muito com Canellas. Por isso, quero aqui dizer que ele foi um incentivador da minha carreira. Sempre me emprestou a sua experiência, a sua lucidez para guiar os meus passos. Ele foi o primeiro a me entusiasmar pela candidatura. Foram sete campanhas eleitorais, como eu disse, seis de Deputado Federal e agora também a minha campanha para Senador. Ele, com muito mais limitação, dada à sua fragilidade, estava lá me ajudando, visitando pessoas, já não com a mesma energia para visitar as cidades do interior, mas sempre também me incentivando nessa trajetória. Aliás, tive a felicidade de ser agora Senador pelo meu Estado.

É a primeira vez que, na história do meu Estado, um Senador é eleito sem estar no palanque do governador, eleito também no primeiro turno.

Claro, sem dúvida nenhuma, quero aqui enaltecer também a figura do Senador Canellas por ser um conciliador, por ser um homem do diálogo, um homem que sempre procurava incentivar para que vencêssemos as dificuldades.

Todos esses desafios que enfrentei e que consegui vencer foram muito em decorrência da personalidade e do ensinamento do Senador Canellas. Por isso, quero aqui reconhecer que o meu Estado deve muito a esse homem, que, às vezes, é até incompreendido também, porque, principalmente pela sua trajetória brilhante, as lideranças não concordavam com ele em parar com a política, porque, às vezes, a política é assim: dizem que entramos pelos amigos e não saímos pelos inimigos.

Mas ele soube o momento certo não só de deixar a sua trajetória política eleitoral, mas nunca deixou a sua trajetória política de influência junto a todos nós, da classe política de Mato Grosso.

Quero dizer que não tenho como negar essa influência do Canellas, não só na minha trajetória política, mas também na minha vida pessoal. Ao tomar posse como Senador da República, em fevereiro passado, fiz questão de dizer que, como referência para o meu mandato, estava essa figura brilhante. Levo comigo algumas lições que aprendi com ele e que nunca esquecerei.

Por isso, neste momento de tristeza de todo o meu Estado, requeiro que o Senado Federal, irmanado com todos nós, aprove e envie à família enlutada a nossa homenagem de pesar pelo falecimento do Senador José Benedito Canellas. E, claro, estarei também, depois, apresentando um projeto de lei em que pretendo homenageá-lo com o nome de umas das obras importantes que estamos realizando naquela região.

Sr. Presidente, quero ainda dizer que, no ano passado, desta tribuna, falei diversas vezes sobre a BR-163, a rodovia que corta todo o Estado de Mato Grosso, no sentido norte-sul, passando pelas grandes regiões produtoras de grãos, verdadeiros centros geradores de riquezas. Eu falava sobre a importância da duplicação dos 800km dessa estrada, mencionando muitas vezes o aspecto econômico para o Brasil, bem como para o próprio Estado de Mato Grosso. E posso dizer com toda a certeza: é impossível – isso mesmo – pensar o desenvolvimento de Mato Grosso, é impossível pensar o crescimento do Estado, é impossível buscar as oportunidades para a nossa gente que lá está, para aqueles que acreditam na força do trabalho, sem que haja a estruturação das rodovias como um todo, mas, principalmente, essa grande rodovia como eixo fundamental do Estado, que é a BR-163, da divisa do Mato Grosso do Sul até a divisa do Pará, seguindo por todo aquele grande Estado. Por isso, por muitos anos, como Deputado Federal, lutei pela sua duplicação. Conseguimos fazer com que ela entrasse no programa de concessões do Governo Federal. Foi uma luta enorme, com grande mobilização política e social, inúmeras audiências, reuniões e apelos a Ministros e também a muitos governadores, para que buscássemos a oportunidade de iniciar essa duplicação.

Hoje, os trabalhos de duplicação estão em andamento, em um modelo de concessão compartilhada entre o Governo, por meio do DNIT, e a iniciativa privada, no caso a Rota-Oeste, vencedora da concorrência. A parte da duplicação da concessionária, como todos sabem, avançou muito. Porém, a parte que cabe ao DNIT, Ministério dos Transportes, por causa da crise econômica, acabou atrasando muito por falta do cumprimento do cronograma físico financeiro das obras. Ao mesmo tempo em que defendíamos a não paralisação das obras de duplicação, alertávamos sobre a importância fundamental de manter as rodovias, sobretudo a BR-163, em condições de trafegabilidade, afinal, o período de chuvas estava se aproximando.

E eis que agora o pior aconteceu, Sr. Presidente. Aquilo que mais temíamos, em função de todo esse embaraço administrativo e econômico que o País vem enfrentando, é hoje uma verdadeira luta para todos nós de Mato Grosso, principalmente em relação ao trecho de Rondonópolis a Cuiabá, que hoje é de responsabilidade do DNIT. Fizemos várias reuniões com o Ministro dos Transportes, o Ministro Antônio Carlos, com a diretoria da ANTT, com o Dr. Eduardo Jorge, no sentido de encontrar uma solução, porque, hoje, todas as obras do DNIT são pagas na fila, ou seja, uma medição entra, a outra entre em seguida. Assim, em função do atraso, acabam ocorrendo muitos atrasos, e as empresas paralisam.

Após muitas discussões, conseguimos, então, fazer com que esse trecho, pelo menos a sua manutenção, passasse também para a concessionária, mas os entraves burocráticos fizeram com que até hoje não fosse possível assinar essa delegação à concessionária por parte da ANTT.

Hoje, estive com o Deputado Valtenir, conversamos com o Eduardo Jorge, com o Presidente da ANTT, e ele nos afirmava que ainda esta semana será assinado. E aqui eu quero, desta tribuna, cobrar. Assim como falei com o Ministro Antônio Carlos, quero aqui cobrar também da ANTT não só a fiscalização, porque foram suspensos os trabalhos de manutenção, obras que já estavam licitadas por parte do DNIT. Com isso, não temos nenhuma manutenção desse trecho tão importante. O volume de acidentes, já disse aqui e repeti muitas vezes, nesse

trecho que vai de Rondonópolis a Cuiabá, Posto Gil, é o trecho em que mais acidentes frontais ocorrem no Brasil. E, com acidentes frontais, não podemos titubear, porque, normalmente, eles representam perda de vidas.

Felizmente, com as obras que já foram feitas, conseguiu-se diminuir em 28% o número de acidentes, mas agora, neste período de chuva, não pode haver nenhum vacilo nas obras de manutenção.

Por isso, quero aqui fazer um apelo à ANTT, ao Ministro dos Transportes e fazer até uma justificativa à população do meu Estado, porque a nossa obrigação é esta: cobrar não só para que as obras sejam feitas, mas também para que os contratos sejam cumpridos.

E o pior: após a concessão, já foram implantadas as praças de pedágio, já se está cobrando pedágio da população. É claro que uma estrada pedagiada não pode ter buracos. A responsabilidade cível e criminal é evidente.

Então, quero aqui me somar às pessoas de Mato Grosso que utilizam essa estrada e que estão reclamando. Quero aqui dar razão a toda a população mato-grossense, a todos os brasileiros que trafegam nessa estrada, que estão pagando pedágio e que não têm, hoje, no trecho de Rondonópolis a Cuiabá, uma estrada com conservação adequada, condizente com uma estrada pedagiada.

Por isso, quero aqui não só cobrar veementemente da ANTT, do Ministério dos Transportes, como também quero me somar a todos aqueles que quiserem inclusive buscar os seus direitos – e devem buscá-los – na Justiça.

Claro que não queremos que aconteça nenhum acidente, principalmente com perda de vidas, como qualquer outro tipo de acidente que possa causar danos. O tempo da trafegabilidade é também um impeditivo para o desenvolvimento não só de Mato Grosso, como do Brasil. Por essa estrada, passa a maioria da carga produzida no Estado de Mato Grosso, que tem respondido ao Brasil como um dos Estados que mais produzem neste País, principalmente as *commodities* agrícolas, em que somos campeões. Somos o maior produtor de soja, o maior produtor de algodão, o maior produtor de milho, o maior produtor de proteína animal. Estamos no centro do Brasil. Temos extensas áreas territoriais, mas temos dificuldades, principalmente na nossa logística, ou seja, tanto para importar os nossos insumos quanto para exportar aquilo que produzimos, porque as distâncias são muito longas. No nosso Estado, são 900 mil quilômetros quadrados, e a maioria do nosso transporte ainda se dá através das rodovias.

Por isso, tenho persistido, insistido, trabalhado tanto para que possamos fazer com que o Brasil, principalmente o Governo Federal, reconheça que Mato Grosso merece ter mais investimento nessa questão da nossa logística de transporte.

Felizmente, a ferrovia já chegou ao Município de Rondonópolis. Hoje, ela transporta grande parte dessa produção, mas Rondonópolis já está praticamente na divisa, na região sul de Mato Grosso, e esse grande volume tem que passar de Rondonópolis a Cuiabá, a todo o Norte de Mato Grosso.

Por isso, quero aqui não só registrar que Mato Grosso merece, tem direito a esses investimentos, mas também cobrar aqui, de forma veemente, que a ANTT e o Ministério dos Transportes tomem as providências. Não dá mais para esperar nem uma semana, nem um dia. Espero que, realmente, esse contrato seja assinado esta semana e que as obras de manutenção ocorram de forma intensiva, que haja um trabalho de 24 horas, por causa das chuvas intensas. É bom dizer também que estamos fazendo a colheita nesse momento. Ao mesmo tempo em que colhemos, temos que exportar essa produção, e, claro, a sobrecarga nessa rodovia é muito maior.

Quero aqui agradecer, Sr. Presidente, este espaço e me congratular com todos os companheiros que estiveram aqui na volta do recesso parlamentar.

A Presidente Dilma esteve aqui, na abertura dos nossos trabalhos, pela primeira vez. Agora há pouco, assinei uma PEC do Senador Ferraço, no sentido de passar a exigir que, em todo início de ano legislativo, o Presidente da República – não estamos falando do atual, mas do futuro – tenha a obrigação de vir aqui dar satisfação do seu planejamento dentro do ano fiscal e do seu trabalho. A Presidente Dilma deu o exemplo. Agora, espero que, como falou, ela amplie esse diálogo, no sentido de encontrarmos os caminhos para promover o desenvolvimento e, principalmente, a geração de riqueza e de emprego no nosso País.

A situação é preocupante. Eu já disse, em outras oportunidades, que nesses 25 anos em que aqui estou, nunca houve uma crise política e uma crise econômica ao mesmo tempo. Por isso a gravidade é muito maior. Em alguns momentos, já houve crise econômica; em outros, crises políticas. Agora não, há duas crises acumuladas. E, claro, sem dúvida nenhuma, neste momento, o que temos que fazer para enfrentar essas dificuldades é trabalhar. E cabe ao Presidente, ao Governo principalmente, fazer o diálogo.

Tenho certeza de que o Congresso Nacional, principalmente o Senado da República,...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... como disse o nosso Presidente Renan, não vai se furtar, não vai ser o promotor da crise. Afinal de contas, esta é a Casa da experiência, da maturi-

dade. Todos os Parlamentares são pessoas que já viveram muitas experiências não apenas no Legislativo, mas também no Executivo. Todos podemos contribuir muito para o País, mas, claro, queremos, acima de tudo, que o Governo tenha agilidade e diálogo a fim de vencermos a crise, pois quem está lá na ponta, quem está perdendo o emprego, quem está passando por dificuldades não tem como esperar.

Eu sempre tenho dito e repetido: quem está na fila de espera, a mãe ou o pai com seu filho doente, num posto de saúde, tem pressa. Quem está numa estrada esburacada tem pressa, tem direito e tem razão de exigir, principalmente da classe política,...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... mais diálogo e mais solução para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Wellington Fagundes.

De acordo com a lista de inscrição, estão inscritos Ivo Cassol, Valdir Raupp, Ângela Portela e Elmano Férrer.

Agora é o Senador Ivo Cassol, que está entre aqueles que não sabíamos se iria chegar. Ele chegou.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com alegria que mais uma vez, usando a tribuna desta Casa, cumprimento os meus pares e o Presidente Paim e, ao mesmo tempo, cumprimento nossos amigos e nossas amigas, especialmente do meu Estado de Rondônia, assim como dos demais Estados da Federação.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, por onde os meus amigos têm passado, ouvem falar do ex-Governador e ex-Prefeito de Rondônia e atual Senador Ivo Cassol. Muitas vezes, quando as pessoas falam de políticos, falam negativamente, Dário, mas, graças a Deus, quando falam de Ivo Cassol, falam positivamente, pela postura, pela posição que tenho adotado na tribuna deste Senado. Por mais que alguém diga: "Puxa, mas o Cassol usou a tribuna ontem e vai voltar a usar hoje para falar da fosfoetanolamina!", mas essa é a pílula do câncer, a pílula que dá uma oportunidade para os pacientes que estão em tratamento contra o câncer.

Eu quero aproveitar este momento, nesta semana que antecede o carnaval, para dizer que amanhã é o Dia Mundial de Combate ao Câncer. Portanto, para todos os brasileiros, para todos os que nos acompanham, esse deve ser um dia especial, que não só deve comover o Senador Ivo Cassol, mas também todos os meus pares, especialmente os familiares daqueles amigos e daquelas amigas que se encontram internados em hospitais ou mesmo em casa, enfermos, em tratamento e buscando uma oportunidade, uma expectativa e um sopro de vida no tratamento do câncer.

Podem dizer: "O Senador Ivo Cassol é radical. Ele fala como se a fosfoetanolamina fosse a única alternativa para a cura do câncer". Não! Vamos deixar bem claro aqui que a fosfoetanolamina é como outras descobertas de outros pesquisadores, de outros cientistas. Virão novas descobertas pela frente. O que não podemos fazer, de maneira nenhuma, é desprezar a fosfoetanolamina, que está aqui e que já foi pesquisada.

Há pouco, um cidadão, um amigo me ligou de São Paulo – não o conheço, mas quando alguém liga, eu digo que é um amigo –, desesperado, indagando, Senador Dário, de que maneira eu poderia ajudar sua irmã, que está enferma, com câncer, e não existe tratamento alternativo, não existe outra oportunidade ou esperança em que se agarrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me dizer que eu estava aqui e ouvi essa fala. Sou testemunha dessa fala. Eu não diria isso se não fosse verdadeiro.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Tanto é verdade que acaba nos emocionando, Senador Dário e Senador Paim. A todo instante, a todo momento, dos quatro cantos do País, alguém consegue o meu telefone e liga para saber de que maneira pode participar, ajudar na liberação desse medicamento. Até há pouco eu sugeria aos familiares que entrassem na Justiça. Até então, entrar na Justiça dava certo, porque eram poucas as liminares para a USP de São Carlos. Mas, posteriormente, isso se transformou em uma avalanche, em um tsunami. Resultado: o próprio laboratório da USP não deu conta dos pedidos.

É necessário que o Governo Federal libere urgentemente mais laboratórios para produzir esse medicamento, essa droga, essa cápsula, a pílula do câncer, não importa como e de que maneira, mas que libere.

Concedo a palavra ao Senador Dário para um aparte.

O Sr. Dário Berger (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Paim, eu também não consigo me calar diante de um projeto ou de uma mensagem dessa natureza, que envolve a saúde e o desespero de milhares e

milhares de brasileiros que buscam uma alternativa para o tratamento de suas doenças. A saúde, eu sempre tenho dito, é o bem maior que todos temos. V. Exª mesmo, Senador Paulo Paim, por quem tenho profundo respeito e admiração, num curto espaço de tempo, enfrentou alguns problemas e, graças a Deus, está bem novamente, restabelecido. Mas não é o caso de centenas, talvez milhões de brasileiros que estão em busca de uma esperança que foi levantada nesta Casa. E o meu aparte é no sentido de enaltecer a coragem de V. Exª, Senador Cassol, que, inclusive, antes de levantar essa polêmica, me convidou para participar com V. Exª dessa trincheira, dessa luta, dessa batalha. Até porque essa luta se iniciou com um cidadão em Pomerode, se não me engano, que acabou preso, etc. Ele era de Santa Catarina e V. Exª também nasceu em Santa Catarina. Quer dizer, naquele momento, de certa forma, eu senti um pouco de perplexidade com relação ao assunto. Depois acompanhei V. Exª naquela audiência pública. Foi a primeira audiência pública de que participei do início ao fim. Ouvi os relatos e pude perceber o quanto foram importantes os pronunciamentos, as denúncias que V. Exª fez dessa tribuna, no sentido de verificar, na prática, se esse tipo de substância tem efeito absolutamente real no tratamento de pessoas portadoras de câncer. Eu quero dizer a V. Exª que um dos laboratórios que está fazendo essa analise fica em Florianópolis, no Sapiens Parque, um polo tecnológico. Florianópolis se destaca pela indústria do turismo propriamente dito, pelo turismo de verão, pelas belezas naturais, pelas belas praias, mas se destaca também pela tecnologia da informação. Esse polo já se destaca como um dos principais vetores econômicos da cidade de Florianópolis. Eu fiquei muito satisfeito ao ouvir que um laboratório de última geração que se instalou recentemente no Sapiens Parque está iniciando, vamos dizer, pesquisas para verificar, na prática, a eficiência da fosfoetanolamina. Então, eu quero parabenizar V. Exª por ter elevado discurso nesta Casa com relação à saúde. A saúde é um bem de expectativa infinita. As pessoas querem viver mais e viver melhor, e em certos momentos se desesperam. Nós precisamos fazer todo um esforço – e queira Deus que isso possa ser realmente uma fonte de inspiração – no sentido de encontrar uma solução para milhares e milhares de pessoas que têm esperança em V. Exª. Hoje V. Exª se tornou uma referência para pessoas portadoras de câncer. Eu parabenizo e agradeço V. Exª pela coragem e determinação. Talvez, nesta legislatura, Senador Paim, essa seja a principal bandeira levantada nesta Casa, sobretudo porque estamos tratando de saúde pública, e a luta é para entregar esse medicamento de graça para que as pessoas possam efetivamente se tratar. Eu quero me congratular com V. Exª. Parabéns pela iniciativa. Hoje, se for necessário, empresto minha voz para fazer coro na luta, a fim de que cheguemos ao final desses estudos, que, se Deus quiser, serão extremamente positivos para todos os brasileiros.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E um final feliz para todos!

Obrigado, Senador Dário. Com certeza, a sua participação, a sua voz já está incluída na soma dos defensores, para que possamos dar mais uma oportunidade de tratamento para quem hoje, infelizmente, está com câncer.

A exemplo disso, ontem, quando iniciávamos o ano legislativo, estava presente o Ministro Celso Pansera, que falou sobre a pesquisa que já está sendo realizada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia em laboratórios no Ceará e em Florianópolis. Os estudos estão avançados, já chegaram à conclusão de que esse medicamento, Senadores, não faz mal para a saúde. Ontem eu ouvi do Ministro Celso Pansera que o medicamento já pode ser usado como compassivo. Eu não sei que termo a área médica utiliza, mas de uma coisa tenho certeza: aqueles que acham que a fosfoetanolamina, a pílula do câncer não dá resultado, estão equivocados.

E vou citar aqui o exemplo de uma cidade do Estado de que foi prefeito da capital o nosso colega Senador Dário Berger, o Município de Brusque. Eu tenho um amigo que morou em Rondônia, amigo do peito, Désio Adão Lira, pecuarista no Estado de Rondônia, empresário bem-sucedido. O Erasmo também morava em Rondônia, e a sobrinha dele estava com câncer. Tão logo eu comecei, aqui no Senado, a conversar com pesquisadores e com pacientes, eu sugeri que ele fosse visitar esse cidadão lá de Brusque, cujo nome me fugiu da memória, que havia até sido preso. Ele curou sua mãe com esse medicamento e depois distribuiu gratuitamente para outras pessoas. O Erasmo Lira e seus familiares foram à Justiça e conseguiram o medicamento para a sobrinha. Essa sobrinha foi desenganada pelos médicos, que disseram que ela poderia ir para casa para morrer. Ela começou a tomar o medicamento e hoje está andando, está dirigindo, indo ao mercado, fazendo compras e cuidando da casa.

Na semana passada, ele me ligou, Sr. Presidente, Senador Paim, desesperado. Ele falou: "A minha sobrinha está tão feliz, está tão alegre, mas o desespero bateu na nossa casa e na nossa família, porque o medicamento acabou. Não temos mais a fosfoetanolamina, e ainda ela não está curada. Diminuíram os tumores no corpo, mas ainda não está curada." Então, assim estão milhares de pessoas hoje no Brasil.

Eu queria fazer um pedido especial neste dia. Além dos meus colegas Senadores, pedir à justiça de primeira instância, de segunda instância, ao Supremo Tribunal Federal que nos ajude nesta luta. Está lá na Constituição, não sei qual é o artigo que diz que todo cidadão, todo ser humano tem direito à vida. Se já buscou outros tratamentos, já buscou tratamento alternativo e não deu certo, por que proibir esses pacientes de usar fosfo?

Quem será o responsável se eles tomarem? O próprio paciente assina um documento. Qualquer ser humano que quer continuar vivendo junto com seus familiares, com seus amigos, vai fazer de tudo e buscar qualquer alternativa e oportunidade que tenha pela frente. Por que estou fazendo este pedido especial aqui? Porque amanhã é o Dia Mundial do Câncer.

Ao mesmo tempo, lembro que a fosfoetanolamina não é um medicamento que combate o câncer, na verdade, já a temos no nosso organismo – eu queria ter feito medicina, não fiz –, a fosfoetanolamina só marca as células cancerosas, só marca as células mortas, e o próprio organismo absorve, o próprio organismo que não está produzindo a fosfo. Você toma a fosfo sintética só para marcador e, com isso, acaba diminuindo.

Alguém vai dizer: Cassol, isso cura 100% dos cânceres? Gente, se alguém perguntar para vocês: gripe mata? Lógico que mata. Uma infecção no dedão do pé mata? Mata, se tiver uma infecção generalizada, acaba matando, às vezes, o antibiótico não dá conta. A gripe mata? Mata também. Mas como mata? Ela acaba virando o quê? Uma pneumonia. Alguém fala: dengue mata? Olha, se não for hemorrágica, não mata, mas se for, acaba levando a vida das pessoas muitas vezes. Portanto, é outra alternativa de tratamento que temos. Mas por que não liberam? Porque o custo é muito inferior. Infelizmente, a maioria dos homens só pensa em dinheiro, nessa desgraça alheia, pensa no dinheiro dos outros. Quero lembrar a essas pessoas que só pensam no dinheiro que, quando vocês forem para o inferno, esse dinheiro não vai fazer nada, porque vai queimar tudo antes de chegar lá. Tenho certeza de que cada um de nós sempre tem pedido a Deus que nos leve pelo caminhe Dele, para o céu. Para ter isso, precisamos fazer o bem.

Está aqui na minha mão, está nos meios de comunicação, não sou eu que estou inventando, está na internet, vou dar aqui vários depoimentos.aqui tem o caso de uma pessoa, vou citar o nome, é público: câncer de colo. Eliminação do tumor do colo. Histórico. Paciente: Esmeralda C., 62 anos. Tipo de câncer: adenocarcinoma de colo. Início do uso da fosfo: março de 2014. Evolução da doença após uso da fosfoetanolamina: em 40 dias, foi diagnosticada ausência do tumor. Não sou eu que estou inventando. Estão aqui os laudos, os documentos. Tenho documentos, vários.

Outro paciente. Redução de tumor no pulmão. Paciente: José Luiz S. Não colocou o nome completo. Início da fosfo: 13/10/2015. Evolução da doença após o uso da fosfoetanolamina: os nódulos do pulmão reduziram-se à metade após 35 dias do início do tratamento.

Chegou nas minhas mãos hoje e eu não trouxe aqui junto, ficou em um documento, porque estou aguardando uma audiência com a Presidente Dilma. Ela, com uma caneta só, se alguém tem caneta e tinta neste País é a nossa Presidente Dilma, que já passou por isso. Presidente, pelo amor de Deus, libere isso para as pessoas que já fizeram todo o tratamento convencional. São 14 milhões de pessoas que estão com câncer, são 50, 70 milhões de pessoas envolvidas, incluindo os familiares, porque cada paciente de câncer tem, no mínimo, cinco pessoas. Temos 7,5% da população do Brasil com câncer! Sei que há muitos tratamentos que já curaram também, mas quero lembrar que a quimioterapia, além de matar as células doentes, acaba matando as boas. Isso acontece com muitas pessoas. Está aqui, gente, documento que tenho em mãos para entregar.

Se o próprio Ministro Celso Pansera falou que o medicamento não faz mal à saúde humana, que já pode usar em sistema compassivo, pergunto: e a Anvisa? A Anvisa está pouco se lixando por nós, porque não é a mãe deles que está com câncer, não é o filho deles, desses diretores, do pessoal que está lá que está com câncer.

Aí vem a pergunta que não cala, não consigo entender. Está aqui nas minhas mãos. Yervoy. A Anvisa aprovou, em março do ano passado, o preço de Yervoy, considerado um avanço no tratamento do melanoma por aumentar significativamente a sobrevida dos pacientes.

O tratamento custa R$240 mil no Brasil, cinco ampolas só para prolongar uns dias a mais na vida. Esse foi aprovado. Uma câmera pode mostrar isso aqui? Mostra para o Brasil inteiro que, para cinco ampolas, para pagar R$240 mil, a Anvisa aprovou; agora, a fosfoetanolamina não, porque custa R$0,10, um custo irrisório, é pouca coisa.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Quero aqui conclamar toda a sociedade brasileira. Eu vi um vídeo que uma senhora me enviou esta semana que dizia o seguinte: neste Brasil se faz manifestação para tudo, menos pela vida. Ela não está errada; ela está certa. Faz-se manifestação para consertar uma estrada; faz-se manifestação para produzir mais, para vender mais; faz-se manifestação para baixar preço de passagem de ônibus circular na cidade; faz-se manifestação para o *impeachment;* faz-se manifestação contra o político *a, b ou c*, mas, infelizmente, a sociedade não tem coragem de fazer manifestação para defender a vida. É isso que é preciso. Nós precisamos, o Brasil inteiro, a população inteira se mobilizar para defender a vida. Hoje as vítimas são vocês que estão me assistindo e que estão com câncer, quem nos garante que amanhã não seremos nós?

O pior disso tudo é que, no momento em que você descobre que está com câncer, uma semana depois, vinte, trinta dias depois, parece que triplicam as células mortas no corpo da gente. Por quê? Porque infelizmente as pessoas caem em desespero, caem em depressão, as pessoas se deixam cair. Quero pedir a todo paciente que está de cama, que está em tratamento de câncer: não desista. Eu não estou desistindo, eu estou de cabeça em pé, não estou preocupado com o grupo econômico que infelizmente suga o nosso povo, suga o dinheiro das pessoas humildes e simples nos tratamentos convencionais que existem por aí, dos laboratórios que são uma máfia, um esquema podre.

Por que falo isso, gente? Porque tenho um projeto nesta Casa – é vergonhoso! – que obriga, Srs. Senadores, as prefeituras, o Estado, o hospital público a comprar medicamentos diretamente dos laboratórios pelo preço que eles vendem para as distribuidoras. Não passa das comissões, gente, não consegue andar! Qual é a garantia que o laboratório tem de receber – o Dário foi prefeito e sabe – do FPM como garantia, Senador? Se com trinta dias não pagou, desconta na conta. A Furp de São Paulo produz medicamento que, quando eu era prefeito, custava R$0,10 o comprimido, na farmácia custava R$2,00!

Então, gente, o que nós precisamos? Nós precisamos diminuir o custo com tratamento de saúde, para que todo mundo seja atendido com dignidade. Hoje não tem dinheiro. Olha o que aconteceu, o Jornal Nacional mostrando o Amapá e outros Estados que não têm nem quimioterapia, que não têm nem um médico para atender, as pessoas estão morrendo à míngua. Isso é triste, gente! É triste! Esse medicamento à disposição e está barato. Mesmo que o remédio não faça efeito, mas só a fé cura, só a fé também cura! Mas não, é o contrário! Várias categorias não têm interesse, muitos políticos não têm interesse, porque são donos de laboratórios ou sócios. Às vezes, não aparece diretamente, mas por trás aparece. Volta e meia eu fico sabendo: olha, tem muitos políticos aí que são donos de laboratório, não vai passar nunca, é uma dificuldade.

Quero aqui fazer um pedido especial neste dia, para encerrar o discurso aqui, Sr. Presidente. A nossa Presidente Dilma, estou aguardando, falei ontem com ela, no almoço com o Presidente Evo Morales: "Presidente, aproveito esta oportunidade, sei que a economia vai mal, sei que a coisa não está bem. Não vamos conseguir mudar isso do dia para a noite, mas pelo menos traga o restante da sociedade, o rico e o pobre, ou a classe média e a classe alta, o vereador, o juiz, o promotor, o desembargador e o ministro; do vereador ao Senador, traga ao seu lado, ganhe essas pessoas no coração". A expectativa que essas famílias... E olha, gente, o mais triste não é quando descobre que está com câncer, o mais triste é quando chega aos dias finais do câncer. Você acaba morrendo praticamente junto com esses pacientes.

Eu quero dizer que Hitler, quando cometeu o genocídio, botava direto o pessoal para dentro, não sei se era no gás ou no que era, o pessoal não sofria para morrer. Na situação em que estamos hoje, as pessoas querem pelo menos o direito de viver com dignidade; estão morrendo humilhadas. As pessoas querem duas coisas na vida: viver com qualidade e morrer com dignidade. Mas o paciente de câncer não consegue morrer com dignidade, porque vê à sua volta os seus familiares sofrendo junto com ele.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Os seus familiares ao lado rezando, orando, cada um à sua maneira, para que Deus leve a pessoa, porque o sofrimento é muito grande.

Quero aqui pedir aos amigos, às amigas, à Presidente Dilma que comprem essa briga, que deem essa oportunidade para o povo, são praticamente 14 milhões de pacientes com câncer, para que possam ter um alento e uma oportunidade. Que todo mundo junto hoje, na igreja ou em casa, no final de semana, nesse Carnaval, possa orar para que as nossas autoridades liberem esse medicamento para estar à disposição de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Senador Ivo Cassol pela sua fé, sua fibra, sua raça, sua coragem de enfrentar essa questão nacional.

Conversei com V. Exª por duas vezes, permita-me que eu tome essa liberdade. Eu tenho feito muitas audiências na Comissão de Direitos Humanos e lá eu tenho recebido essa sua demanda. A Comissão de Direitos Humanos tem falado de todos os temas, é direitos humanos, que é a tese que V. Exª defende, porque a vida é direitos humanos. Se for necessário, de imediato, já, quero disponibilizar a Comissão de Direitos Humanos, para realizar outra audiência, chamando todo mundo que tiver que chamar. Vamos fazer outra lá, porque o tema exige. E tomara que outras comissões também façam. Eu vejo a sua forma de falar. V. Exª falou comigo aqui, o Senador Caiado também deu a sua opinião, conversamos. Se existe uma esperança para a vida, porque nós não nos dedicarmos mais a esse tema? Se V. Exª concordar, vamos fazer outra.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu preparei já o requerimento para convidar – e eu até falei ontem, aqui, na tribuna – o pesquisador que já está fazendo a parte, esqueci o nome agora, também o Duvanei, o Gilberto, o Renato e o grupo de trabalho nomeado pelo Ministério da Saú-

de, que está começando a aplicar esse remédio em ratos, quando nós já estamos com milhares e milhares de pessoas que já testaram, que já passaram dessa fase. Então, você vê o interesse que alguns têm. O Ministério da Ciência e Tecnologia já está mais avançado, convidando essas pessoas. A minha ideia e minha sugestão, tão logo abram as comissões, é nós fazermos, na Comissão de Ciência e Tecnologia, junto com Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fica acertada já a nossa participação com as três comissões.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, está combinado. Subscrevem junto o senhor e os demais Senadores aqui, para fortalecer ainda mais o requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k., muito bem.

Com a palavra, agora, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, nós vamos tratar de um assunto que já foi levantado aqui no princípio desta sessão pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, bem como agora, recentemente, pelo Senador Ricardo Ferraço.

Sr. Presidente, as federações das indústrias de todos os Estados do Nordeste, em nota pública veiculada na imprensa regional, protestaram contra a elevação, em mais de 70%, dos juros incidentes sobre os empréstimos dos fundos constitucionais por meio da Resolução nº 4.452, de 17 de dezembro do ano próximo passado, do Conselho Monetário Nacional.

No caso do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), operacionalizado pelo Banco do Nordeste do Brasil, com diretrizes fixadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), as taxas foram modificadas de 8,2% para 14,1% ao ano. Ou seja, um aumento de 71,4%.

Sendo assim, é de todo procedente a justa preocupação dos setores produtivos do Nordeste, uma vez que a ampliação de juros terá reflexos na redução de investimentos, no aumento do desemprego, na diminuição da renda da Região e, portanto, no agravamento da atual conjuntura do nosso País.

Meu Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a equivocada decisão do Conselho Monetário Nacional, fruto da visão distorcida e preconceituosa que muitos têm sobre o Nordeste, remete-nos a uma reflexão maior sobre o financiamento do desenvolvimento regional e, em última instância, a um questionamento da política nacional de desenvolvimento regional, em que os pálidos mecanismos de ação, os fundos de incentivos, são desproporcionais às necessidades da Região e não guardam a mínima relação com os pressupostos doutrinários e com os preceitos constitucionais que tratam do desenvolvimento das regiões menos dinâmicas do nosso País.

Muito antes do agravamento da crise, lá pelos idos de 2012/13, o próprio Ministério da Integração Nacional, à época dirigido pelo nosso brilhante companheiro que aqui se expressou sobre a matéria, o Senador Fernando Bezerra, proclamava a necessidade de se criarem políticas diferenciadas para os financiamentos a serem concedidos nas regiões mais carentes, principalmente no Nordeste, que tem uma renda *per capita* inferior a 50% da média nacional, chegando, em algumas áreas, a um quarto da média da renda nacional.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por que o então Ministro da Integração Fernando Bezerra, que há poucos instantes se expressou nesta Casa, proclamava a necessidade de se criarem políticas diferenciadas para o financiamento do Nordeste? Ele perguntava muito isso. Por quê? Porque, àquela época, apesar de todo o esforço dos órgãos do Ministério e de bancos oficiais, a redução dos encargos financeiros e o próprio diferencial de taxas já não se revelavam suficientemente atrativos para direcionar os investimentos privados para as regiões mais carentes como o Nordeste e também as Regiões Norte e Centro-Oeste.

Ora, se àquela época já se fazia necessário tornar as taxas de juros mais atrativas, a vigência da resolução do Conselho Monetário Nacional inviabilizará a chegada de investimentos às regiões mais pobres do nosso País, aumentará a reconcentração industrial no Sul e no Sudeste, agravando as já extremadas disparidades regionais de desenvolvimento.

A nossa Carta Magna, em diversos artigos, coloca, de maneira clara e incontestável, a responsabilidade da União Federal e de todos nós na correção das desigualdades regionais.

A redução das desigualdades regionais e sociais está entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, nos termos do inciso III do art. 3º da nossa Constituição Federal.

Já o art. 151, inciso I, trata dos incentivos fiscais como um dos mecanismos destinados à promoção do equilíbrio regional.

Já o art. 165, §§6º e 7º, trata da regionalização do orçamento, que se tornou letra morta, ante a crescente setorialização da administração e concentração de poderes na Administração Central, descambando, o mais das vezes, para um personalismo estéril.

Peço aqui, no entanto, a devida vênia para me estender, em outra oportunidade, sobre os problemas do desenvolvimento regional e do federalismo brasileiro. Mas não sem antes comentar, *en passant*, o inciso VII do art. 170 da Constituição Federal, que inclui, entre os princípios gerais da atividade econômica, a observância da redução das desigualdades regionais.

Por sua vez, ainda tratando da ordem econômica e financeira, o art. 192, em sintonia com o art. 170, ambos da nossa Carta Magna, determina que o Sistema Financeiro Nacional será estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do nosso País.

Não bastasse a inobservância de normas constitucionais expressas, a questionada resolução do Conselho Monetário Nacional, ao elevar os juros dos fundos constitucionais, vai na contramão dos princípios embasadores da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, de precedência obrigatória em um país de dimensões continentais como o nosso Brasil.

Os recursos dos fundos constitucionais destinados ao Nordeste são irrisórios se comparados à nossa população e à extensão territorial. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) deve alcançar, no corrente ano, R$14 bilhões. O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), diretamente ligado à Sudene e destinado a grandes projetos estruturantes da nossa economia, não deve passar dos R$2 bilhões no corrente exercício.

Mas são fundos financeiros, que têm a grande vantagem de não gerar impacto no superávit primário do orçamento federal, já que os recursos são destinados a empréstimos privados via bancos oficiais, com garantias contratuais de retorno. Por outro lado, em face da carência geral de recursos fiscais, os governos estaduais têm grande interesse em tais investimentos privados, que vão gerar, além de emprego e renda, aumento na arrecadação estadual.

O grande obstáculo no sentido de criarem-se condições diferenciadas para o desenvolvimento do Nordeste reside no excessivo viés setorial da Administração Federal, que termina por privilegiar as necessidades de investimentos em áreas de forte concentração de renda. É o caso do centro-sul do País, da região Sudeste e da própria Região Sul.

Sob esse aspecto, os investimentos do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), à conta de subvenções do Tesouro, mostram um grande descompasso com a região, onde as aplicações daquele banco oscilam entre 10% a 12% nas últimas décadas, pulverizadas, salvas duas ou três honrosas exceções, em investimentos não impactantes na economia regional.

Urge, pois, que haja um alinhamento dos agentes financeiros federais, nos termos da Constituição, no sentido de implementar condições financeiras diferenciadas de atendimento ao Nordeste, ao Norte e ao Centro-Oeste.

Além do aumento das taxas do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), de responsabilidade direta da Sudene, teve também aumento substancial de suas taxas de juros. Antes da impensada resolução do CMN, os recursos para os grandes projetos do FDNE, como, por exemplo, a Transnordestina, a Fiat e as indústrias pesadas de outras naturezas, tinham juros que oscilavam de 7,5% a 9,5% ao ano, dependendo da localização e do tipo de empreendimento. Hoje, tais juros oscilam entre 12% a 13% ao ano, o que inviabiliza investimentos estruturais na economia da nossa Região Nordeste.

É preciso dar um rumo às coisas. Por ironia cruel, o BNDES, que, por se dizer nacional, não tem demonstrado interesse no investimento de natureza regional, passa a ter juros mais baratos que o Banco do Nordeste e da Sudene, e mais baratos do que os agentes do desenvolvimento regional do nosso País.

Por último, peço a atenção dos meus ilustres companheiros do Senado: atentos aos nobres propósitos do Constituinte de 1988, impõe-se que o Congresso Nacional promova os desdobramentos necessários à diminuição dos desníveis regionais.

Nesta oportunidade, associo-me aos que manifestaram de público, especialmente às nove federações de indústrias do Nordeste, sobre tão equivocada resolução, que afeta também o setor agrícola, o comércio e os serviços, na esperança de que prevaleça o bom senso e que o equívoco seja revisto por S. Exª o Sr. Ministro da Fazenda e pelas demais autoridades do nosso País.

Eram essas, Sr. Presidente, as palavras que queríamos proferir na presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Elmano Férrer, cumprimento V. Exª e, ao mesmo tempo, convido-o se não pode presidir a sessão... Eu ficarei no plenário.

Agora vai falar o Senador Ronaldo Caiado, e, depois de S. Exª, eu falarei, se V. Exª concordar; se não, eu ficarei para assistir à fala de S. Exª assim mesmo.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI. *Fora do microfone*.) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado.

Passamos a tribuna, como Líder, ao Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srªs e Srs. Parlamentares, na manhã de hoje, foi feita a primeira audiência pública com o objetivo de discutir a venda das Centrais Elétricas do Estado de Goiás, empresa essa que chegou a ser a maior empresa do Centro-Oeste brasileiro.

Essa empresa foi, para nós, orgulho, durante todo o tempo em que o corpo técnico, a equipe da Celg dignificava o nosso Estado de Goiás em relação a atendimento, qualidade de energia, manutenção de rede. Era uma empresa comparável ao que é hoje uma Cemig. No entanto, essa empresa foi usada muito mais, nesses últimos anos, com interesse eleitoreiro do que realmente com o objetivo de manter ali um corpo técnico qualificado. A empresa foi espoliada, foi sugada, foi usada como a Petrobras foi usada nacionalmente. A Celg serviu mais para o processo de fazer conchavos políticos, financiamentos de campanhas, objetivando alicerçar e, cada vez mais, propagandear o governo, do que realmente para os interesses do Estado de Goiás.

O interessante, Sr. Presidente, é que abriram hoje a audiência para poder discutir a venda da Celg. Eu tive a oportunidade de ir rapidamente ao meu Estado – eu não poderia estar ausente, uma vez que, como Senador da República, é a nossa obrigação defender o nosso Estado quando ele está sendo espoliado ou assaltado. Com esse objetivo, cheguei lá. Havia representantes do Estado, uma vez que hoje 51% já não são do Estado mais, são da Eletrobras. O Governador, para não fazer diretamente a privatização, buscou uma maneira para poder tergiversar e transferir para a Eletrobras a responsabilidade da venda das Centrais Elétricas de Goiás.

Ora, a pergunta inicial foi: qual é o benefício de entregar a Celg para a Eletrobras? O que isso trouxe de resultado para Goiás? Isso ocorreu há três anos, quando 51% da Celg foram transferidos para a Eletrobras a preço de R$1. No entanto, a Eletrobras disse: "Eu só aceito a Celg se o Governo de Goiás assumir todo o passivo da empresa" – o Estado de Goiás, então, puxou para ele todo o passivo da empresa, tirando-o da empresa Celg – e "Eu só aceito a Celg se Goiás fizer R$5 bilhões de empréstimos para quitar dívidas já existentes". O Governo de Goiás fez dois empréstimos: um de R$3,5 bilhões e outro de R$1,9 bilhão. A Eletrobras assume a Celg. O que ela traz de positivo para nós em Goiás? Nada. Investimento nenhum. A Celg é hoje a pior distribuidora de energia elétrica do País.

Existia, naquela época, Sr. Presidente, a tese em que os defensores, para poder abafar aquele caixa dois que existia em decorrência das campanhas eleitorais e transferir a Celg para a Eletrobras, vinham com o seguinte argumento: "Nós precisamos entregar para a Eletrobras, porque a concessão da Celg vai caducar agora em junho de 2015. E, se nós não entregarmos para a Eletrobras, nós vamos perder tudo". Isso não é verdade. O Tribunal de Contas da União deu parecer favorável, de acordo com a orientação da Aneel, e simplesmente 42 distribuidoras de energia elétrica no País tiveram as suas concessões prorrogadas por 30 anos, mas só a Celg foi dada para a Eletrobras, transferida para a Eletrobras.

A Eletrobras não fez nada em Goiás, não investiu nada em Goiás. De repente, do maior patrimônio do povo goiano, 51% são transferidos para uma empresa estatal do Governo Federal, que, agora, diz: "O interesse meu agora é vendê-la". Mas vocês não iam recuperar a empresa, vocês não iam investir na empresa? "Não, não nos interessa agora, nos interessa agora só vender a empresa".

Ora, chegando a este momento, com este quadro, fui para a audiência pública de hoje e perguntei ao Presidente da Celg, que hoje é indicado pela Eletrobras, o Sr. Sinval Gama, qual o preço pelo qual será colocada à venda a Celg. "Não sei". Dirijo-me, então, ao Secretário do Tesouro do meu Estado de Goiás perguntando qual é o passivo que Goiás assumiu em decorrência desse enxugamento que foi feito na Celg, retirando todo o passivo e dívidas dela para a Eletrobras assumir, ou seja, quanto é que o Estado de Goiás assume do passivo da Celg. "Não posso responder". Eu disse: "Mas como? Isso é uma audiência pública ou é uma farsa?" Eu estava como Senador da República em uma audiência pública para discutir a venda de uma empresa do meu Estado de Goiás, e as pessoas que lá estavam representando a Eletrobras, Celg hoje, e o Tesouro do Estado de Goiás não puderam responder às minhas perguntas, dizendo que depois me encaminhariam uma resposta. Eu disse: "Mas com que condições V. Sªs estão aqui sentados para promover uma audiência pública se não sabem ou não querem exatamente dizer os dados reais?"

Resumidamente, Presidente, o passivo hoje, calculado por aqueles que trabalham lá na estrutura da Celg, é que esse repasse chegará a R$2,3 bilhões. O Estado assume uma dívida junto ao BNDES de R$3,7 bilhões. Com isso, nós já vamos para R$6 bilhões entre o passivo mais o empréstimo no BNDES. Não satisfeitos, impuseram mais uma dívida a Goiás, para que a Eletrobras assumisse a empresa, de R$1,9 bilhão. Goiás, então, já passa a ter uma dívida, só pelo fato venda da Celg, de R$7,9 bilhões.

E qual a previsão da venda da Celg? A última previsão é de que a Celg poderá ser vendida por R$2,9 bilhões. E Goiás só tem 49%.

Ora, fica claro e evidente que há dois objetivos e dois interesses nítidos por parte do Governo Estadual e do Governo Federal. O Governo Federal, em primeiro lugar, herda, de graça, uma empresa e coloca no seu caixa – vamos dizer que foram R$3 bilhões – R$1,5 bilhão, que vão ao Tesouro fazer caixa para o Governo. O Estado

de Goiás receberia, então, R$1,49 bilhão e, com isso, buscaria junto ao Governo o parcelamento dessas dívidas e seu adiamento para usar esse dinheiro, vendendo uma empresa que estrategicamente é a mais importante do nosso Estado de Goiás para fomentar o desenvolvimento e o atendimento às suas áreas mais carentes. E, de repente, vamos assistir a Goiás receber apenas R$1,4 bilhão e a Eletrobras, que nada fez, nada investiu, pois a manteve como sendo a pior distribuidora, receber R$1,5 bilhão, simplesmente porque, à época, diziam que, se a Eletrobras não assumisse, seria cassada a concessão da Celg. Isso não é verdade, porque, como já disse, todas as distribuidoras tiveram mais 30 anos de prorrogação.

Sr. Presidente, é triste imaginar um quadro como este a que estamos assistindo, em que a Votorantim Metais, que há 40 anos explora uma mina de níquel na cidade de Niquelândia, que é a base de sustentação da economia desse Município e de muitos outros, fechou 100% de suas atividades. E a argumentação deles foi que a causa da demissão dos funcionários e do seu fechamento é que o preço da energia elétrica no Estado teve um aumento de 52,5%, o que nos impede de competir mundialmente.

Diante de uma situação como essa, em que assistimos a um Estado que ainda tem necessidade de investir na eletrificação rural, principalmente nas regiões do nordeste e do norte do Estado, e na melhoria na qualidade de energia, o Governo agora se propõe a vender aquilo que sempre fez o diferencial em Goiás: a presença de uma empresa altamente competente, com um corpo técnico altamente qualificado, que era exemplo no País e que foi o braço alavancador do desenvolvimento do Estado de Goiás, descentralizando a convergência sobre a capital e as maiores cidades e pulverizando as indústrias no interior do Estado. Hoje, o Governo de Goiás caminha exatamente com o objetivo de gastar aquilo que ele não tem, vendendo um patrimônio do Estado que tem um objetivo: desenvolver o Estado.

Ora, Sr. Presidente, eu sei muito bem, como Parlamentar que sou, as funções do Estado. Não vou dizer amanhã que o Estado tem que se ocupar de todas as atividades; pelo contrário, até porque pertenço a um Partido que sempre defendeu a livre iniciativa e a segmentação das ações do Estado. O Estado deverá ter o controle de estruturas como aquelas que nós determinamos – segurança, educação, saúde –, mas também de agências reguladoras em outras áreas. Sabemos que a energia elétrica é, sem dúvida nenhuma, o elemento alavancador de um Estado em desenvolvimento – como o Estado de Goiás, como outros Estados do Centro-Oeste e também no Norte do País – e o elemento fundamental para atrair empresas amanhã e diversificar o desenvolvimento nosso Estado.

Tive oportunidade de estar lá hoje e de ter a tristeza de assistir a algo melancólico: as pessoas que lá deveriam defender o Estado de Goiás estavam acanhadas, totalmente desconfortáveis, porque sabiam, no íntimo, que estavam ali entregando a maior empresa do Centro-Oeste brasileiro.

E, o pior, com a conivência do Governador, com a orientação do Governador. Em todas as campanhas eleitorais, o que mais dizia era: "A Celg será e continuará sendo a maior empresa do Centro-Oeste e ela é o braço responsável pelo desenvolvimento do Estado de Goiás".

Hoje, depois de todo esse processo de espoliação da distribuidora de energia elétrica do Estado de Goiás, nós estamos assistindo à venda proposta pela agora Eletrobrás, já que a Eletrobrás tem 51% da nossa empresa, pelo valor de R$2,9 bilhões.

Com o potencial que tem o meu Estado de Goiás, um Estado que, por condições geográficas e logísticas, é hoje indiscutivelmente o Estado que mais cresce, até pelas condições climáticas e geográficas que tem, esse Estado perde hoje a sua ferramenta que sempre foi o diferencial para que Goiás também chegasse a esse patamar em que chegou.

Vou contestar, Sr. Presidente, durante todo o tempo em que o Governo deverá colocar à venda essa nossa empresa, porque tudo está sendo feito em conivência com o Governo Federal, com a orientação da Presidente da República, para que Celg seja toda lapidada para ser entregue a alguma empresa.

Nós vamos descobrir. Eu não sei ainda qual está sendo trabalhada para receber essa grande joia do meu Estado de Goiás. Isso não aconteceu por acaso. Isso realmente tem endereço certo. Se não tem CPF, tem CNPJ. Mas realmente estão fazendo isso para que alguém possa ter o controle acionário da maior empresa do Centro-Oeste brasileiro, que foi um orgulho para nós, goianos, e foi totalmente dilapidada pela visão política, demagógica, egocentrista de quem acha que é a propaganda o objetivo principal de um projeto de governo.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo o tempo que V. Exª me concedeu e dizendo ao povo do meu Estado de Goiás que continuarei firme, na tribuna do Senado Federal e nas audiências públicas, denunciando o fato e buscando uma saída que seria a mais honrosa que este Governo poderia oferecer ao Estado, que seria devolver a concessão ao Estado de Goiás e fazer com que o financiamento que é dado a tantas empresas chamadas campeãs pelo BNDES pudesse ser repassado ao nosso Estado, colocando um corpo técnico qualificado...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – ...de pessoas vinculadas, sim, à ética, à competência, à meritocracia, buscando reerguer essa empresa do nosso Estado de Goiás.

Essa é uma luta que já encampei e continuarei nela durante todo o meu mandato nesta Casa. É um absurdo o que Goiás assiste e é triste ver hoje Goiás abrir mão da sua principal ferramenta de desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Caiado, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elamano Férrer, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Exª e convido o Senador Paulo Paim para assumir a tribuna como um grande Senador do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Elmano Férrer, já são 21h04.

Na retomada dos trabalhos é o primeiro momento que eu venho à tribuna e farei aqui rápidos registros.

Um deles, Sr. Presidente, é que, durante o recesso parlamentar, eu fui à região sul do meu Estado, mas precisamente a Rio Grande e Pelotas, e fiquei muito preocupado com as informações que lá recebi, principalmente numa reunião que fiz com empresários, trabalhadores, líderes sindicais e o Prefeito de Rio Grande.

Benito Gonçalves, que é o presidente do sindicato, nessa reunião, foi muito claro. Ele estava muito preocupado com a situação do polo naval.

Participaram da reunião, além do Prefeito de Rio Grande, o líder Alexandre Lindenmeyer, o Prefeito de São José do Norte, Jorge Madruga, diretores dos estaleiros, representantes de sindicatos, não só do estaleiro, mas também de outras entidades, como alimentação, educação e rodoviários.

Há uma preocupação muito grande, Sr. Presidente, devido ao desemprego que avança, queiramos ou não, em todo o País. É fato e é real. Podia falar, agora, recentemente, de Caxias do Sul, de Rubber Soul, uma empresa antiga da minha cidade natal, com 600 trabalhadores, que de uma hora para outra fechou as portas. Fechou totalmente as portas. Esse é um dos casos, Sr. Presidente.

No caso específico de que falo aqui, a preocupação, por exemplo, é que havia um compromisso de mais plataformas serem construídas em Rio Grande. Eu mesmo interferi na época. Conseguimos em parte avançar, mas há uma preocupação relatada por todos.

Esse é o documento que eles me entregaram, que vai na linha, primeiro, de que os trabalhadores da região sejam contratados para as atividades do estaleiro; segundo que as micro e pequenas empresas da região também sejam contratadas, porque ali gerarão outros empregos, e não mandar fazer peças que vão ter que usar no estaleiro fora do Estado; e o terceiro é que o Fundo da Marinha Mercante, como havia sido acordado, fosse também em parte usado naquela região e que houvesse mais compromisso de todos com os programas sociais para toda a Região Sul.

Depois dessa reunião, Sr. Presidente, ficou acertado que me será encaminhado um documento que vou então encaminhar aos poderes constituídos aqui em Brasília e também à Petrobras, que, de forma direta, digamos, é responsável pela retomada dos empregos se houver a compreensão das demandas da região.

Quero também, Sr. Presidente, fazer outro registro. Fui convidado para a posse do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, onde foi mais uma vez empossado o líder Lírio Segalla Martins Rosa na última sexta-feira.

Eu não pude estar presente, mas ressalto aqui a importância desse sindicato para os trabalhadores não só de Porto Alegre, mas do Estado.

Quero também, Sr. Presidente, fazer um pequeno registro dos trabalhos da Comissão dos Direitos Humanos nesse ano que passou.

Nós realizamos em torno de 150 reuniões, mais de 100 audiências públicas, em torno de 40 sessões deliberativas e outras audiências que realizamos fora do Senado. Foram praticamente duas audiências públicas por cada... Não, a cada dois dias fizemos uma audiência pública. É um recorde, até mesmo de todos os trabalhos que eu tive em todo o período em que estou no Congresso, há mais de 30 anos.

Ouvimos em torno de 600 painelistas. Os dados são do Senado. Não fui eu que levantei os dados. Foram ouvidos na Comissão, esse ano, 600 painelistas, passaram pela Comissão em torno de 15 mil trabalhadores, sem ainda constar aqui o número de pessoas que participaram nos Estados, inclusive no Estado de V. Exª, onde eu estive.

Ontem iniciamos com um debate sobre a questão do trabalho escravo, com resultado positivo hoje, a participação inclusive do Prêmio Nobel da Paz 2014 – ele esteve conosco – e uma delegação enorme de juízes do mundo do trabalho.

Foi um debate muito, muito positivo. E tomamos lá a decisão de que hoje, acompanhados do Prêmio Nobel da Paz, nós iríamos à Presidência do Senado para que não se desse a urgência que tinha sido aprovada neste plenário ao PL que regulamenta o trabalho escravo, porque nós entendemos que o trabalho escravo tem que ser proibido.

Eu quero agradecer muito a todos os Senadores que participaram ontem e hoje, porque hoje, neste Plenário, nós retiramos a urgência do PL que iria aprovar aquilo que, no nosso entendimento, é um retrocesso, porque iria garantir que jornada exaustiva e trabalho degradante não seriam penalizados.

O Senador Cristovam foi um dos articuladores, conseguiu a assinatura dos Líderes; o Senador Paulo Rocha trabalhou intensamente e outros Senadores também trabalharam de forma tal que conseguimos, no dia de hoje, retirar a urgência.

Então, eu anuncio a milhões de pessoas que têm interesse nesse debate que, a partir do movimento que iniciamos ontem, com a presença do Prêmio Nobel da Paz e com inúmeros juízes do trabalho, inclusive o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nós conseguimos chegar a esse acordo.

Agradeço também ao Senador Romero Jucá, que entendeu a nossa solicitação, ele que é o Relator, e acabou também concordando com a retirada da urgência.

Sr. Presidente, faço só um resumo devido ao horário.

Quero ainda registrar, Sr. Presidente, que, no dia 24 de janeiro, é lembrado o Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas. É uma marca histórica na vida da nossa Previdência Social.

Quero aqui, de improviso, mas deixo o registro na íntegra, cumprimentar os aposentados e pensionistas de todo o País, cumprimentar a Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul, que me convidou para estar lá nesse dia, num evento com cerca de 600 pessoas, cumprimentar o Pedro, que é o Presidente da entidade, e todos os seus diretores, cumprimentar o Warley, que é o Presidente Nacional da Cobap, cumprimentar todas as entidades que ajudam, articulam e colaboram para melhorar a vida dos idosos do nosso País, cumprimentar os clubes que têm as suas organizações locais com os aposentados e pensionistas, cumprimentar as associações de aposentados e pensionistas, cumprimentar todos aqueles que lutam por uma previdência justa.

E dizer, Sr. Presidente, que, é claro, fiquei preocupado com o discurso de ontem da Presidenta Dilma, de forma muito pontual, em relação à reforma da Previdência.

Nós fizemos uma reforma da Previdência há praticamente três meses, aprovando aqui uma nova fórmula, a 85/95, que diz que a mulher se aposentaria com 55 anos e o homem com 60, desde que ambos tivessem contribuído, o homem por 35 anos e 30 a mulher. Agora já estão falando numa outra idade, que seria de 65 anos, dez anos a mais do que a mulher trabalha hoje para efeito de aposentadoria.

O que foi feito há três meses foi uma isonomia, servidor público e trabalhadores do Regime Geral da Previdência com o mesmo patamar, 55 e 60.

Lamento e espero que essa proposta não venha para o Congresso.

Eu me preocupei muito, porque vi que um conselheiro antigo da Presidenta, que não é do Governo, aconselhou. E me disseram que parte do Governo o ouve muito. Não vou citar nome, porque não é o caso. Ele teria dito que ela teria que fazer três coisas: um ajuste fiscal mais rígido, que significa mais uma vez fazer com que os trabalhadores paguem a conta; segundo, uma reforma trabalhista, que seria também jogar para os trabalhadores pagarem a conta; e, terceiro, uma reforma radical na Previdência.

Espero que nenhuma dessas três questões, da forma como foram colocadas, seja encaminhada para o Congresso. Se elas forem encaminhadas, teremos aqui um debate muito duro.

Pode ter a certeza de que não só eu, mas também grande parte dos partidos da Base do Governo não concorda com esse ponto de vista. É claro que não posso falar aqui por todos os partidos nem por todos os Senadores, mas, com certeza, na maioria dos partidos da Base do Governo, haverá discordância se esses projetos aqui forem encaminhados.

Falo isso de forma muito tranquila, como uma maneira de querer ajudar. Num momento como este de dificuldade na economia, poderíamos pensar em tributar, por exemplo, grandes heranças, poderíamos pensar em diminuir a taxa de juros e em aumentar a fiscalização, o combate à sonegação, já que os auditores falam que daria para arrecadar em torno de R$500 bilhões a mais se fosse dada a infraestrutura para que fizessem a devida fiscalização e arrecadação.

Tenho de, neste momento, levantar essas questões para o bom debate que, com certeza, faremos aqui durante este ano.

Quero ainda, Sr. Presidente, deixar aqui outro documento em que fiz um balanço dos trabalhos aqui no Congresso durante o ano de 2015. É claro que tivemos vitórias e derrotas, mas, por outro lado, Sr. Presidente, resistimos aqui e conseguimos não aprovar o fim da NR 12, que é aquela que garante a segurança no trabalho, para que não aconteçam acidentes com os trabalhadores.

Conseguimos resistir – fui a 21 Estados e vou aos outros seis que faltam até o mês de maio – e não aprovar a terceirização na atividade fim. É claro que isso foi importante. Conseguimos aqui rejeitar o projeto que veio meio de contrabando da Câmara. Hoje, até me aproximei do Deputado que tinha sido o autor da emenda. São discordâncias pontuais. Mas eu o elogiei aqui pelo projeto da primeira infância, junto com outro Deputado e com os Senadores gaúchos. Falo também daquele do negociado sobre o legislado. Conseguimos fazer com que ele não fosse aprovado.

Aprovamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Não dá para não lembrar que essa foi uma vitória também de nós todos que trabalhamos nesse sentido. V. Exª, Senador Elmano Férrer, foi um dos companheiros nossos nessa trincheira de luta.

Por fim, Sr. Presidente, peço que V. Exª considere na íntegra estes meus pronunciamentos.

Eu queria, como última fala, dizer que me preocupa muito, muito, muito a situação do desemprego no País. Não é só o caso de Caxias, não é só o caso dos estaleiros do Brasil todo, não é só o caso da construção civil, não é só o caso do setor de indústria de ponta – lembro aqui os metalúrgicos –, não é só o caso da área do serviço público, que vimos. Nós consideramos colaborar, numa audiência que fizemos hoje pela manhã, com a questão da greve dos peritos. A partir dessa audiência, mediante articulações que fizemos nos últimos 15 dias, os peritos foram recebidos ontem e tiveram outra reunião nesta tarde para tratar desse tema.

Amanhã, Sr. Presidente, teremos uma grande audiência pública. Será a terceira desta semana. Tivemos uma audiência na terça, uma audiência na quarta e uma audiência na quinta. Agradeço ao Presidente Renan, que me permitiu que eu fizesse uma audiência pública na terça-feira de manhã, com a presença do Prêmio Nobel da Paz, para discutir o trabalho escravo.

Amanhã, vamos discutir a reforma da Previdência e a dita reforma trabalhista, numa medida preventiva para não abrir mão, em hipótese nenhuma, doa a quem doer, dos direitos dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas. Sabemos muito bem que, quando falam em reforma trabalhista, é para retirar direito dos trabalhadores. Não vamos aceitar isso! Vamos fazer aqui o bom combate.

E também há a reforma da Previdência. Quando se fala em reforma da Previdência, eu já coloco minha barba de molho. A minha barba, que já está branca, já foi preta, mas vai ficar amarela de tanta preocupação! Quando se fala em reforma da Previdência, já antevejo que vão meter a mão nos direitos dos servidores públicos, que vão entrar junto. Quanto à tal da idade mínima, podem saber os servidores públicos que estão nos ouvindo que para eles vai sobrar. Não vão mais ficar as idades de 55 anos e de 60 anos, não!

Preocupou-me muito aquela carta chamada "Ponte para o Futuro". Ali consta, inclusive, mexer até no salário mínimo em relação ao benefício do aposentado, como se os aposentados não pudessem receber o mesmo salário mínimo de quem está na ativa.

Do resto já falei aqui.

O debate de amanhã vai contar com especialistas no tema. Uma estudiosa vem do Rio de Janeiro. O título do livro que ela escreveu e que embasa suas palestras, a que tivemos acesso, é *A Farsa do Déficit da Previdência*.

De uma vez por todas, vamos demonstrar que a Previdência brasileira é superavitária. Quando começam a querer alegar que ela é deficitária, fazem-no sempre numa lógica de querer usar o dinheiro da Previdência para outros fins. Nós conhecemos essa história. Estou aqui no Parlamento há 30 anos. Vem a história do déficit, e, daí a alguns dias, é anistia para cá, é anistia para lá, e retiram contribuições que deviam ir para a Previdência, como foi recentemente esta. O empregador pagava 20% sobre o total da folha e, de repente, passou a pagar 1,5%, 1% ou 0,5%. Dizem que isso vai dar um déficit de R$70 bilhões! "Mas o Tesouro cobre!" O Tesouro não cobriu coisa nenhuma. Aí vai dar déficit mesmo se continuarmos a permitir... Vem a DRU aí. E da DRU já não querem mais 20%; já estão falando em 30% da DRU, e sai parte da seguridade social, onde está também a Previdência.

Estou levantando preocupações. Quero mais que o Governo acerte o rumo e entre nos trilhos de uma visão progressista e de uma visão positiva e que o País volte a crescer, que a inflação não ultrapasse os dois dígitos como está ultrapassando, que o desemprego não ultrapasse os dois dígitos como está ultrapassando. A taxa de juros está ultrapassando os dois dígitos já mensalmente. É com isso que nós estamos preocupados e queremos colaborar. Queremos aqui construir uma proposta de desenvolvimento para todos, para empresários, para trabalhadores, para quem atua no campo, para quem atua na cidade, para que todos possam melhorar a qualidade de vida.

Perguntaram-me um dia – vou terminar, Sr. Presidente – se eu era contra o lucro. Eu digo: não, não sou contra o lucro. O lucro é tão bom, que eu queria que fosse dividido para todos. Não há problema nenhum. Não tenho problema nenhum com o lucro.

É isso, Sr. Presidente. Obrigado a V. Exª pela tolerância, para que eu pudesse fazer este pronunciamento.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia 23 de janeiro, eu estive no Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Grande (RS), a convite do presidente da entidade, Benito Gonçalves. Na ocasião, eles fizeram uma explanação sobre as dificuldades do setor.

Também estavam lá os prefeitos de Rio Grande (Alexandre Lindenmeyer) e São José do Norte (Jorge Madruga), e alguns diretores dos três estaleiros, representantes de sindicatos da região, entre eles alimentação, educação e rodoviários.

Toda aquela região, os seus poderes públicos, os movimentos sindical e social, enfim, a sociedade civil exige uma resposta concreta do governo federal para que se possa amenizar os impactos da atual crise que atinge esse importante setor da economia brasileira.

O desemprego ali é assustador. É um verdadeiro tsunami... Há muitas demissões nos estaleiros.

Me foi relatado, e aqui, eu peço uma maior atenção, de que as demissões estão ocorrendo em parte devido ao atraso da chegada das plataformas, como por exemplo, a P-74, que está sendo construída no estaleiro Inhaúma no estado do Rio de Janeiro.

Segundo eles, com esse atraso, não existem condições de segurar toda a mão-de-obra que está parada.

Eles também cobram um aproveitamento maior dos trabalhadores qualificados, que passam de dez mil e que na maioria das vezes, ficam fora das melhores vagas. Deve haver um maior aproveitamento das empresas locais.

Sr. Presidente, milhares de vidas dependem hoje do setor naval brasileiro. Isso é indiscutível. Especificamente falo aqui das regiões de Rio Grande e São José do Norte, litoral sul do meu Rio Grande Sul.

Faço um apelo ao governo federal para que olhe com carinho a situação que aqui eu relatei.

Srªs e Srs. Senadores, por fim, registro que fui convidado pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, Lírio Segalla Martins Rosa, para a Cerimônia de Posse da Nova Diretoria do STIMEPA - Gestão 2016-2019, que ocorreu em dia 29 de janeiro de 2016, na Escola Mesquita, em Porto Alegre.

Por uma questão de compromissos assumidos anteriormente, não pude me fazer presente em importante evento. Fica aqui a minha saudação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a minha intenção é fazer um pequeno relato dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos no ano de 2015.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – sob a minha presidência, e Vice-presidência do Senador João Capiberibe, manteve as diretrizes estabelecidas no Plano de Trabalho da CDH para o Biênio 2015/2016, alcançando resultados bastante positivos e de grande relevância social.

A CDH e suas Subcomissões realizaram 138 reuniões, entre Audiências Públicas, Reuniões Deliberativas e Reuniões de Trabalho.

Foram 99 Audiências com a finalidade de instruir proposições legislativas ou debater assuntos da mais alta relevância para o país, com temas instigantes e bastante variados, como diversificada foi a autoria dos requerimentos que as determinaram, que envolveu mais da metade dos seus membros.

Destas, 93 foram Audiências Interativas, garantindo a participação popular ao vivo, com perguntas, questionamentos e comentários, por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado.

E a resposta foi muito ativa e intensa.

Centenas de internautas tiveram oportunidade de interagir com os debatedores convidados, que incluíram desde Ministros de Estado até acadêmicos, religiosos e representantes de diversos movimentos sociais.

A lista de temas é de enorme repercussão social... direitos trabalhistas, previdência social, trabalho escravo, discriminação e racismo, terceirização...

Foram mais de 600 painelistas e um público de mais de 15 mil pessoas. Esses encontros foram transmitidos pela TV Senado e atingiram mais de 300 mil telespectadores.

Nesse período, a Comissão realizou 29 Reuniões Deliberativas, examinando 76 proposições legislativas. Destaque para a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência e o PLS nº 518/2015, que define o crime de racismo praticado na Internet.

Além disso, a CDH aprovou 5 emendas de texto e 3 emendas ao anexo de metas e prioridades à LDO e 112 requerimentos apresentados por seus Senadores Membros.

A Comissão recebeu, no período, 56 denúncias referentes a violações de direitos humanos, que, após análise de pertinência, geraram providências, visando seu esclarecimento e solução.

Realizou 24 diligências. Destaques: uma com o objetivo de debater conflitos e o andamento do processo de consolidação de assentamento definitivo das famílias acampadas no Acampamento Tiradentes, em São Sebastião/DF; outra para debater os excessos cometidos pela Polícia do Estado do Paraná aos professores e demais manifestantes, em Curitiba/PR.

Foram realizadas 21 audiências públicas sobre terceirização nos estados, em parceria com as assembleias legislativas.

Até maio de 2016 concluiremos as audiências nos 27 estados, que são: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Alagoas, Tocantins e Goiás.

Sr. Presidente, como mostrei aqui, resumidamente, a CDH teve um 2015 de muito trabalho. Parabéns a equipe e a todos os senadores que compõem esta comissão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia, 24 de janeiro, em decorrência da antiga Lei Eloy Chaves, comemora-se o Dia Nacional do Aposentado - marco histórico da Previdência Social.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite feito pela Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP, para participar da comemoração do Dia Nacional do Aposentado, realizada em Aparecida do Norte - São Paulo.

Nesta data, estava cumprindo agenda no Rio Grande do Sul, motivo pelo qual não pude comparecer a este grande evento.

Quero saudar e externar meu respeito e profunda admiração aos profissionais que dedicaram sua vida ao trabalho, e que contribuíram ativamente para o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Envelhecer faz parte da vida! Mas o grande mérito é viver com dignidade.

Sem dúvida alguma, não apenas neste dia a classe deve ser lembrada, mas sim, recompensada com uma legítima política pública de efetiva proteção social, nos termos em que assim ponderou a Constituição da República Federativa do Brasil.

Nossa Carta Magna considerou a Previdência como um legítimo direito social, evidenciando que a política previdenciária não pode ser desprezada ou mesmo barganhada no campo político, mas rotineiramente aprimorada, para garantir futuramente o bem-estar de milhões de trabalhadores e aposentados.

A previdência social constitui-se um dos assuntos mais polêmicos dos dias atuais, principalmente quando o tema é o suposto "déficit" previdenciário, e o discurso de que esse sistema é economicamente insustentável.

Ao longo da minha vida política, nos últimos 20 anos, tenho defendido que a seguridade social (Previdência, Assistência social e saúde) é superavitária.

Ao contrário do que vem sendo divulgado o sistema da previdência não está em crise e nem necessita de reformas que visem o ajuste fiscal.

O sistema dispõe de bases de financiamento sólidas, que estão asseguradas nas receitas de contribuições definidas pela Constituição Federal, sendo suficientes para atender aos gastos com os três setores da seguridade e ainda gerar superávit.

Entretanto, o que se observa é que uma parte expressiva das receitas propostas à saúde, assistência social e previdência, são desviadas para serem aplicadas no orçamento fiscal.

Quanto a capacidade de sustentação futura do sistema, é importante que haja crescimento econômico no país, principalmente geração de empregos e melhores salários, para que alcancemos a mobilidade social.

Outro fato importante seria a defesa e inclusão de um grande contingente populacional que hoje se encontra desprotegido.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), vinte e nove milhões de pessoas, com idade entre 16 e 59 anos, não têm qualquer proteção previdenciária.

Desses, 15,4 milhões recebem mais de um salário mínimo e, apesar de terem renda, não contribuem para previdência.

Devo lembrar que a luta pelos direitos e pela dignidade dos aposentados são causas defendidas por mim, durante toda a minha vida pública, primeiramente como sindicalista e, depois, como deputado federal e, agora, como Senador da República.

Entre as mais relevantes bandeiras dessa causa que tenho defendido com muita honra, estão:

O PLS 201/2006 que estabelece o fim do fator previdenciário.

Aprovamos Projeto de Lei de Conversão nº 15/2015, transformada em norma jurídica com veto parcial, proveniente da Medida Provisória nº 676/2015 que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, cujo tema principal era a adoção de uma regra para afastar a incidência do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

A PEC nº 22/2007 que estabelece normas para o reajuste das aposentadorias e pensões acima do reajuste do salário mínimo.

O PL 4434/2008, que tenta recuperar as perdas das aposentadorias e pensões do INSS, para o mesmo número de salários da época da concessão, além de determinar reajustes anuais iguais aos do salário mínimo.

Os PLS 91/2010 e PLS 172/2014 que possibilitam ao trabalhador aposentado ou pensionista o direito à desaposentadoria, entre outros.

O Executivo ambiciona encaminhar este ano ao Congresso Nacional uma proposta de reforma no sistema de Previdência Social em que um dos principais objetivos é a redução dos gastos com aposentadorias.

Proposta esta que sou radicalmente contra. Pois os recursos que se quer economizar, lesionando direitos, fazendo cortes e protelando a aposentadoria dos servidores, não resolvem o problema econômico atual, além de serem utilizados não para melhorar as aposentadorias, mas para pagar juros da dívida pública.

Confesso que fiquei preocupado com a fala da presidenta Dilma Rousseff no dia de ontem, na abertura do ano legislativo. Ela defendeu a aprovação de uma reforma da Previdência, ressaltando que poucos efeitos serão sentidos em sua gestão.

Como a imprensa vem divulgando, o Ministério da Fazenda fechou uma proposta de reforma da Previdência que adota uma idade mínima e acaba com as diferenças nas regras para a aposentadoria entre homens e mulheres, funcionalismo público e setor privado, trabalhadores da cidade e do campo.

A imprensa também divulga que o ministro do Trabalho e Previdência, Miguel Rossetto, está resistindo, defendendo que não é preciso urgência para modificar as regras de aposentadoria.

O fato, Sr. Presidente, é que a ladainha é a mesma toda vez que o País não apresenta níveis decentes de crescimento. A ordem é arrebentar a corda no lado mais fraco.

Também é fato alguns dados. Conforme a Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), através do estudo 'Análise da Seguridade Social 2014', não há déficit, e, sim, superávit.

Vejamos: Superávit em 2006: R$ 59,9 bilhões; 2007: R$ 72,6 bilhões; 2008: R$ 64,3 bi; 2009: R$ 32,7 bi; 2010: R$ 53,8 bi; 2011: R$ 75,7 bi; 2012: R$ 82.6 bi; 2013: R$ 76,2 bi; 2014: R$ 54 bi.

Ainda conforme a Anfip, os resultados da Seguridade poderiam ser ainda bem melhores, se não fosse a sonegação e a inadimplência.

A sonegação foi de R$ 15 bi no ano de 2013, R$ 13,6 bi em 2012 e R$ 13,1 bi em 2011. Segundo a Anfip, esses números podem ser até 10 vezes maiores.

E ainda tem a inadimplência: R$ 34,9 bilhões.

Portanto, a quem interessa a mentira do "rombo" nas contas da Seguridade?

A quem interessa o desgaste da imagem da Previdência?

E por que o Congresso Nacional não vota a proposta de emenda à Constituição (PEC 24/2003), de nossa autoria, que determina que o dinheiro da Seguridade não pode ser desviado para outros fins?

Senhoras e Senhores, quero reafirmar o meu compromisso com os aposentados e pensionistas, trabalhadores, servidores públicos, elaborando cada vez mais projetos que visem a proteção e defesa das suas vidas.

Especificamente sobre o idoso, lembro o art. oitavo, expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos: "*o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social*".

Quero ressaltar que é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas públicas que permitam seu envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

A luta continua em 2016! Vamos continuar fazendo o bom combate.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o tema que apresento, hoje, para reflexão é o do papel do Congresso Nacional na governabilidade e no desenvolvimento do País.

Somos o poder de maior significado para a Democracia, por nossa importância como representantes das vontades populares.

Os membros do Poder Legislativo são os únicos cuja escolha realiza-se integralmente de eleitos por votação popular.

O Poder Judiciário é formado por quem realiza concurso, e temos excelentes quadros em razão desse critério de seleção.

Nosso sistema de concursos públicos é muito eficiente para a escolha de magistrados.

O Poder Executivo é chefiado por uma pessoa eleita pelo voto popular e por vários indicados políticos.

Os ministros de estado são indicados pelo Presidente dentre pessoas de sua confiança, obviamente, levando em consideração a compatibilidade da trajetória profissional do ministro com o tema da pasta para a qual foi designado.

O Poder Legislativo, por sua vez, é aquele, a meu ver, cuja vontade das urnas deve refletir de forma mais direta no trabalho.

Quero lhes dar, nesse sentido, um exemplo do que considero justo e devido por nós, parlamentares: se o Senador é eleito pela maioria de seu Estado, ele deve ser fiel ao desejo de seus eleitores; não me parece justo que o parlamentar ceda ao poder do lobby, ao poder econômico.

Por essa razão, represento os meus eleitores e o trabalhador brasileiro ao me posicionar contra a terceirização da atividade-fim, da maneira como estava no Projeto de Lei da Câmara nº 4.330, de 2004.

Depois de aprovado pelos deputados, o projeto veio para o Senado Federal, e está tramitando na forma do PLC nº 30, de 2015.

Sou o relator deste projeto e pretendo convencer a todas as Senadoras e a todos os Senadores da importância de reforma desta proposição.

Meu entendimento é de que devemos querer o bem de quem representamos. Este é o papel do parlamentar!

Há, nesse aspecto, conquistas sociais adquiridas ao longo da história e que não podem ser anuladas por pressões de quem detém o poder econômico, senão correremos o risco de privilegiar uma minoria, em lugar de atendermos ao interesse maior, que é o interesse do povo.

Não podemos desconectar as propostas de flexibilização das leis trabalhistas, as quais temos visto nos últimos anos, das conquistas sociais acumuladas ao longo dos tempos.

Podemos perceber que não é novidade que em todo momento de dificuldade econômica surgem propostas oportunistas para enfraquecer as relações de trabalho, como se as medidas dessa natureza fossem conferir competitividade à nossa indústria em definitivo, de uma hora para outra, sem qualquer tipo de outro esforço. Não é essa, a meu ver, a atitude a ser tomada!

Avançamos muito na questão social; não vejo razão para combatermos os problemas da economia com o retrocesso nessa área.

Quando há crise econômica, a classe trabalhadora já é demais penalizada.

Essa é a classe que mais sofre com as agruras da inflação e do desemprego.

Quando jogamos nas costas dos trabalhadores o peso de novas medidas de austeridade, estamos restringindo a muitas pessoas o acesso a uma condição digna de sobrevivência.

Em nosso entendimento, os custos da crise devem ser compartilhados, não podem ser suportados por uma única classe, mas devem ser verificadas as condições mínimas de sobrevivência na hora de partilharmos os custos de uma crise que não foi, de modo algum, causada pelo trabalhador.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, 2015 foi um ano de ensinamentos, no sentido de que, uma vez mais, vimos que os ganhos sociais não podem retroceder.

As pessoas precisam de condições mínimas de sobrevivência, entre as quais está o direito ao desenvolvimento, reconhecido como um dos direitos humanos da terceira geração.

Todo ser humano tem o direito de buscar sua própria evolução e a de sua família.

Para o desenvolvimento, temos de oportunizar garantias mínimas de ascensão a cada um do povo, como escola e saúde de qualidade, moradia digna, acesso à cultura.

Mas o ano de 2015 registrou mais do que isso.

Percebemos que é possível avançar em direitos humanos em momento de crise econômica.

A meu ver, nos momentos de crise econômica podemos escolher um de dois caminhos:

1º) ou se limita o acesso das pessoas aos bens culturais e se restringe a qualidade da educação; ou

2º) fazemos o que é mais justo e digno, e promovemos novos direitos, ampliamos o acesso à educação e buscamos, na inovação e no trabalho capacitado, alternativas aos entraves econômicos.

Vimos que inúmeras proposições foram apresentadas no Congresso e que pareciam querer nos levar na contramão da Democracia.

Toda vez que se tem recessão, surge a mesma tentativa de se mutilar a Constituição, mas sem sucesso.

Há grupos de pressão para que a CLT seja deteriorada, para que o negociado passe a valer mais do que a lei.

Se isso viesse a acontecer, seria como retroceder à época em que se aplicava a lei do mais forte, antes de o Estado ter avocado para si o dever precípuo de dizer o Direito.

Essa mudança, que atribuiu ao Estado o papel da jurisdição, foi um avanço da civilização, foi o que viabilizou a construção do Poder Judiciário. Não é pouca coisa!

Mas estamos reagindo a essas iniciativas pouco republicanas.

Estou viajando pelo Brasil todo e estou votando e aprovando a carta de cada Estado, e nessa carta está expressa a reprovação da proposta de terceirizar a atividade-fim.

Não podemos deixar de mencionar, também, que sempre tentam atacar nosso modelo previdenciário.

Nosso regime previdenciário é alvo fácil nos momentos de crise.

Porém, posso provar a qualquer um que a média de superávit da seguridade social do regime geral da previdência social é de 50 bilhões de reais por ano. Por isso, discordo de quem diga que ela é deficitária.

Mas há, finalmente e graças a Deus, as ações do Congresso Nacional em benefício do País.

Podemos perceber na retrospectiva do ano que o Congresso foi profícuo em políticas que favorecem a população.

Realizou, em diversos momentos, seu papel de representante supremo dos interesses da Democracia:

– Aprovamos o cálculo 85/95 da aposentadoria, atendendo a uma reivindicação antiga da sociedade e que é justa com os trabalhadores;

– Aprovamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de minha autoria, em favor da promoção da acessibilidade a todos que tenham algum tipo de impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, possa obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

– Aprovamos, na Comissão de Direitos Humanos, o Projeto de Lei nº 518, de 2015, de minha autoria, no qual se prevê que a veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional na internet, ou em outra rede de computadores destinadas ao acesso público, torne-se crime com pena de um a três anos de reclusão e multa;

– Promovemos, na Comissão de Direitos Humanos, discussões sobre temas variados e de grande responsabilidade social e humana.

Foram muitos os avanços em 2015, e sabemos que há muito para avançarmos em 2016.

Espero que possamos, por exemplo, incorporar em definitivo as seguintes convenções interamericanas: sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos; Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância; e Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância.

Percebemos neste ano que se encerra o quanto ainda temos por fazer nos campos social e trabalhista.

Apesar de termos evoluído bastante nos últimos anos, surgiram novos desafios, principalmente na área econômica, uma vez que houve redução dos níveis de crescimento.

Pudemos perceber, por tudo o que narramos, que o Congresso Nacional tem enfrentado grandes desafios para fortalecer as conquistas no campo dos Direitos Humanos, considerados em todas as suas acepções, e para manter o curso democrático.

Há, nesta Casa, homens de bem que irão garantir a nossa agenda positiva.

Meu prognóstico para 2016 é o do começo de tempos melhores para todos os brasileiros e o fortalecimento da democracia pela vontade popular!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Senador Paim, como Presidente da Mesa desta sessão, no apagar das luzes dos trabalhos deste dia, eu queria congratular-me com V. Exª e parabenizá-lo pelo grande trabalho realizado à frente da Comissão de Direitos Humanos. O Brasil é testemunha, os trabalhadores do Brasil são testemunhas da eficiência e da competência de V. Exª. Daí por que eu o parabenizo! Continue com esse entusiasmo por mais 30 anos à frente de serviços prestados aos trabalhadores e ao povo brasileiro. Que Deus o ilumine e o guarde, para que seja essa pessoa comprometida com os trabalhadores e com o destino do nosso País!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaramos encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 23 minutos.)

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

Arquivamento

Nos termos do art. 222, § 3º, do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 150, 174, 449, 704, 705, 726, 963, 975 e 1.261, de 2015, serão arquivados definitivamente.

As matérias vão ao Arquivo.

Comunicação

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PT

À Publicação
Em 03/02/2016

Ofício nº 001/2016 – GLDPT

Brasília, 03 de fevereiro de 2016

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que nesta data, o Partido dos Trabalhadores - PT reconduz o **Senador Humberto Costa** à Liderança da Bancada nesta Casa.

Senadora Angela Portela

Senadora Fátima Bezerra

Senador Donizeti Nogueira

Senador José Pimentel

Senadora Gleisi Hoffmann

Senador Jorge Viana

Senador Humberto Costa

Senador Paulo Rocha

Senador Lindbergh Farias

Senadora Regina Sousa

Senador Walter Pinheiro

Senador Paulo Paim

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Recebido em 03/02/16 10:40 46390

Senado Federal - Gabinete da Liderança do PT - Ala Senador Alexandre Costa - Gab. 9/11 - Brasília - DF - CEP 70165-900
Telefones: (61) 311-3193/5069/5070 - Fax: (61) 311-1743/5071/5057 - e-mail: lidpt@senado.gov.br e ptnet@senado.gov.br

Expedientes de Ministros de Estado

- Aviso nº 1, de 8 de janeiro de 2016, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.243, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;

- Aviso nº 2, de 8 de janeiro de 2016, e Aviso nº 3, de 20 de janeiro de 2015, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.240, de 2015, de autoria do Senador Jorge Viana;

- Aviso nº 3, de 11 de janeiro de 2016, do Presidente do Banco Central do Brasil, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.257, de 2015, de autoria do Senador João Capiberibe;

- Aviso nº 7, de 11 de janeiro de 2016, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.189, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;

- Aviso nº 10, de 11 de janeiro de 2016, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.108, de 2015, de autoria do Senador Tasso Jereissati;

- Aviso nº 276, de 28 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 649, de 2015, de autoria do Senador José Medeiros;

- Aviso nº 277, de 28 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.115, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;

- Aviso nº 278, de 28 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.190, de 2015, de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

- Aviso nº 279, de 28 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.205, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço;

- Ofício nº 1, de 7 de janeiro de 2016, do Ministro de Estado da Educação, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.197, de 2015, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

- Ofício nº 2, de 7 de janeiro de 2016, do Ministro de Estado da Educação, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.248, de 2015, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

- Ofício nº 3, de 11 de janeiro de 2016, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.149, de 2015, de autoria do Senador Aécio Neves;

-Ofício nº 3, de 7 de janeiro de 2016, do Ministro de Estado da Educação, em resposta ao Requerimento de Informações nº 978, de 2015, de autoria do Senador Aécio Neves;

- Ofício nº 7, de 5 de janeiro de 2016, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.220, de 2015, de autoria da Senadora Sandra Braga;

- Ofício nº 16, de 20 de janeiro de 2016, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.086, de 2015, de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

- Ofício nº 20, de 19 de janeiro de 2016, do Ministro de Estado da Integração Nacional, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.187, de 2015, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;

- Ofício nº 25, de 20 de janeiro de 2016, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.089, de 2015, de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

- Ofício nº 437, de 30 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado das Cidades, em resposta ao Requerimento de Informações nº 665, de 2015, de autoria do Senador José Agripino;

- Ofício nº 439, de 30 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado das Cidades, em resposta ao Requerimento de Informações nº 924, de 2015, de autoria do Senador Aécio Neves;

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

SENADO FEDERAL

AVISO Nº 5, DE 2016

(Nº 038/2016, NA ORIGEM)

(DO MINISTÉRIO DE ESTADO DA FAZENDA)

Brasília, 29 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, encaminho documentação anexa contendo, além de relação das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de **dezembro de 2015**, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Informo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

2. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, editou-se a Portaria STN nº 227, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001. As irregularidades constatadas no período são comunicadas por meio do Anexo 4, para atendimento ao § 2º art. 24 da RSF 43/2001.

3. Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de outubro a dezembro de 2015, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

4. Informo que as consultas sobre o trâmite das operações de crédito nesta STN deverão ser realizadas por meio do endereço sadipem.tesouro.gov.br, clicando-se em "Consultar Operações de Crédito", preenchendo-se o formulário de consulta e clicando-se em "Pesquisar". Por sua vez, os Anexos 1 e 2 deste Ofício poderão ser encontrados no endereço http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mip-manual-para-instrucao-de-pleitos, no link "Consultar indicadores fiscais e de endividamento".

Atenciosamente,

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Ministro de Estado da Fazenda

Anexo ao Aviso n

ANEXO 1

Posição de Endividamento dos Estados e do Distrito Federal, incluindo suas autarquias e fundações

Em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001

- **Dívida Consolidada Líquida (DCL)**
- **Receita Corrente Líquida (RCL)**
- **Relação DCL/RCL**

Período: de 12/2000 a 08/2015

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN) até 12/2014 e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) a partir de 04/2015

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 11/01/2016

RS mil

UF	Dívida Consolidada Líquida - DCL																
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	30/4/15	31/8/15
AC	705.834	653.786	703.747	694.081	718.119	655.896	844.825	794.953	632.092	896.478	1.423.022	1.498.775	1.917.189	2.535.080	3.153.725	2.884.017	3.105.702
AL	2.670.510	2.451.353	3.491.788	4.482.250	5.072.920	5.487.783	5.927.277	6.218.123	6.955.422	6.509.556	6.798.649	7.099.747	7.599.503	7.998.416	9.186.835	9.383.444	9.677.269
AM	1.925.679	1.568.313	1.850.103	1.696.945	1.681.725	1.602.703	1.556.436	1.011.766	819.690	1.459.103	2.006.958	1.648.844	1.479.388	2.270.924	3.396.341	2.898.590	3.448.038
AP	31.016	35.232	226.777	260.458	273.970	151.826	172.481	184.089	97.330	246.308	449.436	347.815	595.232	927.593	1.656.631	1.185.087	1.303.683
BA	8.362.057	9.758.867	12.156.457	12.246.048	12.878.412	12.048.374	11.616.488	10.370.837	10.238.352	9.234.647	9.057.007	8.917.888	10.617.350	10.877.168	10.331.578	10.536.949	13.387.755
CE	2.711.864	3.402.000	4.543.190	4.448.874	4.276.527	3.876.734	3.641.566	2.512.029	1.857.038	1.446.623	2.680.112	3.221.715	3.360.363	3.940.902	6.084.983	5.856.320	7.582.150
DF	1.153.478	1.200.158	1.587.309	1.599.518	1.467.462	2.128.696	2.278.953	1.551.449	1.543.196	1.777.578	2.081.761	2.046.859	1.432.931	2.343.967	3.618.924	3.072.136	3.547.360
ES	2.129.037	2.123.028	2.963.875	3.385.641	3.011.009	2.247.686	1.872.059	1.210.426	800.397	636.022	1.415.501	1.335.776	1.633.945	2.190.888	3.182.321	2.953.030	3.290.430
GO	8.369.621	9.029.903	10.611.539	10.948.751	11.744.077	11.386.819	11.334.808	12.231.562	12.553.278	11.697.404	13.680.116	12.770.815	14.378.869	14.804.042	14.951.661	15.643.479	15.560.153
MA	4.624.286	4.452.327	5.784.811	5.448.982	5.141.515	4.908.145	5.054.291	4.479.838	4.316.480	4.073.167	4.339.646	3.805.114	3.659.267	3.494.341	4.694.372	4.558.107	4.846.401
MG	13.614.394	26.757.537	32.941.741	34.735.247	37.464.487	39.706.846	41.767.078	44.692.747	51.560.659	52.264.415	60.499.483	67.779.833	70.461.771	79.111.025	85.268.467	86.679.725	92.404.197
MS	4.133.669	4.507.029	5.450.997	5.662.201	6.001.254	6.117.359	6.207.989	5.829.442	5.567.198	5.602.766	6.213.168	6.781.344	6.955.693	7.350.753	7.949.594	7.654.768	n.d.
MT	4.379.490	4.107.381	3.995.655	5.506.364	5.037.846	4.781.493	4.959.587	4.592.566	4.324.155	3.497.758	3.928.181	3.121.225	2.712.172	3.358.825	4.633.931	4.557.032	4.767.048
PA	1.314.362	1.713.754	2.138.123	2.121.048	2.458.420	2.229.659	2.436.549	2.464.718	2.144.103	1.907.584	2.609.966	2.020.245	1.372.729	1.378.888	1.503.963	1.506.617	1.761.822
PB	2.438.937	1.977.968	2.769.785	2.618.406	2.513.817	2.584.626	2.463.929	2.201.350	2.115.180	1.585.380	1.809.843	1.492.822	1.651.102	1.888.630	2.736.794	2.574.363	3.263.431
PE	2.961.347	4.253.625	5.495.023	5.429.048	5.495.263	5.230.444	4.920.433	4.404.193	4.249.424	4.589.102	4.760.385	5.676.720	7.143.209	9.061.039	10.702.243	10.278.899	11.250.858
PI	2.002.176	2.241.789	2.602.589	2.561.526	2.751.157	2.580.295	2.262.084	2.380.281	2.308.190	2.434.575	2.443.126	2.867.500	2.815.560	3.390.108	3.776.119	3.732.678	2.902.272
PR	7.353.797	8.395.766	9.269.301	8.755.690	9.951.077	13.490.215	14.346.486	14.506.000	17.192.100	16.937.485	15.130.153	14.950.807	13.067.786	15.215.768	16.476.233	16.204.781	15.410.576
RJ	23.870.049	25.840.552	35.449.514	38.571.989	42.929.196	43.901.530	45.072.844	46.575.258	51.041.607	47.204.513	53.952.732	57.269.426	67.063.121	72.375.122	82.048.347	85.177.025	93.540.559
RN	1.148.656	964.036	1.291.902	1.157.033	992.857	1.001.351	970.171	870.373	879.003	841.601	1.104.556	775.654	713.792	1.073.263	1.285.070	305.532	574.603
RO	1.002.894	1.076.043	1.745.381	1.781.627	1.807.978	1.774.749	1.640.206	1.666.582	1.642.838	1.716.595	2.040.026	2.222.441	2.155.481	3.021.794	3.410.356	3.304.789	3.161.896
RR	160.000	171.309	257.377	289.172	32.909	159.669	123.991	-164.810	-204.269	506.160	73.668	-228.747	466.622	901.315	513.457	338.852	207.395
RS	17.740.010	18.535.183	23.496.895	27.606.812	30.353.246	31.835.491	33.743.927	35.514.404	39.058.534	38.170.677	43.437.027	46.874.223	51.718.917	55.040.941	59.939.702	61.999.921	64.393.890
SC	6.018.289	5.680.842	8.511.284	8.555.064	9.324.484	8.019.912	8.030.930	7.677.817	8.065.824	6.312.345	7.464.223	6.298.321	5.898.678	7.615.242	8.051.407	7.279.968	8.763.681
SE	1.064.373	1.086.809	1.215.477	1.236.566	1.322.030	1.149.727	1.636.893	1.312.718	829.760	1.048.669	1.541.388	2.133.519	2.755.403	3.042.166	3.414.265	3.270.331	3.396.670
SP	62.347.593	70.308.906	90.210.046	97.876.864	110.330.939	111.916.498	118.355.919	120.461.936	133.920.658	130.298.983	152.727.942	157.420.440	177.517.847	183.764.775	200.478.761	202.381.105	212.838.935
TO	323.219	291.442	515.266	403.239	607.264	312.979	308.144	235.459	340.850	374.955	634.993	939.303	1.028.809	1.365.040	1.983.737	1.918.166	2.242.754
Tota	184.556.637	212.584.938	271.275.952	290.079.444	315.639.960	321.287.505	333.546.345	335.486.027	364.848.999	353.270.448	404.273.068	421.088.425	462.172.728	499.837.984	554.429.817	558.136.710	n.d.

n.d. - Informação não disponível

Obs: 1 - Os dados referentes a 30/08/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2015 homologados no SICONFI

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no STN/SICONFI.

Receita Corrente Líquida dos Estados

Atualizado: 11/01/2016

R$ mil

UF	Receita Corrente Líquida - RCL																
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	30/4/15	30/8/15
AC	677.082	784.799	970.673	1.023.480	1.156.660	1.466.890	1.635.875	1.933.479	2.223.257	2.453.090	2.648.933	2.975.828	3.281.195	3.700.351	4.267.231	4.210.239	4.118.882
AL	1.195.875	1.375.355	1.477.875	1.619.021	1.918.255	2.442.959	2.674.902	3.105.363	3.528.416	3.597.965	4.205.565	4.801.099	5.051.891	5.465.256	5.969.713	6.118.322	6.272.995
AM	1.925.171	2.288.852	2.767.751	3.054.642	3.751.410	4.294.390	4.670.314	5.331.931	6.395.995	6.161.491	7.407.732	8.515.352	9.655.316	10.329.762	11.039.956	10.960.745	11.052.241
AP	678.300	701.103	810.519	940.819	1.210.060	1.444.006	1.594.277	1.917.132	2.404.878	2.237.967	2.492.365	2.897.411	3.344.164	3.535.062	4.020.130	3.987.100	3.885.352
BA	5.105.240	5.715.509	6.693.304	7.506.520	9.075.419	10.329.111	11.360.178	12.584.607	14.237.786	14.671.427	17.372.551	19.226.970	21.624.181	23.080.634	25.870.525	26.359.249	26.731.074
CE	3.103.121	3.628.078	3.866.405	4.209.618	4.636.442	5.304.380	6.032.606	6.560.099	7.886.593	8.408.940	9.664.273	10.966.435	12.130.621	13.379.882	14.418.478	14.825.245	15.063.988
DF	3.209.332	3.449.965	3.987.827	4.467.483	5.309.061	6.149.618	6.969.807	8.121.686	9.626.476	10.254.999	11.485.148	12.859.742	14.312.436	15.811.905	17.504.270	18.155.900	18.291.933
ES	2.176.256	2.565.412	2.560.765	3.331.517	4.122.214	5.143.638	5.532.712	6.367.980	7.735.570	7.486.192	8.239.168	9.772.998	10.915.833	10.561.113	11.798.289	11.756.087	11.758.277
GO	2.671.633	3.208.572	3.829.074	4.553.742	5.304.978	6.153.147	6.230.992	7.618.520	8.944.459	9.105.648	10.530.493	12.639.405	14.102.432	15.269.901	16.656.492	17.096.889	17.315.689
MA	1.794.116	2.121.935	2.121.935	2.454.001	2.950.836	3.700.427	4.389.950	4.900.239	5.836.926	5.971.500	6.818.192	8.065.450	8.899.987	9.145.629	10.147.462	10.428.278	10.443.675
MG	9.629.796	11.412.858	12.542.039	14.305.976	16.695.979	19.550.334	22.083.399	23.803.678	29.242.489	29.118.470	33.179.152	37.284.184	40.371.093	43.141.299	47.644.235	47.515.061	47.326.577
MS	1.335.384	1.531.786	1.756.433	2.123.550	2.579.044	3.041.883	3.427.592	3.930.957	4.829.848	4.886.919	5.189.065	5.993.642	6.599.714	7.178.005	8.095.589	8.126.449	n.d.
MT	1.748.543	2.085.871	2.512.858	3.136.452	3.872.936	4.296.180	4.516.921	4.882.482	6.181.777	6.467.671	7.099.677	7.820.279	8.901.438	9.702.678	10.927.731	10.729.693	10.853.539
PA	2.313.543	2.706.265	3.204.737	3.503.004	4.068.167	4.847.313	5.590.771	6.273.309	7.587.651	7.997.163	9.117.950	10.426.350	12.722.720	13.336.643	15.092.464	15.659.942	15.820.888
PB	1.599.214	1.801.118	1.944.563	2.234.882	2.335.662	2.912.034	3.254.483	3.668.685	4.391.207	4.637.840	5.067.418	5.992.568	6.286.656	7.073.292	7.399.789	7.848.438	7.913.852
PE	3.458.438	3.803.157	4.383.769	4.629.449	5.295.561	6.281.379	7.388.664	8.301.076	10.010.231	10.631.854	12.441.687	14.549.104	15.612.666	17.173.973	18.475.020	19.019.500	18.960.599
PI	1.155.252	1.290.514	1.586.525	1.689.464	1.940.461	2.357.829	2.671.043	3.054.199	3.831.028	4.043.265	4.524.858	5.050.101	5.575.468	5.785.044	6.201.507	6.345.286	6.400.883
PR	5.709.876	6.260.845	7.490.807	8.367.454	9.245.030	10.453.929	11.406.920	12.469.291	14.482.743	15.092.440	16.968.377	19.713.389	21.849.073	25.397.666	28.336.699	29.388.089	30.913.735
RJ	11.529.908	13.608.848	15.100.326	19.168.781	21.009.274	23.094.091	26.132.742	26.849.821	31.830.885	28.976.688	34.534.904	39.268.345	40.613.415	47.064.198	46.045.518	47.945.332	50.274.965
RN	1.620.144	1.784.766	1.999.524	2.166.858	2.618.951	3.144.162	3.691.537	3.936.240	4.516.137	4.832.600	5.443.269	5.915.554	6.761.305	7.275.809	7.801.590	7.837.565	8.035.861
RO	902.789	1.022.129	1.204.801	1.467.002	1.757.061	2.094.079	2.282.720	2.586.405	3.261.805	3.236.548	3.715.154	4.480.602	4.789.361	4.838.655	5.489.267	5.621.481	5.724.914
RR	517.009	604.774	732.306	668.297	776.946	1.038.551	1.199.870	1.314.562	1.596.732	1.633.114	1.788.506	2.323.210	2.380.344	2.403.838	2.785.141	2.825.091	2.780.484
RS	6.657.896	7.378.894	8.414.927	9.859.597	10.736.730	12.349.353	13.312.373	13.991.364	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654	26.387.876	28.633.466	29.088.538	29.726.107
SC	3.288.096	3.904.463	4.373.551	5.129.578	5.669.194	6.718.512	7.376.828	8.498.348	10.420.913	10.405.660	11.857.684	13.791.477	14.535.174	15.892.968	17.835.511	18.321.729	18.934.320
SE	1.209.361	1.395.913	1.674.710	1.805.467	2.043.107	2.536.638	2.865.674	3.102.889	3.799.764	3.934.265	4.629.387	4.914.198	5.221.654	5.524.275	5.982.485	6.038.200	6.169.964
SP	32.298.817	35.683.659	39.675.808	43.699.168	49.479.722	56.775.075	62.468.354	70.567.961	82.182.734	86.630.248	99.914.614	108.053.551	115.369.738	129.472.631	135.630.165	137.441.442	138.585.441
TO	922.333	1.084.734	1.391.422	1.537.933	1.743.111	2.268.410	2.416.421	2.781.449	3.451.007	3.406.416	3.881.229	4.548.795	4.991.475	5.323.440	6.071.450	6.240.454	6.256.932
Total	108.432.525	123.170.204	139.075.233	158.653.758	181.302.271	210.188.337	233.197.924	258.453.753	307.095.093	313.659.666	360.515.197	404.773.944	439.610.004	483.251.784	520.140.173	529.899.341	n.d.

n.d. - Informação não disponível

Obs: 1 - Os dados referentes a 30/08/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2015 homologados no SICONFI

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTN.

Relação DCL / RCL dos Estados

Atualizada: 11/01/2016

UF	Relação DCL / RCL															
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	30/4/15	31/8/15
AC	1,04	0,83	0,73	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,28	0,37	0,54	0,50	0,58	0,69	0,74	0,69	0,75
AL	2,23	1,78	2,36	2,77	2,64	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,62	1,48	1,50	1,46	1,54	1,53	1,54
AM	1,00	0,69	0,67	0,56	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,27	0,19	0,15	0,22	0,31	0,26	0,31
AP	0,05	0,05	0,28	0,28	0,23	0,11	0,11	0,10	0,04	0,11	0,18	0,12	0,18	0,26	0,41	0,30	0,34
BA	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72	0,63	0,52	0,46	0,49	0,47	0,40	0,40	0,50
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,28	0,29	0,42	0,40	0,50
DF	0,36	0,35	0,40	0,36	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,17	0,18	0,16	0,10	0,16	0,21	0,17	0,19
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,08	0,17	0,14	0,15	0,21	0,27	0,25	0,28
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	1,30	1,01	1,02	0,92	0,90	0,91	0,90
MA	2,58	2,10	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,47	0,41	0,38	0,46	0,44	0,46
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,79	1,82	1,82	1,75	1,83	1,79	1,82	1,95
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,20	1,13	1,05	1,02	0,98	0,94	n.d.
MT	2,50	1,97	1,59	1,76	1,30	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,55	0,40	0,30	0,35	0,42	0,42	0,44
PA	0,57	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,29	0,19	0,11	0,10	0,10	0,10	0,11
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,36	0,25	0,26	0,27	0,37	0,33	0,41
PE	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,38	0,39	0,46	0,53	0,58	0,54	0,59
PI	1,73	1,73	1,64	1,52	1,42	1,09	0,85	0,78	0,60	0,60	0,54	0,57	0,50	0,59	0,61	0,59	0,45
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,29	1,26	1,16	1,19	1,12	0,89	0,76	0,60	0,60	0,58	0,55	0,50
RJ	2,07	1,90	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,63	1,56	1,46	1,65	1,54	1,78	1,78	1,86
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,20	0,13	0,11	0,15	0,16	0,04	0,07
RO	1,11	1,05	1,45	1,21	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,53	0,54	0,50	0,45	0,62	0,62	0,59	0,55
RR	0,31	0,28	0,35	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,31	0,04	-0,10	0,20	0,37	0,18	0,12	0,07
RS	2,66	2,51	2,79	2,80	2,83	2,58	2,53	2,34	2,34	2,20	2,14	2,14	2,18	2,09	2,09	2,13	2,17
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,63	0,46	0,41	0,48	0,45	0,40	0,46
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,57	0,42	0,22	0,27	0,33	0,43	0,53	0,55	0,57	0,54	0,55
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,50	1,53	1,46	1,54	1,42	1,48	1,47	1,54
TO	0,35	0,27	0,37	0,26	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,16	0,21	0,21	0,26	0,33	0,31	0,36
Total	1,70	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,12	1,04	1,05	1,03	1,06	1,05	n.d.

n.d. - Informação não disponível

Obs: 1 - Os dados referentes a 30/08/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2015 homologados no SICONFI

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTN.

ANEXO 2

Posição de Endividamento dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações

Em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001

- Dívida Consolidada Líquida (DCL)
- Receita Corrente Líquida (RCL)
- Relação DCL/RCL

Data-base: 06/2015 (1º Semestre: para municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, optantes pela forma de divulgação prevista no art. 63 da LRF)
08/2015 (2º Quadrimestre: para os demais municípios)

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)

DCL/RCL - RGF 2º Quadrimestre de 2015

data-base 31/08/2015

Posição: 11/01/2016

UF	Nome do Município	Cód IBGE	DCL 2º Quadrimestre 2015	RCL 2º Quadrimestre 2015	% DCL/RCL
AC	Brasiléia	1200104	-1.030.410,84	35.500.078,49	-
AC	Cruzeiro do Sul	1200203	32.425.999,51	103.486.466,65	31,33
AC	Feijó	1200302	-6.141.504,96	38.583.758,14	-
AC	Mâncio Lima	1200336	4.408.600,61	29.176.040,35	15,11
AC	Marechal Thaumaturgo	1200351	3.677.323,59	32.241.875,90	11,41
AC	Porto Walter	1200393	-1.675.371,26	19.514.290,66	-
AC	Rodrigues Alves	1200427	-5.227.399,66	31.378.494,06	-
AC	Sena Madureira	1200500	-8.049.571,20	51.624.946,75	-
AC	Tarauacá	1200609	-4.345.243,91	58.986.436,76	-
AL	Branquinha	2701100	-3.953.819,20	33.045.481,93	-
AL	Chã Preta	2701902	-3.151.163,52	8.411.973,39	-
AL	Coruripe	2702306	47.527.249,91	151.673.926,64	31,34
AL	Ibateguara	2703007	-1.991.541,99	29.858.049,45	-
AL	Jacaré dos Homens	2703403	930.593,79	15.357.051,44	6,06
AL	Maceió	2704302	0,00	1.661.341.255,12	0,00
AL	Marechal Deodoro	2704708	-71.881.757,48	209.923.029,82	-
AL	Messias	2705200	6.167.014,50	39.190.449,70	15,74
AL	Olho d'Água das Flores	2705705	-23.574.953,56	38.447.367,57	-
AL	Ouro Branco	2706109	-8.829.587,06	26.797.603,70	-
AL	Pão de Açúcar	2706406	-3.109.040,82	53.424.492,80	-
AL	Pilar	2706901	15.326.078,33	61.357.685,81	24,98
AL	São José da Laje	2708303	13.972.281,25	42.332.388,34	33,01
AL	Senador Rui Palmeira	2708956	3.091.981,92	29.759.176,29	10,39
AL	Taquarana	2709103	0,00	25.920.666,30	0,00
AM	Manacapuru	1302504	-16.760.778,89	89.494.493,65	-
AM	Manaus	1302603	-284.399.971,46	3.547.845.082,63	-
BA	Acajutiba	2900306	6.748.040,82	24.105.514,27	27,99
BA	Adustina	2900355	-862.454,26	26.357.718,58	-
BA	Água Fria	2900405	15.671.438,64	30.149.413,64	51,98
BA	Alagoinhas	2900702	17.565.460,37	262.946.741,59	6,68
BA	Alcobaça	2900801	11.899.523,74	47.535.169,52	25,03
BA	Amargosa	2901007	-4.413.699,66	52.522.895,12	-
BA	Amélia Rodrigues	2901106	19.686.091,92	41.126.727,58	47,87
BA	América Dourada	2901155	5.413.805,61	30.431.708,45	17,79
BA	Andaraí	2901304	2.485.210,57	29.648.700,15	8,38
BA	Andorinha	2901353	1.536.667,62	32.558.077,98	4,72
BA	Angical	2901403	21.037.258,47	26.081.513,46	80,66
BA	Anguera	2901502	9.399.771,06	18.461.251,00	50,92
BA	Antônio Cardoso	2901700	-698.054,40	24.129.481,22	-
BA	Antônio Gonçalves	2901809	757.778,74	24.781.925,65	3,06
BA	Apuarema	2901957	18.426.690,72	15.821.422,67	116,47
BA	Araçás	2902054	9.133.228,18	40.709.334,61	22,44
BA	Aracatu	2902005	23.457.514,67	27.652.755,01	84,83
BA	Araci	2902104	74.999.777,20	84.791.850,58	88,45
BA	Aramari	2902203	4.573.530,86	19.778.226,25	23,12

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	Aratuípe	2902302	1.982.800,58	15.814.339,92	12,54
BA	Aurelino Leal	2902401	41.096.690,10	27.987.434,78	146,84
BA	Baianópolis	2902500	8.248.474,13	28.503.810,45	28,94
BA	Baixa Grande	2902609	5.658.082,87	34.252.009,97	16,52
BA	Barra	2902708	-380.649,72	91.461.869,62	-
BA	Barra da Estiva	2902807	12.957.217,20	37.019.522,10	35,00
BA	Barra do Mendes	2903003	4.330.162,93	26.548.203,11	16,31
BA	Barra do Rocha	2903102	10.170.439,49	16.267.255,71	62,52
BA	Barreiras	2903201	248.290.806,15	305.745.224,87	81,21
BA	Barro Preto	2903300	8.873.870,53	16.953.781,16	52,34
BA	Belmonte	2903409	45.571.812,88	47.806.737,13	95,33
BA	Boa Nova	2903706	23.589.594,78	29.713.861,14	79,39
BA	Bom Jesus da Lapa	2903904	41.462.373,42	117.273.391,01	35,36
BA	Bonito	2904050	0,00	34.646.829,86	0,00
BA	Boquira	2904100	13.726.237,75	35.357.897,81	38,82
BA	Botuporã	2904209	10.466.433,15	25.580.250,90	40,92
BA	Brejões	2904308	-2.499.905,47	40.490.283,65	-
BA	Brejolândia	2904407	5.698.533,36	19.694.014,53	28,94
BA	Brotas de Macaúbas	2904506	-1.208.949,05	24.601.462,72	-
BA	Brumado	2904605	-2.347.040,25	120.306.901,29	-
BA	Buritirama	2904753	1.312.251,40	36.293.424,12	3,62
BA	Cachoeira	2904902	0,00	48.235.729,98	0,00
BA	Caculé	2905008	14.645.775,02	34.165.389,35	42,87
BA	Caém	2905107	7.370.324,50	22.564.718,57	32,66
BA	Caetanos	2905156	-4.210.027,50	22.129.415,54	-
BA	Caetité	2905206	53.893.753,17	102.814.646,85	52,42
BA	Cafarnaum	2905305	-1.457.662,86	33.110.774,70	-
BA	Cairu	2905404	-698.566,39	75.868.550,25	-
BA	Caldeirão Grande	2905503	3.736.711,94	26.575.871,75	14,06
BA	Camacan	2905602	30.884.246,94	47.587.579,73	64,90
BA	Camaçari	2905701	357.813.229,64	873.886.851,94	40,95
BA	Canarana	2906204	17.074.487,47	41.126.958,72	41,52
BA	Candeias	2906501	192.881.870,08	246.349.389,74	78,30
BA	Candiba	2906600	3.705.683,55	21.810.618,49	16,99
BA	Cansanção	2906808	25.505.095,46	61.415.946,37	41,53
BA	Canudos	2906824	2.360.210,63	30.357.492,20	7,77
BA	Capela do Alto Alegre	2906857	-1.920.395,66	20.545.994,76	-
BA	Capim Grosso	2906873	25.202.508,74	50.878.666,40	49,53
BA	Cardeal da Silva	2907004	4.013.687,21	20.765.317,50	19,33
BA	Carinhanha	2907103	13.726.237,75	35.357.897,81	38,82
BA	Castro Alves	2907301	29.470.532,35	45.804.109,96	64,34
BA	Catolândia	2907400	2.698.636,27	11.540.596,09	23,38
BA	Catu	2907509	32.175.636,34	94.019.053,46	34,22
BA	Caturama	2907558	8.599.454,93	16.323.629,26	52,68
BA	Central	2907608	12.986.082,65	31.456.817,32	41,28
BA	Chorrochó	2907707	5.670.092,50	23.775.624,80	23,85
BA	Cocos	2908101	9.809.208,41	40.869.900,15	24,00
BA	Conceição da Feira	2908200	10.954.435,32	35.569.878,34	30,80
BA	Conceição do Coité	2908408	61.965.781,14	84.494.331,69	73,34
BA	Condeúba	2908705	14.390.743,14	34.947.544,07	41,18

BA	Coração de Maria	2908903	8.969.626,04	37.258.976,36	24,07
BA	Coribe	2909109	9.412.128,77	32.371.606,84	29,08
BA	Coronel João Sá	2909208	19.810.044,22	39.510.452,38	50,14
BA	Correntina	2909307	18.811.002,23	88.538.735,52	21,25
BA	Cotegipe	2909406	630.532,58	27.884.132,30	2,26
BA	Cravolândia	2909505	-443.429,82	13.235.114,88	-
BA	Crisópolis	2909604	9.902.130,22	37.317.960,18	26,53
BA	Cristópolis	2909703	1.988.107,24	26.062.677,32	7,63
BA	Cruz das Almas	2909802	17.487.063,20	89.815.649,07	19,47
BA	Curaçá	2909901	8.304.348,75	61.299.602,17	13,55
BA	Dias d'Ávila	2910057	10.293.884,56	139.553.690,76	7,38
BA	Dom Macedo Costa	2910206	-564.113,12	10.822.990,11	-
BA	Elísio Medrado	2910305	32.813,41	15.878.544,88	0,21
BA	Encruzilhada	2910404	47.182.767,96	40.185.322,62	117,41
BA	Érico Cardoso	2900504	12.193.357,52	20.606.367,84	59,17
BA	Esplanada	2910602	54.620.936,34	79.071.206,63	69,08
BA	Eunápolis	2910727	182.870.991,10	204.510.122,64	89,42
BA	Fátima	2910750	0,00	31.359.461,40	0,00
BA	Feira da Mata	2910776	4.508.523,12	14.357.067,39	31,40
BA	Feira de Santana	2910800	28.093.891,76	823.982.723,67	3,41
BA	Formosa do Rio Preto	2911105	-3.750.809,20	83.823.166,56	-
BA	Gandu	2911204	34.587.004,77	55.192.602,34	62,67
BA	Gavião	2911253	0,00	13.206.774,62	0,00
BA	Governador Mangabeira	2911600	11.600.818,59	24.265.330,13	47,81
BA	Guajeru	2911659	4.593.396,71	15.679.258,63	29,30
BA	Guanambi	2911709	2.710.214,14	137.216.705,09	1,98
BA	Heliópolis	2911857	4.399.841,42	24.945.214,03	17,64
BA	Ibiassucê	2912004	15.097.224,66	20.607.809,02	73,26
BA	Ibicuí	2912301	1.876.240,31	26.521.186,31	7,07
BA	Ibipeba	2912400	5.475.162,60	27.752.250,18	19,73
BA	Ibipitanga	2912509	6.576.130,05	28.948.878,37	22,72
BA	Ibirapitanga	2912707	174.668,03	49.564.788,34	0,35
BA	Ibirapuã	2912806	3.455.311,04	21.659.844,93	15,95
BA	Ibirataia	2912905	40.847.204,26	39.810.913,06	102,60
BA	Ibitiara	2913002	-2.518.876,90	44.347.904,75	-
BA	Ibititá	2913101	-1.410.075,18	30.675.293,38	-
BA	Ibotirama	2913200	23.853.115,01	43.679.056,73	54,61
BA	Ichu	2913309	3.347.008,82	13.838.445,34	24,19
BA	Igaporã	2913408	16.782.623,80	30.843.410,44	54,41
BA	Igrapiúna	2913457	12.413.458,68	32.723.963,45	37,93
BA	Ilhéus	2913606	257.166.029,53	298.781.111,61	86,07
BA	Ipirá	2914000	25.388.251,68	85.243.574,00	29,78
BA	Irará	2914505	6.653.889,31	49.559.032,66	13,43
BA	Irecê	2914604	36.302.776,68	110.224.918,83	32,94
BA	Itaberaba	2914703	25.451.010,16	110.850.180,93	22,96
BA	Itabuna	2914802	378.411.437,18	504.438.133,15	75,02
BA	Itacaré	2914901	55.769.374,06	49.425.080,31	112,84
BA	Itagibá	2915205	19.909.550,43	44.092.025,51	45,15
BA	Itaguaçu da Bahia	2915353	882.399,51	29.319.343,74	3,01
BA	Itamari	2915700	21.468.496,97	18.362.438,66	116,92

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	Itanhém	2916005	9.722.370,47	34.322.418,32	28,33
BA	Itaparica	2916104	11.395.525,46	43.975.107,02	25,91
BA	Itapetinga	2916401	46.232.775,23	118.116.170,53	39,14
BA	Itatim	2916856	21.150.951,42	32.483.456,09	65,11
BA	Itiruçu	2916906	21.784.163,27	21.432.355,55	101,64
BA	Itiúba	2917003	17.794.175,50	60.812.794,88	29,26
BA	Ituberá	2917300	1.105.221,12	49.876.769,62	2,22
BA	Iuiú	2917334	11.774.694,39	22.755.612,35	51,74
BA	Jaborandi	2917359	335.862,44	21.523.040,30	1,56
BA	Jacaraci	2917409	6.531.260,93	26.936.192,55	24,25
BA	Jacobina	2917508	-3.857.694,04	132.300.787,24	-
BA	Jaguaquara	2917607	43.614.940,56	72.119.791,96	60,48
BA	Jaguarari	2917706	4.590.203,90	62.219.319,02	7,38
BA	Jaguaripe	2917805	-6.779.363,08	45.058.065,09	-
BA	Jandaíra	2917904	13.536.442,44	26.478.999,36	51,12
BA	Jequié	2918001	49.970.924,25	269.152.129,51	18,57
BA	Jeremoabo	2918100	24.893.923,69	71.500.018,57	34,82
BA	Jiquiriçá	2918209	10.322.186,00	16.077.652,70	64,20
BA	Jitaúna	2918308	40.057.325,39	18.891.147,85	212,04
BA	Juazeiro	2918407	-198.723.078,80	420.534.545,31	-
BA	Jucuruçu	2918456	19.851.744,09	20.297.266,74	97,81
BA	Jussari	2918555	33.803.874,47	15.783.688,86	214,17
BA	Lafaiete Coutinho	2918704	-555.729,85	12.934.408,39	-
BA	Lagoa Real	2918753	20.533.969,73	24.100.090,66	85,20
BA	Lajedão	2918902	3.087.320,70	14.295.827,11	21,60
BA	Lamarão	2919108	9.429.101,60	15.904.683,70	59,29
BA	Lapão	2919157	-4.232.353,50	31.668.884,32	-
BA	Lauro de Freitas	2919207	48.165.273,56	408.001.222,12	11,81
BA	Lençóis	2919306	-294.496,68	21.242.660,78	-
BA	Livramento de Nossa Senhora	2919504	0,00	62.461.345,01	0,00
BA	Luís Eduardo Magalhães	2919553	4.800.823,06	216.415.829,34	2,22
BA	Macaúbas	2919801	48.617.595,41	75.202.010,06	64,65
BA	Madre de Deus	2919926	27.290.609,10	141.098.587,14	19,34
BA	Mairi	2920106	5.567.425,30	34.394.885,34	16,19
BA	Malhada	2920205	6.645.993,96	36.969.175,85	17,98
BA	Manoel Vitorino	2920403	2.477.909,68	32.524.766,73	7,62
BA	Mansidão	2920452	7.441.734,50	27.452.157,00	27,11
BA	Maragogipe	2920601	35.663.701,45	81.477.696,95	43,77
BA	Mascote	2920908	32.160.779,11	28.082.868,43	114,52
BA	Mata de São João	2921005	-13.731.369,44	153.057.566,99	-
BA	Matina	2921054	4.321.333,51	22.231.131,32	19,44
BA	Medeiros Neto	2921104	43.707.090,66	43.797.137,01	99,79
BA	Milagres	2921302	-3.242.163,17	20.570.867,05	-
BA	Mirangaba	2921401	3.640.110,60	33.508.398,87	10,86
BA	Mirante	2921450	-2.308.253,92	19.124.834,95	-
BA	Monte Santo	2921500	26.224.965,49	7.030.397,40	373,02
BA	Morro do Chapéu	2921708	16.169.631,63	59.656.033,45	27,10
BA	Mucugê	2921906	6.308.387,08	32.381.678,50	19,48
BA	Mucuri	2922003	60.470.115,13	110.436.840,26	54,76
BA	Mulungu do Morro	2922052	6.639.082,16	29.252.315,74	22,70

BA	Mundo Novo	2922102	8.324.991,86	36.122.875,57	23,05
BA	Muniz Ferreira	2922201	1.281.916,06	13.692.808,82	9,36
BA	Muquém de São Francisco	2922250	3.179.259,93	26.814.259,60	11,86
BA	Muritiba	2922300	24.129.830,20	41.900.918,61	57,59
BA	Mutuípe	2922409	11.087.062,52	34.615.906,12	32,03
BA	Nazaré	2922508	11.054.468,41	39.077.760,75	28,29
BA	Nilo Peçanha	2922607	7.464.810,73	29.967.912,64	24,91
BA	Nova Fátima	2922730	0,00	14.851.485,69	0,00
BA	Nova Itarana	2922805	6.211.539,85	15.128.004,57	41,06
BA	Nova Redenção	2922854	-1.164.021,70	15.996.972,84	-
BA	Nova Soure	2922904	11.990.676,11	43.399.593,69	27,63
BA	Nova Viçosa	2923001	34.333.106,09	75.626.874,08	45,40
BA	Novo Horizonte	2923035	8.186.627,07	39.026.477,02	20,98
BA	Olindina	2923100	122.226,79	41.485.151,90	0,29
BA	Oliveira dos Brejinhos	2923209	28.216.949,94	39.026.477,02	72,30
BA	Ouriçangas	2923308	5.704.721,04	17.128.023,83	33,31
BA	Palmas de Monte Alto	2923407	14.077.986,28	35.657.162,97	39,48
BA	Palmeiras	2923506	6.687.067,40	15.395.408,54	43,44
BA	Paramirim	2923605	18.724.818,54	39.228.929,83	47,73
BA	Paratinga	2923704	16.597.988,64	53.720.441,48	30,90
BA	Paripiranga	2923803	21.875.338,20	41.505.032,74	52,71
BA	Paulo Afonso	2924009	-23.791.642,66	201.425.807,05	-
BA	Pé de Serra	2924058	4.349.214,82	26.197.794,15	16,60
BA	Pedrão	2924108	0,00	14.518.935,45	0,00
BA	Piatã	2924306	10.933.029,84	33.926.548,72	32,23
BA	Pindaí	2924504	27.949.069,50	31.047.793,23	90,02
BA	Pindobaçu	2924603	-1.806.588,76	41.224.192,51	-
BA	Piripá	2924702	9.231.407,39	18.967.048,20	48,67
BA	Piritiba	2924801	-984.022,01	33.320.850,39	-
BA	Poções	2925105	38.777.835,55	77.250.999,46	50,20
BA	Pojuca	2925204	57.026.113,49	89.777.422,46	63,52
BA	Ponto Novo	2925253	13.602.380,65	28.313.998,29	48,04
BA	Porto Seguro	2925303	183.482.268,69	286.234.664,67	64,10
BA	Prado	2925501	306.201,23	56.497.275,58	0,54
BA	Presidente Dutra	2925600	2.642.948,58	26.271.255,13	10,06
BA	Queimadas	2925808	50.003.812,75	44.354.809,28	112,74
BA	Quijingue	2925907	355.109,27	17.849.161,08	1,99
BA	Remanso	2926004	10.846.886,10	82.810.630,27	13,10
BA	Riachão das Neves	2926202	9.087.079,13	51.772.700,05	17,55
BA	Riachão do Jacuípe	2926301	27.483.836,23	45.341.481,18	60,62
BA	Riacho de Santana	2926400	26.109.793,68	55.407.063,82	47,12
BA	Ribeira do Amparo	2926509	9.349.702,18	29.504.432,92	31,69
BA	Ribeira do Pombal	2926608	49.723.817,12	76.576.592,75	64,93
BA	Rio de Contas	2926707	-709.048,32	20.126.018,61	-
BA	Rio do Pires	2926905	0,00	35.357.897,81	0,00
BA	Rio Real	2927002	9.743.637,23	62.008.209,23	15,71
BA	Rodelas	2927101	7.573.782,54	20.740.478,64	36,52
BA	Salinas da Margarida	2927309	-1.185.901,47	33.775.945,01	-
BA	Salvador	2927408	1.125.921.530,74	4.739.726.194,25	23,75
BA	Santa Bárbara	2927507	9.745.183,07	30.327.616,48	32,13

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	Santa Brígida	2927606	9.190.336,71	29.594.723,00	31,05
BA	Santa Cruz Cabrália	2927705	52.204.631,66	55.497.117,25	94,07
BA	Santa Luzia	2928059	27.531.549,88	23.903.949,25	115,18
BA	Santa Maria da Vitória	2928109	10.326.044,22	71.170.734,27	14,51
BA	Santa Rita de Cássia	2928406	22.304.057,49	46.534.946,87	47,93
BA	Santo Amaro	2928604	47.557.184,23	88.570.194,67	53,69
BA	Santo Antônio de Jesus	2928703	9.751.432,42	153.904.694,31	6,34
BA	Santo Estêvão	2928802	-16.262.975,44	73.519.608,72	-
BA	São Desidério	2928901	668.226,44	125.812.691,17	0,53
BA	São Felipe	2929107	13.357.723,69	37.311.669,21	35,80
BA	São Félix do Coribe	2929057	-8.312.529,77	32.946.018,17	-
BA	São Francisco do Conde	2929206	138.542.705,28	427.408.608,39	32,41
BA	São Gabriel	2929255	-613.425,90	32.447.986,42	-
BA	São Miguel das Matas	2929404	5.165.071,91	20.871.391,10	24,75
BA	Sátiro Dias	2929701	5.798.082,59	35.118.719,38	16,51
BA	Saúde	2929800	6.673.958,19	20.697.342,93	32,25
BA	Seabra	2929909	1.402.176,94	67.979.073,23	2,06
BA	Sebastião Laranjeiras	2930006	14.972.391,32	21.224.525,84	70,54
BA	Sento Sé	2930204	36.582.260,68	69.880.278,63	52,35
BA	Serra do Ramalho	2930154	-20.875.817,02	58.610.910,97	-
BA	Simões Filho	2930709	198.599.425,05	285.038.553,56	69,67
BA	Sítio do Mato	2930758	12.564.936,84	25.030.613,96	50,20
BA	Sobradinho	2930774	8.917.146,60	49.597.597,58	17,98
BA	Tabocas do Brejo Velho	2930907	281.257,43	23.553.849,03	1,19
BA	Tanque Novo	2931053	11.932.164,11	32.780.567,89	36,40
BA	Tanquinho	2931103	2.144.296,75	13.789.661,61	15,55
BA	Taperoá	2931202	20.078.757,44	39.755.564,91	50,51
BA	Tapiramutá	2931301	0,00	34.187.928,99	0,00
BA	Teixeira de Freitas	2931350	69.800.996,88	273.733.652,33	25,50
BA	Teodoro Sampaio	2931400	1.957.892,41	15.741.821,81	12,44
BA	Teolândia	2931608	32.802.956,21	35.614.662,92	92,11
BA	Tucano	2931905	62.182.467,01	84.983.424,77	73,17
BA	Uauá	2932002	16.178.092,31	40.869.906,21	39,58
BA	Ubaíra	2932101	4.407.021,43	35.916.338,34	12,27
BA	Ubaí	2932408	5.541.385,73	23.099.365,89	23,99
BA	Umburanas	2932457	1.176.471,89	30.845.812,52	3,81
BA	Utinga	2932804	6.087.854,13	31.811.260,87	19,14
BA	Valente	2933000	33.234.405,30	40.412.485,50	82,24
BA	Varzedo	2933174	12.373.674,95	16.333.686,94	75,76
BA	Vera Cruz	2933208	16.107.216,86	73.786.478,06	21,83
BA	Vereda	2933257	4.940.630,16	15.921.098,19	31,03
BA	Vitória da Conquista	2933307	123.958.955,60	516.173.083,09	24,01
BA	Wanderley	2933455	2.329.617,22	24.882.214,88	9,36
BA	Xique-Xique	2933604	36.529.004,28	81.114.245,20	45,03
CE	Abaiara	2300101	-1.767.418,28	23.695.313,99	-
CE	Acarape	2300150	21.970.024,59	29.093.877,74	75,51
CE	Acaraú	2300200	6.974.573,01	101.676.441,05	6,86
CE	Acopiara	2300309	28.668.890,70	77.961.337,31	36,77
CE	Aiuaba	2300408	14.271.723,47	28.866.017,54	49,44
CE	Alto Santo	2300705	-3.044.535,28	28.627.618,44	-

CE	Amontada	2300754	-159.023,73	48.136.207,01	-
CE	Apuiarés	2300903	2.297.501,16	26.960.185,04	8,52
CE	Aquiraz	2301000	-2.391.029,50	179.896.792,22	-
CE	Aracati	2301109	13.573.499,99	128.881.596,51	10,53
CE	Aracoiaba	2301208	1.568.397,86	56.176.002,75	2,79
CE	Aratuba	2301406	8.480.567,86	24.756.657,58	34,26
CE	Assaré	2301604	-1.339.975,05	36.351.079,59	-
CE	Banabuiú	2301851	-4.194.445,25	35.329.854,60	-
CE	Barbalha	2301901	-668.553,41	161.664.752,00	-
CE	Baturité	2302107	41.638.812,33	59.332.264,41	70,18
CE	Beberibe	2302206	8.849.336,29	94.112.078,83	9,40
CE	Bela Cruz	2302305	1.543.055,25	52.947.847,12	2,91
CE	Brejo Santo	2302503	-16.310.356,46	110.991.631,65	-
CE	Canindé	2302800	81.733.477,84	131.089.997,74	62,35
CE	Capistrano	2302909	10.230.947,41	36.225.617,58	28,24
CE	Caridade	2303006	-109.455,90	36.057.124,16	-
CE	Caririaçu	2303204	5.775.021,08	46.035.254,09	12,54
CE	Cascavel	2303501	30.092.466,08	116.265.537,30	25,88
CE	Catarina	2303600	776.245,61	31.172.586,71	2,49
CE	Caucaia	2303709	53.181.241,46	498.473.020,75	10,67
CE	Cedro	2303808	24.783.459,97	43.480.066,04	57,00
CE	Chaval	2303907	14.570.916,35	25.772.987,90	56,54
CE	Choró	2303931	6.389.501,64	26.002.209,91	24,57
CE	Chorozinho	2303956	10.151.634,80	36.487.529,93	27,82
CE	Coreaú	2304004	8.801.737,97	38.828.761,51	22,67
CE	Crato	2304202	23.910.859,51	199.671.354,61	11,98
CE	Cruz	2304251	8.742.440,96	44.638.050,60	19,59
CE	Deputado Irapuan Pinheiro	2304269	1.697.479,02	19.310.124,09	8,79
CE	Eusébio	2304285	-90.698.375,03	192.458.314,16	-
CE	Fortaleza	2304400	649.455.377,55	4.881.564.899,94	13,30
CE	Fortim	2304459	2.309.682,87	32.166.188,78	7,18
CE	Frecheirinha	2304509	4.528.682,33	27.988.558,52	16,18
CE	Granja	2304707	9.781.792,10	83.702.189,98	11,69
CE	Groaíras	2304905	6.944.867,91	24.566.322,00	28,27
CE	Guaiúba	2304954	2.676.669,48	44.245.164,82	6,05
CE	Horizonte	2305233	15.526.335,48	151.266.151,21	10,26
CE	Ibiapina	2305308	3.057.904,78	40.500.404,91	7,55
CE	Ibicuitinga	2305332	5.617.314,48	25.085.222,15	22,39
CE	Icapuí	2305357	34.205.092,08	44.654.526,05	76,60
CE	Icó	2305407	74.199.872,19	112.192.319,63	66,14
CE	Iguatu	2305506	55.549.021,34	162.516.528,72	34,18
CE	Ipueiras	2305902	1.171.442,91	65.831.687,63	1,78
CE	Iracema	2306009	6.190.940,95	31.628.406,26	19,57
CE	Irauçuba	2306108	10.725.094,07	43.378.064,92	24,72
CE	Itaiçaba	2306207	7.897.558,08	16.801.741,84	47,00
CE	Itaitinga	2306256	4.665.932,66	79.340.479,22	5,88
CE	Itapipoca	2306405	19.096.897,16	202.459.535,43	9,43
CE	Itapiúna	2306504	14.594.978,55	36.315.636,94	40,19
CE	Itarema	2306553	-6.478.550,91	70.552.537,50	-
CE	Jaguaribara	2306801	3.031.213,33	21.490.853,38	14,10

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

CE	Jaguaribe	2306900	-3.239.312,35	64.495.023,62	-
CE	Jaguaruana	2307007	13.263.667,99	56.832.884,19	23,34
CE	Jardim	2307106	-2.242.444,61	53.686.230,83	-
CE	Jati	2307205	1.962.165,36	22.126.129,25	8,87
CE	Juazeiro do Norte	2307304	122.674.800,37	379.587.565,17	32,32
CE	Lavras da Mangabeira	2307502	17.486.753,60	51.429.383,05	34,00
CE	Limoeiro do Norte	2307601	38.826.562,04	98.238.244,94	39,52
CE	Madalena	2307635	281.478,14	34.104.652,06	0,83
CE	Maracanaú	2307650	-50.887.133,04	580.589.976,93	-
CE	Marco	2307809	7.843.529,53	51.372.598,47	15,27
CE	Martinópole	2307908	3.411.914,12	22.882.538,37	14,91
CE	Massapê	2308005	10.467.519,69	56.658.949,52	18,47
CE	Milagres	2308302	-2.119.869,85	45.615.845,47	-
CE	Milhã	2308351	12.308.406,98	24.240.251,93	50,78
CE	Miraíma	2308377	3.233.920,62	30.998.297,25	10,43
CE	Mombaça	2308500	37.869.975,30	61.532.030,93	61,55
CE	Morada Nova	2308708	28.308.893,55	103.552.728,36	27,34
CE	Moraújo	2308807	1.919.578,29	12.206.200,91	15,73
CE	Morrinhos	2308906	910.126,45	37.928.209,43	2,40
CE	Mulungu	2309102	9.703.741,02	20.260.735,56	47,89
CE	Nova Russas	2309300	362.463,44	50.347.356,84	0,72
CE	Novo Oriente	2309409	15.053.137,46	50.338.184,97	29,90
CE	Ocara	2309458	8.605.289,99	46.961.171,90	18,32
CE	Pacajus	2309607	34.740.690,31	105.746.661,09	32,85
CE	Pacoti	2309805	3.508.976,12	23.462.622,14	14,96
CE	Palmácia	2310100	6.096.331,10	21.306.839,02	28,61
CE	Paracuru	2310209	27.638.910,38	70.654.446,29	39,12
CE	Paramoti	2310407	-168.903,44	24.649.132,71	-
CE	Penaforte	2310605	-1.565.834,51	24.844.964,32	-
CE	Pentecoste	2310704	16.061.135,91	61.373.002,61	26,17
CE	Pindoretama	2310852	4.061.133,93	41.644.096,79	9,75
CE	Piquet Carneiro	2310902	5.445.060,19	28.238.653,25	19,28
CE	Porteiras	2311108	-1.333.507,91	33.430.710,08	-
CE	Potiretama	2311231	1.046.017,67	17.095.930,83	6,12
CE	Quixadá	2311306	32.897.906,23	126.572.160,99	25,99
CE	Quixelô	2311355	7.324.131,44	30.909.518,15	23,70
CE	Quixeramobim	2311405	6.952.115,77	133.828.699,07	5,19
CE	Redenção	2311603	8.316.076,28	49.201.246,12	16,90
CE	Russas	2311801	12.095.387,66	123.747.062,54	9,77
CE	Saboeiro	2311900	1.257.524,53	32.818.860,10	3,83
CE	Santa Quitéria	2312205	13.732.371,35	71.725.598,74	19,15
CE	Santana do Acaraú	2312007	3.780.475,67	50.583.388,13	7,47
CE	São João do Jaguaribe	2312502	2.862.884,81	17.737.903,43	16,14
CE	São Luís do Curu	2312601	-1.106.937,61	26.471.515,21	-
CE	Senador Pompeu	2312700	7.667.032,83	43.134.855,00	17,77
CE	Sobral	2312908	-51.375.258,69	485.134.795,43	-
CE	Solonópole	2313005	4.379.043,99	36.165.557,49	12,11
CE	Tabuleiro do Norte	2313104	18.374.231,37	44.803.048,04	41,01
CE	Tejuçuoca	2313351	7.990.634,33	38.071.530,22	20,99
CE	Tianguá	2313401	7.440.300,17	123.667.696,33	6,02

CE	Trairi	2313500	-14.167.446,20	81.202.188,37	-
CE	Ubajara	2313609	380.943,84	55.120.198,85	0,69
CE	Umirim	2313757	12.184.354,58	35.088.456,39	34,72
CE	Uruburetama	2313807	26.854.364,90	37.392.072,16	71,82
CE	Várzea Alegre	2314003	26.011.393,59	60.329.375,46	43,12
ES	Aracruz	3200607	-69.328.050,91	360.929.396,96	-
ES	Atilio Vivacqua	3200706	-7.372.632,00	31.429.156,47	-
ES	Barra de São Francisco	3200904	3.727.084,82	82.063.597,38	4,54
ES	Brejetuba	3201159	-2.392.427,18	32.137.295,60	-
ES	Cachoeiro de Itapemirim	3201209	-207.943.743,77	342.948.388,43	-
ES	Cariacica	3201308	-40.093.096,13	516.540.742,34	-
ES	Colatina	3201506	-11.115.241,41	275.289.106,73	-
ES	Guaçuí	3202306	31.562.358,60	63.815.608,13	49,46
ES	Guarapari	3202405	25.196.015,21	240.318.636,14	10,48
ES	Linhares	3203205	11.946.896,81	517.353.447,66	2,31
ES	Nova Venécia	3203908	-12.843.316,78	106.660.519,34	-
ES	Santa Teresa	3204609	-24.874.655,30	62.074.224,46	-
ES	São Mateus	3204906	-5.153.332,86	270.438.791,37	-
ES	Viana	3205101	-7.997.895,63	147.493.770,04	-
ES	Vila Velha	3205200	60.283.526,34	759.928.569,66	7,93
ES	Vitória	3205309	102.329.676,69	1.287.980.556,94	7,94
GO	Acreúna	5200134	-27.052.381,40	57.562.929,04	-
GO	Aloândia	5200506	916.331,24	9.250.354,27	9,91
GO	Alto Paraíso de Goiás	5200605	-1.718.928,41	22.661.583,91	-
GO	Amaralina	5200829	-8.956,86	11.284.687,83	-
GO	Amorinópolis	5200902	3.567.895,74	10.552.270,41	33,81
GO	Anápolis	5201108	61.589.930,88	768.471.614,27	8,01
GO	Aparecida de Goiânia	5201405	-143.033.446,59	763.566.336,77	-
GO	Araguapaz	5202155	187.906,13	16.126.471,31	1,17
GO	Aurilândia	5202601	-569.196,32	10.951.948,07	-
GO	Avelinópolis	5202809	1.140.805,21	10.940.126,47	10,43
GO	Bela Vista de Goiás	5203302	46.464.093,51	52.595.660,95	88,34
GO	Bonópolis	5203575	513.633,87	12.990.169,06	3,95
GO	Buriti Alegre	5203906	4.318.412,97	25.059.605,06	17,23
GO	Cachoeira Dourada	5204250	44.136.622,83	35.274.864,87	125,12
GO	Caiapônia	5204409	-2.157.362,97	40.208.049,10	-
GO	Caldas Novas	5204508	56.555.670,66	180.184.808,29	31,39
GO	Campinaçu	5204656	598.799,71	16.729.154,93	3,58
GO	Campo Limpo de Goiás	5204854	-767.039,55	15.901.498,49	-
GO	Campos Belos	5204904	33.660.585,21	35.906.133,91	93,75
GO	Campos Verdes	5204953	18.644.532,43	11.921.726,37	156,39
GO	Catalão	5205109	-38.205.057,19	290.182.302,85	-
GO	Cavalcante	5205307	583.648,56	27.727.300,06	2,10
GO	Ceres	5205406	-4.993.384,72	70.799.188,56	-
GO	Cristalina	5206206	-98.553.448,68	132.946.636,14	-
GO	Cristianópolis	5206305	0,00	11.454.203,94	0,00
GO	Damianópolis	5206701	-2.090.250,96	11.443.261,93	-
GO	Edéia	5207402	-3.409.437,84	31.755.038,69	-
GO	Estrela do Norte	5207501	1.745.079,09	12.189.114,49	14,32
GO	Fazenda Nova	5207600	10.642.089,50	12.251.661,16	86,86

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

GO	Gameleira de Goiás	5208152	-1.839.508,08	13.590.313,55	-
GO	Goianésia	5208608	-12.176.301,31	121.843.419,38	-
GO	Goiânia	5208707	532.198.571,63	3.214.476.865,35	16,56
GO	Goianira	5208806	5.052.486,45	75.372.165,92	6,70
GO	Guapó	5209200	23.146.769,63	26.555.252,38	87,16
GO	Guarani de Goiás	5209408	-1.378.708,74	13.345.470,48	-
GO	Hidrolândia	5209705	-4.113.647,02	45.403.690,97	-
GO	Hidrolina	5209804	529.917,58	11.321.022,29	4,68
GO	Inhumas	5210000	22.966.016,39	83.018.515,37	27,66
GO	Ipiranga de Goiás	5210158	527.036,38	10.224.026,34	5,15
GO	Iporá	5210208	6.451.725,07	50.007.974,00	12,90
GO	Israelândia	5210307	7.795.991,31	9.940.931,43	78,42
GO	Itaberaí	5210406	2.117.124,43	74.048.018,11	2,86
GO	Itumbiara	5211503	29.209.896,38	224.698.916,32	13,00
GO	Jaraguá	5211800	17.899.235,95	67.945.477,23	26,34
GO	Jataí	5211909	43.804.090,50	244.296.237,21	17,93
GO	Jaupaci	5212006	5.746.924,40	10.779.108,28	53,32
GO	Jesúpolis	5212055	254.516,01	9.174.185,78	2,77
GO	Joviânia	5212105	-6.198.398,14	18.437.590,81	-
GO	Jussara	5212204	78.961,37	38.855.087,97	0,20
GO	Mairipotaba	5212600	3.587.389,28	10.046.729,56	35,71
GO	Mambaí	5212709	-1.982.091,30	11.181.646,30	-
GO	Mara Rosa	5212808	719.145,14	21.055.515,94	3,42
GO	Moiporá	5213400	1.374.205,48	8.896.030,65	15,45
GO	Montes Claros de Goiás	5213707	-1.761.008,97	23.027.813,59	-
GO	Montividiu do Norte	5213772	2.199.695,06	13.274.562,61	16,57
GO	Nazário	5214408	-391.963,57	15.888.687,17	-
GO	Nerópolis	5214507	5.165.920,72	75.277.708,05	6,86
GO	Nova América	5214705	1.034.964,28	10.530.951,33	9,83
GO	Nova Glória	5214861	1.142.694,63	12.972.368,26	8,81
GO	Nova Iguaçu de Goiás	5214879	4.350,33	10.224.880,33	0,04
GO	Nova Roma	5214903	-452.020,29	12.436.032,94	-
GO	Novo Brasil	5215207	-1.413.720,71	11.656.447,06	-
GO	Novo Planalto	5215256	8.784.636,57	11.778.469,92	74,58
GO	Palestina de Goiás	5215652	-2.702.255,32	12.589.690,07	-
GO	Palmeiras de Goiás	5215702	24.931.641,00	59.381.765,06	41,99
GO	Petrolina de Goiás	5216809	7.421.828,40	19.558.431,77	37,95
GO	Pilar de Goiás	5216908	2.927.675,32	14.901.352,87	19,65
GO	Piranhas	5217203	4.373.659,44	23.214.449,73	18,84
GO	Pontalina	5217708	399.392,09	33.358.754,90	1,20
GO	Porangatu	5218003	17.367.687,34	77.803.637,23	22,32
GO	Porteirão	5218052	18.378.667,65	15.709.301,00	116,99
GO	Professor Jamil	5218391	2.436.934,15	10.353.584,96	23,54
GO	Quirinópolis	5218508	6.149.200,12	110.467.559,33	5,57
GO	Rialma	5218607	587.142,40	20.303.072,35	2,89
GO	Rianápolis	5218706	613.804,66	12.165.828,45	5,05
GO	Santa Rosa de Goiás	5219506	-1.667.105,78	10.207.276,87	-
GO	Santa Tereza de Goiás	5219605	2.951.384,23	11.953.885,15	24,69
GO	São Francisco de Goiás	5219902	3.791.054,03	14.777.322,95	25,65
GO	São Luís de Montes Belos	5220108	10.326.059,32	57.955.583,29	17,82

GO	São Luíz do Norte	5220157	11.983.102,21	16.114.788,52	74,36
GO	São Miguel do Araguaia	5220207	-17.333.975,84	48.340.477,39	-
GO	São Simão	5220405	-138.052.755,69	48.496.463,45	-
GO	Senador Canedo	5220454	63.368.472,27	313.958.431,09	20,18
GO	Sítio d'Abadia	5220702	-1.040.479,60	11.136.885,66	-
GO	Teresina de Goiás	5221080	6.166.076,63	10.479.622,71	58,84
GO	Trindade	5221403	23.968.728,77	139.650.505,92	17,16
GO	Trombas	5221452	2.063.471,57	13.340.443,15	15,47
GO	Uirapuru	5221577	2.966.384,82	10.890.170,64	27,24
GO	Uruaçu	5221601	74.824.612,13	55.556.754,33	134,68
GO	Vila Boa	5222203	-388.217,53	15.148.631,98	-
GO	Vila Propício	5222302	-248.045,83	16.464.247,18	-
MA	Arari	2101004	-2.606.193,96	47.171.877,77	-
MA	Axixá	2101103	-4.731.654,43	13.653.871,82	-
MA	Bacabeira	2101251	619.238,78	44.443.617,72	1,39
MA	Barra do Corda	2101608	3.686.829,90	127.165.476,30	2,90
MA	Cajari	2102507	0,00	34.514.011,51	0,00
MA	Chapadinha	2103208	0,00	117.193.984,75	0,00
MA	Cidelândia	2103257	-1.643.261,94	30.165.300,25	-
MA	Codó	2103307	-7.623.773,10	190.933.972,75	-
MA	Cururupu	2103703	0,00	44.544.901,96	0,00
MA	Davinópolis	2103752	0,00	15.242.226,07	0,00
MA	Dom Pedro	2103802	-1.809.610,83	36.739.948,86	-
MA	Gonçalves Dias	2104404	-1.090.242,53	29.861.745,61	-
MA	Itapecuru Mirim	2105401	-1.725.034,28	103.245.598,81	-
MA	Marajá do Sena	2106359	0,00	13.716.852,44	0,00
MA	Matinha	2106508	-1.167.324,39	37.844.567,96	-
MA	Olho d'Água das Cunhãs	2107407	-299.558,95	39.759.046,94	-
MA	Olinda Nova do Maranhão	2107456	-675.679,00	26.781.798,83	-
MA	Pedro do Rosário	2108256	-4.727.590,91	50.629.394,83	-
MA	Peritoró	2108454	-4.674.405,83	40.229.747,59	-
MA	Pinheiro	2108603	2.388.389,54	119.349.621,75	2,00
MA	Presidente Dutra	2109106	-6.665.073,06	62.341.493,11	-
MA	Presidente Juscelino	2109205	-475.840,54	23.306.556,93	-
MA	Presidente Sarney	2109270	3.273.868,06	33.802.532,43	9,69
MA	São Bento	2110500	-1,00	49.468.686,72	-
MA	São José de Ribamar	2111201	-9.119.672,38	232.485.695,24	-
MA	São Luís	2111300	499.032.678,77	2.164.801.052,68	23,05
MA	Tuntum	2112308	-7.444.745,24	43.360.838,60	-
MA	Viana	2112803	-1,00	76.642.234,84	-
MA	Vitória do Mearim	2112902	-3.817.997,14	40.950.658,33	-
MG	Água Boa	3100609	0,00	21.996.314,06	0,00
MG	Alfenas	3101607	28.024.380,86	182.421.586,23	15,36
MG	Alpinópolis	3101904	2.722.141,91	29.711.520,06	9,16
MG	Alto Jequitibá	3153509	1.142.390,85	13.597.294,50	8,40
MG	Arcos	3104205	-2.917.900,86	83.381.411,24	-
MG	Aricanduva	3104452	0,00	11.658.806,58	0,00
MG	Barbacena	3105608	44.475.383,97	261.052.527,01	17,04
MG	Belo Horizonte	3106200	3.099.023.282,66	7.765.874.212,16	39,91
MG	Betim	3106705	568.395.870,98	1.319.442.486,26	43,08

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Brasilândia de Minas	3108552	-3.871.980,61	24.644.621,41	-
MG	Bueno Brandão	3109105	-4.519.128,38	16.502.732,79	-
MG	Cabo Verde	3109501	1.296.746,05	21.348.032,85	6,07
MG	Cachoeira da Prata	3109600	1.251.237,35	11.238.922,37	11,13
MG	Campestre	3111002	-651.029,75	30.569.805,05	-
MG	Campo Belo	3111200	-136.925.929,25	100.127.612,52	-
MG	Campo do Meio	3111309	-1.026.952,09	21.812.211,87	-
MG	Campos Gerais	3111606	-5.283.460,64	40.583.914,17	-
MG	Cana Verde	3111903	717.306,85	11.074.498,56	6,48
MG	Capelinha	3112307	-4.050.767,06	47.498.446,49	-
MG	Capinópolis	3112604	2.508.507,44	33.005.812,74	7,60
MG	Caratinga	3113404	6.408.807,85	127.878.291,10	5,01
MG	Carlos Chagas	3113701	-992.353,04	36.573.866,21	-
MG	Cássia	3115102	1.050.445,23	33.899.212,14	3,10
MG	Cataguases	3115300	7.442.279,55	115.958.788,40	6,42
MG	Caxambu	3115508	-3.188.763,56	37.015.851,76	-
MG	Claraval	3116407	791.022,61	11.707.471,60	6,76
MG	Cláudio	3116605	-1.832.623,56	48.342.270,03	-
MG	Conceição das Alagoas	3117306	11.688.161,52	64.877.566,96	18,02
MG	Conceição do Rio Verde	3117702	-2.799.295,73	19.305.109,93	-
MG	Congonhas	3118007	-59.866.643,13	298.978.860,13	-
MG	Contagem	3118601	401.024.831,68	1.230.802.612,95	32,58
MG	Coronel Fabriciano	3119401	-21.498.158,09	138.820.128,63	-
MG	Curvelo	3120904	-17.006.326,12	129.505.285,03	-
MG	Delfinópolis	3121209	0,00	22.079.260,59	0,00
MG	Felixlândia	3125705	373.893,99	29.470.368,29	1,27
MG	Formiga	3126109	1.447.800,29	115.818.519,73	1,25
MG	Fortaleza de Minas	3126307	-696.325,59	13.707.773,79	-
MG	Frutal	3127107	10.997.242,97	113.445.507,71	9,69
MG	Gonzaga	3127503	-1.992.044,82	13.206.445,71	-
MG	Governador Valadares	3127701	28.802.159,27	634.495.308,40	4,54
MG	Guapé	3128105	1.802.897,28	29.694.121,63	6,07
MG	Guaraciaba	3128204	1.945.791,96	16.386.877,86	11,87
MG	Guaxupé	3128709	-4.980.197,38	88.430.687,51	-
MG	Ibirité	3129806	-36.423.693,77	295.184.047,53	-
MG	Inhapim	3130903	-4.780.968,03	35.230.382,44	-
MG	Ipatinga	3131307	7.024.708,64	595.809.105,55	1,18
MG	Itajubá	3132404	-14.295.385,82	148.043.606,84	-
MG	Itaúna	3133808	17.193.439,34	186.279.532,07	9,23
MG	Itinga	3134004	-1.143.531,54	24.057.413,26	-
MG	Ituiutaba	3134202	3.816.432,55	212.754.951,12	1,79
MG	Jacuí	3134806	-662.766,50	14.646.773,99	-
MG	João Monlevade	3136207	-12.396.034,00	167.651.586,00	-
MG	Juiz de Fora	3136702	-62.037.027,84	1.187.515.174,92	-
MG	Leopoldina	3138401	-14.808.909,98	74.769.086,46	-
MG	Machado	3139003	-6.840.540,78	65.482.496,15	-
MG	Manhuaçu	3139409	2.750.077,43	141.729.903,59	1,94
MG	Matias Barbosa	3140803	-5.418.989,29	37.001.952,43	-
MG	Monte Belo	3143005	-833.239,88	20.461.314,31	-
MG	Monte Santo de Minas	3143203	-6.527.544,97	35.468.157,41	-

MG	Montes Claros	3143302	91.758.756,58	655.795.475,51	13,99
MG	Muriaé	3143906	-7.222.270,33	197.958.212,49	-
MG	Nanuque	3144300	18.123.561,48	56.471.480,39	32,09
MG	Nova Lima	3144805	34.872.828,56	481.537.150,13	7,24
MG	Nova Serrana	3145208	5.282.879,61	134.899.028,68	3,92
MG	Ouro Branco	3145901	4.724.652,59	104.943.823,61	4,50
MG	Pará de Minas	3147105	2.677.467,57	165.081.915,90	1,62
MG	Paraisópolis	3147303	-3.103.423,03	29.309.001,09	-
MG	Passos	3147907	-3.475.557,16	177.640.421,68	-
MG	Patrocínio	3148103	5.530.082,49	178.698.726,70	3,09
MG	Pedro Leopoldo	3149309	-18.034.943,37	130.794.112,07	-
MG	Piranguinho	3151008	-2.670.063,81	15.860.459,15	-
MG	Pirapora	3151206	-9.414.545,30	126.551.996,95	-
MG	Poços de Caldas	3151800	32.174.136,00	492.885.037,15	6,53
MG	Ponte Nova	3152105	-4.791.041,54	148.278.218,39	-
MG	Pouso Alegre	3152501	37.671.734,43	349.589.802,16	10,78
MG	Pouso Alto	3152600	-2.107.759,95	14.350.288,54	-
MG	Pratinha	3153004	-189.987,07	11.127.167,30	-
MG	Ribeirão Vermelho	3154705	77.251,95	10.433.262,18	0,74
MG	Sabará	3156700	-40.249.252,48	200.007.514,12	-
MG	Sacramento	3156908	-37.383.424,65	50.831.233,35	-
MG	Santa Luzia	3157807	-32.473.237,45	299.572.104,49	-
MG	Santa Rita do Sapucaí	3159605	-14.790.230,78	67.206.452,07	-
MG	Santo Antônio do Monte	3160405	-6.278.119,70	47.540.515,81	-
MG	São Bento Abade	3160801	-1.700.181,50	11.779.855,15	-
MG	São Domingos das Dores	3160959	-3.642.970,65	13.409.824,25	-
MG	São João del Rei	3162500	-2.615.088,06	159.706.471,68	-
MG	São José da Barra	3162948	-9.155.863,64	21.277.659,98	-
MG	São José da Lapa	3162955	-110.527,50	47.044.314,27	-
MG	São Miguel do Anta	3163805	-711.678,42	13.050.012,25	-
MG	São Sebastião do Anta	3164472	-909.466,38	13.489.348,72	-
MG	São Sebastião do Paraíso	3164704	5.741.006,03	139.154.348,37	4,13
MG	Sarzedo	3165537	3.319.967,02	85.037.076,81	3,90
MG	Serra Azul de Minas	3166501	1.747.179,01	10.546.590,35	16,57
MG	Sete Lagoas	3167202	130.167.945,19	517.877.871,47	25,13
MG	Teófilo Otoni	3168606	39.994.036,02	249.316.295,57	16,04
MG	Timóteo	3168705	132.631.201,75	149.656.538,40	88,62
MG	Tiradentes	3168804	-6.956.776,85	16.987.730,05	-
MG	Três Corações	3169307	24.391.656,25	132.684.629,41	18,38
MG	Três Marias	3169356	-120.341.634,45	70.591.125,49	-
MG	Três Pontas	3169406	6.547.240,75	101.804.901,27	6,43
MG	Tupaciguara	3169604	-339.972,44	37.797.289,41	-
MG	Turmalina	3169703	-3.115.892,30	38.932.003,15	-
MG	Turvolândia	3169802	-815.513,62	11.374.852,34	-
MG	Ubá	3169901	-11.823.732,95	152.968.640,60	-
MG	Uberaba	3170107	98.628.628,95	758.235.372,73	13,01
MG	Uberlândia	3170206	-115.824.957,80	1.546.880.548,47	-
MG	Unaí	3170404	-14.513.586,04	161.164.678,58	-
MG	Varginha	3170701	-17.970.092,06	268.739.729,83	-
MG	Vespasiano	3171204	23.543.733,67	209.372.044,14	11,24

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Viçosa	3171303	-29.818.138,62	159.506.335,62	-
MS	Batayporã	5002001	6.452.100,89	29.531.574,47	21,85
MS	Campo Grande	5002704	85.650.456,84	2.430.870.722,37	3,52
MS	Corumbá	5003207	-31.461.953,65	367.748.181,15	-
MS	Eldorado	5003751	-1.537.929,97	28.228.661,57	-
MS	Maracaju	5005400	-6.397.916,76	122.570.591,92	-
MS	Naviraí	5005707	8.659.805,48	130.656.502,16	6,63
MS	Nova Andradina	5006200	-11.219.550,43	118.524.182,30	-
MS	Três Lagoas	5008305	-61.527.230,31	349.999.121,37	-
MT	Água Boa	5100201	-10.025.054,41	63.116.091,33	-
MT	Alta Floresta	5100250	17.830.281,12	100.039.470,73	17,82
MT	Alto Araguaia	5100300	-35.017.260,65	63.539.487,13	-
MT	Alto Paraguai	5100508	-1.372.149,08	5.660.995,34	-
MT	Apiacás	5100805	-2.039.294,48	21.551.548,11	-
MT	Araguaiana	5101001	-415.207,63	7.935.895,04	-
MT	Barra do Garças	5101803	31.617.731,31	120.176.986,04	26,31
MT	Bom Jesus do Araguaia	5101852	0,00	15.751.106,34	0,00
MT	Campo Novo do Parecis	5102637	-10.467.467,42	105.340.672,02	-
MT	Campos de Júlio	5102686	-6.816.763,37	35.568.886,59	-
MT	Canarana	5102702	727.772,27	52.150.000,86	1,40
MT	Comodoro	5103304	219.797,72	49.540.130,28	0,44
MT	Confresa	5103353	1.366.915,37	50.511.474,13	2,71
MT	Cuiabá	5103403	365.040.966,21	1.451.180.751,85	25,15
MT	Diamantino	5103502	12.088.575,03	61.352.810,49	19,70
MT	Gaúcha do Norte	5103858	-940.191,95	18.664.647,82	-
MT	Guarantã do Norte	5104104	28.801,25	58.252.519,65	0,05
MT	Itiquira	5104609	-3.725.443,47	61.315.454,57	-
MT	Jangada	5104906	-2.576.025,59	12.997.511,13	-
MT	Juína	5105150	5.813.315,56	73.637.835,85	7,89
MT	Lambari D'Oeste	5105234	-360.615,05	16.564.815,32	-
MT	Lucas do Rio Verde	5105259	-1.078.767,23	169.693.685,43	-
MT	Matupá	5105606	0,00	33.613.651,84	0,00
MT	Nobres	5105903	-10.721.500,49	42.466.755,85	-
MT	Nova Brasilândia	5106208	-2.900.133,84	13.692.197,89	-
MT	Nova Guarita	5108808	-3.897.089,09	12.584.738,96	-
MT	Nova Monte Verde	5108956	-7.070.842,01	18.476.271,73	-
MT	Nova Xavantina	5106257	-19.268.017,03	72.204.093,16	-
MT	Paranatinga	5106307	-2.495.178,50	49.432.597,85	-
MT	Planalto da Serra	5106455	-1.030.855,99	12.391.296,28	-
MT	Ribeirãozinho	5107198	-33.993,85	11.555.899,91	-
MT	Rondolândia	5107578	217.964,17	15.030.487,83	1,45
MT	Rondonópolis	5107602	59.200.661,43	513.419.276,14	11,53
MT	Santa Cruz do Xingu	5107743	-1.510.728,19	12.909.872,40	-
MT	Santa Rita do Trivelato	5107768	-8.965.134,14	19.270.389,50	-
MT	São José do Xingu	5107354	-1.650.337,25	18.304.153,68	-
MT	Serra Nova Dourada	5107883	-279.124,48	8.117.535,61	-
MT	Sinop	5107909	-47.997.217,07	270.794.125,59	-
MT	Sorriso	5107925	-98.973.682,98	211.861.928,45	-
MT	Tangará da Serra	5107958	-27.324.413,20	176.041.748,44	-
MT	Tesouro	5108105	-946.248,47	11.234.534,35	-

MT	Várzea Grande	5108402	59.760.109,05	410.807.776,66	14,55
MT	Vila Rica	5108600	-5.804.453,34	44.451.852,98	-
PA	Abaetetuba	1500107	-2.167.929,35	193.568.365,43	-
PA	Abel Figueiredo	1500131	0,00	16.289.419,22	0,00
PA	Água Azul do Norte	1500347	-3.902.687,68	38.460.127,01	-
PA	Altamira	1500602	-75.945.101,19	289.887.807,13	-
PA	Ananindeua	1500800	56.550.751,37	548.015.171,51	10,32
PA	Belém	1501402	313.323.732,00	2.546.364.874,00	12,30
PA	Cachoeira do Arari	1502004	-3.200.871,29	34.191.623,32	-
PA	Cachoeira do Piriá	1501956	-170.925,59	28.978.393,40	-
PA	Castanhal	1502400	-40.905.132,78	294.643.128,58	-
PA	Colares	1502608	-28.295,96	18.402.758,78	-
PA	Cumaru do Norte	1502764	0,00	27.758.398,12	0,00
PA	Dom Eliseu	1502939	580.749,98	83.384.735,29	0,70
PA	Goianésia do Pará	1503093	28.414.941,33	76.251.991,32	37,26
PA	Ipixuna do Pará	1503457	14.206.238,89	74.535.563,07	19,06
PA	Limoeiro do Ajuru	1504000	-7.106.415,96	29.537.336,57	-
PA	Marituba	1504422	0,00	204.661.179,77	0,00
PA	Nova Esperança do Piriá	1504950	-909.047,50	37.864.831,30	-
PA	Ourém	1505403	-54.531,83	28.055.902,88	-
PA	Parauapebas	1505536	11.802.890,68	972.123.324,14	1,21
PA	Redenção	1506138	0,00	132.711.332,24	0,00
PA	Rio Maria	1506161	944.811,67	33.693.493,89	2,80
PA	Rurópolis	1506195	-2.385.906,23	55.075.121,11	-
PA	Salinópolis	1506203	-6.441.548,60	54.519.570,08	-
PA	Santa Isabel do Pará	1506500	-4.720.952,40	92.667.172,51	-
PA	São Félix do Xingu	1507300	10.610.337,45	125.384.274,24	8,46
PA	São Miguel do Guamá	1507607	-13.816.698,51	82.588.465,19	-
PA	Tailândia	1507953	-267.973,33	120.937.784,99	-
PA	Trairão	1508050	-361.384,05	32.150.927,35	-
PA	Vigia	1508209	-6.366.298,53	37.658.118,57	-
PA	Viseu	1508308	12.769.573,87	71.040.522,10	17,98
PB	Barra de Santa Rosa	2501609	3.973.277,01	24.343.481,09	16,32
PB	Bayeux	2501807	-428.681,82	124.862.852,71	-
PB	Caaporã	2503001	15.020.437,55	52.713.055,11	28,49
PB	Cabedelo	2503209	-85.653.833,60	200.014.339,17	-
PB	Cuité	2505105	-332.092,65	34.244.726,70	-
PB	Diamante	2505600	6.593.136,45	12.952.954,67	50,90
PB	Guarabira	2506301	22.999.867,92	82.680.199,73	27,82
PB	João Pessoa	2507507	-382.401.903,75	1.727.765.330,18	-
PB	Marcação	2509057	2.145.564,84	14.963.247,98	14,34
PB	Patos	2510808	57.206.722,48	141.559.527,63	40,41
PB	Poço Dantas	2512036	1.148.911,56	12.454.725,35	9,22
PB	Pombal	2512101	3.665.869,28	52.026.626,92	7,05
PB	Santa Rita	2513703	60.496.769,83	176.090.824,78	34,36
PB	São José dos Ramos	2514453	1.799.015,19	14.156.288,11	12,71
PB	Sapé	2515302	27.546.112,99	69.964.201,90	39,37
PB	Sossêgo	2516151	-599.923,84	10.138.487,32	-
PB	Umbuzeiro	2517001	0,00	16.478.570,09	0,00
PE	Abreu e Lima	2600054	21.843.127,97	123.397.206,21	17,70

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	Afrânio	2600203	-10.697.974,99	38.419.510,63	-
PE	Agrestina	2600302	12.599.409,47	45.651.814,31	27,60
PE	Água Preta	2600401	13.159.408,04	54.311.190,85	24,23
PE	Águas Belas	2600500	29.714.350,22	61.322.282,11	48,46
PE	Alagoinha	2600609	4.491.535,07	28.016.227,12	16,03
PE	Altinho	2600807	15.244.828,85	32.084.373,60	47,51
PE	Amaraji	2600906	16.179.927,62	35.917.168,99	45,05
PE	Arcoverde	2601201	3.218.311,14	104.103.626,87	3,09
PE	Barreiros	2601409	20.119.410,75	66.696.603,58	30,17
PE	Belém de Maria	2601508	3.310.705,15	23.165.721,70	14,29
PE	Belém do São Francisco	2601607	-4.420.219,41	37.420.631,12	-
PE	Belo Jardim	2601706	25.762.839,44	119.004.805,04	21,65
PE	Betânia	2601805	-496.502,56	23.728.203,54	-
PE	Bezerros	2601904	3.223.320,63	85.601.990,00	3,77
PE	Bom Conselho	2602100	15.124.969,12	65.741.233,27	23,01
PE	Bom Jardim	2602209	3.071.392,30	55.245.206,38	5,56
PE	Bonito	2602308	20.922.810,13	62.207.791,80	33,63
PE	Brejão	2602407	-575.590,82	26.474.390,64	-
PE	Brejo da Madre de Deus	2602605	-11.471.810,31	82.105.981,46	-
PE	Buenos Aires	2602704	-4.339.750,26	22.417.903,43	-
PE	Buíque	2602803	-4.117.046,14	72.033.618,39	-
PE	Cabo de Santo Agostinho	2602902	-23.638.315,72	519.137.498,93	-
PE	Cabrobó	2603009	11.632.749,63	54.830.117,53	21,22
PE	Cachoeirinha	2603108	-6.917.530,92	33.753.243,17	-
PE	Caetés	2603207	-3.953.252,92	45.173.227,17	-
PE	Calumbi	2603405	-811.525,70	14.097.153,87	-
PE	Camaragibe	2603454	15.603.643,88	202.915.702,10	7,69
PE	Camocim de São Félix	2603504	-1.399.759,77	33.078.075,56	-
PE	Canhotinho	2603702	4.337.231,87	39.210.920,83	11,06
PE	Capoeiras	2603801	1.854.694,01	47.695.213,80	3,89
PE	Carnaíba	2603900	2.431.742,25	36.302.748,80	6,70
PE	Carnaubeira da Penha	2603926	-2.550.765,03	21.446.151,10	-
PE	Carpina	2604007	1.790.994,20	100.682.115,41	1,78
PE	Caruaru	2604106	68.676.019,58	483.880.790,49	14,19
PE	Casinhas	2604155	9.219.878,85	28.716.634,15	32,11
PE	Catende	2604205	6.312.042,24	57.849.732,19	10,91
PE	Cedro	2604304	-844.798,85	10.300.635,10	-
PE	Chã de Alegria	2604403	5.502.483,52	23.902.785,22	23,02
PE	Chã Grande	2604502	6.508.239,68	39.258.923,04	16,58
PE	Condado	2604601	24.767.196,76	38.876.904,30	63,71
PE	Cumaru	2604908	4.482.843,02	26.738.764,06	16,77
PE	Cupira	2605004	42.458.861,63	38.836.122,52	109,33
PE	Custódia	2605103	15.517.968,45	52.807.326,37	29,39
PE	Dormentes	2605152	5.530.139,40	33.938.076,56	16,29
PE	Escada	2605202	-2.406.206,07	87.611.391,10	-
PE	Exu	2605301	-3.053.630,85	51.815.873,09	-
PE	Feira Nova	2605400	14.337.055,06	33.970.426,39	42,20
PE	Flores	2605608	61.969,94	36.753.238,84	0,17
PE	Floresta	2605707	11.447.394,09	65.377.056,97	17,51
PE	Frei Miguelinho	2605806	3.553.179,70	24.716.479,24	14,38

PE	Gameleira	2605905	34.470.152,00	37.927.457,93	90,88
PE	Garanhuns	2606002	-30.659.746,28	229.311.482,96	-
PE	Glória do Goitá	2606101	8.896.126,58	39.914.976,36	22,29
PE	Goiana	2606200	62.864.953,63	162.523.479,59	38,68
PE	Granito	2606309	-3.165.143,41	17.625.520,35	-
PE	Gravatá	2606408	45.727.033,37	113.071.742,22	40,44
PE	Iati	2606507	951.752,65	38.615.465,05	2,46
PE	Ibimirim	2606606	-2.968.351,73	42.446.155,35	-
PE	Igarassu	2606804	-8.474.775,01	170.461.337,99	-
PE	Ilha de Itamaracá	2607604	27.000,00	46.013.475,86	0,06
PE	Inajá	2607000	0,00	31.549.941,96	0,00
PE	Ipojuca	2607208	-162.855.169,84	577.303.471,23	-
PE	Ipubi	2607307	-2.558.077,33	49.201.804,12	-
PE	Itacuruba	2607406	6.182.400,92	23.508.429,78	26,30
PE	Itaíba	2607505	-1.037.404,91	45.327.311,59	-
PE	Itambé	2607653	-3.522.085,28	52.053.113,84	-
PE	Itapissuma	2607752	-8.254.434,01	63.194.287,45	-
PE	Itaquitinga	2607802	0,00	29.310.504,98	0,00
PE	Jaboatão dos Guararapes	2607901	38.202.390,04	940.657.639,50	4,06
PE	Jaqueira	2607950	16.064.638,43	28.900.427,96	55,59
PE	Jatobá	2608057	-1.396.328,40	28.084.541,92	-
PE	João Alfredo	2608107	8.448.822,52	47.436.108,49	17,81
PE	Joaquim Nabuco	2608206	738.076,65	32.429.391,64	2,28
PE	Jucati	2608255	255.384,28	24.049.620,76	1,06
PE	Jurema	2608404	-1.066.546,32	28.878.673,82	-
PE	Lagoa de Itaenga	2608503	17.457.425,89	39.811.867,22	43,85
PE	Lagoa do Carro	2608453	6.996.129,80	28.814.778,94	24,28
PE	Lagoa do Ouro	2608602	0,00	27.027.970,77	0,00
PE	Lagoa dos Gatos	2608701	3.254.256,95	27.433.289,14	11,86
PE	Lagoa Grande	2608750	-154.231,23	47.084.502,94	-
PE	Lajedo	2608800	-801.828,48	64.246.840,65	-
PE	Limoeiro	2608909	8.401.037,84	78.480.732,07	10,70
PE	Macaparana	2609006	6.148.197,59	38.720.464,36	15,88
PE	Machados	2609105	1.904.331,48	25.358.020,81	7,51
PE	Manari	2609154	112.974,64	35.974.516,18	0,31
PE	Mirandiba	2609303	-3.345.651,14	25.469.828,15	-
PE	Moreilândia	2614303	777.967,85	23.332.241,37	3,33
PE	Moreno	2609402	58.611.603,46	76.350.707,80	76,77
PE	Nazaré da Mata	2609501	38.262.266,76	42.098.796,89	90,89
PE	Olinda	2609600	28.227.652,57	489.385.104,22	5,77
PE	Orobó	2609709	19.395.923,30	44.252.841,56	43,83
PE	Orocó	2609808	-1.723.402,26	26.586.955,10	-
PE	Ouricuri	2609907	5.146.582,33	87.958.925,97	5,85
PE	Palmares	2610004	101.370,02	105.398.864,33	0,10
PE	Palmeirina	2610103	1.161.550,53	18.073.205,82	6,43
PE	Panelas	2610202	13.588.248,65	54.282.828,45	25,03
PE	Parnamirim	2610400	-3.348.837,58	36.055.622,24	-
PE	Passira	2610509	11.346.276,03	41.187.050,06	27,55
PE	Paudalho	2610608	32.279.211,14	77.441.556,17	41,68
PE	Paulista	2610707	38.626.774,97	352.445.714,25	10,96

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	Pedra	2610806	-97.471,21	34.567.202,07	-
PE	Pesqueira	2610905	37.919.447,65	87.407.895,35	43,38
PE	Petrolândia	2611002	-14.922.616,28	78.075.122,35	-
PE	Petrolina	2611101	60.794.193,30	487.744.167,86	12,46
PE	Pombos	2611309	3.263.551,51	43.152.420,94	7,56
PE	Primavera	2611408	0,00	25.376.287,64	0,00
PE	Quipapá	2611507	474.334,61	40.468.926,38	1,17
PE	Recife	2611606	490.118.144,45	3.724.408.077,57	13,16
PE	Riacho das Almas	2611705	-1.222.987,56	35.489.766,95	-
PE	Rio Formoso	2611903	21.749.682,56	46.628.151,61	46,64
PE	Sairé	2612000	15.344.166,18	23.713.099,61	64,71
PE	Salgadinho	2612109	3.180.666,99	17.161.748,80	18,53
PE	Salgueiro	2612208	-12.235.218,09	96.753.179,17	-
PE	Saloá	2612307	-951.013,88	29.900.086,77	-
PE	Santa Cruz	2612455	-2.453.871,20	30.374.018,83	-
PE	Santa Cruz da Baixa Verde	2612471	-1.160.560,52	20.624.152,47	-
PE	Santa Cruz do Capibaribe	2612505	26.399.948,53	120.236.350,75	21,96
PE	Santa Filomena	2612554	2.435.031,10	26.746.683,84	9,10
PE	Santa Maria da Boa Vista	2612604	8.215.186,32	65.875.446,45	12,47
PE	Santa Maria do Cambucá	2612703	-552.407,27	24.526.881,60	-
PE	São Benedito do Sul	2612901	5.104.091,38	25.861.856,43	19,74
PE	São Bento do Una	2613008	5.411.468,51	73.896.014,71	7,32
PE	São Caitano	2613107	-15.112.718,84	49.530.176,28	-
PE	São João	2613206	-1.295.159,79	40.749.893,98	-
PE	São Joaquim do Monte	2613305	6.889.555,62	37.935.478,44	18,16
PE	São José do Belmonte	2613503	1.732.975,30	46.971.943,27	3,69
PE	São Lourenço da Mata	2613701	13.040.700,91	130.558.354,07	9,99
PE	São Vicente Ferrer	2613800	2.995.807,25	30.589.299,85	9,79
PE	Serra Talhada	2613909	21.177.523,67	129.632.520,50	16,34
PE	Sertânia	2614105	1.606.021,34	55.287.672,31	2,90
PE	Sirinhaém	2614204	20.606.041,91	61.374.080,36	33,57
PE	Solidão	2614402	888.186,53	14.814.027,84	6,00
PE	Surubim	2614501	-2.551.572,00	84.667.664,50	-
PE	Tabira	2614600	-5.226.209,35	41.279.251,44	-
PE	Tacaimbó	2614709	5.052.972,57	22.103.645,41	22,86
PE	Tacaratu	2614808	-4.020.781,16	37.807.266,82	-
PE	Taquaritinga do Norte	2615003	18.671.435,54	38.832.340,67	48,08
PE	Terezinha	2615102	885.125,70	15.163.110,68	5,84
PE	Terra Nova	2615201	-1.005.800,23	16.906.556,03	-
PE	Timbaúba	2615300	6.512.524,42	83.325.327,03	7,82
PE	Toritama	2615409	14.756.025,42	61.159.468,97	24,13
PE	Tracunhaém	2615508	0,00	20.634.361,19	0,00
PE	Trindade	2615607	2.546.939,60	50.749.871,56	5,02
PE	Tupanatinga	2615805	122.234,05	44.567.331,41	0,27
PE	Tuparetama	2615904	2.238.324,93	18.516.505,70	12,09
PE	Venturosa	2616001	4.252.784,88	30.316.896,95	14,03
PE	Verdejante	2616100	1.902.135,70	19.329.099,42	9,84
PE	Vertente do Lério	2616183	239.031,23	17.834.353,39	1,34
PE	Vertentes	2616209	-4.285.926,10	33.473.289,41	-
PE	Vitória de Santo Antão	2616407	2.690.742,62	199.192.782,78	1,35

PE	Xexéu	2616506	2.990.317,76	32.148.903,59	9,30
PI	Agricolândia	2200103	-1.358.179,47	9.979.214,93	-
PI	Alegrete do Piauí	2200277	-44.516,71	12.067.638,99	-
PI	Altos	2200400	1.092.893,15	52.209.565,35	2,09
PI	Brasileira	2201960	91.521,31	12.980.419,86	0,71
PI	Capitão de Campos	2202406	-1.576.869,77	20.648.525,14	-
PI	Castelo do Piauí	2202604	-163.891,61	22.612.149,94	-
PI	Curral Novo do Piauí	2203271	-275.342,19	7.892.192,28	-
PI	Elesbão Veloso	2203503	76.220,52	22.685.833,76	0,34
PI	Inhuma	2204709	-422.456,22	22.617.869,94	-
PI	Matias Olímpio	2206100	111.414,37	18.849.524,48	0,59
PI	Milton Brandão	2206357	-114.355,47	13.628.534,58	-
PI	Olho D'Água do Piauí	2207108	0,00	4.778.016,99	0,00
PI	Paes Landim	2207306	-111.234,65	10.775.610,90	-
PI	Patos do Piauí	2207777	-722.180,92	11.114.684,55	-
PI	Pau D'Arco do Piauí	2207793	-1.213.358,58	9.712.731,47	-
PI	Pio IX	2208205	-2.083.359,46	29.040.532,85	-
PI	Piracuruca	2208304	547.073,22	40.793.598,00	1,34
PI	Queimada Nova	2208650	-864.665,38	15.179.425,54	-
PI	Santa Filomena	2209203	-451.315,46	15.703.028,01	-
PI	São Miguel do Tapuio	2210409	-886.258,31	29.758.981,59	-
PI	Teresina	2211001	-426.161.504,78	1.860.565.949,54	-
PR	Abatiá	4100103	1.561.375,09	15.709.561,84	9,94
PR	Almirante Tamandaré	4100400	26.210.339,66	125.480.508,39	20,89
PR	Anahy	4101051	258.848,34	11.609.153,34	2,23
PR	Antonina	4101200	7.382.250,74	39.018.202,64	18,92
PR	Apucarana	4101408	19.733.103,11	251.235.964,93	7,85
PR	Arapongas	4101507	-25.651.575,76	205.391.386,39	-
PR	Araucária	4101804	3.967.679,03	623.174.729,46	0,64
PR	Barracão	4102604	-1.641.496,94	23.167.093,42	-
PR	Boa Esperança	4103008	-1.548.673,77	16.950.270,07	-
PR	Boa Esperança do Iguaçu	4103024	-581.167,83	12.958.531,54	-
PR	Bocaiúva do Sul	4103107	-4.383.024,87	24.889.715,67	-
PR	Bom Jesus do Sul	4103156	-1.816.790,83	13.002.190,20	-
PR	Cambé	4103701	-26.061.427,39	185.890.374,98	-
PR	Campina do Simão	4103958	96.857,19	13.214.746,48	0,73
PR	Campo Largo	4104204	-2.453.659,88	204.042.589,93	-
PR	Campo Mourão	4104303	-23.854.671,59	206.720.701,13	-
PR	Carambeí	4104659	-946.224,13	64.140.959,68	-
PR	Cascavel	4104808	-88.683.648,98	573.486.470,96	-
PR	Castro	4104907	-8.656.853,60	151.271.022,90	-
PR	Chopinzinho	4105409	80.680,32	57.689.454,62	0,14
PR	Cianorte	4105508	-30.400.859,36	180.559.266,03	-
PR	Colombo	4105805	-96.758.432,16	341.935.990,96	-
PR	Cruzeiro do Sul	4106704	135.446,67	14.314.736,39	0,95
PR	Curitiba	4106902	493.209.672,44	6.081.115.219,81	8,11
PR	Fazenda Rio Grande	4107652	1.935.567,22	154.949.976,46	1,25
PR	Florestópolis	4108007	12.298.223,27	22.804.878,36	53,93
PR	Foz do Iguaçu	4108304	62.033.212,64	627.962.490,21	9,88
PR	Francisco Beltrão	4108403	323.424,57	188.966.548,74	0,17

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	Guaíra	4108809	-19.637.406,14	75.917.250,61	-
PR	Guarapuava	4109401	-10.096.312,67	293.650.739,28	-
PR	Ibaiti	4109708	-3.145.760,21	43.232.974,35	-
PR	Ibiporã	4109807	-17.982.318,86	121.783.517,68	-
PR	Irati	4110706	-14.548.532,95	100.027.594,70	-
PR	Ivaiporã	4111506	-4.781.292,00	58.389.576,92	-
PR	Ivatuba	4111605	-87.097,85	11.546.204,99	-
PR	Joaquim Távora	4112801	-3.165.622,25	26.817.545,97	-
PR	Laranjeiras do Sul	4113304	2.450.172,29	56.438.131,41	4,34
PR	Londrina	4113700	110.647.237,69	1.277.763.657,20	8,66
PR	Mamborê	4114005	-3.053.990,85	36.655.948,17	-
PR	Mangueirinha	4114401	-258.299,10	52.422.055,47	-
PR	Marechal Cândido Rondon	4114609	-32.794.277,08	133.487.452,79	-
PR	Maringá	4115200	-242.197.109,28	1.030.361.992,67	-
PR	Marquinho	4115457	-475.742,59	15.719.514,65	-
PR	Medianeira	4115804	-2.263.811,76	94.460.102,96	-
PR	Miraselva	4116000	239.068,43	10.063.203,84	2,38
PR	Morretes	4116208	-1.610.789,54	37.620.195,80	-
PR	Novo Itacolomi	4117297	-1.101.980,65	11.186.120,92	-
PR	Palmas	4117602	-7.369.943,23	77.785.839,77	-
PR	Paranaguá	4118204	-98.234.622,40	348.771.914,49	-
PR	Paranavaí	4118402	41.850.520,08	155.111.257,28	26,98
PR	Pato Branco	4118501	10.669.502,37	206.160.271,44	5,18
PR	Perobal	4118857	-63.867,16	18.294.787,39	-
PR	Pérola d'Oeste	4119004	-460.264,73	15.970.215,13	-
PR	Pinhais	4119152	-61.074.589,11	284.728.570,12	-
PR	Pinhão	4119301	-7.786.688,95	65.088.891,27	-
PR	Piraquara	4119509	-832.120,69	161.681.988,44	-
PR	Planaltina do Paraná	4119707	-3.501.686,77	13.664.854,67	-
PR	Ponta Grossa	4119905	142.538.630,58	591.999.297,30	24,08
PR	Porto Barreiro	4120150	-2.378.282,93	15.247.248,55	-
PR	Prudentópolis	4120606	-13.740.120,99	88.625.134,73	-
PR	Quarto Centenário	4120655	-1.772.013,63	16.461.092,80	-
PR	Quinta do Sol	4121109	-1.033.449,47	16.426.634,69	-
PR	Rancho Alegre D'Oeste	4121356	-1.512.340,17	12.751.047,01	-
PR	Rolândia	4122404	-469.217,86	127.929.629,48	-
PR	Sabáudia	4122701	-1.516.663,42	19.621.377,45	-
PR	Salgado Filho	4122800	-205.791,01	13.081.239,01	-
PR	Salto do Itararé	4122909	-619.959,40	12.482.834,55	-
PR	Salto do Lontra	4123006	2.239.607,45	29.915.465,17	7,49
PR	Santa Mariana	4123907	3.011.991,42	25.154.947,08	11,97
PR	Santa Tereza do Oeste	4124020	2.432.826,91	26.655.604,49	9,13
PR	Santo Antônio do Sudoeste	4124400	2.869.171,47	39.199.142,80	7,32
PR	São José dos Pinhais	4125506	-220.471.552,37	868.536.505,77	-
PR	São Sebastião da Amoreira	4126009	1.843.933,08	17.032.845,11	10,83
PR	Sarandi	4126256	-22.727.968,45	124.704.547,96	-
PR	Serranópolis do Iguaçu	4126355	706.078,16	20.606.882,52	3,43
PR	Tamarana	4126678	-3.715.269,92	25.471.986,16	-
PR	Telêmaco Borba	4127106	-46.553.161,47	154.407.646,58	-
PR	Toledo	4127700	-25.854.323,68	294.823.608,86	-

PR	Tomazina	4127809	-1.964.225,66	17.252.824,98	-
PR	Umuarama	4128104	-26.016.891,80	235.211.946,93	-
PR	União da Vitória	4128203	-85.633.880,95	126.742.825,43	-
PR	Virmond	4128658	-2.593.640,61	13.808.978,46	-
RJ	Angra dos Reis	3300100	48.026.320,50	858.547.821,92	5,59
RJ	Belford Roxo	3300456	92.443.679,70	555.445.375,10	16,64
RJ	Bom Jardim	3300506	-888.873,60	68.780.814,50	-
RJ	Campos dos Goytacazes	3301009	312.605.226,00	2.006.100.520,70	15,58
RJ	Carapebus	3300936	35.716.966,70	86.925.571,83	41,09
RJ	Casimiro de Abreu	3301306	-72.635.126,36	227.121.830,17	-
RJ	Comendador Levy Gasparian	3300951	14.017.655,80	35.896.539,40	39,05
RJ	Conceição de Macabu	3301405	-7.775.671,90	61.933.830,40	-
RJ	Duque de Caxias	3301702	589.731.927,10	1.804.762.420,50	32,68
RJ	Guapimirim	3301850	4.118.632,10	154.492.586,10	2,67
RJ	Itaboraí	3301900	-79.724.400,50	626.681.677,60	-
RJ	Itaguaí	3302007	-5.088.554,90	545.097.040,60	-
RJ	Italva	3302056	-1.002.911,90	44.255.679,60	-
RJ	Macaé	3302403	-35.704.414,40	2.142.827.613,30	-
RJ	Magé	3302502	-70.918.711,10	404.423.863,70	-
RJ	Mangaratiba	3302601	9.614.469,30	231.313.923,90	4,16
RJ	Maricá	3302700	-73.397.676,80	541.624.462,90	-
RJ	Mendes	3302809	-3.932.115,50	53.057.042,90	-
RJ	Mesquita	3302858	0,00	226.619.455,80	0,00
RJ	Nilópolis	3303203	-16.375.125,00	228.838.949,00	-
RJ	Niterói	3303302	106.920.442,00	1.717.367.246,70	6,23
RJ	Paracambi	3303609	-4.237.969,68	111.063.397,20	-
RJ	Petrópolis	3303906	-26.464.587,80	773.760.992,10	-
RJ	Pinheiral	3303955	3.273.362,96	58.581.149,46	5,59
RJ	Resende	3304201	92.183.534,90	421.517.869,80	21,87
RJ	Rio Bonito	3304300	-14.111.089,90	172.049.441,80	-
RJ	Rio de Janeiro	3304557	11.325.151.802,80	19.295.320.368,54	58,69
RJ	Santa Maria Madalena	3304607	2.065.513,70	51.238.611,00	4,03
RJ	São Pedro da Aldeia	3305208	15.951.257,90	178.314.552,00	8,95
RJ	Três Rios	3306008	18.523.622,80	218.845.013,40	8,46
RJ	Valença	3306107	7.547.787,10	143.440.495,90	5,26
RJ	Volta Redonda	3306305	181.822.545,06	739.677.922,31	24,58
RN	Açu	2400208	-2.819.177,49	85.948.191,73	-
RN	Caicó	2402006	2.534.918,20	96.555.442,00	2,63
RN	Jucurutu	2406106	8.992.452,00	34.389.470,87	26,15
RN	Macaíba	2407104	15.403.846,26	136.458.586,71	11,29
RN	Mossoró	2408003	125.477.616,70	480.383.648,95	26,12
RN	Natal	2408102	284.597.648,30	1.641.611.174,32	17,34
RN	Pendências	2409902	13.262.435,17	35.022.277,02	37,87
RN	Porto do Mangue	2410256	-1.689.884,83	17.741.069,88	-
RN	Santana do Matos	2411403	7.807.659,92	25.351.655,37	30,80
RN	São Vicente	2413003	5.848.308,90	13.236.927,00	44,18
RO	Ariquemes	1100023	-41.828.182,77	178.686.310,42	-
RO	Cacoal	1100049	-22.167.901,01	143.584.427,19	-
RO	Cerejeiras	1100056	-8.193.022,10	35.184.971,41	-
RO	Chupinguaia	1100924	-6.565.943,43	29.983.677,07	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RO	Guajará-Mirim	1100106	3.764.390,00	66.083.950,00	5,70
RO	Itapuã do Oeste	1101104	-4.515.298,79	21.327.246,37	-
RO	Jaru	1100114	10.266.293,62	87.949.293,86	11,67
RO	Ji-Paraná	1100122	-20.613.649,92	171.931.139,50	-
RO	Ministro Andreazza	1101203	-3.655.974,68	19.945.290,05	-
RO	Nova Mamoré	1100338	-6.503.616,60	41.931.061,92	-
RO	Ouro Preto do Oeste	1100155	-16.076.690,28	72.608.839,37	-
RO	Pimenta Bueno	1100189	3.262.170,60	66.116.660,08	4,93
RO	Porto Velho	1100205	5.994.287,90	982.620.390,89	0,61
RO	Presidente Médici	1100254	-1.841.890,35	36.229.691,20	-
RO	Rolim de Moura	1100288	-12.838.786,56	86.130.307,82	-
RO	Theobroma	1101609	-1.224.838,82	24.523.658,81	-
RO	Vale do Paraíso	1101807	-2.980.685,28	17.429.610,37	-
RO	Vilhena	1100304	42.183.588,65	186.123.143,71	22,66
RR	Amajari	1400027	-1.413.915,34	9.587.247,34	-
RR	Boa Vista	1400100	-140.342.690,18	772.470.873,49	-
RR	Bonfim	1400159	-6.628.871,89	25.778.102,78	-
RR	Pacaraima	1400456	-1.525.001,02	18.192.069,34	-
RR	Uiramutã	1400704	-4.867.337,31	8.030.324,02	-
RS	Alegrete	4300406	-40.212.336,63	146.369.648,69	-
RS	Alvorada	4300604	11.532.123,31	228.689.721,69	5,04
RS	Arroio dos Ratos	4301107	-7.781.180,53	29.836.439,85	-
RS	Bagé	4301602	-8.417.083,74	242.110.168,73	-
RS	Barão	4301651	1.057.061,07	17.682.168,60	5,98
RS	Bento Gonçalves	4302105	-6.006.006,40	320.027.047,63	-
RS	Bom Jesus	4302303	12.032.080,73	29.340.946,69	41,01
RS	Cachoeira do Sul	4303004	-4.373.160,75	156.991.752,63	-
RS	Cachoeirinha	4303103	6.542.490,69	284.177.540,61	2,30
RS	Caibaté	4303301	-592.463,33	13.694.185,95	-
RS	Camaquã	4303509	-10.345.387,51	117.249.409,37	-
RS	Campo Bom	4303905	-15.680.607,40	173.954.016,32	-
RS	Candelária	4304200	-1.997.105,63	59.962.387,47	-
RS	Cândido Godói	4304309	-3.167.170,39	16.826.492,12	-
RS	Canguçu	4304507	-10.513.181,31	99.858.928,23	-
RS	Canoas	4304606	116.552.847,49	1.066.963.933,10	10,92
RS	Capão do Leão	4304663	-6.916.003,51	46.326.748,40	-
RS	Carazinho	4304705	-7.906.106,51	133.117.165,81	-
RS	Caxias do Sul	4305108	-16.459.704,27	1.363.185.151,70	-
RS	Cerro Largo	4305207	-2.716.522,48	29.082.735,90	-
RS	Chiapetta	4305405	841.535,98	14.190.112,68	5,93
RS	Coqueiros do Sul	4305850	-1.921.019,24	11.051.267,96	-
RS	Cruz Alta	4306106	1.808.585,08	118.461.158,94	1,53
RS	Erechim	4307005	-35.319.364,74	195.444.903,53	-
RS	Esteio	4307708	-39.774.175,44	175.533.294,89	-
RS	Farroupilha	4307906	22.473.359,45	171.387.569,16	13,11
RS	Gravataí	4309209	218.714.257,96	509.400.626,52	42,94
RS	Guaíba	4309308	22.933.296,22	195.152.127,67	11,75
RS	Ibirubá	4310009	-2.652.507,95	51.203.535,60	-
RS	Ijuí	4310207	-47.662.683,59	249.684.702,38	-
RS	Imbé	4310330	50.190.507,28	74.576.042,04	67,30

RS	Itaara	4310538	-3.386.077,45	13.539.789,61	-
RS	Itaqui	4310603	-2.858.501,84	82.258.484,41	-
RS	Jaboticaba	4310850	-583.466,23	15.275.722,20	-
RS	Jacutinga	4310900	-1.580.640,99	12.142.878,95	-
RS	Lajeado	4311403	-49.094.633,54	226.481.514,69	-
RS	Lajeado do Bugre	4311429	528.297,55	10.608.228,32	4,98
RS	Monte Alegre dos Campos	4312377	-1.095.219,29	15.524.731,06	-
RS	Montenegro	4312401	47.051.160,11	139.269.312,93	33,78
RS	Morrinhos do Sul	4312443	-203.632,78	9.887.402,08	-
RS	Nova Bassano	4312906	-7.617.476,80	27.894.850,87	-
RS	Nova Bréscia	4313003	-472.717,09	14.483.719,67	-
RS	Nova Santa Rita	4313375	-10.947.893,01	70.218.894,10	-
RS	Novo Hamburgo	4313409	112.418.331,17	652.332.981,50	17,23
RS	Parobé	4314050	12.132.032,86	92.466.860,55	13,12
RS	Passo Fundo	4314100	-39.227.556,35	391.711.855,11	-
RS	Pelotas	4314407	-9.218.679,83	646.072.256,92	-
RS	Pinto Bandeira	4314548	-1.099.651,85	9.735.131,23	-
RS	Piratini	4314605	711.819,84	36.711.172,90	1,94
RS	Porto Alegre	4314902	443.882.615,49	4.806.417.824,19	9,24
RS	Rio Grande	4315602	-75.215.309,74	512.581.603,60	-
RS	Riozinho	4315750	1.780.798,56	13.516.937,50	13,17
RS	Rolante	4316006	2.101.548,02	41.424.923,38	5,07
RS	Santa Cruz do Sul	4316808	30.526.639,96	329.591.962,32	9,26
RS	Santa Margarida do Sul	4316972	174.973,60	16.963.589,63	1,03
RS	Santa Maria	4316907	-74.163.943,92	401.843.204,55	-
RS	Santa Rosa	4317202	-17.404.492,20	202.140.673,05	-
RS	Santa Vitória do Palmar	4317301	16.695.123,28	76.548.700,78	21,81
RS	Sant'Ana do Livramento	4317103	-1.751.358,30	146.885.140,13	-
RS	Santiago	4317400	161.875,25	88.801.252,90	0,18
RS	Santo Ângelo	4317509	-16.374.141,41	119.553.669,71	-
RS	Santo Antônio das Missões	4317707	762.805,38	25.226.389,62	3,02
RS	São Borja	4318002	14.137.964,06	135.948.282,84	10,40
RS	São Francisco de Paula	4318200	-7.388.890,64	42.112.853,35	-
RS	São Gabriel	4318309	42.990.081,69	106.436.610,61	40,39
RS	São Leopoldo	4318705	241.655.438,85	532.426.239,91	45,39
RS	São Martinho da Serra	4319125	0,00	11.008.361,03	0,00
RS	São Nicolau	4319208	1.925.175,60	13.400.768,39	14,37
RS	São Paulo das Missões	4319307	-2.044.133,34	14.807.925,44	-
RS	São Pedro das Missões	4319364	-3.370.770,23	11.841.479,69	-
RS	Sapiranga	4319901	-21.413.601,23	147.924.749,05	-
RS	Sapucaia do Sul	4320008	-2.839.455,03	280.074.734,07	-
RS	Sério	4320453	-1.532.986,97	11.144.056,58	-
RS	Taquara	4321204	11.343.107,93	93.600.399,28	12,12
RS	Torres	4321501	6.652.368,11	96.228.378,74	6,91
RS	Três Coroas	4321709	-4.103.518,94	58.697.643,14	-
RS	Uruguaiana	4322400	112.221.128,97	201.029.553,06	55,82
RS	Vacaria	4322509	-25.402.971,96	137.988.042,61	-
RS	Venâncio Aires	4322608	-19.391.297,13	145.739.665,88	-
RS	Viamão	4323002	7.771.848,40	300.261.707,18	2,59
RS	Vila Nova do Sul	4323457	-944.072,38	12.599.162,61	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	Anita Garibaldi	4201000	947.350,76	22.820.571,60	4,15
SC	Araquari	4201307	-3.759.574,76	76.983.849,43	-
SC	Araranguá	4201406	-12.776.443,71	109.183.385,78	-
SC	Balneário Arroio do Silva	4201950	-4.805.707,03	25.681.832,29	-
SC	Balneário Camboriú	4202008	-264.793.862,71	530.453.851,37	-
SC	Biguaçu	4202305	6.919.414,55	124.181.361,95	5,57
SC	Blumenau	4202404	88.510.458,21	1.022.382.061,13	8,66
SC	Bombinhas	4202453	-22.860.216,82	75.746.934,98	-
SC	Braço do Norte	4202800	-6.142.541,50	63.584.014,77	-
SC	Brusque	4202909	15.846.221,29	287.862.971,62	5,50
SC	Caçador	4203006	10.227.271,51	141.592.792,65	7,22
SC	Calmon	4203154	2.884.305,55	14.696.803,53	19,63
SC	Camboriú	4203204	-17.455.352,40	142.572.803,43	-
SC	Campo Erê	4203501	-1.330.396,59	23.124.610,98	-
SC	Canoinhas	4203808	-18.121.279,19	110.035.953,80	-
SC	Chapecó	4204202	-117.584.908,05	518.769.962,38	-
SC	Concórdia	4204301	-25.972.672,66	205.495.233,95	-
SC	Criciúma	4204608	86.666.331,37	508.050.023,76	17,06
SC	Galvão	4205605	-873.854,85	11.706.088,06	-
SC	Gaspar	4205902	-39.600.552,30	152.812.495,02	-
SC	Içara	4207007	34.354.939,29	114.425.808,86	30,02
SC	Imaruí	4207205	625.003,44	20.924.743,38	2,99
SC	Indaial	4207502	-8.598.047,63	139.306.532,36	-
SC	Ipira	4207601	-2.263.894,22	14.317.117,75	-
SC	Itajaí	4208203	-78.495.399,58	973.440.909,57	-
SC	Itapema	4208302	-6.961.898,34	168.579.605,08	-
SC	Itapoá	4208450	-10.244.728,78	67.921.298,63	-
SC	Ituporanga	4208500	-2.621.187,23	48.194.775,88	-
SC	Jaborá	4208609	-1.047.506,41	15.556.109,05	-
SC	Jaraguá do Sul	4208906	40.319.454,33	560.911.521,59	7,19
SC	Joaçaba	4209003	-20.567.918,68	104.538.579,02	-
SC	Joinville	4209102	249.029.903,76	1.553.067.371,16	16,03
SC	Lages	4209300	49.714.953,59	398.515.642,10	12,48
SC	Lebon Régis	4209706	-1.923.619,73	22.673.349,39	-
SC	Mafra	4210100	-71.515.957,07	105.477.959,19	-
SC	Major Vieira	4210308	-290.871,90	22.302.152,91	-
SC	Matos Costa	4210704	-475.433,35	10.362.896,48	-
SC	Monte Castelo	4211108	-207.044,79	17.172.404,26	-
SC	Navegantes	4211306	-9.148.330,80	192.637.829,97	-
SC	Nova Veneza	4211603	-2.350.814,08	37.327.226,24	-
SC	Otacílio Costa	4211751	10.823.386,12	46.383.440,44	23,33
SC	Palhoça	4211900	-78.428.786,28	340.331.716,70	-
SC	Ponte Serrada	4213401	-3.166.863,52	24.849.433,05	-
SC	Rio do Sul	4214805	-11.734.358,03	192.898.231,26	-
SC	Santa Terezinha	4215679	-1.790.361,61	16.507.891,60	-
SC	São Bento do Sul	4215802	-1.557.391,23	210.465.735,38	-
SC	São Cristovão do Sul	4216057	-804.450,21	16.201.059,53	-
SC	São Francisco do Sul	4216206	-20.690.891,46	203.970.394,17	-
SC	São José	4216602	-36.901.080,64	477.474.882,86	-
SC	Siderópolis	4217600	841.873,74	28.805.617,39	2,92

SC	Tangará	4217907	-1.014.670,58	26.039.836,20	-
SC	Treze Tílias	4218509	-4.398.426,26	26.213.849,79	-
SC	Tubarão	4218707	-5.934.504,29	183.451.125,45	-
SC	Urussanga	4219002	-892.884,04	53.303.189,28	-
SC	Vargeão	4219101	-2.689.962,43	14.103.638,79	-
SC	Videira	4219309	31.198.647,97	133.332.437,29	23,40
SC	Xanxerê	4219507	13.284.005,13	92.998.450,70	14,28
SC	Xaxim	4219705	3.275.360,61	66.907.266,03	4,90
SC	Zortéa	4219853	-1.110.825,47	14.842.979,41	-
SE	Aracaju	2800308	131.659.579,23	1.413.067.401,66	9,32
SE	Estância	2802106	3.403.073,90	156.828.819,30	2,17
SE	Itabaiana	2802908	1.658.926,62	134.941.735,78	1,23
SE	Lagarto	2803500	15.115.495,79	153.679.757,12	9,84
SE	Nossa Senhora do Socorro	2804805	-9.119.224,17	220.246.210,96	-
SE	São Cristóvão	2806701	4.874.088,44	91.172.340,70	5,35
SE	Tobias Barreto	2807402	-1.603.777,87	69.287.832,09	-
SP	Adamantina	3500105	-7.916.619,53	108.614.282,21	-
SP	Aguaí	3500303	1.578.872,39	67.557.658,27	2,34
SP	Alambari	3500758	-5.253.091,11	17.040.908,76	-
SP	Alumínio	3501152	1.569.987,80	55.806.614,44	2,81
SP	Americana	3501608	429.208.788,61	554.164.073,39	77,45
SP	Amparo	3501905	-17.209.707,06	203.255.793,78	-
SP	Analândia	3502002	-3.128.043,79	21.705.053,81	-
SP	Andradina	3502101	19.724.518,25	125.027.515,94	15,78
SP	Angatuba	3502200	-2.039.639,11	65.176.740,59	-
SP	Aparecida	3502507	4.047.880,40	104.123.426,28	3,89
SP	Araçariguama	3502754	598.934,14	80.967.953,57	0,74
SP	Araçatuba	3502804	183.596.953,99	420.181.277,89	43,69
SP	Araçoiaba da Serra	3502903	-5.816.128,44	74.301.217,11	-
SP	Aramina	3503000	-831.340,37	17.045.476,42	-
SP	Arandu	3503109	-1.386.334,61	21.507.604,90	-
SP	Araraquara	3503208	18.248.834,71	687.710.883,99	2,65
SP	Araras	3503307	-144.879.843,70	365.344.919,65	-
SP	Arco-Íris	3503356	-1.839.777,38	12.423.725,05	-
SP	Areiópolis	3503604	-3.131.111,73	24.738.019,61	-
SP	Arujá	3503901	-24.904.028,77	212.413.653,91	-
SP	Atibaia	3504107	-30.488.395,35	372.443.605,90	-
SP	Avaí	3504305	641.125,74	17.833.480,05	3,60
SP	Avanhandava	3504404	1.011.748,38	27.805.595,51	3,64
SP	Avaré	3504503	-7.669.664,98	216.054.070,61	-
SP	Balbinos	3504701	4.634.956,65	12.496.725,37	37,09
SP	Bálsamo	3504800	1.121.963,98	18.638.608,05	6,02
SP	Barbosa	3505104	-44.269,95	18.193.287,16	-
SP	Bariri	3505203	-7.371.633,57	79.147.100,07	-
SP	Barra Bonita	3505302	489.188,89	84.932.538,14	0,58
SP	Barra do Turvo	3505401	2.468.351,62	26.942.458,08	9,16
SP	Barretos	3505500	47.662.917,22	415.767.549,98	11,46
SP	Bastos	3505807	463.915,99	46.259.807,00	1,00
SP	Batatais	3505906	9.339.655,46	135.009.970,12	6,92
SP	Bauru	3506003	101.654.404,21	828.718.550,01	12,27

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Bebedouro	3506102	38.411.201,42	186.254.309,19	20,62
SP	Bento de Abreu	3506201	-59.580,31	15.779.176,28	-
SP	Bernardino de Campos	3506300	-2.103.992,75	24.854.790,26	-
SP	Bertioga	3506359	-4.179.119,93	325.726.000,93	-
SP	Birigui	3506508	-18.556.020,81	252.669.586,39	-
SP	Biritiba-Mirim	3506607	-1.831.297,50	54.899.454,22	-
SP	Boa Esperança do Sul	3506706	-202.582,33	37.478.829,14	-
SP	Bofete	3506904	-2.790.465,28	19.720.364,64	-
SP	Boituva	3507001	-6.754.372,52	174.791.132,62	-
SP	Bom Jesus dos Perdões	3507100	-1.950.647,74	59.742.115,02	-
SP	Bom Sucesso de Itararé	3507159	-276.777,09	12.192.492,51	-
SP	Borborema	3507407	411.590,70	41.009.229,70	1,00
SP	Borebi	3507456	46.770,86	14.070.123,80	0,33
SP	Botucatu	3507506	-128.364.416,75	297.966.284,84	-
SP	Bragança Paulista	3507605	-57.699.004,79	385.672.904,14	-
SP	Brejo Alegre	3507753	0,00	15.912.252,52	0,00
SP	Brodowski	3507803	26.935.554,14	55.460.040,24	48,57
SP	Brotas	3507902	-12.470.667,71	71.368.900,33	-
SP	Cabreúva	3508405	-17.223.634,43	160.018.750,20	-
SP	Caçapava	3508504	13.922.144,10	207.053.142,35	6,72
SP	Cafelândia	3508801	604.596,29	45.561.438,58	1,33
SP	Caiabu	3508900	0,00	14.385.461,13	0,00
SP	Caieiras	3509007	-19.676.325,33	204.259.131,36	-
SP	Caiuá	3509106	8.519.360,52	20.823.868,77	40,91
SP	Cajamar	3509205	102.378.660,28	356.004.742,86	28,76
SP	Cajati	3509254	-16.317.301,10	80.603.862,54	-
SP	Cajuru	3509403	-4.415.176,14	52.099.631,22	-
SP	Campinas	3509502	1.114.005.806,30	3.724.645.540,49	29,91
SP	Campo Limpo Paulista	3509601	38.284.056,00	159.002.930,78	24,08
SP	Canas	3509957	-1.058.090,92	15.409.387,98	-
SP	Cândido Mota	3510005	0,00	79.873.364,27	0,00
SP	Canitar	3510153	-2.130,57	15.610.842,83	-
SP	Capão Bonito	3510203	15.201.914,21	105.348.354,90	14,43
SP	Capivari	3510401	21.598.996,05	147.431.607,03	14,65
SP	Carapicuíba	3510609	-23.552.096,86	391.609.267,80	-
SP	Castilho	3511003	-127.951,45	76.161.174,82	-
SP	Catanduva	3511102	38.266.228,48	327.479.515,48	11,69
SP	Cerqueira César	3511409	-780.090,88	48.859.448,30	-
SP	Cerquilho	3511508	-17.099.111,34	122.219.102,73	-
SP	Cesário Lange	3511607	-1.276.325,31	42.991.255,10	-
SP	Chavantes	3557204	813.700,26	30.300.681,64	2,69
SP	Conchal	3512209	1.922.166,74	71.372.588,28	2,69
SP	Conchas	3512308	258.562,60	44.687.494,90	0,58
SP	Cordeirópolis	3512407	-4.282.057,83	106.701.051,25	-
SP	Coronel Macedo	3512605	1.369.701,43	16.492.127,46	8,31
SP	Corumbataí	3512704	-1.786.765,96	19.569.040,16	-
SP	Cosmópolis	3512803	62.900.129,11	136.269.886,27	46,16
SP	Cotia	3513009	12.742.415,69	645.854.650,90	1,97
SP	Cravinhos	3513108	7.254.111,92	92.714.191,89	7,82
SP	Cruzália	3513306	0,00	13.535.282,17	0,00

SP	Cubatão	3513504	1.058.972,16	879.773.505,92	0,12
SP	Descalvado	3513702	-10.008.741,28	85.602.338,43	-
SP	Diadema	3513801	106.664.019,65	955.350.862,58	11,16
SP	Dumont	3514601	-1.420.988,16	22.779.349,03	-
SP	Elias Fausto	3514908	-3.442.470,11	45.351.223,06	-
SP	Embu-Guaçu	3515103	-1.281.536,49	118.668.817,13	-
SP	Engenheiro Coelho	3515152	5.043.575,80	43.720.231,21	11,54
SP	Espírito Santo do Pinhal	3515186	-10.643.517,89	88.479.184,18	-
SP	Espírito Santo do Turvo	3515194	-2.588.803,26	16.180.479,97	-
SP	Fartura	3515400	-1.518.510,27	37.723.750,16	-
SP	Fernando Prestes	3515608	-1.710.996,31	17.131.984,34	-
SP	Fernandópolis	3515509	-6.606.869,87	142.356.576,16	-
SP	Floreal	3515905	-582.870,61	13.218.785,89	-
SP	Franca	3516200	-199.208.571,70	583.321.546,35	-
SP	Francisco Morato	3516309	-12.710.078,12	240.383.715,19	-
SP	Franco da Rocha	3516408	-39.213.148,99	235.731.096,30	-
SP	Garça	3516705	-18.226.466,06	114.990.057,95	-
SP	Gastão Vidigal	3516804	-21.991,90	12.976.952,28	-
SP	Gavião Peixoto	3516853	-8.827.087,24	25.135.000,46	-
SP	General Salgado	3516903	3.220.431,60	28.894.125,25	11,15
SP	Getulina	3517000	-202.095,87	24.680.568,68	-
SP	Glicério	3517109	-3.085.394,20	16.812.561,85	-
SP	Guaiçara	3517208	924.100,21	24.639.930,53	3,75
SP	Guaíra	3517406	-2.043.848,90	136.823.178,95	-
SP	Guapiaçu	3517505	182.742,65	51.817.691,32	0,35
SP	Guapiara	3517604	985.492,56	38.410.362,74	2,57
SP	Guará	3517703	-94.914,78	54.608.217,60	-
SP	Guaraçaí	3517802	45.307,63	22.424.034,38	0,20
SP	Guaraci	3517901	4.454.472,20	37.065.839,01	12,02
SP	Guararema	3518305	-5.917.842,04	153.623.959,61	-
SP	Guaratinguetá	3518404	5.915.562,55	251.862.797,51	2,35
SP	Guareí	3518503	-3.207.393,79	31.103.952,81	-
SP	Guarujá	3518701	341.938.493,51	1.020.055.910,32	33,52
SP	Guarulhos	3518800	2.787.360.592,66	3.280.597.793,59	84,97
SP	Guatapará	3518859	1.256.284,74	25.023.381,25	5,02
SP	Guzolândia	3518909	-4.359.585,75	14.861.219,25	-
SP	Herculândia	3519006	-1.963.225,73	20.165.450,91	-
SP	Holambra	3519055	3.399.484,06	57.083.740,49	5,96
SP	Hortolândia	3519071	15.473.754,81	564.408.993,56	2,74
SP	Iacanga	3519105	-114.898,27	35.484.984,25	-
SP	Ibaté	3519303	13.003.491,49	68.875.453,92	18,88
SP	Ibirarema	3519501	-5.020.838,68	21.053.929,74	-
SP	Ibitinga	3519600	-2.186.580,14	107.769.843,08	-
SP	Ibiúna	3519709	9.980.240,82	155.106.334,22	6,43
SP	Icém	3519808	175.779,02	31.877.519,78	0,55
SP	Igaraçu do Tietê	3520004	-13.114.283,42	47.404.674,52	-
SP	Igarapava	3520103	34.083.476,93	69.733.986,13	48,88
SP	Igaratá	3520202	-3.472.612,26	29.581.349,90	-
SP	Iguape	3520301	3.654.491,53	88.179.226,44	4,14
SP	Ilha Comprida	3520426	-417.174,21	132.261.172,87	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Ilhabela	3520400	-173.544.883,15	371.373.774,25	-
SP	Indaiatuba	3520509	-372.377.036,92	765.139.895,72	-
SP	Indiaporã	3520707	-805.092,39	16.134.094,48	-
SP	Inúbia Paulista	3520806	-1.763.247,36	13.445.865,82	-
SP	Ipaussu	3520905	3.043.793,94	35.978.182,18	8,46
SP	Iperó	3521002	6.254.300,79	75.514.170,25	8,28
SP	Ipeúna	3521101	-3.344.423,20	24.205.495,33	-
SP	Ipiguá	3521150	863.776,85	14.729.440,99	5,86
SP	Iporanga	3521200	4.401.361,82	17.966.126,16	24,50
SP	Ipuã	3521309	-6.382.402,53	46.231.206,76	-
SP	Irapuru	3521606	1.412.750,73	15.482.920,26	9,12
SP	Itaberá	3521705	-1.932.310,22	40.139.926,09	-
SP	Itaí	3521804	-9.473.249,29	65.573.311,51	-
SP	Itaju	3522000	-87.078,94	16.901.693,33	-
SP	Itapecerica da Serra	3522208	-68.010.788,47	328.726.261,63	-
SP	Itapetininga	3522307	4.410.668,42	342.095.360,28	1,29
SP	Itapeva	3522406	15.089.786,99	247.791.726,51	6,09
SP	Itapevi	3522505	-148.593.923,57	504.317.506,44	-
SP	Itapira	3522604	28.424.129,52	193.781.708,72	14,67
SP	Itápolis	3522703	-3.232.703,26	89.657.046,66	-
SP	Itaporanga	3522802	-3.823.892,24	32.286.989,94	-
SP	Itapuí	3522901	1.298.340,19	34.143.162,28	3,80
SP	Itaquaquecetuba	3523107	111.125.814,66	483.322.269,33	22,99
SP	Itararé	3523206	4.049.339,62	96.441.527,38	4,20
SP	Itariri	3523305	2.827.476,78	29.397.367,31	9,62
SP	Itatiba	3523404	21.795.888,06	301.822.776,76	7,22
SP	Itirapina	3523602	-9.772.671,17	52.232.871,68	-
SP	Itu	3523909	-16.949.808,25	455.928.980,34	-
SP	Itupeva	3524006	21.745.928,34	187.512.132,19	11,60
SP	Jaboticabal	3524303	96.987.958,48	201.105.625,58	48,23
SP	Jacareí	3524402	-125.795.652,15	604.494.769,32	-
SP	Jandira	3525003	-43.844.754,94	220.579.481,60	-
SP	Jardinópolis	3525102	-26.164.905,13	105.083.234,67	-
SP	Jarinu	3525201	6.578.819,36	79.801.727,88	8,24
SP	Jaú	3525300	31.777.344,61	330.516.442,07	9,61
SP	Joanópolis	3525508	408.670,21	29.125.624,88	1,40
SP	Jundiaí	3525904	259.992.677,57	1.444.575.804,53	18,00
SP	Juquiá	3526100	-11.039.641,14	42.049.958,63	-
SP	Juquitiba	3526209	5.709.424,23	57.987.250,55	9,85
SP	Lençóis Paulista	3526803	-23.214.837,89	179.171.125,46	-
SP	Limeira	3526902	-29.765.762,23	720.943.298,80	-
SP	Lindóia	3527009	-1.558.728,19	30.970.178,10	-
SP	Lins	3527108	-4.421.830,26	159.073.896,91	-
SP	Lorena	3527207	-21.993.422,56	164.787.727,71	-
SP	Lourdes	3527256	-167.954,76	11.620.569,74	-
SP	Louveira	3527306	-249.026.337,10	430.897.180,74	-
SP	Lucélia	3527405	-3.222.981,91	44.487.537,03	-
SP	Lucianópolis	3527504	-16.600,00	12.605.678,59	-
SP	Luiziânia	3527702	-743.987,07	13.447.400,21	-
SP	Mairiporã	3528502	-11.169.112,67	186.831.141,11	-

SP	Maracaí	3528809	476.526,57	37.861.691,50	1,26
SP	Mariápolis	3528908	-1.082.381,42	12.018.873,78	-
SP	Marília	3529005	136.032.794,65	611.063.275,97	22,26
SP	Martinópolis	3529203	4.929.691,59	62.652.653,21	7,87
SP	Matão	3529302	44.228.109,63	172.018.748,46	25,71
SP	Mauá	3529401	921.596.192,39	792.665.551,60	116,27
SP	Mineiros do Tietê	3529807	1.448.344,99	25.045.300,71	5,78
SP	Mirante do Paranapanema	3530201	-532.107,79	45.960.487,92	-
SP	Mirassol	3530300	-16.016.509,84	128.630.707,66	-
SP	Mirassolândia	3530409	-236.894,38	12.869.511,33	-
SP	Mogi das Cruzes	3530607	-93.375.920,87	1.011.616.160,14	-
SP	Mogi Mirim	3530805	43.010.397,72	301.428.298,42	14,27
SP	Mombuca	3530904	-955.031,86	14.072.882,49	-
SP	Monções	3531001	-1.262.313,18	15.403.831,53	-
SP	Mongaguá	3531100	-24.149.879,87	176.182.400,26	-
SP	Monte Azul Paulista	3531506	2.917.314,18	48.343.871,62	6,03
SP	Monte Mor	3531803	6.841.428,66	167.438.137,83	4,09
SP	Nhandeara	3532603	2.039.265,85	28.220.714,58	7,23
SP	Nipoã	3532702	258.077,95	12.828.337,50	2,01
SP	Nova Castilho	3532868	-1.402.813,78	11.348.053,27	-
SP	Nova Europa	3532900	-388.956,74	28.055.629,34	-
SP	Nova Guataporanga	3533106	38.645,10	10.289.196,03	0,38
SP	Nova Luzitânia	3533304	-392.903,61	11.693.302,00	-
SP	Nova Odessa	3533403	-1.397.619,49	139.617.509,95	-
SP	Novo Horizonte	3533502	-8.142.735,56	94.295.812,09	-
SP	Olímpia	3533908	-66.338.907,59	163.368.898,33	-
SP	Onda Verde	3534005	-9.404.016,41	18.159.162,33	-
SP	Osasco	3534401	907.439.612,88	1.699.823.990,90	53,38
SP	Oscar Bressane	3534500	-401.388,07	12.128.567,59	-
SP	Osvaldo Cruz	3534609	-7.737.745,77	65.412.081,01	-
SP	Ourinhos	3534708	41.542.757,32	274.879.541,27	15,11
SP	Ouroeste	3534757	3.400.867,70	59.634.134,85	5,70
SP	Pacaembu	3534906	198.454,78	29.208.629,85	0,68
SP	Palmital	3535309	2.289.231,84	59.592.192,56	3,84
SP	Panorama	3535408	554.911,29	34.724.987,17	1,60
SP	Paraguaçu Paulista	3535507	-3.948.127,09	105.780.521,42	-
SP	Paraíso	3535705	1.509.302,96	21.600.624,85	6,99
SP	Patrocínio Paulista	3536307	-1.990.732,72	39.564.393,22	-
SP	Paulistânia	3536570	-2.205.609,27	11.776.138,22	-
SP	Pederneiras	3536703	0,00	105.470.302,46	0,00
SP	Pedranópolis	3536901	-120.057,90	11.614.175,78	-
SP	Pedregulho	3537008	802.613,71	41.551.282,64	1,93
SP	Pedreira	3537107	21.166.302,16	109.040.718,06	19,41
SP	Penápolis	3537305	38.349.033,04	159.418.802,82	24,06
SP	Pereira Barreto	3537404	10.870.553,43	76.984.930,42	14,12
SP	Peruíbe	3537602	-3.707.063,41	184.583.264,73	-
SP	Piedade	3537800	-12.740.084,18	93.097.842,20	-
SP	Pindamonhangaba	3538006	-57.488.247,78	351.154.548,26	-
SP	Piquerobi	3538303	921.813,23	15.968.879,91	5,77
SP	Piquete	3538501	-4.140.456,99	23.479.251,26	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Piracaia	3538600	0,00	62.055.956,87	0,00
SP	Piracicaba	3538709	-126.487.156,95	1.243.936.739,84	-
SP	Pirajuí	3538907	4.152.524,81	49.895.220,08	8,32
SP	Pirassununga	3539301	-15.374.324,24	184.504.146,54	-
SP	Piratininga	3539400	-1.521.621,08	31.068.016,42	-
SP	Pitangueiras	3539509	-10.118.955,13	91.687.309,75	-
SP	Platina	3539707	-1.548.563,68	14.004.635,57	-
SP	Poá	3539806	-27.298.486,41	384.389.544,14	-
SP	Pompéia	3540002	674.464,19	69.438.158,88	0,97
SP	Pontes Gestal	3540309	5.510.186,90	17.705.045,61	31,12
SP	Populina	3540408	1.975.281,15	17.151.974,17	11,52
SP	Porto Feliz	3540606	-24.154.497,08	168.484.701,95	-
SP	Porto Ferreira	3540705	14.538.290,88	128.647.967,79	11,30
SP	Potim	3540754	2.085.207,38	37.023.209,76	5,63
SP	Praia Grande	3541000	-83.951.168,52	1.011.488.916,38	-
SP	Presidente Prudente	3541406	-192.146.569,58	478.635.248,54	-
SP	Promissão	3541604	-6.166.243,33	90.910.947,29	-
SP	Quadra	3541653	-1.575.153,66	15.269.114,28	-
SP	Queiroz	3541802	469.492,53	16.456.149,60	2,85
SP	Queluz	3541901	13.933.516,44	28.050.690,87	49,67
SP	Quintana	3542008	-140.295,21	18.350.138,07	-
SP	Rafard	3542107	-3.547.764,44	25.205.653,27	-
SP	Reginópolis	3542503	-36.926,22	20.915.089,90	-
SP	Registro	3542602	-9.020.790,94	143.469.718,64	-
SP	Ribeirão Bonito	3542909	-23.403,08	32.013.370,15	-
SP	Ribeirão Corrente	3543105	-2.331.278,47	16.353.790,42	-
SP	Ribeirão dos Índios	3543238	-135.551,96	11.673.555,56	-
SP	Ribeirão Pires	3543303	52.613.962,35	228.945.997,54	22,98
SP	Ribeirão Preto	3543402	103.835.016,77	1.857.426.286,41	5,59
SP	Rio Claro	3543907	135.226.465,47	591.600.773,73	22,86
SP	Rio das Pedras	3544004	9.795.344,71	84.038.951,50	11,66
SP	Riolândia	3544202	-3.790.698,59	29.576.693,89	-
SP	Riversul	3543501	3.007.433,83	15.166.103,09	19,83
SP	Sabino	3544608	2.921.399,67	19.770.971,84	14,78
SP	Salmourão	3545100	279.193,52	12.513.576,10	2,23
SP	Salto	3545209	12.281.314,13	283.022.831,87	4,34
SP	Salto de Pirapora	3545308	-549.512,67	105.485.775,96	-
SP	Salto Grande	3545407	2.110.512,51	22.836.227,03	9,24
SP	Santa Bárbara d'Oeste	3545803	-12.959.836,49	395.033.419,15	-
SP	Santa Cruz da Conceição	3546207	-1.834.385,23	17.884.695,91	-
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	3546405	-19.895.554,32	116.270.322,72	-
SP	Santa Fé do Sul	3546603	-4.711.867,20	111.074.709,55	-
SP	Santa Gertrudes	3546702	-6.951.880,47	80.263.805,27	-
SP	Santa Isabel	3546801	-11.521.750,08	122.561.246,00	-
SP	Santa Rita do Passa Quatro	3547502	-14.555.175,48	69.349.710,66	-
SP	Santa Rosa de Viterbo	3547601	5.849.142,51	50.034.661,55	11,69
SP	Santana de Parnaíba	3547304	-74.535.778,41	661.597.738,44	-
SP	Santo Anastácio	3547700	946.955,82	42.277.055,37	2,24
SP	Santo André	3547809	771.395.941,46	1.860.609.144,55	41,46
SP	Santo Antônio do Aracanguá	3548054	-2.734.200,47	37.141.870,37	-

SP	Santo Antônio do Jardim	3548104	-2.239.712,82	11.832.673,54	-
SP	Santo Expedito	3548302	-172.154,63	10.458.457,01	-
SP	Santos	3548500	234.819.086,51	1.847.952.424,97	12,71
SP	São Bento do Sapucaí	3548609	-968.482,09	25.289.552,77	-
SP	São Bernardo do Campo	3548708	1.213.817.532,49	2.981.262.378,68	40,71
SP	São Caetano do Sul	3548807	178.532.120,46	1.167.045.685,42	15,30
SP	São Carlos	3548906	131.173.554,20	608.620.798,66	21,55
SP	São João da Boa Vista	3549102	-2.633.571,81	228.630.439,57	-
SP	São João do Pau d'Alho	3549300	-12.615,36	11.779.071,24	-
SP	São Joaquim da Barra	3549409	9.225.173,09	100.755.791,57	9,16
SP	São José do Rio Preto	3549805	-86.529.969,31	1.221.906.594,38	-
SP	São José dos Campos	3549904	39.455.816,61	2.115.354.955,71	1,87
SP	São Luís do Paraitinga	3550001	79.129,51	29.091.490,36	0,27
SP	São Miguel Arcanjo	3550209	-17.987.694,08	60.570.613,22	-
SP	São Paulo	3550308	75.115.199.853,08	40.440.643.719,64	185,74
SP	São Pedro do Turvo	3550506	-2.563.562,38	22.372.521,97	-
SP	São Sebastião	3550704	25.750.644,09	488.390.821,50	5,27
SP	São Simão	3550902	66.011,25	50.152.462,22	0,13
SP	São Vicente	3551009	168.741.392,49	710.636.964,34	23,75
SP	Sarutaiá	3551207	1.502.837,62	12.279.544,37	12,24
SP	Sebastianópolis do Sul	3551306	-200.753,85	17.988.403,06	-
SP	Serra Negra	3551603	-1.788.195,22	73.879.584,05	-
SP	Sertãozinho	3551702	-19.060.665,88	351.999.000,92	-
SP	Silveiras	3552007	1.595.278,17	22.171.671,06	7,20
SP	Socorro	3552106	-14.480.034,41	76.954.918,36	-
SP	Sorocaba	3552205	45.825.364,34	2.110.700.034,89	2,17
SP	Sud Mennucci	3552304	-153.948,73	30.011.194,20	-
SP	Sumaré	3552403	382.374.872,45	609.135.188,35	62,77
SP	Suzano	3552502	-803.068,34	539.550.341,50	-
SP	Tabatinga	3552700	-3.448.453,32	32.495.143,49	-
SP	Taboão da Serra	3552809	36.229.144,28	592.200.962,40	6,12
SP	Taiúva	3553203	-926.048,67	16.632.629,31	-
SP	Tambaú	3553302	3.582.604,98	62.941.426,20	5,69
SP	Tanabi	3553401	145.714,03	57.981.492,46	0,25
SP	Tapiraí	3553500	-2.625.654,59	20.915.738,55	-
SP	Taquaral	3553658	-2.661.605,57	11.393.974,37	-
SP	Taquaritinga	3553708	23.489.650,40	129.385.394,80	18,15
SP	Tarumã	3553955	-4.091.526,89	47.382.191,79	-
SP	Tatuí	3554003	8.160.882,01	247.958.900,35	3,29
SP	Taubaté	3554102	-104.311.014,35	790.742.989,82	-
SP	Tejupá	3554201	-2.064.550,91	15.544.018,39	-
SP	Tietê	3554508	-4.980.271,10	117.267.999,92	-
SP	Trabiju	3554755	-940.052,35	10.519.856,49	-
SP	Tremembé	3554805	16.114.027,73	91.618.040,79	17,59
SP	Tupã	3555000	12.080,08	125.342.298,83	0,01
SP	Tupi Paulista	3555109	-1.919.015,41	36.027.490,15	-
SP	Turiúba	3555208	3.170.153,93	12.072.630,90	26,26
SP	Turmalina	3555307	881.939,13	12.304.091,34	7,17
SP	Ubatuba	3555406	-33.656.411,69	236.324.011,15	-
SP	Uchoa	3555604	9.303.167,14	27.975.589,98	33,25

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Uru	3555901	-9.354,77	11.887.198,69	-
SP	Valinhos	3556206	355.686.854,69	399.191.560,44	89,10
SP	Vargem Grande do Sul	3556404	-3.771.837,28	75.972.889,29	-
SP	Várzea Paulista	3556503	55.292.586,97	194.602.891,70	28,41
SP	Vinhedo	3556701	716.502,70	361.350.471,95	0,20
SP	Viradouro	3556800	-259.047,43	43.083.826,14	-
SP	Vista Alegre do Alto	3556909	-2.620.414,71	22.809.730,01	-
SP	Votorantim	3557006	-8.918.731,83	253.472.644,62	-
SP	Votuporanga	3557105	-7.824.200,44	213.771.589,55	-
TO	Araguaína	1702109	53.455.296,05	278.080.956,14	19,22
TO	Palmas	1721000	-137.300.009,74	803.600.596,74	-
TO	Porto Nacional	1718204	6.956.070,65	100.249.583,18	6,94

DCL/RCL - RGF 1º Semestre de 2015

data-base 30/06/2015

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

11/01/2016

UF	Nome do Município	Cód IBGE	DCL 1º Semestre 2015	RCL 1º Semestre 2015	% DCL/RCL
AL	Mar Vermelho	2704906	14.495.656,31	12.011.431,05	120,68
AM	Benjamin Constant	1300607	-5.805.604,01	64.454.187,31	-
AM	Juruá	1302207	-393.436,95	26.974.870,85	-
AM	Presidente Figueiredo	1303536	-14.190.294,57	138.545.337,49	-
AM	São Sebastião do Uatumã	1303957	-3.421.403,39	19.395.573,11	-
AM	Silves	1304005	-5.253.880,37	20.424.720,17	-
BA	Abaíra	2900108	13.591.465,89	14.926.805,87	91,05
BA	Arataca	2902252	25.299.837,55	22.081.368,86	114,58
BA	Barra do Choça	2902906	-1.925.029,99	66.076.291,56	-
BA	Belo Campo	2903508	5.326.449,54	33.769.016,07	15,77
BA	Bom Jesus da Serra	2903953	12.203.696,08	20.556.224,58	59,37
BA	Buerarema	2904704	44.736.806,26	27.131.193,80	164,89
BA	Cândido Sales	2906709	46.742.663,79	49.336.880,51	94,74
BA	Conceição do Jacuípe	2908507	14.590.288,09	54.392.889,04	26,82
BA	Cordeiros	2909000	7.105.773,09	17.220.901,58	41,26
BA	Dom Basílio	2910107	9.517.823,32	12.958.957,47	73,45
BA	Firmino Alves	2910909	12.972.697,01	12.336.942,77	105,15
BA	Floresta Azul	2911006	41.615.221,08	17.854.353,12	233,08
BA	Irajuba	2914208	8.808.539,79	16.867.253,46	52,22
BA	Itaju do Colônia	2915403	19.184.762,18	16.829.655,74	113,99
BA	Itapé	2916203	25.974.803,66	18.799.677,16	138,17
BA	Itapitanga	2916609	16.901.237,69	19.807.395,53	85,33
BA	Licínio de Almeida	2919405	5.924.905,70	21.494.654,58	27,56
BA	Maetinga	2919959	9.824.067,73	18.060.305,66	54,40
BA	Maraú	2920700	18.348.915,25	43.127.363,18	42,55
BA	Nova Canaã	2922706	17.440.227,32	28.240.418,12	61,76
BA	Planaltino	2924900	1.689.252,94	17.428.676,47	9,69
BA	Planalto	2925006	54.029.632,46	40.963.534,04	131,90
BA	Santa Inês	2927903	8.347.123,52	18.591.521,51	44,90
BA	Santa Teresinha	2928505	14.182.760,55	20.414.106,75	69,48
BA	São José da Vitória	2929354	19.605.857,47	12.734.814,66	153,95
BA	Tremedal	2931806	13.278.468,61	31.003.355,92	42,83
BA	Una	2932507	53.558.882,99	45.291.766,18	118,25
BA	Uruçuca	2932705	32.536.096,29	33.539.999,32	97,01
CE	Altaneira	2300606	6.207.499,02	17.978.863,75	34,53
CE	Ararendá	2301257	2.851.521,62	23.384.827,03	12,19
CE	Araripe	2301307	-7.922.399,10	44.831.023,21	-
CE	Aurora	2301703	-610.195,69	40.475.206,64	-
CE	Barro	2302008	9.019.149,44	33.856.949,12	26,64
CE	Cariús	2303303	15.462.030,88	34.864.629,60	44,35
CE	Farias Brito	2304301	-5.106.188,20	40.535.091,84	-
CE	General Sampaio	2304608	3.317.569,28	19.799.088,56	16,76
CE	Graça	2304657	-1.336.931,94	30.206.783,72	-
CE	Guaramiranga	2305100	10.247.067,20	16.578.685,95	61,81

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

CE	Ipaporanga	2305654	10.991.175,36	23.424.434,58	46,92
CE	Ipaumirim	2305704	2.034.128,53	22.868.327,96	8,89
CE	Itatira	2306603	38.373,23	39.973.218,94	0,10
CE	Jaguaretama	2306702	17.108.790,66	32.424.752,52	52,76
CE	Jucás	2307403	19.764.498,20	42.631.706,93	46,36
CE	Mauriti	2308104	10.450.370,53	83.308.484,06	12,54
CE	Missão Velha	2308401	32.873.271,07	56.675.588,12	58,00
CE	Mucambo	2309003	1.961.744,11	31.123.538,68	6,30
CE	Nova Olinda	2309201	-8.377.672,62	33.711.648,09	-
CE	Palhano	2310001	6.917.213,51	18.220.020,65	37,96
CE	Parambu	2310308	-15.491.816,27	60.867.949,99	-
CE	Pereiro	2310803	208.414,67	30.178.953,14	0,69
CE	Pires Ferreira	2310951	-41.728,64	23.758.587,47	-
CE	Poranga	2311009	-102.573,30	25.127.576,40	-
CE	Potengi	2311207	11.296.004,53	23.169.223,87	48,75
CE	Quixeré	2311504	2.192.872,74	40.676.008,34	5,39
CE	Reriutaba	2311702	5.848.871,91	36.389.557,04	16,07
CE	Salitre	2311959	-1.931.005,02	35.102.571,14	-
CE	Santana do Cariri	2312106	11.926.100,54	34.486.231,00	34,58
CE	São Gonçalo do Amarante	2312403	-43.761.890,85	209.011.974,76	-
CE	Tarrafas	2313252	-1.112.156,35	19.635.161,13	-
CE	Umari	2313708	2.771.536,47	16.415.246,96	16,88
ES	Afonso Cláudio	3200102	-10.643.427,11	68.558.371,77	-
ES	Águia Branca	3200136	-5.237.792,18	29.239.196,79	-
ES	Anchieta	3200409	-30.026.748,42	277.806.833,65	-
ES	Baixo Guandu	3200805	-15.415.684,97	71.352.587,67	-
ES	Boa Esperança	3201001	-3.450.480,81	38.819.894,37	-
ES	Castelo	3201407	-19.166.916,94	81.761.982,12	-
ES	Domingos Martins	3201902	-14.558.239,09	89.776.643,49	-
ES	Ecoporanga	3202108	-9.247.388,67	54.456.496,35	-
ES	Governador Lindenberg	3202256	-7.624.898,40	29.237.924,45	-
ES	Ibatiba	3202454	-13.979.542,31	49.901.466,05	-
ES	Ibitirama	3202553	-8.146.789,99	26.282.466,42	-
ES	Itaguaçu	3202702	-2.582.445,32	36.229.721,96	-
ES	Itarana	3202900	-8.284.464,45	28.698.418,19	-
ES	Iúna	3203007	-10.560.350,75	55.951.010,25	-
ES	Jaguaré	3203056	-17.415.979,98	75.903.303,51	-
ES	João Neiva	3203130	-7.642.045,14	42.035.841,13	-
ES	Marataízes	3203320	-123.350.286,05	175.589.705,10	-
ES	Marechal Floriano	3203346	-8.355.150,85	42.288.007,65	-
ES	Pancas	3204005	-11.471.707,04	44.852.546,67	-
ES	Piúma	3204203	-26.387.291,22	72.197.485,04	-
ES	Santa Maria de Jetibá	3204559	-15.971.244,43	87.749.993,77	-
ES	São Domingos do Norte	3204658	-8.047.854,58	26.019.064,87	-
ES	São José do Calçado	3204807	-8.336.388,98	30.746.973,45	-
ES	São Roque do Canaã	3204955	-7.616.969,84	26.763.640,63	-
ES	Sooretama	3205010	-7.461.003,11	60.904.432,02	-
GO	Chapadão do Céu	5205471	-13.244.853,31	44.576.713,29	-
GO	Colinas do Sul	5205521	0,00	7.603.017,00	0,00
GO	Gouvelândia	5209150	-1.482.926,86	18.487.805,97	-

GO	Itaguari	5210562	-3.847.541,06	11.928.769,81	-
GO	Itajá	5210802	701.312,11	16.515.550,75	4,25
GO	Mozarlândia	5214002	0,00	19.643.666,43	0,00
GO	Sanclerlândia	5219001	0,00	8.488.819,66	0,00
GO	Santa Helena de Goiás	5219308	22.681.615,94	74.316.466,52	30,52
GO	Santa Terezinha de Goiás	5219704	0,00	9.239.207,40	0,00
GO	Vicentinópolis	5222054	0,00	11.248.572,52	0,00
MA	Afonso Cunha	2100105	-562.738,90	19.429.880,15	-
MA	Alto Parnaíba	2100501	0,00	24.323.967,88	0,00
MA	Amarante do Maranhão	2100600	0,00	61.040.251,84	0,00
MA	Arame	2100956	-3.200.470,72	48.494.113,09	-
MA	Bernardo do Mearim	2101939	-1.205.318,12	14.149.038,77	-
MA	Bom Jesus das Selvas	2102036	-8.353.287,02	58.701.192,32	-
MA	Bom Lugar	2102077	-2.804.018,56	24.331.746,21	-
MA	Buritirana	2102358	-1.157.745,55	25.296.009,14	-
MA	Cajapió	2102408	-1.130.992,64	17.624.040,91	-
MA	Campestre do Maranhão	2102556	-4.497.628,47	25.767.051,68	-
MA	Colinas	2103505	0,00	68.055.124,18	0,00
MA	Feira Nova do Maranhão	2104073	0,00	15.680.780,31	0,00
MA	Fernando Falcão	2104081	0,00	21.808.205,57	0,00
MA	Igarapé Grande	2105203	-1.018.179,15	21.450.163,39	-
MA	Itinga do Maranhão	2105427	-3.612.269,00	25.705.935,72	-
MA	João Lisboa	2105500	-4.772.617,69	23.916.962,30	-
MA	Lago dos Rodrigues	2105948	-479.581,94	17.164.034,33	-
MA	Lima Campos	2106003	-2.088.238,60	23.951.604,91	-
MA	Mirinzal	2106805	0,00	27.078.614,72	0,00
MA	Paulo Ramos	2108108	-4.418.592,45	36.334.172,59	-
MA	Peri Mirim	2108405	-3.092.965,85	11.612.541,39	-
MA	Pindaré-Mirim	2108504	0,00	65.628.012,77	0,00
MA	Poção de Pedras	2108900	-4.473.532,93	37.663.509,65	-
MA	Porto Rico do Maranhão	2109056	-1.636.581,26	11.877.079,23	-
MA	Presidente Médici	2109239	-1.606.187,00	14.320.698,87	-
MA	Santa Rita	2110203	0,00	46.670.182,40	0,00
MA	Santo Amaro do Maranhão	2110278	-5.215.901,05	27.429.807,74	-
MG	Abadia dos Dourados	3100104	6.067.296,44	15.223.865,08	39,85
MG	Abre Campo	3100302	16.870.653,76	23.532.404,76	71,69
MG	Águas Vermelhas	3101003	1.781.029,46	19.136.624,67	9,31
MG	Aimorés	3101102	-8.030.707,31	43.785.251,44	-
MG	Além Paraíba	3101508	-7.993.104,53	55.995.410,12	-
MG	Alfredo Vasconcelos	3101631	-540.650,82	12.289.015,94	-
MG	Almenara	3101706	8.111.104,61	57.940.871,14	14,00
MG	Alterosa	3102001	-1.659.777,65	23.459.139,23	-
MG	Alto Caparaó	3102050	-1.346.232,22	12.660.488,17	-
MG	Alto Rio Doce	3102100	110.902,51	19.040.001,00	0,58
MG	Alvorada de Minas	3102407	-8.287.226,74	28.729.047,11	-
MG	Amparo do Serra	3102506	-927.476,70	10.832.821,79	-
MG	Andradas	3102605	-482.037,00	65.382.922,66	-
MG	Angelândia	3102852	208.448,79	16.640.931,17	1,25
MG	Antônio Carlos	3102902	3.607.840,67	18.914.713,55	19,07
MG	Antônio Dias	3103009	0,00	23.732.267,51	0,00

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Antônio Prado de Minas	3103108	-603.115,84	9.621.735,65	-
MG	Araçaí	3103207	-897.811,91	9.840.347,93	-
MG	Araçuaí	3103405	-1.502.270,85	49.557.399,94	-
MG	Araújos	3103900	-1.916.615,34	16.585.679,31	-
MG	Arceburgo	3104106	1.536.228,23	22.029.345,77	6,97
MG	Areado	3104304	-3.497.817,69	22.198.470,08	-
MG	Argirita	3104403	-1.320.597,42	10.255.212,34	-
MG	Arinos	3104502	-1.314.643,10	31.567.500,57	-
MG	Augusto de Lima	3104809	-1.022.712,47	12.461.375,04	-
MG	Baldim	3105004	4.014.238,05	14.678.537,69	27,35
MG	Bambuí	3105103	4.347.285,53	37.934.314,14	11,46
MG	Bandeira do Sul	3105301	-2.243.954,65	12.222.498,77	-
MG	Barão de Cocais	3105400	-50.248.054,00	89.262.917,00	-
MG	Barra Longa	3105707	153.880,63	10.890.192,34	1,41
MG	Belo Oriente	3106309	20.276.567,38	64.241.772,59	31,56
MG	Berilo	3106507	-1.114.268,13	18.112.783,03	-
MG	Bias Fortes	3106804	-576.406,10	9.378.903,57	-
MG	Bicas	3106903	-4.606.331,21	24.526.236,36	-
MG	Boa Esperança	3107109	12.351.991,95	64.349.583,43	19,20
MG	Bocaiúva	3107307	19.316.637,74	73.239.482,22	26,37
MG	Bom Despacho	3107406	-17.526.949,78	83.852.879,18	-
MG	Bom Jesus da Penha	3107604	-958.787,94	14.094.946,23	-
MG	Bom Jesus do Amparo	3107703	-1.715.838,02	13.107.712,61	-
MG	Bom Repouso	3107901	851.518,97	18.675.587,73	4,56
MG	Bonfinópolis de Minas	3108206	-171.130,24	16.314.897,67	-
MG	Botelhos	3108404	-2.594.239,31	23.840.776,65	-
MG	Botumirim	3108503	1.040.368,07	12.052.333,65	8,63
MG	Brasília de Minas	3108602	7.361.277,28	58.050.836,54	12,68
MG	Brasópolis	3108909	-1.268.122,95	21.844.281,72	-
MG	Braúnas	3108800	403.407,62	12.562.423,09	3,21
MG	Brumadinho	3109006	4.066.547,27	181.840.847,65	2,24
MG	Buenópolis	3109204	-128.113,75	18.519.994,23	-
MG	Buritizeiro	3109402	3.297.950,78	44.994.683,79	7,33
MG	Cabeceira Grande	3109451	3.555.579,81	20.770.108,17	17,12
MG	Cachoeira de Minas	3109709	-5.304.993,42	19.151.163,35	-
MG	Cachoeira de Pajeú	3102704	1.947.788,86	15.289.316,58	12,74
MG	Caetanópolis	3109907	-624.340,07	17.626.901,21	-
MG	Caeté	3110004	-1.470.038,39	65.892.317,39	-
MG	Cajuri	3110202	-1.796.835,72	11.068.665,23	-
MG	Caldas	3110301	-428.789,56	24.067.721,84	-
MG	Camacho	3110400	344.619,96	9.659.905,10	3,57
MG	Camanducaia	3110509	-5.972.993,19	42.547.742,51	-
MG	Cambuí	3110608	-4.833.953,04	52.489.058,71	-
MG	Cambuquira	3110707	4.586.918,30	21.269.548,60	21,57
MG	Campanha	3110905	-1.213.830,80	28.472.816,56	-
MG	Campo Florido	3111408	66.099,45	25.882.797,37	0,26
MG	Canaã	3111705	-1.112.639,68	10.561.195,31	-
MG	Caparaó	3112109	-4.757.975,84	11.128.910,32	-
MG	Capela Nova	3112208	-568.394,51	10.233.873,94	-
MG	Capetinga	3112406	-782.044,80	13.027.011,91	-

MG	Capitólio	3112802	-4.433.773,12	23.908.996,28	-
MG	Caranaíba	3113107	-256.180,32	10.927.679,03	-
MG	Carangola	3113305	-4.071.884,19	62.514.492,31	-
MG	Carbonita	3113503	2.326.532,67	16.170.459,34	14,39
MG	Careaçu	3113602	1.372.356,24	14.073.464,29	9,75
MG	Carmo da Cachoeira	3113909	-1.935.108,52	22.938.049,89	-
MG	Carmo de Minas	3114105	1.326.830,12	22.615.403,29	5,87
MG	Carmo do Cajuru	3114204	-5.126.694,73	37.089.821,17	-
MG	Carmo do Rio Claro	3114402	1.418.388,58	35.805.485,74	3,96
MG	Carmópolis de Minas	3114501	-3.959.900,17	35.132.332,87	-
MG	Carrancas	3114600	-1.407.658,86	11.735.483,92	-
MG	Carvalhópolis	3114709	-546.655,28	11.382.832,59	-
MG	Catas Altas	3115359	-8.141.146,36	30.369.738,48	-
MG	Catuji	3115458	229.245,67	14.145.969,05	1,62
MG	Catuti	3115474	-1.423.109,99	11.735.423,55	-
MG	Cedro do Abaeté	3115607	-773.160,36	8.522.747,86	-
MG	Centralina	3115805	-507.215,45	18.811.909,32	-
MG	Chapada do Norte	3116100	406.032,09	23.899.975,56	1,70
MG	Coluna	3116803	0,00	13.757.627,19	0,00
MG	Conceição da Barra de Minas	3115201	-706.167,17	10.026.994,45	-
MG	Conceição do Mato Dentro	3117504	0,00	62.759.629,54	0,00
MG	Congonhal	3117900	-1.648.537,11	18.063.350,25	-
MG	Congonhas do Norte	3118106	1.455.269,26	9.958.334,18	14,61
MG	Conquista	3118205	1.729.339,60	18.559.358,14	9,32
MG	Coração de Jesus	3118809	11.926.345,73	35.928.371,50	33,19
MG	Cordisburgo	3118908	1.563.787,20	13.417.709,66	11,65
MG	Corinto	3119104	-1.822.799,34	35.550.509,69	-
MG	Coronel Murta	3119500	-2.500.424,08	15.026.849,31	-
MG	Couto de Magalhães de Minas	3120102	-1.288.834,07	11.608.334,04	-
MG	Cristais	3120201	-2.855.432,13	22.988.759,10	-
MG	Cristina	3120508	-670.040,54	17.828.409,72	-
MG	Curral de Dentro	3120870	-2.316.595,45	13.642.777,52	-
MG	Datas	3121001	1.541.534,33	11.933.906,85	12,92
MG	Delfim Moreira	3121100	-3.003.087,09	13.665.063,52	-
MG	Desterro do Melo	3121506	-1.512.444,54	10.913.893,27	-
MG	Diogo de Vasconcelos	3121704	-1.852.437,93	10.902.141,69	-
MG	Dionísio	3121803	34.993,42	12.612.365,87	0,28
MG	Divinésia	3121902	686.156,54	10.138.365,39	6,77
MG	Divinolândia de Minas	3122207	0,00	14.629.841,26	0,00
MG	Divisa Alegre	3122355	-4.062.833,69	14.747.038,36	-
MG	Divisa Nova	3122405	-2.903.469,42	11.887.114,34	-
MG	Divisópolis	3122454	-860.524,23	14.271.526,86	-
MG	Dom Bosco	3122470	-1.056.682,29	9.957.162,87	-
MG	Dom Joaquim	3122603	978.289,28	13.020.359,63	7,51
MG	Dom Silvério	3122702	-2.330.913,65	11.637.522,91	-
MG	Dom Viçoso	3122801	-721.698,68	9.036.137,45	-
MG	Dona Eusébia	3122900	1.854.952,47	12.332.382,65	15,04
MG	Dores de Guanhães	3123106	-3.612.812,24	16.045.107,15	-
MG	Doresópolis	3123403	3.114.511,31	9.549.088,85	32,62
MG	Durandé	3123528	-1.041.674,66	13.303.359,86	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Entre Folhas	3123858	161.651,51	10.926.727,05	1,48
MG	Espera Feliz	3124203	1.620.139,67	36.069.605,30	4,49
MG	Espinosa	3124302	2.055.813,64	39.882.195,62	5,15
MG	Espírito Santo do Dourado	3124401	-983.243,35	11.166.493,68	-
MG	Estiva	3124500	-1.618.996,77	17.394.860,54	-
MG	Faria Lemos	3125309	1.665.878,58	10.865.797,63	15,33
MG	Felício dos Santos	3125408	-433.762,60	12.539.468,21	-
MG	Ferros	3125903	-647.708,35	17.223.052,08	-
MG	Formoso	3126208	-4.046.121,34	15.455.097,04	-
MG	Francisco Badaró	3126505	109.494,38	15.121.762,59	0,72
MG	Francisco Sá	3126703	8.118.341,96	37.494.855,01	21,65
MG	Franciscópolis	3126752	0,00	12.558.753,00	0,00
MG	Frei Gaspar	3126802	1.739.840,02	12.302.692,82	14,14
MG	Frei Lagonegro	3126950	-625.906,92	9.223.098,01	-
MG	Fronteira	3127008	4.274.897,43	40.829.982,68	10,47
MG	Fronteira dos Vales	3127057	318.118,02	10.005.492,09	3,18
MG	Fruta de Leite	3127073	-1.332.308,06	12.298.876,55	-
MG	Gameleiras	3127339	-547.773,22	12.043.336,05	-
MG	Gonçalves	3127404	552.613,14	19.345.782,97	2,86
MG	Gouveia	3127602	-824.194,35	17.081.391,91	-
MG	Grão Mogol	3127800	344.740,96	33.681.815,05	1,02
MG	Guaranésia	3128303	-5.730.465,13	32.907.332,73	-
MG	Guarará	3128501	1.823.313,48	6.893.161,00	26,45
MG	Guarda-Mor	3128600	-2.818.988,98	21.912.596,79	-
MG	Guidoval	3128808	2.410.828,33	12.510.604,67	19,27
MG	Guiricema	3129004	-1.789.376,86	13.632.815,84	-
MG	Heliodora	3129202	-514.490,79	12.717.528,34	-
MG	Ibiá	3129509	21.451.514,29	49.929.847,05	42,96
MG	Ibiraci	3129707	223.296,78	25.472.214,16	0,88
MG	Ibitiúra de Minas	3129905	932.582,76	9.788.479,41	9,53
MG	Ilicínea	3130507	-37.168,68	20.812.311,66	-
MG	Imbé de Minas	3130556	-43.456,44	12.003.832,69	-
MG	Inconfidentes	3130606	-667.278,62	13.613.923,49	-
MG	Indaiabira	3130655	2.253.749,09	14.666.701,68	15,37
MG	Ingaí	3130804	-860.527,36	4.970.697,60	-
MG	Inhaúma	3131000	4.688.541,19	15.449.320,68	30,35
MG	Inimutaba	3131109	2.171.353,84	12.961.341,34	16,75
MG	Ipanema	3131208	4.285.564,33	29.189.522,04	14,68
MG	Ipuiúna	3131505	1.340.666,54	16.705.465,40	8,03
MG	Itacarambi	3132107	-1.274.905,35	41.396.115,26	-
MG	Itaipé	3132305	2.451.890,38	20.095.619,77	12,20
MG	Itamarandiba	3132503	1.848.977,84	52.416.928,36	3,53
MG	Itamogi	3132909	-5.581,60	20.466.824,95	-
MG	Itamonte	3133006	8.202.243,11	27.405.444,22	29,93
MG	Itanhandu	3133105	-4.660.374,16	27.736.838,77	-
MG	Itaobim	3133303	-8.352.307,09	33.254.429,92	-
MG	Itapagipe	3133402	4.931.151,97	35.549.125,32	13,87
MG	Itapecerica	3133501	-20.621.357,56	30.619.626,58	-
MG	Itapeva	3133600	-1.249.720,18	22.436.875,35	-
MG	Itaú de Minas	3133758	3.376.796,48	45.301.126,81	7,45

MG	Itueta	3134103	-3.058.702,73	12.673.134,62	-
MG	Iturama	3134400	28.551.734,20	96.139.297,13	29,70
MG	Itutinga	3134509	-1.533.344,29	12.447.979,76	-
MG	Jaboticatubas	3134608	-3.506.449,48	34.380.689,26	-
MG	Jacutinga	3134905	-578.763,59	50.943.745,55	-
MG	Jaíba	3135050	-2.005.492,43	51.139.645,44	-
MG	Japaraíba	3135308	-635.144,53	11.509.369,54	-
MG	Jequitinhonha	3135803	13.579.588,38	39.660.593,12	34,24
MG	Jesuânia	3135902	2.240.886,68	10.480.587,56	21,38
MG	Joanésia	3136108	-177.219,24	11.308.656,68	-
MG	João Pinheiro	3136306	-3.265.876,55	80.177.387,70	-
MG	José Gonçalves de Minas	3136520	270.730,82	11.783.049,18	2,30
MG	José Raydan	3136553	0,00	11.492.246,84	0,00
MG	Josenópolis	3136579	1.777.706,83	11.701.456,02	15,19
MG	Juruaia	3136900	430.723,45	18.147.420,96	2,37
MG	Lagoa da Prata	3137205	-14.500.278,00	75.059.289,23	-
MG	Lagoa Grande	3137536	-1.938.145,15	17.731.636,24	-
MG	Lajinha	3137700	3.239.260,50	31.157.479,65	10,40
MG	Lambari	3137809	1.516.917,49	36.626.363,70	4,14
MG	Lassance	3138104	168.470,45	17.401.591,12	0,97
MG	Leme do Prado	3138351	-1.144.803,67	12.682.373,76	-
MG	Liberdade	3138500	-804.033,61	10.706.166,13	-
MG	Lima Duarte	3138609	-238.022,10	27.476.339,40	-
MG	Limeira do Oeste	3138625	3.905.387,12	22.556.704,09	17,31
MG	Lontra	3138658	4.215.282,32	15.169.046,08	27,79
MG	Luislândia	3138682	766.098,48	11.761.654,63	6,51
MG	Luminárias	3138708	-2.772.206,72	11.590.152,19	-
MG	Luz	3138807	657.400,72	34.912.572,33	1,88
MG	Machacalis	3138906	1.530.036,76	13.203.276,24	11,59
MG	Madre de Deus de Minas	3139102	-464.933,38	11.826.522,93	-
MG	Mamonas	3139250	1.778.681,90	12.741.852,33	13,96
MG	Mar de Espanha	3139805	-2.366.501,64	17.079.364,50	-
MG	Maria da Fé	3139904	-1.969.680,74	23.928.394,90	-
MG	Mário Campos	3140159	-4.839.050,01	25.353.000,37	-
MG	Marliéria	3140308	-1.157.446,06	12.750.555,66	-
MG	Mata Verde	3140555	80.860,31	14.213.093,38	0,57
MG	Materlândia	3140605	-1.186.954,35	11.533.481,25	-
MG	Matias Cardoso	3140852	478.324,40	21.762.242,34	2,20
MG	Matipó	3140902	2.437.553,76	29.346.842,43	8,31
MG	Mato Verde	3141009	2.563.382,32	18.695.671,02	13,71
MG	Matutina	3141207	-1.066.840,37	10.817.988,79	-
MG	Medina	3141405	9.922.111,96	29.467.237,50	33,67
MG	Mercês	3141603	-1.944.923,68	18.187.386,97	-
MG	Mesquita	3141702	3.385.592,75	11.545.776,95	29,32
MG	Minas Novas	3141801	-6.008.735,51	40.521.997,57	-
MG	Mirabela	3142007	-3.432.321,03	21.592.639,66	-
MG	Miradouro	3142106	-3.623.548,27	17.913.476,76	-
MG	Moeda	3142304	-3.185.097,95	14.328.096,87	-
MG	Moema	3142403	-2.710.541,35	13.992.202,89	-
MG	Monjolos	3142502	-1.840.548,78	10.256.582,44	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Montalvânia	3142700	-6.412.881,63	22.023.896,78	-
MG	Monte Alegre de Minas	3142809	-2.432.250,05	45.700.802,20	-
MG	Monte Azul	3142908	1.740.410,04	29.831.574,13	5,83
MG	Monte Sião	3143401	651.866,11	45.340.348,99	1,44
MG	Morro da Garça	3143609	477.522,63	11.373.941,97	4,20
MG	Munhoz	3143807	1.844.463,06	11.676.750,17	15,80
MG	Mutum	3144003	-2.312.829,73	34.991.660,57	-
MG	Muzambinho	3144102	-2.683.742,10	37.368.108,61	-
MG	Naque	3144359	340.838,95	12.395.775,04	2,75
MG	Natércia	3144409	-807.789,09	10.836.019,24	-
MG	Nazareno	3144508	-2.660.486,06	18.701.480,27	-
MG	Nepomuceno	3144607	3.883.558,06	36.204.106,88	10,73
MG	Ninheira	3144656	-545.056,60	18.635.650,65	-
MG	Nova Módica	3144904	-173.702,22	10.711.633,24	-
MG	Nova Ponte	3145000	4.232.673,27	21.227.036,29	19,94
MG	Nova Porteirinha	3145059	-4.278.725,66	14.674.563,29	-
MG	Nova Resende	3145109	-4.942.819,28	27.928.662,50	-
MG	Nova União	3136603	-2.925.361,34	11.352.812,61	-
MG	Novo Cruzeiro	3145307	-5.459.538,27	42.061.474,45	-
MG	Novorizonte	3145372	-3.098.877,69	11.970.384,92	-
MG	Olaria	3145406	0,00	9.223.146,29	0,00
MG	Oliveira	3145604	-12.930.337,17	40.272.138,37	-
MG	Oliveira Fortes	3145703	190.663,04	8.503.838,22	2,24
MG	Ouro Fino	3146008	-14.427.887,56	54.911.025,79	-
MG	Padre Paraíso	3146305	-10.324.156,79	30.878.555,92	-
MG	Paineiras	3146404	896.834,04	12.100.399,42	7,41
MG	Pains	3146503	3.437.261,81	23.723.440,44	14,49
MG	Papagaios	3146909	-381.858,62	25.723.233,13	-
MG	Paraguaçu	3147204	-5.667.803,80	35.238.379,05	-
MG	Passa Quatro	3147600	-5.731.200,07	25.911.711,83	-
MG	Passabém	3147501	-1.579.406,84	8.699.328,02	-
MG	Patis	3147956	1.235.309,20	13.347.903,52	9,25
MG	Paulistas	3148400	-1.187.047,14	11.259.668,42	-
MG	Pedra Azul	3148707	5.878.231,90	39.894.973,47	14,73
MG	Pedra Bonita	3148756	608.084,19	15.379.461,79	3,95
MG	Pedra do Indaiá	3148905	435.077,12	11.652.367,55	3,73
MG	Perdões	3149903	7.037.553,46	37.057.730,43	18,99
MG	Piau	3150109	-4.630.936,61	9.134.702,80	-
MG	Piedade de Caratinga	3150158	-1.411.451,77	15.247.886,77	-
MG	Pimenta	3150505	3.172.639,53	18.553.825,94	17,10
MG	Pintópolis	3150570	-834.562,23	14.871.732,61	-
MG	Piracema	3150604	-3.675.759,04	12.902.968,71	-
MG	Pirajuba	3150703	3.338.518,23	18.596.755,68	17,95
MG	Pitangui	3151404	1.539.687,17	37.420.859,17	4,11
MG	Piumhi	3151503	-9.867.160,69	68.716.626,21	-
MG	Planura	3151602	781.818,04	26.022.809,14	3,00
MG	Poço Fundo	3151701	-22.482.530,63	25.319.492,11	-
MG	Pompéu	3152006	13.462.041,23	55.714.739,17	24,16
MG	Ponto Chique	3152131	-2.151.230,44	10.965.244,42	-
MG	Ponto dos Volantes	3152170	-4.158.758,53	24.223.096,41	-

MG	Porto Firme	3152303	-58.065,23	14.080.443,98	-
MG	Prata	3152808	1.560.076,18	50.748.459,94	3,07
MG	Pratápolis	3152907	10.307.273,56	17.465.175,93	59,02
MG	Presidente Juscelino	3153202	-2.105.828,30	11.398.642,70	-
MG	Presidente Kubitschek	3153301	1.608.033,33	10.348.320,67	15,54
MG	Presidente Olegário	3153400	-6.449.332,23	37.970.352,27	-
MG	Prudente de Morais	3153608	1.362.847,60	17.446.122,58	7,81
MG	Quartel Geral	3153707	-5.616.794,82	13.917.868,75	-
MG	Recreio	3154101	0,00	18.744.385,01	0,00
MG	Reduto	3154150	291.917,82	12.497.962,91	2,34
MG	Resplendor	3154309	737.141,63	32.540.006,42	2,27
MG	Rio Casca	3154903	-2.740.961,86	14.604.214,48	-
MG	Rio Doce	3155009	1.037.245,55	10.408.244,22	9,97
MG	Rio Espera	3155207	426.375,05	9.656.807,70	4,42
MG	Rio Manso	3155306	-1.163.051,02	12.954.736,18	-
MG	Rio Pardo de Minas	3155603	4.178.786,31	43.815.125,22	9,54
MG	Rio Piracicaba	3155702	1.158.022,90	32.318.545,31	3,58
MG	Rio Vermelho	3156007	8.225.074,09	23.810.977,20	34,54
MG	Romaria	3156403	1.462.447,74	13.048.587,37	11,21
MG	Rubim	3156601	8.168.727,32	18.918.406,39	43,18
MG	Sabinópolis	3156809	484.430,92	26.497.735,16	1,83
MG	Santa Bárbara	3157203	-5.232.033,69	78.035.727,34	-
MG	Santa Bárbara do Leste	3157252	-614.616,53	13.202.290,44	-
MG	Santa Cruz de Salinas	3157377	5.018,92	11.839.296,53	0,04
MG	Santa Cruz do Escalvado	3157401	132.051,45	12.865.839,07	1,03
MG	Santa Efigênia de Minas	3157500	0,00	10.931.247,95	0,00
MG	Santa Fé de Minas	3157609	4.919.213,18	10.642.832,72	46,22
MG	Santa Maria de Itabira	3158003	-5.381.219,51	19.239.797,91	-
MG	Santa Maria do Salto	3158102	0,00	11.017.566,62	0,00
MG	Santa Maria do Suaçuí	3158201	1.392.554,45	20.175.255,11	6,90
MG	Santa Rita de Caldas	3159209	-19.364,71	15.888.373,07	-
MG	Santa Rita de Jacutinga	3159308	-2.545.945,40	11.501.090,73	-
MG	Santa Rita de Minas	3159357	413.464,96	13.099.554,07	3,16
MG	Santa Vitória	3159803	12.966.062,70	84.336.151,36	15,37
MG	Santana de Pirapama	3158508	2.640.291,76	13.577.210,37	19,45
MG	Santana do Deserto	3158607	0,00	5.672.468,35	0,00
MG	Santana do Garambéu	3158706	-354.254,19	9.212.143,43	-
MG	Santana do Manhuaçu	3158904	-1.425.801,73	13.307.822,11	-
MG	Santana do Paraíso	3158953	-3.764.067,49	44.034.827,43	-
MG	Santana dos Montes	3159100	-197.972,01	5.243.563,46	-
MG	Santo Antônio do Grama	3160108	-2.536.158,44	14.385.308,30	-
MG	Santo Antônio do Itambé	3160207	1.209.163,56	11.035.826,21	10,96
MG	Santo Antônio do Retiro	3160454	-1.058.594,42	15.652.384,05	-
MG	Santo Antônio do Rio Abaixo	3160504	-192.982,60	8.909.021,43	-
MG	São Brás do Suaçuí	3160900	-2.261.271,57	17.860.739,19	-
MG	São Domingos do Prata	3161007	6.332.425,53	28.623.663,49	22,12
MG	São Geraldo	3161502	-1.887.198,67	16.057.352,82	-
MG	São Gonçalo do Abaeté	3161700	1.081.645,83	18.467.492,75	5,86
MG	São Gonçalo do Rio Preto	3125507	2.489.337,28	10.528.279,98	23,64
MG	São Gonçalo do Sapucaí	3162005	-1.907.034,98	37.308.629,51	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	São Gotardo	3162104	-529.652,64	52.136.183,06	-
MG	São João da Lagoa	3162252	-822.201,43	13.075.230,17	-
MG	São João da Mata	3162302	0,00	9.021.252,47	0,00
MG	São João do Manhuaçu	3162559	2.342.806,59	19.600.055,39	11,95
MG	São João do Pacuí	3162658	-2.018.130,30	10.859.197,35	-
MG	São João Evangelista	3162807	-1.769.541,00	27.814.095,12	-
MG	São Joaquim de Bicas	3162922	351.290,87	55.627.576,44	0,63
MG	São José da Varginha	3163102	1.474.483,57	11.224.881,86	13,14
MG	São José do Jacuri	3163508	3.406.066,12	13.569.897,83	25,10
MG	São José do Mantimento	3163607	0,00	9.338.611,74	0,00
MG	São Lourenço	3163706	10.152.712,30	109.682.275,30	9,26
MG	São Pedro da União	3163904	-964.417,10	12.225.036,71	-
MG	São Pedro do Suaçuí	3164100	230.093,95	11.469.139,49	2,01
MG	São Romão	3164209	-553.179,00	20.434.741,93	-
MG	São Roque de Minas	3164308	-9.140.524,03	16.622.167,36	-
MG	São Sebastião da Bela Vista	3164407	-69.394,63	12.642.894,42	-
MG	São Sebastião do Maranhão	3164506	0,00	16.092.699,47	0,00
MG	São Tiago	3165008	-2.671.907,43	17.357.515,71	-
MG	São Tomás de Aquino	3165107	2.564.914,15	13.961.374,20	18,37
MG	São Vicente de Minas	3165305	-730.509,17	14.106.688,15	-
MG	Sapucaí-Mirim	3165404	-2.977.309,99	13.917.510,30	-
MG	Senador Amaral	3165578	-721.682,03	12.430.026,72	-
MG	Senador José Bento	3165800	-14.748,04	8.663.450,45	-
MG	Senador Modestino Gonçalves	3165909	2.832.710,27	11.973.557,82	23,66
MG	Senhora do Porto	3166105	-1.891.932,60	12.160.213,44	-
MG	Serrania	3166907	-2.153.827,93	14.066.226,14	-
MG	Serranópolis de Minas	3166956	51.614,20	11.742.361,10	0,44
MG	Serranos	3167004	-510.715,05	9.335.341,27	-
MG	Setubinha	3165552	-1.171.796,44	16.434.010,81	-
MG	Silvianópolis	3167400	-2.212.852,75	11.843.721,33	-
MG	Simonésia	3167608	-459.193,12	26.940.338,82	-
MG	Taparuba	3168051	-482.361,16	9.679.812,70	-
MG	Tapiraí	3168200	1.757.285,24	9.094.411,63	19,32
MG	Tarumirim	3168408	-2.838.437,94	20.355.253,98	-
MG	Tiros	3168903	-2.725.946,24	16.121.968,47	-
MG	Tocos do Moji	3169059	-3.038.782,61	10.284.067,85	-
MG	Tombos	3169208	-2.082.130,62	17.776.440,91	-
MG	União de Minas	3170438	867.693,06	14.396.076,39	6,03
MG	Uruana de Minas	3170479	-637.733,56	12.128.022,77	-
MG	Urucânia	3170503	3.165.919,73	18.811.869,08	16,83
MG	Vargem Bonita	3170602	1.421.820,10	10.030.685,58	14,17
MG	Vargem Grande do Rio Pardo	3170651	351.004,11	11.114.158,23	3,16
MG	Várzea da Palma	3170800	9.905.246,12	62.624.426,45	15,82
MG	Varzelândia	3170909	-2.283.394,78	31.134.378,46	-
MG	Vazante	3171006	-3.277.789,38	21.076.654,00	-
MG	Vieiras	3171402	-1.513.298,51	10.710.762,54	-
MG	Virgem da Lapa	3171600	0,00	20.887.127,46	0,00
MG	Virginópolis	3171808	1.306.263,69	19.330.361,16	6,76
MG	Virgolândia	3171907	-809.020,39	13.036.642,56	-
MG	Visconde do Rio Branco	3172004	3.632.896,05	63.319.715,33	5,74

MS	Amambai	5000609	5.154,85	83.636.191,58	0,01
MS	Anastácio	5000708	-1.975.412,49	43.322.391,47	-
MS	Antônio João	5000906	-753.421,33	25.033.704,94	-
MS	Aparecida do Taboado	5001003	-27.347.689,02	68.062.260,66	-
MS	Aquidauana	5001102	-22.703.472,98	99.849.292,18	-
MS	Bataguassu	5001904	-19.757.213,41	72.309.195,10	-
MS	Brasilândia	5002308	-872.090,76	43.521.396,34	-
MS	Caarapó	5002407	-9.123.872,63	65.804.447,16	-
MS	Caracol	5002803	9.375.184,83	18.646.193,82	50,28
MS	Cassilândia	5002902	-8.433.831,28	55.869.707,73	-
MS	Coronel Sapucaia	5003157	352.339,10	33.185.254,49	1,06
MS	Costa Rica	5003256	-20.098.686,74	91.498.629,76	-
MS	Coxim	5003306	-7.084.816,28	78.736.307,88	-
MS	Fátima do Sul	5003801	837.099,47	35.999.824,01	2,33
MS	Figueirão	5003900	-2.132.072,15	16.118.465,88	-
MS	Glória de Dourados	5004007	-169.275,96	21.124.291,68	-
MS	Iguatemi	5004304	10.454,81	37.627.713,44	0,03
MS	Inocência	5004403	-8.483.222,43	29.801.684,52	-
MS	Itaquiraí	5004601	-2.136.016,25	46.878.941,23	-
MS	Ivinhema	5004700	11.022.348,36	55.612.217,18	19,82
MS	Japorã	5004809	-2.047.269,12	23.500.952,59	-
MS	Jardim	5005004	-22.993.840,63	59.044.397,42	-
MS	Ladário	5005202	-5.772.584,36	49.221.798,58	-
MS	Laguna Carapã	5005251	-681.631,94	31.119.256,26	-
MS	Nioaque	5005806	11.687.084,14	34.193.521,99	34,18
MS	Novo Horizonte do Sul	5006259	666.269,21	17.325.071,21	3,85
MS	Paraíso das Águas	5006275	-3.969.302,45	27.609.462,38	-
MS	Paranhos	5006358	-1.557.813,26	35.976.639,28	-
MS	Pedro Gomes	5006408	4.600.795,39	21.530.913,23	21,37
MS	Ribas do Rio Pardo	5007109	-949.930,49	72.726.692,02	-
MS	Rio Brilhante	5007208	-2.600.269,69	105.080.111,93	-
MS	Rio Negro	5007307	12.461.759,96	15.508.836,76	80,35
MS	Rio Verde de Mato Grosso	5007406	18.191.340,16	45.029.078,51	40,40
MS	Rochedo	5007505	-11.411.395,87	18.015.966,10	-
MS	Santa Rita do Pardo	5007554	-2.062.700,27	26.736.591,45	-
MS	São Gabriel do Oeste	5007695	-4.877.938,28	93.623.741,05	-
MS	Sete Quedas	5007703	-3.808.614,55	26.440.075,87	-
MS	Sidrolândia	5007901	-7.909.555,18	114.800.653,74	-
MS	Sonora	5007935	-4.315.626,80	53.218.823,06	-
MS	Tacuru	5007950	-3.304.376,96	32.641.617,28	-
MS	Taquarussu	5007976	-829.189,35	21.485.849,76	-
MS	Terenos	5008008	-17.453.843,07	45.651.142,29	-
MT	Araguainha	5101209	883.243,39	7.779.303,62	11,35
MT	Araputanga	5101258	2.316.544,70	30.551.728,96	7,58
MT	Colíder	5103205	-29.642.296,90	57.669.980,51	-
MT	Conquista D'Oeste	5103361	-3.420.666,63	15.343.676,82	-
MT	Curvelândia	5103437	-2.124.927,69	11.598.495,25	-
MT	Figueirópolis D'Oeste	5103809	0,00	10.030.316,71	0,00
MT	Guiratinga	5104203	127.374,38	13.103.829,93	0,97
MT	Itanhangá	5104542	-1.153.122,71	15.063.614,62	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MT	Itaúba	5104559	-1.628.440,53	17.660.685,07	-
MT	Jaciara	5104807	-5.984.873,35	54.871.388,07	-
MT	Jauru	5105002	3.121.186,00	22.798.906,70	13,69
MT	Marcelândia	5105580	-2.995.553,50	27.616.593,03	-
MT	Mirassol d'Oeste	5105622	-9.129.728,99	43.105.529,90	-
MT	Nova Bandeirantes	5106158	-1.547.698,38	25.334.231,63	-
MT	Nova Canaã do Norte	5106216	-11.277.157,01	30.962.182,58	-
MT	Nova Maringá	5108907	-887.149,18	10.094.502,62	-
MT	Nova Nazaré	5106174	0,00	14.815.315,72	0,00
MT	Nova Olímpia	5106232	670.033,60	41.930.637,09	1,60
MT	Nova Santa Helena	5106190	-1.538.383,07	13.511.416,66	-
MT	Novo Mundo	5106265	-1.532.406,07	12.520.790,61	-
MT	Paranaíta	5106299	-23.427.224,09	43.586.317,24	-
MT	Pontal do Araguaia	5106653	-179.530,38	6.850.748,45	-
MT	Pontes e Lacerda	5106752	-26.381.639,58	67.663.470,67	-
MT	Porto Esperidião	5106828	-3.063.097,47	26.636.342,68	-
MT	Porto Estrela	5106851	-634.807,72	12.166.922,35	-
MT	Querência	5107065	-1.991.716,79	53.788.151,62	-
MT	Reserva do Cabaçal	5107156	-1.048.436,25	9.535.335,04	-
MT	Rio Branco	5107206	-1.016.647,65	11.682.668,99	-
MT	Santa Carmem	5107248	-1.043.899,15	16.694.194,73	-
MT	São José do Povo	5107297	-1.252.529,45	9.545.729,05	-
MT	São José do Rio Claro	5107305	-8.808.205,97	36.027.394,75	-
MT	Terra Nova do Norte	5108055	522.887,90	25.043.151,31	2,09
PA	Canaã dos Carajás	1502152	-31.175.503,66	298.549.459,88	-
PA	Jacareacanga	1503754	-14.687.047,30	75.095.874,51	-
PA	Primavera	1506104	-3.311.339,49	23.050.955,62	-
PA	Rondon do Pará	1506187	-2.765.568,21	71.727.065,29	-
PA	Terra Santa	1507979	-5.378.754,73	38.413.348,79	-
PB	Algodão de Jandaíra	2500577	0,00	10.935.270,12	0,00
PB	Aparecida	2500775	55.067,58	14.165.709,62	0,39
PB	Areial	2501203	0,00	14.072.990,18	0,00
PB	Aroeiras	2501302	33.024.835,00	32.199.298,00	102,56
PB	Baraúna	2501534	544.956,71	11.261.208,90	4,84
PB	Barra de Santana	2501575	3.685.013,87	15.371.358,05	23,97
PB	Belém	2501906	-49.009,21	27.159.709,47	-
PB	Belém do Brejo do Cruz	2502003	4.074.931,81	16.255.017,70	25,07
PB	Bernardino Batista	2502052	-3.424.728,00	12.975.300,98	-
PB	Boa Ventura	2502102	3.122.796,54	11.242.179,34	27,78
PB	Bonito de Santa Fé	2502409	11.499.924,04	17.590.579,91	65,38
PB	Brejo do Cruz	2502805	5.283.586,72	23.420.425,00	22,56
PB	Cacimba de Dentro	2503506	-3.846.877,30	27.167.211,56	-
PB	Caiçara	2503605	-898.644,66	13.687.886,00	-
PB	Condado	2504504	4.840.724,63	12.484.819,06	38,77
PB	Cuité de Mamanguape	2505238	-33.853,53	14.453.778,17	-
PB	Damião	2505352	470.867,77	12.491.346,06	3,77
PB	Dona Inês	2505709	-159.559,91	19.978.063,93	-
PB	Emas	2505907	3.194.891,53	9.954.953,37	32,09
PB	Esperança	2506004	7.026.095,01	53.502.485,52	13,13
PB	Frei Martinho	2506202	2.246.927,51	10.223.756,08	21,98

PB	Jacaraú	2507309	-2.888.260,17	26.007.127,18	-
PB	Logradouro	2508554	1.406.118,00	11.253.455,00	12,49
PB	Mãe d'Água	2508703	-7.818,10	10.830.102,27	-
PB	Mamanguape	2508901	-5.588.887,24	58.751.769,86	-
PB	Mataraca	2509305	-1.510.208,79	23.346.505,42	-
PB	Matinhas	2509339	1.446.405,67	10.589.393,63	13,66
PB	Maturéia	2509396	-1.074.872,17	13.832.190,87	-
PB	Nova Floresta	2510105	7.291.675,28	16.199.760,61	45,01
PB	Nova Olinda	2510204	1.027.872,68	12.503.142,99	8,22
PB	Pedra Branca	2511004	938.660,49	11.249.643,46	8,34
PB	Pedra Lavrada	2511103	13.659.681,69	16.336.531,91	83,61
PB	Pedro Régis	2512721	-177.600,23	11.924.819,89	-
PB	Picuí	2511400	-390.689,19	36.610.383,41	-
PB	Pirpirituba	2511806	5.566.328,03	16.862.806,46	33,01
PB	Remígio	2512705	0,00	29.867.600,54	0,00
PB	Riachão	2512747	-78.830,52	10.822.989,09	-
PB	Riachão do Poço	2512762	-31.248,09	12.196.283,36	-
PB	Riacho dos Cavalos	2512804	2.180.669,33	15.074.222,00	14,47
PB	Rio Tinto	2512903	-3.732.927,34	38.612.818,40	-
PB	Santa Cruz	2513208	4.291.320,81	12.659.845,25	33,90
PB	Santa Inês	2513356	-2.398.111,92	9.807.224,15	-
PB	Santa Luzia	2513406	5.323.349,67	23.643.411,83	22,52
PB	Santana de Mangueira	2513505	6.334.309,60	12.242.517,84	51,74
PB	São Domingos	2513968	-136.214,22	10.166.920,12	-
PB	São Francisco	2513984	-1.401.612,49	10.422.898,21	-
PB	São João do Cariri	2514008	-1.185.669,30	11.145.947,88	-
PB	São José de Caiana	2514305	3.566.916,17	12.264.025,46	29,08
PB	São Sebastião de Lagoa de Roça	2515104	2.822,95	19.930.588,05	0,01
PB	Serra Branca	2515500	2.302.532,55	22.942.050,37	10,04
PB	Serra Grande	2515708	3.648.201,64	9.971.446,90	36,59
PB	Sobrado	2515971	-516.392,12	14.828.657,13	-
PB	Solânea	2516003	29.301.554,75	35.597.014,65	82,31
PB	Tacima	2516409	2.330.463,26	17.236.731,10	13,52
PB	Várzea	2517100	-187.967,77	9.714.813,09	-
PB	Vieirópolis	2517209	-726.108,73	11.329.456,53	-
PE	Afogados da Ingazeira	2600104	3.419.375,15	57.075.449,54	5,99
PE	Bodocó	2602001	-1.097.371,08	57.818.923,65	-
PE	Brejinho	2602506	0,00	17.499.012,38	0,00
PE	Camutanga	2603603	-296.369,33	22.758.627,50	-
PE	Iguaraci	2606903	-2.646.173,36	20.820.634,65	-
PE	Ingazeira	2607109	285.991,21	14.335.291,54	2,00
PE	Itapetim	2607703	683.805,03	27.182.288,94	2,52
PE	Jataúba	2608008	0,00	30.859.523,33	0,00
PE	Jupi	2608305	-3.048.303,31	31.674.111,97	-
PE	Quixaba	2611533	2.122.613,68	19.070.536,86	11,13
PE	Santa Terezinha	2612802	4.766.476,62	20.352.578,02	23,42
PE	São José da Coroa Grande	2613404	3.111.464,04	35.115.082,82	8,86
PE	São José do Egito	2613602	-2.037.349,36	50.760.626,57	-
PE	Tamandaré	2614857	16.716.872,02	49.171.786,51	34,00
PE	Triunfo	2615706	-4.323.844,99	28.066.454,00	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PI	Água Branca	2200202	145.002,15	31.744.859,57	0,46
PI	Antônio Almeida	2200806	-24.632,43	9.806.474,75	-
PI	Avelino Lopes	2201101	-222.472,93	16.458.844,47	-
PI	Barra D'Alcântara	2201176	507.337,20	9.403.746,16	5,40
PI	Bela Vista do Piauí	2201556	33.886,23	9.663.408,42	0,35
PI	Cajazeiras do Piauí	2202075	-799.233,70	9.937.469,18	-
PI	Capitão Gervásio Oliveira	2202455	228.621,33	9.841.078,18	2,32
PI	Colônia do Piauí	2202778	188.196,39	15.258.076,72	1,23
PI	Demerval Lobão	2203305	1.302.513,77	18.546.708,97	7,02
PI	Domingos Mourão	2203420	916.319,96	10.017.532,40	9,15
PI	Floresta do Piauí	2203859	-88.363,34	7.469.082,12	-
PI	Francinópolis	2204006	-162.719,42	9.369.965,62	-
PI	Francisco Ayres	2204105	-2.148.101,63	9.480.239,48	-
PI	Jardim do Mulato	2205250	-132.547,34	8.904.833,50	-
PI	Jatobá do Piauí	2205276	-42.470,92	11.757.370,47	-
PI	Lagoinha do Piauí	2205540	7.706,13	7.594.201,13	0,10
PI	Monte Alegre do Piauí	2206605	0,00	20.998.194,92	0,00
PI	Nazaré do Piauí	2206704	51.589,00	13.197.194,01	0,39
PI	Novo Santo Antônio	2206951	-3.686,41	9.085.696,32	-
PI	Oeiras	2207009	108.542,77	53.560.878,04	0,20
PI	Palmeirais	2207504	-6.055,19	24.805.068,44	-
PI	Parnaguá	2207603	-3.933.069,86	18.632.081,62	-
PI	São Francisco de Assis do Piauí	2209658	0,00	11.731.538,59	0,00
PI	São Miguel da Baixa Grande	2210383	-339.344,96	7.503.023,14	-
PI	São Miguel do Fidalgo	2210391	45.157,67	9.349.575,29	0,48
PI	Sebastião Leal	2210631	-1.159.084,23	11.677.688,19	-
PI	Tanque do Piauí	2210979	-65.091,94	8.669.977,56	-
PI	Vila Nova do Piauí	2211605	0,00	8.484.600,54	0,00
PR	Agudos do Sul	4100301	-413.831,73	15.946.463,25	-
PR	Altamira do Paraná	4100459	346.341,98	12.316.421,00	2,81
PR	Alto Paraíso	4128625	-862.396,79	18.357.240,12	-
PR	Alto Paraná	4100608	-2.682.197,92	28.089.399,25	-
PR	Altônia	4100509	3.006.092,96	40.159.688,16	7,49
PR	Alvorada do Sul	4100806	3.905.699,96	28.900.382,08	13,51
PR	Amaporã	4100905	-2.882.639,61	14.890.581,94	-
PR	Ampére	4101002	138.980,44	36.683.970,59	0,38
PR	Antônio Olinto	4101309	1.114.038,35	17.927.250,20	6,21
PR	Arapoti	4101606	-13.973.216,49	59.284.653,14	-
PR	Araruna	4101705	-452.967,68	30.717.259,00	-
PR	Ariranha do Ivaí	4101853	-744.659,15	11.507.897,77	-
PR	Assaí	4101903	-1.261.610,95	38.000.295,26	-
PR	Assis Chateaubriand	4102000	-4.121.785,75	68.898.144,14	-
PR	Astorga	4102109	1.303.177,92	49.150.510,86	2,65
PR	Atalaia	4102208	-1.654.926,08	12.484.506,46	-
PR	Balsa Nova	4102307	2.145.101,30	40.458.434,31	5,30
PR	Bandeirantes	4102406	-1.290.906,53	57.241.671,31	-
PR	Barbosa Ferraz	4102505	366.121,91	23.929.417,00	1,53
PR	Bela Vista da Caroba	4102752	-417.210,07	13.832.768,89	-
PR	Bituruna	4102901	1.926.640,41	40.443.043,62	4,76
PR	Boa Ventura de São Roque	4103040	1.205.645,57	18.294.395,16	6,59

PR	Boa Vista da Aparecida	4103057	-2.232.340,69	23.100.310,60	-
PR	Bom Sucesso	4103206	2.091.371,33	16.458.494,08	12,71
PR	Bom Sucesso do Sul	4103222	0,00	14.494.920,76	0,00
PR	Borrazópolis	4103305	5.195.713,21	16.861.876,54	30,81
PR	Brasilândia do Sul	4103370	1.599.274,77	14.477.010,94	11,05
PR	Cafeara	4103404	-1.201.965,96	10.679.624,28	-
PR	Cafelândia	4103453	-4.489.370,92	46.227.710,82	-
PR	Cafezal do Sul	4103479	-628.299,32	13.307.855,45	-
PR	Califórnia	4103503	-3.558.027,35	17.519.322,84	-
PR	Cambará	4103602	-697.076,29	43.836.330,18	-
PR	Campina da Lagoa	4103909	2.801.975,95	33.253.553,86	8,43
PR	Campina Grande do Sul	4104006	-19.161.482,75	90.505.250,55	-
PR	Campo Bonito	4104055	-1.226.939,37	15.325.841,40	-
PR	Campo do Tenente	4104105	2.714.724,73	18.276.039,71	14,85
PR	Campo Magro	4104253	395.551,61	54.257.091,95	0,73
PR	Candói	4104428	-15.792.034,23	46.026.243,72	-
PR	Cantagalo	4104451	3.029.036,77	25.097.793,95	12,07
PR	Capanema	4104501	-1.917.295,91	43.222.469,78	-
PR	Catanduvas	4105003	-4.792.894,47	23.569.885,09	-
PR	Cerro Azul	4105201	-1.625.937,96	35.390.764,13	-
PR	Céu Azul	4105300	-4.464.030,01	35.389.737,21	-
PR	Cidade Gaúcha	4105607	-1.233.391,85	26.949.139,85	-
PR	Clevelândia	4105706	627.009,93	34.457.167,70	1,82
PR	Colorado	4105904	0,00	49.210.824,98	0,00
PR	Contenda	4106209	-8.021.050,15	33.426.049,96	-
PR	Corbélia	4106308	-2.419.836,63	40.246.709,31	-
PR	Coronel Vivida	4106506	-4.118.526,05	49.328.908,56	-
PR	Corumbataí do Sul	4106555	-1.633.328,01	13.192.549,49	-
PR	Cruzeiro do Iguaçu	4106571	-556.145,79	16.369.118,97	-
PR	Cruzeiro do Oeste	4106605	-1.619.032,69	44.667.231,34	-
PR	Cruzmaltina	4106852	-1.743.789,63	11.863.032,55	-
PR	Diamante do Sul	4107124	-1.451.947,97	11.683.155,59	-
PR	Diamante D'Oeste	4107157	0,00	15.675.166,03	0,00
PR	Dois Vizinhos	4107207	10.821.680,56	83.285.556,17	12,99
PR	Douradina	4107256	-6.791.036,44	21.082.068,43	-
PR	Doutor Camargo	4107306	1.810.128,53	14.229.189,11	12,72
PR	Doutor Ulysses	4128633	4.482.350,78	13.214.243,40	33,92
PR	Enéas Marques	4107405	-1.263.051,06	17.838.771,27	-
PR	Engenheiro Beltrão	4107504	10.743.115,29	33.365.697,50	32,20
PR	Entre Rios do Oeste	4107538	-1.522.913,55	25.500.171,74	-
PR	Esperança Nova	4107520	-1.417.492,71	10.107.473,29	-
PR	Espigão Alto do Iguaçu	4107546	858.608,19	14.864.861,89	5,78
PR	Farol	4107553	-1.082.900,26	13.364.050,85	-
PR	Fernandes Pinheiro	4107736	-2.798.260,31	20.314.302,72	-
PR	Flor da Serra do Sul	4107850	-1.864.230,38	16.771.305,67	-
PR	Floraí	4107801	-604.407,61	14.500.810,28	-
PR	Floresta	4107900	-3.701.258,39	17.336.241,10	-
PR	Flórida	4108106	-793.693,73	10.500.194,23	-
PR	Formosa do Oeste	4108205	949.274,77	17.825.234,82	5,33
PR	General Carneiro	4108502	780.099,73	28.680.704,91	2,72

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	Godoy Moreira	4108551	-2.250.030,02	10.253.723,93	-
PR	Goioerê	4108601	5.653.676,51	55.997.453,66	10,10
PR	Goioxim	4108650	0,00	16.859.401,90	0,00
PR	Grandes Rios	4108700	9.267.320,88	14.288.301,61	64,86
PR	Guamiranga	4108957	740.332,96	17.925.100,10	4,13
PR	Guaporema	4109104	-1.142.117,76	10.594.163,70	-
PR	Guaraniaçu	4109302	-5.334.040,16	33.636.233,05	-
PR	Guaraqueçaba	4109500	-2.605.195,66	21.500.148,67	-
PR	Guaratuba	4109609	42.587.114,92	97.016.242,01	43,90
PR	Honório Serpa	4109658	-513.145,13	8.638.687,37	-
PR	Ibema	4109757	434.251,38	15.167.496,03	2,86
PR	Icaraíma	4109906	372.617,09	21.284.314,79	1,75
PR	Iguatu	4110052	541.508,38	10.024.205,81	5,40
PR	Imbituva	4110102	-3.622.888,60	52.561.212,80	-
PR	Inácio Martins	4110201	555.396,42	25.183.952,85	2,21
PR	Indianópolis	4110409	-995.067,27	15.534.907,32	-
PR	Ipiranga	4110508	-5.330.500,40	33.044.397,76	-
PR	Iracema do Oeste	4110656	-577.833,59	12.659.870,89	-
PR	Iretama	4110805	-11.946.760,43	25.183.330,87	-
PR	Itaguajé	4110904	40.398,04	14.049.892,32	0,29
PR	Itambaracá	4111001	-1.811.247,21	15.964.375,68	-
PR	Itambé	4111100	-1.526.875,18	15.970.882,29	-
PR	Itapejara d'Oeste	4111209	896.928,30	25.315.256,20	3,54
PR	Itaperuçu	4111258	-1.354.316,02	41.120.149,79	-
PR	Itaúna do Sul	4111308	1.364.496,07	10.999.243,60	12,41
PR	Ivaí	4111407	-1.475.209,20	24.234.967,70	-
PR	Ivaté	4111555	2.352.617,08	18.417.118,10	12,77
PR	Jaboti	4111704	-929.593,24	12.878.901,02	-
PR	Jacarezinho	4111803	-8.552.611,68	81.852.954,55	-
PR	Jaguariaíva	4112009	-2.078.590,62	69.305.460,59	-
PR	Janiópolis	4112207	-617.965,55	16.453.814,67	-
PR	Japurá	4112405	-2.536.610,82	19.205.992,01	-
PR	Jardim Olinda	4112603	671.839,73	9.906.999,55	6,78
PR	Jesuítas	4112751	353.904,86	19.817.123,89	1,79
PR	Jussara	4113007	-319.184,10	20.587.835,15	-
PR	Kaloré	4113106	2.852.614,83	13.104.257,39	21,77
PR	Lapa	4113205	-54.757.015,50	93.433.863,56	-
PR	Laranjal	4113254	-311.767,45	14.649.612,38	-
PR	Lindoeste	4113452	-909.594,74	14.894.671,10	-
PR	Loanda	4113502	-7.213.908,27	42.177.371,04	-
PR	Lobato	4113601	-1.203.347,35	15.170.302,92	-
PR	Lunardelli	4113759	2.654.197,53	13.877.217,56	19,13
PR	Lupionópolis	4113809	75.700,94	13.928.933,26	0,54
PR	Mallet	4113908	5.452.275,51	27.698.629,16	19,68
PR	Mandaguaçu	4114104	-4.045.328,98	40.841.249,17	-
PR	Mandaguari	4114203	7.970.421,58	74.247.114,34	10,73
PR	Mandirituba	4114302	7.361.002,55	47.527.807,99	15,49
PR	Manoel Ribas	4114500	-1.710.131,38	30.951.904,99	-
PR	Maria Helena	4114708	-2.590.315,47	14.008.055,63	-
PR	Marialva	4114807	-5.823.461,95	69.688.526,39	-

PR	Marilena	4115002	-1.226.983,75	15.524.214,44	-
PR	Mariluz	4115101	761.827,09	22.461.003,67	3,39
PR	Mariópolis	4115309	-109.828,94	18.081.020,94	-
PR	Maripá	4115358	-3.214.257,50	22.533.959,54	-
PR	Marumbi	4115507	1.195.006,22	13.224.617,50	9,04
PR	Mato Rico	4115739	-843.443,56	13.492.155,74	-
PR	Mercedes	4115853	-4.479.312,62	23.233.080,60	-
PR	Mirador	4115903	6.083.287,29	11.192.842,70	54,35
PR	Missal	4116059	-3.331.735,33	38.182.928,85	-
PR	Moreira Sales	4116109	-445.960,36	24.487.425,73	-
PR	Munhoz de Melo	4116307	-273.585,79	13.253.720,79	-
PR	Nova Aliança do Ivaí	4116505	-520.327,51	9.294.550,61	-
PR	Nova América da Colina	4116604	273.817,13	12.280.887,34	2,23
PR	Nova Aurora	4116703	-1.231.335,04	31.544.840,54	-
PR	Nova Cantu	4116802	-1.434.064,83	16.451.915,04	-
PR	Nova Esperança	4116901	2.850.661,36	49.145.944,00	5,80
PR	Nova Esperança do Sudoeste	4116950	1.208.737,37	15.378.574,57	7,86
PR	Nova Laranjeiras	4117057	-2.314.045,26	25.204.044,95	-
PR	Nova Londrina	4117107	14.289.788,63	26.444.976,31	54,04
PR	Nova Olímpia	4117206	-402.444,32	14.654.335,84	-
PR	Nova Prata do Iguaçu	4117255	4.377.545,91	28.172.620,11	15,54
PR	Nova Santa Bárbara	4117214	-1.569.277,04	12.707.323,08	-
PR	Nova Santa Rosa	4117222	-2.579.081,65	23.240.548,94	-
PR	Nova Tebas	4117271	-1.800.499,52	18.087.825,91	-
PR	Ortigueira	4117305	-26.099.170,85	67.228.698,28	-
PR	Ouro Verde do Oeste	4117453	308.678,95	18.530.168,15	1,67
PR	Paiçandu	4117503	-24.415.011,56	55.617.848,43	-
PR	Palmeira	4117701	-4.293.090,37	73.056.818,88	-
PR	Palmital	4117800	1.474.854,52	28.557.261,26	5,16
PR	Paraíso do Norte	4118006	-2.777.142,05	24.980.654,24	-
PR	Paranapoema	4118303	2.467.035,67	10.934.390,44	22,56
PR	Pato Bragado	4118451	-10.691.514,11	29.313.110,45	-
PR	Paula Freitas	4118600	-2.460.891,14	16.018.501,17	-
PR	Pérola	4118907	-2.326.943,64	26.336.510,84	-
PR	Piên	4119103	1.848.711,46	29.334.545,31	6,30
PR	Pinhalão	4119202	-2.360.615,57	15.918.988,92	-
PR	Pitanga	4119608	13.091.062,39	62.948.869,71	20,80
PR	Pitangueiras	4119657	14.117,38	11.589.485,03	0,12
PR	Planalto	4119806	-1.792.649,24	28.904.530,07	-
PR	Pontal do Paraná	4119954	-17.875.261,51	65.109.585,63	-
PR	Porto Amazonas	4120101	0,00	14.027.002,92	0,00
PR	Porto Rico	4120200	-2.679.492,90	13.771.482,08	-
PR	Prado Ferreira	4120333	-49.843,06	12.056.142,66	-
PR	Primeiro de Maio	4120507	-1.694.385,36	25.708.224,20	-
PR	Quatro Barras	4120804	-2.476.877,09	63.885.424,26	-
PR	Quatro Pontes	4120853	-3.770.465,76	15.508.899,68	-
PR	Quedas do Iguaçu	4120903	8.185.255,82	59.177.872,47	13,83
PR	Querência do Norte	4121000	-2.398.725,83	25.611.592,90	-
PR	Quitandinha	4121208	2.669.406,86	34.406.327,17	7,76
PR	Ramilândia	4121257	-867.295,33	13.406.657,52	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	Realeza	4121406	86.443,17	36.204.331,06	0,24
PR	Renascença	4121604	-3.672.330,04	20.051.416,36	-
PR	Reserva	4121703	4.480.089,27	49.431.016,73	9,06
PR	Ribeirão Claro	4121802	-6.664.275,96	31.011.641,42	-
PR	Rio Azul	4122008	2.795.603,91	29.395.618,48	9,51
PR	Rio Bonito do Iguaçu	4122156	-5.920.560,82	33.707.136,27	-
PR	Rio Branco do Sul	4122206	28.911.119,34	73.554.360,12	39,31
PR	Rio Negro	4122305	-7.258.168,13	64.381.184,44	-
PR	Rondon	4122602	-3.031.314,26	22.974.010,82	-
PR	Santa Amélia	4123105	-564.919,44	11.230.204,69	-
PR	Santa Cruz de Monte Castelo	4123303	1.451.469,32	17.890.882,23	8,11
PR	Santa Fé	4123402	-2.583.012,48	23.507.799,99	-
PR	Santa Helena	4123501	-48.220.312,96	124.764.579,36	-
PR	Santa Isabel do Ivaí	4123709	-2.801.769,62	17.993.081,96	-
PR	Santa Izabel do Oeste	4123808	2.349.027,43	29.502.633,66	7,96
PR	Santa Lúcia	4123824	0,00	12.582.278,69	0,00
PR	Santa Maria do Oeste	4123857	1.168.296,20	23.221.550,97	5,03
PR	Santa Terezinha de Itaipu	4124053	-13.859.319,32	58.334.361,43	-
PR	Santo Antônio da Platina	4124103	-6.012.398,26	74.111.156,45	-
PR	Santo Antônio do Paraíso	4124301	-4.163.320,04	12.093.191,21	-
PR	Santo Inácio	4124509	205.421,27	19.839.479,70	1,04
PR	São Carlos do Ivaí	4124608	425.652,86	18.852.527,72	2,26
PR	São João	4124806	3.186.430,80	28.721.972,41	11,09
PR	São João do Ivaí	4125001	866.637,06	23.566.880,26	3,68
PR	São João do Triunfo	4125100	-506.599,70	27.895.573,86	-
PR	São Jorge do Ivaí	4125308	-4.425.285,41	18.014.035,25	-
PR	São Jorge do Patrocínio	4125357	-1.223.842,04	23.182.762,67	-
PR	São Jorge d'Oeste	4125209	444.681,96	36.380.640,31	1,22
PR	São José das Palmeiras	4125456	-320.006,49	12.096.832,05	-
PR	São Manoel do Paraná	4125555	-4.666.369,13	10.509.486,52	-
PR	São Mateus do Sul	4125605	-656.721,51	84.318.152,03	-
PR	São Miguel do Iguaçu	4125704	-14.542.300,14	83.242.020,69	-
PR	São Pedro do Iguaçu	4125753	-3.701.049,17	16.907.697,18	-
PR	São Pedro do Ivaí	4125803	-2.728.100,92	24.742.549,40	-
PR	São Pedro do Paraná	4125902	-1.270.696,58	12.091.424,54	-
PR	Sapopema	4126207	358.617,16	16.825.544,34	2,13
PR	Saudade do Iguaçu	4126272	-2.835.091,00	35.999.604,03	-
PR	Sengés	4126306	584.546,48	36.922.578,25	1,58
PR	Sertaneja	4126405	-4.089.194,68	22.064.285,44	-
PR	Sertanópolis	4126504	579.293,06	41.867.685,52	1,38
PR	Siqueira Campos	4126603	473.554,57	36.325.018,83	1,30
PR	Sulina	4126652	979.711,71	13.410.676,13	7,31
PR	Tamboara	4126702	89.332,70	12.525.009,47	0,71
PR	Tapejara	4126801	467.029,77	34.107.168,58	1,37
PR	Tapira	4126900	-644.454,71	15.144.216,22	-
PR	Teixeira Soares	4127007	1.884.567,19	25.918.678,66	7,27
PR	Terra Boa	4127205	-4.361.716,73	38.690.790,15	-
PR	Terra Rica	4127304	-390.604,75	34.744.809,85	-
PR	Tibagi	4127502	-6.341.347,53	58.502.434,30	-
PR	Tijucas do Sul	4127601	-4.558.616,92	30.419.799,02	-

PR	Três Barras do Paraná	4127858	4.200.428,09	32.684.203,31	12,85
PR	Tunas do Paraná	4127882	-5.266.858,45	16.846.367,68	-
PR	Tupãssi	4127957	-5.118.075,45	23.592.725,45	-
PR	Ubiratã	4128005	-6.823.362,43	51.390.579,52	-
PR	Vera Cruz do Oeste	4128559	-160.597,24	19.107.224,79	-
PR	Verê	4128609	158.408,48	19.105.382,66	0,83
PR	Vitorino	4128708	-3.731.357,64	18.919.322,97	-
PR	Wenceslau Braz	4128500	-1.392.417,03	34.603.456,90	-
PR	Xambrê	4128807	-434.537,33	14.673.887,73	-
RJ	Bom Jesus do Itabapoana	3300605	63.736,50	86.340.458,61	0,07
RJ	Cantagalo	3301108	-5.917.617,60	73.077.087,90	-
RJ	Cardoso Moreira	3301157	-5.498.003,10	50.563.306,80	-
RJ	Itatiaia	3302254	7.911.802,00	136.012.555,00	5,82
RJ	Piraí	3304003	0,00	156.679.628,77	0,00
RJ	Porto Real	3304110	-7.218.656,10	181.005.048,60	-
RJ	Quatis	3304128	-2.109.556,50	50.216.411,80	-
RJ	Rio Claro	3304409	10.791.635,00	70.617.167,00	15,28
RJ	Rio das Flores	3304508	-1.856.244,47	42.002.275,43	-
RJ	São Francisco de Itabapoana	3304755	-1.578.178,02	107.390.231,23	-
RJ	São Sebastião do Alto	3305307	-10.770.285,50	38.530.702,10	-
RJ	Vassouras	3306206	-9.065.112,80	109.700.857,90	-
RN	Apodi	2401008	-10.825.281,71	50.824.625,67	-
RN	Areia Branca	2401107	9.285.002,43	73.279.695,86	12,67
RN	Augusto Severo	2401305	-1.887.400,46	17.297.159,45	-
RN	Bodó	2401651	-1.035.819,02	12.278.561,84	-
RN	Bom Jesus	2401701	3.955.518,19	17.628.725,29	22,44
RN	Coronel João Pessoa	2402907	-441.836,78	13.736.589,69	-
RN	Cruzeta	2403004	20.509,51	16.241.523,14	0,13
RN	Doutor Severiano	2403202	3.134.681,39	14.721.730,77	21,29
RN	Fernando Pedroza	2403756	-265.227,94	9.813.598,55	-
RN	Governador Dix Sept Rosado	2404309	2.510.838,41	28.193.637,39	8,91
RN	Ipanguaçu	2404705	-35.025,40	24.690.556,38	-
RN	Jardim do Seridó	2405702	-2.217.112,09	18.668.067,42	-
RN	José da Penha	2406007	0,00	12.512.388,75	0,00
RN	Lagoa d'Anta	2406205	232.489,61	13.289.973,13	1,75
RN	Lagoa de Pedras	2406304	4.223.658,53	16.016.658,76	26,37
RN	Lajes	2406700	-879.058,34	21.579.630,66	-
RN	Lajes Pintadas	2406809	-64.561,96	11.656.239,15	-
RN	Lucrécia	2406908	4.230.084,51	10.996.653,57	38,47
RN	Montanhas	2407708	-2.813.153,94	21.250.904,21	-
RN	Monte das Gameleiras	2407906	0,00	10.294.281,56	0,00
RN	Nísia Floresta	2408201	10.341.022,16	47.688.422,88	21,68
RN	Paraná	2408607	0,00	11.971.526,39	0,00
RN	Paraú	2408706	-565.135,63	10.415.076,66	-
RN	Parelhas	2408904	6.016.285,48	31.744.486,42	18,95
RN	Patu	2409308	620.934,69	19.531.973,70	3,18
RN	Pedra Preta	2409605	5.638.223,09	10.898.355,55	51,73
RN	Pedro Avelino	2409704	1.715.437,20	15.123.237,76	11,34
RN	Pedro Velho	2409803	-1.470.442,56	26.131.135,76	-
RN	Poço Branco	2410108	4.691.938,57	20.354.449,81	23,05

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RN	Portalegre	2410207	0,00	14.199.104,09	0,00
RN	Rio do Fogo	2408953	0,00	26.557.842,45	0,00
RN	Rodolfo Fernandes	2411007	-673.346,58	12.594.122,27	-
RN	Ruy Barbosa	2411106	5.380.043,34	12.186.380,97	44,15
RN	Santana do Seridó	2411429	-49.635,60	9.947.910,30	-
RN	São Bento do Trairí	2411700	-1.412.505,66	12.124.782,95	-
RN	São Fernando	2411809	1.627.029,29	10.687.315,99	15,22
RN	São Francisco do Oeste	2411908	0,00	10.623.622,92	0,00
RN	São João do Sabugi	2412104	-2.651.125,20	12.054.739,24	-
RN	São Miguel	2412500	5.571.095,25	37.037.825,57	15,04
RN	São Miguel do Gostoso	2412559	5.974.603,84	21.076.291,63	28,35
RN	São Paulo do Potengi	2412609	0,00	30.546.105,06	0,00
RN	São Pedro	2412708	609.297,34	13.585.284,66	4,48
RN	Senador Elói de Souza	2413102	-1.543.526,71	13.552.017,24	-
RN	Serra de São Bento	2413300	0,00	11.201.454,02	0,00
RN	Severiano Melo	2413607	-1.190.341,85	13.596.969,58	-
RN	Taboleiro Grande	2413805	-1.346.093,14	10.037.422,46	-
RN	Tangará	2414001	8.278.019,26	25.734.981,86	32,17
RN	Timbaúba dos Batistas	2414308	-682.598,57	9.671.864,76	-
RN	Várzea	2414704	0,00	10.555.206,13	0,00
RO	Alta Floresta D'Oeste	1100015	-6.530.760,28	44.111.304,55	-
RO	Alto Alegre dos Parecis	1100379	-3.082.066,57	26.949.063,66	-
RO	Alto Paraíso	1100403	-2.960.316,53	30.097.691,10	-
RO	Alvorada D'Oeste	1100346	-1.513.400,00	29.908.177,69	-
RO	Buritis	1100452	-10.684.703,67	59.300.848,40	-
RO	Cabixi	1100031	-5.650.120,39	16.887.558,97	-
RO	Cacaulândia	1100601	-5.503.665,86	18.541.033,20	-
RO	Castanheiras	1100908	-273.533,17	13.415.007,43	-
RO	Colorado do Oeste	1100064	-5.755.150,96	29.248.586,62	-
RO	Corumbiara	1100072	-3.803.630,54	22.354.123,35	-
RO	Cujubim	1100940	-4.201.537,60	37.095.822,32	-
RO	Espigão D'Oeste	1100098	-12.115.994,49	54.712.863,40	-
RO	Governador Jorge Teixeira	1101005	-5.613.543,57	20.881.187,56	-
RO	Machadinho D'Oeste	1100130	-13.497.013,19	52.738.758,60	-
RO	Monte Negro	1101401	-1.335.659,04	28.762.371,81	-
RO	Nova União	1101435	-3.471.385,02	16.134.058,53	-
RO	Parecis	1101450	-3.067.147,60	14.229.838,97	-
RO	Pimenteiras do Oeste	1101468	-2.734.565,92	13.877.330,22	-
RO	Primavera de Rondônia	1101476	-2.025.411,00	11.483.990,57	-
RO	São Francisco do Guaporé	1101492	-5.237.918,52	39.206.118,30	-
RO	Seringueiras	1101500	17.002.115,66	27.032.816,39	62,89
RO	Teixeirópolis	1101559	-5.293.006,70	13.810.136,95	-
RO	Vale do Anari	1101757	-3.395.124,25	16.970.367,99	-
RS	Aceguá	4300034	-3.335.971,34	20.365.978,57	-
RS	Água Santa	4300059	-1.433.516,79	15.021.663,04	-
RS	Agudo	4300109	1.299.066,61	38.954.240,12	3,33
RS	Ajuricaba	4300208	-1.615.621,72	18.465.107,28	-
RS	Alecrim	4300307	0,00	7.814.373,78	0,00
RS	Alegria	4300455	-1.469.815,76	13.035.149,81	-
RS	Almirante Tamandaré do Sul	4300471	-1.772.107,25	11.160.151,26	-

RS	Alpestre	4300505	0,00	40.239.670,63	0,00
RS	Alto Alegre	4300554	-2.287.171,02	10.924.989,08	-
RS	Alto Feliz	4300570	-1.741.514,27	11.769.517,65	-
RS	Amaral Ferrador	4300638	1.760.472,07	14.050.550,50	12,53
RS	Ametista do Sul	4300646	-17.560.812,09	15.278.170,74	-
RS	André da Rocha	4300661	-2.360.050,64	10.411.597,49	-
RS	Anta Gorda	4300703	-205.865,94	16.187.790,67	-
RS	Antônio Prado	4300802	-3.878.853,93	33.479.606,35	-
RS	Arambaré	4300851	-4.016.438,46	14.914.580,01	-
RS	Araricá	4300877	-1.353.487,48	17.065.952,07	-
RS	Arroio do Meio	4301008	-7.271.906,36	53.536.708,11	-
RS	Arroio do Sal	4301057	-9.099.169,90	35.534.520,86	-
RS	Arroio Grande	4301305	-196.160,46	40.394.493,66	-
RS	Arvorezinha	4301404	-1.841.807,73	22.619.465,78	-
RS	Augusto Pestana	4301503	-3.307.630,71	18.789.581,38	-
RS	Áurea	4301552	-864.541,56	12.145.156,22	-
RS	Balneário Pinhal	4301636	683.163,38	34.561.717,90	1,98
RS	Barra do Quaraí	4301875	-1.359.631,06	16.512.667,92	-
RS	Barra Funda	4301958	-713.673,45	13.692.645,07	-
RS	Barracão	4301800	-1.524.276,01	17.396.373,40	-
RS	Barros Cassal	4302006	348.824,12	28.161.549,65	1,24
RS	Benjamin Constant do Sul	4302055	-1.289.524,54	10.565.673,78	-
RS	Boa Vista das Missões	4302154	-40.892,76	11.073.091,74	-
RS	Boa Vista do Buricá	4302204	-2.556.140,07	17.447.818,04	-
RS	Boa Vista do Cadeado	4302220	-1.668.338,55	14.727.487,91	-
RS	Boa Vista do Incra	4302238	-1.497.930,87	13.678.602,35	-
RS	Boa Vista do Sul	4302253	-3.098.844,30	15.268.266,55	-
RS	Bom Princípio	4302352	-3.568.774,85	41.328.506,83	-
RS	Bom Retiro do Sul	4302402	-2.111.036,61	23.252.785,21	-
RS	Boqueirão do Leão	4302451	-18.185.525,14	19.204.941,55	-
RS	Bossoroca	4302501	-1.594.051,92	20.029.570,75	-
RS	Bozano	4302584	-1.796.309,79	9.841.043,33	-
RS	Braga	4302600	621.193,76	11.008.153,21	5,64
RS	Brochier	4302659	-753.772,97	14.043.007,15	-
RS	Butiá	4302709	7.961.186,97	38.930.811,45	20,45
RS	Caçapava do Sul	4302808	2.476.542,43	64.004.970,22	3,87
RS	Cacequi	4302907	2.377.265,55	29.183.410,21	8,15
RS	Cacique Doble	4303202	-1.462.129,29	12.622.574,93	-
RS	Caiçara	4303400	90.578,40	12.774.607,92	0,71
RS	Camargo	4303558	-1.092.728,24	12.836.011,46	-
RS	Campina das Missões	4303707	-2.061.359,11	15.455.072,39	-
RS	Campinas do Sul	4303806	-6.777.334,73	16.476.792,35	-
RS	Campo Novo	4304002	-1.627.488,62	14.590.925,77	-
RS	Campos Borges	4304101	-1.542.273,11	11.665.720,03	-
RS	Candiota	4304358	3.621.423,36	42.739.373,24	8,47
RS	Canela	4304408	-13.921.444,21	105.324.153,32	-
RS	Capão Bonito do Sul	4304622	-883.186,99	11.678.510,68	-
RS	Capão da Canoa	4304630	-30.171.806,71	133.468.326,24	-
RS	Capão do Cipó	4304655	834.256,29	15.498.658,35	5,38
RS	Capela de Santana	4304689	-1.069.120,10	21.530.286,24	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Capitão	4304697	-2.711.838,38	14.344.475,21	-
RS	Capivari do Sul	4304671	-3.806.088,49	15.489.528,45	-
RS	Carlos Barbosa	4304804	-3.547.047,29	81.366.379,34	-
RS	Carlos Gomes	4304853	-1.058.999,34	8.527.384,64	-
RS	Caseiros	4304952	-2.492.576,13	11.656.296,12	-
RS	Catuípe	4305009	-1.841.381,57	20.996.195,34	-
RS	Centenário	4305116	-1.348.126,97	11.490.032,01	-
RS	Cerrito	4305124	-2.568.016,49	13.979.922,83	-
RS	Cerro Grande	4305157	690.163,90	11.184.635,25	6,17
RS	Chapada	4305306	-1.188.930,05	23.834.224,04	-
RS	Charqueadas	4305355	4.621.740,18	87.876.984,27	5,26
RS	Charrua	4305371	-3.278.757,60	10.413.516,50	-
RS	Chuvisca	4305447	-1.737.387,09	13.018.603,82	-
RS	Colinas	4305587	-653.549,03	11.732.737,12	-
RS	Colorado	4305603	-12.121.596,17	14.450.138,40	-
RS	Condor	4305702	-700.611,25	18.663.877,01	-
RS	Constantina	4305801	45.725,29	25.720.012,90	0,18
RS	Coqueiro Baixo	4305835	-1.275.848,99	9.734.186,05	-
RS	Coronel Barros	4305871	-2.593.792,01	13.358.555,29	-
RS	Coronel Bicaco	4305900	-11.503.394,28	18.417.408,40	-
RS	Coronel Pilar	4305934	-3.260.990,32	9.757.517,08	-
RS	Cotiporã	4305959	-1.653.248,94	14.719.145,15	-
RS	Crissiumal	4306007	-1.186.675,95	28.781.599,30	-
RS	Cristal	4306056	-5.671.258,00	17.963.840,83	-
RS	Cristal do Sul	4306072	-1.408.083,06	10.360.127,86	-
RS	Cruzeiro do Sul	4306205	-1.901.051,53	24.708.273,11	-
RS	David Canabarro	4306304	-636.327,30	12.993.874,82	-
RS	Derrubadas	4306320	0,00	12.850.666,79	0,00
RS	Dezesseis de Novembro	4306353	2.292.260,60	11.310.672,98	20,27
RS	Dois Irmãos	4306403	-8.112.956,81	70.498.220,04	-
RS	Dois Irmãos das Missões	4306429	-636.590,39	11.484.260,59	-
RS	Dois Lajeados	4306452	-982.213,05	13.449.443,32	-
RS	Dom Feliciano	4306502	-3.318.223,26	30.774.905,04	-
RS	Dom Pedrito	4306601	-7.862.883,11	79.701.560,83	-
RS	Dona Francisca	4306700	-640.848,82	12.004.884,31	-
RS	Doutor Ricardo	4306759	-543.741,69	9.701.481,06	-
RS	Eldorado do Sul	4306767	-3.213.631,67	86.455.108,93	-
RS	Entre Rios do Sul	4306957	-6.902.241,73	16.180.548,22	-
RS	Entre-Ijuís	4306932	-808.110,63	22.089.136,86	-
RS	Ernestina	4307054	-1.823.148,51	13.273.985,22	-
RS	Erval Grande	4307203	-480.744,48	15.831.337,23	-
RS	Esperança do Sul	4307450	-2.659.578,01	12.052.470,84	-
RS	Estância Velha	4307609	-8.245.380,85	97.836.227,03	-
RS	Estrela	4307807	-11.162.862,52	76.469.209,38	-
RS	Eugênio de Castro	4307831	-480.993,75	12.928.990,46	-
RS	Fagundes Varela	4307864	-2.464.687,63	12.860.406,45	-
RS	Faxinal do Soturno	4308003	947.203,48	14.108.156,28	6,71
RS	Fazenda Vilanova	4308078	-1.197.136,23	14.494.701,47	-
RS	Feliz	4308102	-7.649.315,68	33.894.107,54	-
RS	Flores da Cunha	4308201	-16.692.889,24	76.790.120,82	-

RS	Floriano Peixoto	4308250	-9.787.767,95	10.076.954,12	-
RS	Fontoura Xavier	4308300	1.507.529,78	19.869.090,59	7,59
RS	Forquetinha	4308433	-2.645.988,53	10.121.937,30	-
RS	Fortaleza dos Valos	4308458	-371.451,30	22.239.525,45	-
RS	Garibaldi	4308607	-20.772.389,43	83.398.586,09	-
RS	Garruchos	4308656	180.098,23	13.046.355,00	1,38
RS	Gaurama	4308706	-7.510.940,98	16.063.715,39	-
RS	Getúlio Vargas	4308904	2.331.846,38	33.276.298,35	7,01
RS	Giruá	4309001	-9.020.659,34	50.577.279,16	-
RS	Glorinha	4309050	-4.040.637,10	26.171.004,51	-
RS	Gramado	4309100	-17.568.513,09	171.857.444,59	-
RS	Gramado dos Loureiros	4309126	571.239,63	10.079.090,81	5,67
RS	Gramado Xavier	4309159	-3.406.099,20	11.891.184,90	-
RS	Guabiju	4309258	-2.747.805,64	9.180.903,57	-
RS	Guarani das Missões	4309506	-278.786,56	17.395.670,93	-
RS	Harmonia	4309555	-2.481.774,41	18.093.061,13	-
RS	Herval	4307104	-1.426.412,78	18.790.993,16	-
RS	Herveiras	4309571	-2.238.545,57	10.325.238,66	-
RS	Horizontina	4309605	-10.012.181,72	61.709.322,37	-
RS	Hulha Negra	4309654	-4.247.918,87	16.833.130,40	-
RS	Humaitá	4309704	-22.340.301,93	14.452.985,51	-
RS	Ibarama	4309753	-1.030.773,19	13.249.416,44	-
RS	Ibiaçá	4309803	-3.962.257,44	16.583.153,98	-
RS	Ibiraiaras	4309902	-864.330,66	17.776.249,63	-
RS	Ibirapuitã	4309951	-321.048,63	14.561.844,23	-
RS	Igrejinha	4310108	-6.516.549,05	86.277.784,95	-
RS	Ilópolis	4310306	-1.965.775,77	12.838.803,77	-
RS	Imigrante	4310363	404.231,04	15.868.551,21	2,55
RS	Independência	4310405	1.593.784,85	16.357.788,10	9,74
RS	Inhacorá	4310413	1.379.628,53	10.174.050,86	13,56
RS	Ipê	4310439	-594.251,28	16.502.676,98	-
RS	Ipiranga do Sul	4310462	-3.135.396,14	11.346.117,98	-
RS	Iraí	4310504	223.834,07	14.490.414,22	1,54
RS	Itapuca	4310579	-1.297.732,60	9.391.082,98	-
RS	Itati	4310652	-2.068.161,39	9.810.626,39	-
RS	Itatiba do Sul	4310702	-787.563,42	12.899.737,23	-
RS	Ivorá	4310751	-12.921.120,34	9.910.707,41	-
RS	Ivoti	4310801	-4.324.718,56	58.175.909,09	-
RS	Jacuizinho	4310876	-1.041.197,14	11.241.757,21	-
RS	Jaguarão	4311007	-27.624.866,11	51.038.943,39	-
RS	Jaguari	4311106	1.542.173,32	21.151.669,83	7,29
RS	Jari	4311130	-2.244.692,63	12.514.480,56	-
RS	Jóia	4311155	-2.244.656,18	25.305.279,26	-
RS	Júlio de Castilhos	4311205	-897.472,26	48.248.099,87	-
RS	Lagoa Bonita do Sul	4311239	-1.883.033,62	9.609.499,77	-
RS	Lagoa dos Três Cantos	4311270	-401.463,52	11.058.589,32	-
RS	Lagoa Vermelha	4311304	-11.943.346,98	54.786.330,67	-
RS	Lagoão	4311254	-1.739.167,27	13.891.856,78	-
RS	Lavras do Sul	4311502	-3.259.718,86	21.944.029,30	-
RS	Lindolfo Collor	4311627	-1.261.286,96	16.929.389,69	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Linha Nova	4311643	-3.539.239,61	8.820.669,53	-
RS	Mampituba	4311734	-10.090.876,21	10.799.634,94	-
RS	Manoel Viana	4311759	-1.004.549,03	17.129.558,75	-
RS	Maquiné	4311775	-826.513,81	16.597.495,06	-
RS	Maratá	4311791	-2.810.192,39	12.003.979,71	-
RS	Marau	4311809	-8.445.147,37	96.902.430,90	-
RS	Marques de Souza	4312054	-1.593.575,29	14.207.843,99	-
RS	Mata	4312104	186.452,13	14.407.978,54	1,29
RS	Mato Leitão	4312153	-17.932.327,54	16.103.955,05	-
RS	Mato Queimado	4312179	-2.116.475,06	11.467.684,79	-
RS	Miraguaí	4312302	1.060.778,89	12.994.733,10	8,16
RS	Montauri	4312351	-2.190.279,56	10.637.860,40	-
RS	Monte Belo do Sul	4312385	-4.607.996,42	12.628.378,22	-
RS	Morro Redondo	4312450	-3.449.423,49	14.463.098,27	-
RS	Morro Reuter	4312476	-1.277.013,79	15.576.766,10	-
RS	Mostardas	4312500	496.663,57	30.217.399,95	1,64
RS	Muçum	4312609	-623.872,44	14.525.479,24	-
RS	Muliterno	4312625	-926.312,58	10.752.282,71	-
RS	Não-Me-Toque	4312658	-11.175.166,27	49.699.219,72	-
RS	Nicolau Vergueiro	4312674	-366.632,69	10.182.292,85	-
RS	Nonoai	4312708	6.148.648,04	26.743.489,08	22,99
RS	Nova Alvorada	4312757	-2.669.179,30	14.212.377,72	-
RS	Nova Araçá	4312807	0,00	16.179.118,85	0,00
RS	Nova Boa Vista	4312955	-2.036.531,91	11.445.511,12	-
RS	Nova Candelária	4313011	-3.741.550,86	13.818.662,97	-
RS	Nova Esperança do Sul	4313037	-375.403,37	12.619.379,85	-
RS	Nova Hartz	4313060	-1.027.831,02	42.087.264,79	-
RS	Nova Pádua	4313086	-2.191.942,31	12.053.615,55	-
RS	Nova Palma	4313102	-164.171,55	18.233.167,36	-
RS	Nova Petrópolis	4313201	-12.377.280,54	53.086.130,28	-
RS	Nova Prata	4313300	-12.136.019,72	70.584.823,12	-
RS	Novo Barreiro	4313490	-8.856.572,19	12.624.985,35	-
RS	Novo Cabrais	4313391	-1.216.872,95	12.059.388,30	-
RS	Novo Machado	4313425	-2.597.659,58	13.061.317,37	-
RS	Novo Tiradentes	4313441	-658.827,77	10.315.079,40	-
RS	Novo Xingu	4313466	0,03	10.289.244,62	0,00
RS	Osório	4313508	-49.066.857,05	168.883.566,75	-
RS	Paim Filho	4313607	-1.725.943,31	12.730.454,58	-
RS	Palmeira das Missões	4313706	0,00	68.871.734,67	0,00
RS	Palmitinho	4313805	-2.499.700,35	16.400.949,98	-
RS	Panambi	4313904	-13.344.740,30	113.683.855,94	-
RS	Pantano Grande	4313953	205.827,54	21.976.866,65	0,94
RS	Paraí	4314001	-3.386.831,94	21.974.055,99	-
RS	Pareci Novo	4314035	-1.694.075,36	15.042.477,90	-
RS	Passa Sete	4314068	-3.270.875,04	13.549.212,00	-
RS	Passo do Sobrado	4314076	-2.574.522,26	16.318.040,72	-
RS	Paulo Bento	4314134	-1.424.372,14	11.102.202,36	-
RS	Paverama	4314159	-1.284.839,80	15.870.449,17	-
RS	Pedras Altas	4314175	-4.137.241,13	13.602.332,81	-
RS	Pejuçara	4314308	361.261,32	16.078.992,81	2,25

RS	Picada Café	4314423	-3.520.063,09	20.784.899,19	-
RS	Pinhal da Serra	4314464	-1.850.264,01	20.108.248,73	-
RS	Pinhal Grande	4314472	-2.744.957,92	20.539.398,91	-
RS	Pinheirinho do Vale	4314498	-1.095.112,14	13.215.463,72	-
RS	Pirapó	4314555	-1.310.467,86	10.415.086,12	-
RS	Planalto	4314704	0,00	20.082.350,05	0,00
RS	Pontão	4314779	-1.861.672,24	18.931.837,09	-
RS	Portão	4314803	1.921.018,86	66.846.206,65	2,87
RS	Porto Mauá	4315057	-1.091.097,08	11.036.967,54	-
RS	Porto Vera Cruz	4315073	0,00	9.915.769,26	0,00
RS	Porto Xavier	4315107	-1.353.839,55	22.967.741,88	-
RS	Pouso Novo	4315131	-1.413.598,88	9.642.187,95	-
RS	Presidente Lucena	4315149	-2.041.307,94	11.291.683,52	-
RS	Progresso	4315156	-2.284.838,28	14.791.122,71	-
RS	Protásio Alves	4315172	-1.130.478,28	10.293.238,61	-
RS	Putinga	4315206	-3.964.491,43	13.090.514,86	-
RS	Quevedos	4315321	-1.117.552,03	12.568.069,81	-
RS	Redentora	4315404	1.051.319,88	18.441.999,75	5,70
RS	Relvado	4315453	-940.770,80	9.954.274,74	-
RS	Restinga Seca	4315503	-55.630,81	32.956.046,32	-
RS	Rio dos Índios	4315552	0,00	13.461.435,99	0,00
RS	Rio Pardo	4315701	1.153.496,24	84.347.223,01	1,37
RS	Roca Sales	4315800	856.505,51	24.502.315,02	3,50
RS	Ronda Alta	4316105	-86.227,56	24.966.593,90	-
RS	Rondinha	4316204	-5.913.946,49	16.555.560,74	-
RS	Roque Gonzales	4316303	-1.410.845,92	16.653.036,15	-
RS	Rosário do Sul	4316402	33.343.544,36	62.427.242,04	53,41
RS	Saldanha Marinho	4316436	1.524.145,75	12.489.021,80	12,20
RS	Salto do Jacuí	4316451	-2.498.395,69	31.590.227,59	-
RS	Salvador das Missões	4316477	-619.089,04	13.251.603,67	-
RS	Salvador do Sul	4316501	-2.131.639,07	20.054.084,77	-
RS	Sananduva	4316600	-3.452.683,45	34.452.889,35	-
RS	Santa Cecília do Sul	4316733	-3.534.713,92	11.703.716,13	-
RS	Santa Clara do Sul	4316758	-4.668.658,62	16.896.668,81	-
RS	Santa Maria do Herval	4316956	-997.956,84	16.452.237,91	-
RS	Santa Tereza	4317251	-1.165.807,68	9.107.896,18	-
RS	Santana da Boa Vista	4317004	-2.110.986,51	17.671.846,86	-
RS	Santo Antônio da Patrulha	4317608	-3.128.274,93	83.328.891,98	-
RS	Santo Antônio do Palma	4317558	-1.014.269,62	11.273.547,86	-
RS	Santo Cristo	4317905	-884.584,98	31.199.837,23	-
RS	Santo Expedito do Sul	4317954	-706.984,75	10.648.991,08	-
RS	São Domingos do Sul	4318051	214.641,27	11.460.874,19	1,87
RS	São Francisco de Assis	4318101	-1.964.080,14	40.365.468,50	-
RS	São Jerônimo	4318408	-31.115.921,77	35.425.312,96	-
RS	São João da Urtiga	4318424	-1.687.706,14	15.022.731,52	-
RS	São João do Polêsine	4318432	-111.766,91	10.105.571,87	-
RS	São Jorge	4318440	-1.249.531,07	10.483.346,16	-
RS	São José do Herval	4318465	-582.298,40	11.088.237,90	-
RS	São José do Inhacorá	4318499	-1.261.925,99	11.044.190,04	-
RS	São José do Norte	4318507	-10.982.146,81	57.719.767,18	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	São José do Ouro	4318606	-1.095.297,51	16.527.452,42	-
RS	São José do Sul	4318614	-2.242.518,36	12.639.737,46	-
RS	São José dos Ausentes	4318622	2.048.834,05	14.006.019,35	14,63
RS	São Lourenço do Sul	4318804	-17.878.770,17	90.584.864,25	-
RS	São Marcos	4319000	-1.357.035,98	53.450.574,15	-
RS	São Martinho	4319109	0,00	16.088.429,59	0,00
RS	São Miguel das Missões	4319158	-2.350.328,73	25.774.402,64	-
RS	São Pedro da Serra	4319356	-2.350.838,96	13.887.456,00	-
RS	São Pedro do Butiá	4319372	-12.197.462,88	12.066.700,01	-
RS	São Pedro do Sul	4319406	-2.512.636,88	43.061.916,40	-
RS	São Sebastião do Caí	4319505	-2.358.648,44	57.061.806,18	-
RS	São Valentim	4319703	-3.180.364,41	12.650.888,18	-
RS	São Valentim do Sul	4319711	-1.782.825,14	9.832.144,20	-
RS	São Vendelino	4319752	-1.946.924,05	12.506.780,89	-
RS	São Vicente do Sul	4319802	-1.466.459,44	20.995.022,96	-
RS	Sarandi	4320107	-4.307.128,95	43.849.151,50	-
RS	Seberi	4320206	445.450,40	23.391.491,56	1,90
RS	Sede Nova	4320230	-3.982.672,31	11.820.398,64	-
RS	Selbach	4320305	-309.883,96	16.602.696,16	-
RS	Senador Salgado Filho	4320321	-1.035.727,30	11.058.556,11	-
RS	Serafina Corrêa	4320404	-2.196.909,93	40.806.555,74	-
RS	Sertão Santana	4320552	-9.278.958,21	18.417.512,18	-
RS	Sete de Setembro	4320578	238.328,10	9.927.064,91	2,40
RS	Severiano de Almeida	4320602	-1.976.517,23	13.237.617,51	-
RS	Silveira Martins	4320651	-1.087.807,83	10.319.470,93	-
RS	Sinimbu	4320677	-6.893.693,17	21.717.437,97	-
RS	Sobradinho	4320701	178,75	30.569.544,67	0,00
RS	Soledade	4320800	4.756.338,96	59.984.512,94	7,93
RS	Tabaí	4320859	-913.274,43	11.654.359,02	-
RS	Tapejara	4320909	-5.238.384,04	46.596.600,26	-
RS	Tapera	4321006	899.305,23	26.225.640,37	3,43
RS	Tapes	4321105	-3.288.814,08	34.265.164,64	-
RS	Taquari	4321303	-2.865.101,09	45.751.342,05	-
RS	Taquaruçu do Sul	4321329	-1.556.733,71	11.404.836,95	-
RS	Tavares	4321352	844.306,99	13.042.882,68	6,47
RS	Tenente Portela	4321402	3.524.201,04	31.515.613,52	11,18
RS	Terra de Areia	4321436	-477.448,27	24.316.126,55	-
RS	Teutônia	4321451	-898.627,48	69.808.473,01	-
RS	Tio Hugo	4321469	1.006.549,40	12.240.802,12	8,22
RS	Tiradentes do Sul	4321477	-2.263.217,01	13.969.894,06	-
RS	Toropi	4321493	-2.567.892,34	10.550.681,90	-
RS	Tramandaí	4321600	-5.967.787,94	150.374.330,06	-
RS	Travesseiro	4321626	-2.292.460,29	11.122.946,64	-
RS	Três Arroios	4321634	-384.876,37	12.827.221,78	-
RS	Três Cachoeiras	4321667	-3.914.920,79	20.496.452,51	-
RS	Três de Maio	4321808	-1.698.132,16	45.147.539,26	-
RS	Três Forquilhas	4321832	1.118.862,54	11.684.231,92	9,58
RS	Três Palmeiras	4321857	-870.434,29	13.646.950,78	-
RS	Três Passos	4321907	-5.495.496,87	49.994.804,96	-
RS	Trindade do Sul	4321956	1.427.992,65	14.353.343,56	9,95

RS	Triunfo	4322004	29.496.732,57	177.299.615,44	16,64
RS	Tucunduva	4322103	211.218,61	14.999.541,64	1,41
RS	Tupanci do Sul	4322186	-837.534,00	9.752.079,17	-
RS	Tupanciretã	4322202	5.518.612,74	54.787.146,51	10,07
RS	Tupandi	4322251	-1.266.871,44	24.715.880,72	-
RS	Tuparendi	4322301	580.131,74	18.433.283,67	3,15
RS	Turuçu	4322327	-4.561.816,79	13.082.031,72	-
RS	União da Serra	4322350	0,00	9.330.731,80	0,00
RS	Unistalda	4322376	-147.561,69	10.438.145,37	-
RS	Vale do Sol	4322533	-5.855.637,18	24.208.941,16	-
RS	Vale Real	4322541	-700.011,16	15.340.314,46	-
RS	Vale Verde	4322525	-935.684,02	11.797.489,84	-
RS	Vanini	4322558	-1.121.689,36	10.405.913,50	-
RS	Vera Cruz	4322707	-9.303.481,62	55.927.577,73	-
RS	Veranópolis	4322806	-10.767.696,23	70.880.663,92	-
RS	Vespasiano Correa	4322855	-2.247.592,53	10.832.739,06	-
RS	Viadutos	4322905	-2.213.185,58	14.514.290,49	-
RS	Vicente Dutra	4323101	-2.177.239,42	12.322.538,27	-
RS	Victor Graeff	4323200	-2.600.923,26	13.975.229,28	-
RS	Vila Flores	4323309	-1.699.201,42	15.269.236,19	-
RS	Vila Lângaro	4323358	-1.441.566,67	12.239.729,99	-
RS	Vila Maria	4323408	-659.895,64	15.845.207,89	-
RS	Vista Alegre	4323507	-844.704,10	10.791.651,23	-
RS	Vista Alegre do Prata	4323606	-944.545,65	12.214.648,50	-
RS	Westfalia	4323770	-2.280.595,28	16.383.163,10	-
RS	Xangri-lá	4323804	-27.713.586,02	82.786.942,23	-
SC	Abdon Batista	4200051	-3.590.263,09	16.176.431,63	-
SC	Abelardo Luz	4200101	-5.305.100,01	46.438.906,12	-
SC	Agronômica	4200309	-307.889,26	14.140.789,09	-
SC	Água Doce	4200408	-6.423.440,52	22.154.478,14	-
SC	Águas de Chapecó	4200507	-66.320,91	14.744.260,92	-
SC	Águas Frias	4200556	-2.209.194,12	11.158.103,22	-
SC	Águas Mornas	4200606	-1.327.556,09	15.073.698,21	-
SC	Alfredo Wagner	4200705	-2.983.154,45	18.638.023,39	-
SC	Anchieta	4200804	-1.817.282,21	14.984.442,55	-
SC	Angelina	4200903	745.187,12	15.338.164,46	4,86
SC	Anitápolis	4201109	200.791,42	12.080.792,92	1,66
SC	Antônio Carlos	4201208	-2.744.331,21	25.818.966,27	-
SC	Apiúna	4201257	-3.325.686,86	29.242.966,85	-
SC	Arabutã	4201273	-620.671,66	16.025.618,00	-
SC	Arvoredo	4201653	-579.780,61	11.862.569,61	-
SC	Ascurra	4201703	-1.422.451,77	15.668.020,82	-
SC	Atalanta	4201802	-356.483,48	11.232.082,06	-
SC	Aurora	4201901	384.431,13	15.715.019,82	2,45
SC	Balneário Piçarras	4212809	-15.674.757,85	61.797.750,94	-
SC	Balneário Rincão	4220000	-4.309.423,20	32.212.317,41	-
SC	Barra Velha	4202107	-12.764.953,39	67.717.702,90	-
SC	Bela Vista do Toldo	4202131	863.988,94	16.403.101,72	5,27
SC	Belmonte	4202156	-641.480,91	10.386.011,47	-
SC	Benedito Novo	4202206	-2.840.167,31	20.424.179,07	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	Bocaina do Sul	4202438	-1.500.199,99	11.757.372,73	-
SC	Bom Jardim da Serra	4202503	-6.074.549,31	12.637.245,30	-
SC	Bom Jesus	4202537	-2.479.687,88	11.727.659,28	-
SC	Bom Jesus do Oeste	4202578	-1.125.644,01	10.573.365,85	-
SC	Bom Retiro	4202602	-930.333,67	17.288.954,03	-
SC	Botuverá	4202701	-4.546.171,52	14.901.940,16	-
SC	Braço do Trombudo	4202859	-2.323.463,07	14.872.563,84	-
SC	Brunópolis	4202875	-4.156.335,37	11.530.381,61	-
SC	Caibi	4203105	-400.542,88	16.689.371,20	-
SC	Campo Alegre	4203303	-1.532.564,27	30.885.145,69	-
SC	Campo Belo do Sul	4203402	-1.308.478,64	17.671.193,85	-
SC	Campos Novos	4203600	-15.972,18	100.041.868,51	-
SC	Capão Alto	4203253	-670.375,41	16.640.985,74	-
SC	Capinzal	4203907	-9.849.234,16	65.312.162,57	-
SC	Catanduvas	4204004	-1.579.125,50	24.618.018,86	-
SC	Caxambu do Sul	4204103	-491.977,79	15.833.068,25	-
SC	Celso Ramos	4204152	-15.448,59	14.602.656,73	-
SC	Cerro Negro	4204178	-1.296.027,10	12.800.241,00	-
SC	Chapadão do Lageado	4204194	-1.573.405,64	10.748.907,23	-
SC	Cocal do Sul	4204251	401.967,20	40.432.767,50	0,99
SC	Cordilheira Alta	4204350	-1.881.259,45	17.221.591,00	-
SC	Coronel Freitas	4204400	-6.659.244,10	26.449.172,83	-
SC	Coronel Martins	4204459	373.042,08	5.664.580,12	6,59
SC	Correia Pinto	4204558	1.311.267,16	38.388.289,64	3,42
SC	Corupá	4204509	1.356.643,85	35.305.873,11	3,84
SC	Cunha Porã	4204707	-2.541.806,21	24.386.473,26	-
SC	Cunhataí	4204756	-1.781.623,11	7.866.696,19	-
SC	Curitibanos	4204806	-15.984.664,81	75.422.415,35	-
SC	Descanso	4204905	-1.958.406,94	18.279.818,29	-
SC	Dionísio Cerqueira	4205001	-5.795.537,37	37.138.614,95	-
SC	Dona Emma	4205100	-1.046.809,29	11.725.273,29	-
SC	Doutor Pedrinho	4205159	-540.021,28	10.981.576,71	-
SC	Entre Rios	4205175	-1.030.781,55	10.847.391,20	-
SC	Ermo	4205191	222.772,65	10.289.353,21	2,17
SC	Erval Velho	4205209	-4.658.765,73	14.224.506,87	-
SC	Faxinal dos Guedes	4205308	-1.381.630,31	30.620.314,95	-
SC	Formosa do Sul	4205431	-2.144.408,02	5.824.826,78	-
SC	Forquilhinha	4205456	-5.170.121,18	60.963.306,30	-
SC	Fraiburgo	4205506	-12.617.875,74	80.939.690,18	-
SC	Frei Rogério	4205555	-2.465.346,07	10.737.027,65	-
SC	Garopaba	4205704	-5.671.198,64	48.863.269,53	-
SC	Governador Celso Ramos	4206009	-767.054,89	41.897.943,59	-
SC	Grão Pará	4206108	1.195.111,53	16.549.197,29	7,22
SC	Gravatal	4206207	270.176,40	20.378.756,52	1,33
SC	Guabiruba	4206306	-3.693.876,46	45.347.875,81	-
SC	Guaraciaba	4206405	-446.290,06	22.762.109,47	-
SC	Guaramirim	4206504	-7.429.521,11	98.813.433,84	-
SC	Guatambú	4206652	-2.914.772,20	18.060.070,27	-
SC	Herval d'Oeste	4206702	-6.097.112,31	46.717.180,86	-
SC	Ibicaré	4206801	-3.838.763,91	12.409.118,71	-

SC	Ibirama	4206900	-7.143.906,11	41.306.334,41	-
SC	Ilhota	4207106	-2.735.302,08	30.628.694,27	-
SC	Imbituba	4207304	-9.944.248,48	99.417.378,07	-
SC	Imbuia	4207403	-4.081.178,07	15.043.172,59	-
SC	Iomerê	4207577	-858.268,67	13.679.728,36	-
SC	Iporã do Oeste	4207650	-4.282.773,21	21.199.477,32	-
SC	Ipuaçu	4207684	1.130.695,27	18.101.450,57	6,25
SC	Iraceminha	4207759	-747.856,09	12.307.131,40	-
SC	Irani	4207809	158.761,83	21.432.020,26	0,74
SC	Irati	4207858	-1.468.499,18	9.580.014,79	-
SC	Irineópolis	4207908	-890.287,30	26.479.836,47	-
SC	Itá	4208005	1.246.417,94	33.414.682,12	3,73
SC	Itaiópolis	4208104	-5.859.494,28	45.013.485,39	-
SC	Itapiranga	4208401	-3.502.463,14	44.179.688,99	-
SC	Jacinto Machado	4208708	-2.530.138,22	22.687.109,90	-
SC	Jaguaruna	4208807	920.432,86	42.689.394,49	2,16
SC	José Boiteux	4209151	-251.537,30	13.565.172,93	-
SC	Jupiá	4209177	-672.628,09	10.149.100,23	-
SC	Lacerdópolis	4209201	-1.836.525,50	11.125.889,50	-
SC	Laguna	4209409	-6.055.088,12	86.707.954,41	-
SC	Lajeado Grande	4209458	-1.919.918,58	10.223.808,85	-
SC	Laurentino	4209508	-599.790,99	15.655.350,98	-
SC	Leoberto Leal	4209805	-85.471,48	11.820.242,36	-
SC	Lindóia do Sul	4209854	-2.494.985,48	14.895.453,39	-
SC	Lontras	4209904	-2.251.496,29	24.274.821,74	-
SC	Luiz Alves	4210001	-6.844.207,97	29.264.743,84	-
SC	Luzerna	4210035	-2.380.758,05	16.546.960,51	-
SC	Macieira	4210050	-5.265.897,72	10.946.029,98	-
SC	Maracajá	4210407	-2.101.794,81	16.879.449,62	-
SC	Maravilha	4210506	-5.744.076,70	54.732.616,03	-
SC	Marema	4210555	-1.438.935,63	11.630.378,07	-
SC	Massaranduba	4210605	-3.877.661,83	36.429.983,16	-
SC	Meleiro	4210803	-851.706,69	19.958.001,19	-
SC	Mirim Doce	4210852	-886.652,22	10.876.235,02	-
SC	Modelo	4210902	141.416,41	13.777.072,44	1,03
SC	Mondaí	4211009	-4.595.282,83	28.815.710,61	-
SC	Monte Carlo	4211058	-2.698.486,40	21.293.086,36	-
SC	Morro da Fumaça	4211207	-1.706.191,80	40.733.786,20	-
SC	Morro Grande	4211256	-2.074.503,11	14.328.327,55	-
SC	Nova Erechim	4211405	-1.004.468,58	15.124.580,93	-
SC	Nova Itaberaba	4211454	-2.559.365,55	14.653.468,68	-
SC	Nova Trento	4211504	-2.657.885,88	32.753.063,04	-
SC	Novo Horizonte	4211652	-724.512,23	12.750.305,97	-
SC	Orleans	4211702	-2.214.036,10	54.803.394,35	-
SC	Ouro	4211801	-3.442.650,98	17.249.310,76	-
SC	Ouro Verde	4211850	-616.216,34	12.656.018,76	-
SC	Painel	4211892	-245.632,23	9.813.198,85	-
SC	Palmeira	4212056	1.632.808,91	5.604.345,69	29,13
SC	Palmitos	4212106	-4.348.949,20	32.817.093,98	-
SC	Papanduva	4212205	2.517.417,20	37.013.102,26	6,80

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	Paraíso	4212239	-1.031.697,76	12.167.254,72	-
SC	Passo de Torres	4212254	-2.563.184,39	17.943.693,68	-
SC	Passos Maia	4212270	-3.348.549,67	15.343.350,24	-
SC	Paulo Lopes	4212304	-676.367,28	15.368.420,17	-
SC	Pedras Grandes	4212403	-1.070.854,74	11.767.390,13	-
SC	Peritiba	4212601	-1.196.703,22	11.488.735,30	-
SC	Petrolândia	4212700	-1.833.368,29	14.742.899,28	-
SC	Pinhalzinho	4212908	-4.488.594,27	46.604.931,01	-
SC	Pinheiro Preto	4213005	-3.397.195,48	13.771.838,26	-
SC	Piratuba	4213104	-2.935.105,83	30.036.631,78	-
SC	Planalto Alegre	4213153	-248.128,70	10.902.754,12	-
SC	Ponte Alta	4213302	-451.931,23	13.369.473,25	-
SC	Ponte Alta do Norte	4213351	-2.902.252,63	11.914.344,58	-
SC	Porto Belo	4213500	-7.120.257,05	51.236.126,64	-
SC	Pouso Redondo	4213708	-1.205.336,30	30.930.836,87	-
SC	Praia Grande	4213807	-965.792,96	16.413.701,85	-
SC	Presidente Castello Branco	4213906	955,27	10.274.562,30	0,01
SC	Presidente Getúlio	4214003	-3.222.398,03	37.289.469,02	-
SC	Presidente Nereu	4214102	-84.318,56	9.714.381,49	-
SC	Princesa	4214151	-5.049.010,21	10.941.067,43	-
SC	Quilombo	4214201	-2.731.497,44	23.574.584,77	-
SC	Rio das Antas	4214409	-1.426.321,61	19.931.305,07	-
SC	Rio do Campo	4214508	-1.316.351,58	14.973.999,68	-
SC	Rio do Oeste	4214607	-2.837.441,08	16.224.821,55	-
SC	Rio dos Cedros	4214706	-4.957.637,97	23.918.172,70	-
SC	Rio Fortuna	4214904	377.426,27	12.994.402,42	2,90
SC	Rio Negrinho	4215000	3.055.466,18	102.407.141,41	2,98
SC	Rio Rufino	4215059	748.289,22	9.616.089,99	7,78
SC	Rodeio	4215109	-2.200.126,85	21.702.662,25	-
SC	Romelândia	4215208	2.052.607,12	12.368.873,35	16,59
SC	Saltinho	4215356	-889.532,00	11.689.183,03	-
SC	Salto Veloso	4215406	-15.639.572,66	17.117.779,15	-
SC	Sangão	4215455	-312.800,25	22.341.029,34	-
SC	Santa Cecília	4215505	715.401,59	34.594.462,44	2,07
SC	Santa Helena	4215554	-1.022.805,40	10.744.198,14	-
SC	Santa Rosa de Lima	4215604	144.378,46	10.620.481,68	1,36
SC	Santa Rosa do Sul	4215653	-1.192.341,05	16.166.350,97	-
SC	Santa Terezinha do Progresso	4215687	-1.318.900,43	9.896.871,12	-
SC	Santiago do Sul	4215695	-1.727.325,11	9.591.706,88	-
SC	Santo Amaro da Imperatriz	4215703	-2.305.303,87	46.798.943,51	-
SC	São Bernardino	4215752	-1.376.945,42	11.435.711,43	-
SC	São Bonifácio	4215901	-1.361.886,87	10.623.578,69	-
SC	São Carlos	4216008	1.314.952,14	24.687.811,05	5,33
SC	São Domingos	4216107	-3.739.841,34	21.107.049,81	-
SC	São João Batista	4216305	-7.846.380,56	61.892.727,45	-
SC	São João do Itaperiú	4216354	-133.731,81	11.687.963,35	-
SC	São João do Oeste	4216255	-1.996.365,33	18.378.020,80	-
SC	São João do Sul	4216404	-1.736.202,41	15.903.944,81	-
SC	São Joaquim	4216503	-1.920.095,47	43.641.979,28	-
SC	São José do Cedro	4216701	-3.678.652,69	32.118.476,47	-

SC	São José do Cerrito	4216800	-2.517.649,59	18.536.003,26	-
SC	São Lourenço do Oeste	4216909	-8.497.950,01	57.378.312,75	-
SC	São Ludgero	4217006	-3.841.085,76	30.934.669,57	-
SC	São Martinho	4217105	-657.955,66	10.911.446,10	-
SC	São Miguel da Boa Vista	4217154	-355.221,93	9.255.498,92	-
SC	São Miguel do Oeste	4217204	1.143.749,96	85.227.613,87	1,34
SC	São Pedro de Alcântara	4217253	-1.015.352,20	13.579.294,95	-
SC	Saudades	4217303	-518.886,66	21.241.299,52	-
SC	Schroeder	4217402	-8.164.355,32	38.448.684,15	-
SC	Seara	4217501	-3.182.401,99	43.140.498,24	-
SC	Serra Alta	4217550	-675.732,46	11.205.752,01	-
SC	Sombrio	4217709	1.867.380,77	53.149.196,79	3,51
SC	Sul Brasil	4217758	-1.258.198,99	10.432.911,11	-
SC	Taió	4217808	-2.807.385,16	41.832.497,60	-
SC	Tigrinhos	4217956	-236.585,90	9.896.165,69	-
SC	Tijucas	4218004	4.617.583,89	89.814.815,96	5,14
SC	Timbé do Sul	4218103	-2.322.829,48	13.524.539,01	-
SC	Timbó	4218202	-24.526.011,79	108.101.395,93	-
SC	Timbó Grande	4218251	4.470.175,58	8.513.702,16	52,51
SC	Três Barras	4218301	1.454.444,68	52.394.013,51	2,78
SC	Treviso	4218350	4.568,43	19.817.888,13	0,02
SC	Treze de Maio	4218400	-2.282.947,28	15.212.820,46	-
SC	Tunápolis	4218756	-1.376.881,52	15.759.817,05	-
SC	Turvo	4218806	-2.926.040,40	29.584.427,89	-
SC	União do Oeste	4218855	-843.948,84	11.415.155,93	-
SC	Urubici	4218905	630.831,41	21.046.217,24	3,00
SC	Urupema	4218954	-2.205.818,09	9.742.800,60	-
SC	Vargem Bonita	4219176	-4.289.493,63	19.969.921,53	-
SC	Vidal Ramos	4219200	-1.567.828,74	18.904.434,21	-
SC	Vitor Meireles	4219358	-1.441.482,37	13.738.740,80	-
SC	Witmarsum	4219408	-2.536.500,95	12.215.883,58	-
SC	Xavantina	4219606	-377.541,56	15.668.222,22	-
SE	Amparo de São Francisco	2800100	-1.106.733,85	10.047.205,72	-
SE	Aquidabã	2800209	946.411,17	30.511.822,24	3,10
SE	Arauá	2800407	-2.630.471,08	24.770.930,12	-
SE	Areia Branca	2800506	-3.074.831,45	32.826.696,79	-
SE	Barra dos Coqueiros	2800605	-10.541.917,19	81.582.121,75	-
SE	Boquim	2800670	-3.586.901,27	40.351.658,92	-
SE	Brejo Grande	2800704	-1.221.941,51	16.572.640,56	-
SE	Campo do Brito	2801009	2.047.579,91	31.451.533,73	6,51
SE	Carira	2801405	-4.836.304,08	39.043.983,31	-
SE	Cedro de São João	2801603	452.145,62	12.110.277,73	3,73
SE	Cristinápolis	2801702	6.087.540,72	38.988.912,33	15,61
SE	Cumbe	2801900	-1.715.762,02	12.986.485,22	-
SE	Feira Nova	2802205	1.219.956,62	13.775.377,88	8,86
SE	Frei Paulo	2802304	-1.549.734,16	27.402.332,09	-
SE	Gararu	2802403	-1.490.122,07	20.521.624,70	-
SE	Gracho Cardoso	2802601	-58.853,45	13.212.411,04	-
SE	Ilha das Flores	2802700	-1.383.746,60	18.783.734,62	-
SE	Indiaroba	2802809	-4.499.023,98	33.535.030,11	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SE	Itabi	2803104	-826.017,96	12.157.635,03	-
SE	Itaporanga d'Ajuda	2803203	-9.532.233,94	79.090.984,25	-
SE	Japaratuba	2803302	-9.864.002,07	78.119.380,27	-
SE	Japoatã	2803401	-6.087.312,56	25.248.386,63	-
SE	Laranjeiras	2803609	-19.534.478,37	99.007.706,44	-
SE	Macambira	2803708	-1.096.199,54	15.527.993,64	-
SE	Malhada dos Bois	2803807	-719.335,52	12.831.133,23	-
SE	Malhador	2803906	-3.586.901,27	40.351.658,92	-
SE	Maruim	2804003	-817.122,33	39.762.179,24	-
SE	Moita Bonita	2804102	-2.777.768,06	20.148.511,54	-
SE	Monte Alegre de Sergipe	2804201	938.856,89	23.206.701,32	4,05
SE	Muribeca	2804300	-559.576,40	18.153.668,43	-
SE	Neópolis	2804409	-3.806.479,18	33.148.663,29	-
SE	Nossa Senhora Aparecida	2804458	-644.354,46	17.471.337,00	-
SE	Nossa Senhora da Glória	2804508	-3.420.863,13	29.265.630,81	-
SE	Nossa Senhora das Dores	2804607	-6.888.490,33	49.533.398,20	-
SE	Nossa Senhora de Lourdes	2804706	-1.869.459,76	4.431.093,92	-
SE	Pacatuba	2804904	10.254.540,59	33.913.038,49	30,24
SE	Pedra Mole	2805000	-494.607,99	11.095.122,86	-
SE	Pedrinhas	2805109	1.627.326,07	18.012.260,20	9,03
SE	Pinhão	2805208	0,00	7.608.934,01	0,00
SE	Pirambu	2805307	-389.693,22	43.125.956,48	-
SE	Poço Verde	2805505	1.802.216,21	34.258.086,25	5,26
SE	Porto da Folha	2805604	-2.815.661,38	44.312.673,81	-
SE	Riachão do Dantas	2805802	4.051.634,06	37.377.352,42	10,84
SE	Ribeirópolis	2806008	-2.285.515,94	31.192.164,30	-
SE	Rosário do Catete	2806107	2.033.199,19	64.417.304,53	3,16
SE	Salgado	2806206	-4.872.793,63	33.909.194,41	-
SE	Santa Luzia do Itanhy	2806305	-4.421.983,29	34.087.450,62	-
SE	Santo Amaro das Brotas	2806602	1.986.417,71	22.639.011,94	8,77
SE	São Domingos	2806800	-1.337.906,23	18.148.738,89	-
SE	São Miguel do Aleixo	2807006	-1.642.247,46	11.538.212,86	-
SE	Simão Dias	2807105	18.278.083,52	59.617.740,15	30,66
SE	Siriri	2807204	-27.488,01	24.643.129,52	-
SE	Telha	2807303	-389.235,49	12.107.632,80	-
SE	Tomar do Geru	2807501	425.858,61	26.041.863,35	1,64
SE	Umbaúba	2807600	-849.347,16	40.384.262,11	-
SP	Águas de Lindóia	3500501	1.675.175,33	66.713.057,61	2,51
SP	Águas de São Pedro	3500600	245.796,86	19.119.933,00	1,29
SP	Agudos	3500709	-6.756.322,19	127.229.122,73	-
SP	Altair	3500907	-268.044,80	17.036.575,96	-
SP	Alto Alegre	3501103	-1.683.405,94	15.872.842,45	-
SP	Álvares Florence	3501202	-117.016,95	15.658.676,78	-
SP	Américo Brasiliense	3501707	-9.138.371,01	77.303.128,11	-
SP	Américo de Campos	3501806	-54.404,86	17.612.779,93	-
SP	Aparecida d'Oeste	3502606	-11.548,81	13.909.771,15	-
SP	Apiaí	3502705	18.095.536,53	53.327.217,11	33,93
SP	Arealva	3503406	-2.247.034,32	24.272.213,80	-
SP	Areias	3503505	-2.968.072,53	14.551.219,43	-
SP	Ariranha	3503703	2.912.282,17	33.378.328,77	8,73

SP	Artur Nogueira	3503802	23.316.138,87	101.804.130,79	22,90
SP	Aspásia	3503950	-178.778,21	10.772.198,20	-
SP	Bady Bassitt	3504602	-1.746.531,47	43.244.175,21	-
SP	Barrinha	3505609	24.280.898,28	61.525.881,51	39,46
SP	Bilac	3506409	-15.866.519,98	19.754.083,40	-
SP	Bocaina	3506805	-4.796.940,51	30.922.639,60	-
SP	Boracéia	3507308	-3.289.197,34	19.208.761,18	-
SP	Braúna	3507704	-18.350,94	15.526.570,60	-
SP	Buri	3508009	8.899.801,82	53.992.726,51	16,48
SP	Buritama	3508108	-7.153.899,20	50.498.599,78	-
SP	Buritizal	3508207	2.600,83	19.605.645,32	0,01
SP	Caconde	3508702	-4.742.549,14	39.531.027,77	-
SP	Cajobi	3509304	1.622.863,63	25.118.101,56	6,46
SP	Campina do Monte Alegre	3509452	292.930,25	17.236.518,59	1,70
SP	Cardoso	3510708	-3.543.077,33	34.171.540,65	-
SP	Catiguá	3511201	-2.432.955,60	17.077.837,42	-
SP	Cedral	3511300	-3.086.510,33	28.021.418,75	-
SP	Charqueada	3511706	-1.809.930,89	37.590.269,68	-
SP	Clementina	3511904	-2.280.084,86	21.042.948,17	-
SP	Colina	3512001	1.684.081,64	57.930.972,10	2,91
SP	Colômbia	3512100	1.107.119,26	32.183.499,33	3,44
SP	Coroados	3512506	238.458,79	15.688.653,73	1,52
SP	Cosmorama	3512902	-213.325,72	22.987.713,73	-
SP	Cunha	3513603	-5.338.582,51	43.567.268,42	-
SP	Dirce Reis	3513850	-1.877.657,64	10.253.322,31	-
SP	Dolcinópolis	3514205	473.411,44	10.722.234,72	4,42
SP	Dracena	3514403	-6.329.755,86	95.722.089,97	-
SP	Echaporã	3514700	-2.036.041,66	19.524.043,27	-
SP	Elisiário	3514924	-2.035.745,30	12.973.759,29	-
SP	Estrela d'Oeste	3515202	-2.906.771,66	23.930.080,25	-
SP	Fernão	3515657	-2.082.345,26	11.244.690,07	-
SP	Iacri	3519204	-1.378.433,20	8.972.049,52	-
SP	Ibirá	3519402	57.553,72	31.650.281,03	0,18
SP	Ilha Solteira	3520442	-9.658.123,95	107.691.818,28	-
SP	Iracemápolis	3521408	4.616.761,79	52.794.583,47	8,74
SP	Irapuã	3521507	-3.827.605,84	18.506.794,18	-
SP	Itajobi	3521903	-2.129.089,90	44.980.929,00	-
SP	Itapura	3523008	-2.968.194,69	19.996.858,54	-
SP	Itobi	3523800	551.004,79	13.575.353,14	4,06
SP	Jaborandi	3524204	59.601,13	21.422.739,49	0,28
SP	Jales	3524808	13.945.927,12	92.878.163,70	15,02
SP	Jambeiro	3524907	-2.992.391,30	27.701.417,25	-
SP	José Bonifácio	3525706	2.456.067,28	77.112.626,51	3,19
SP	Jumirim	3525854	-60.405,94	16.370.713,66	-
SP	Junqueirópolis	3526001	-4.529.720,91	51.161.935,16	-
SP	Lagoinha	3526308	-2.731.638,16	15.610.704,77	-
SP	Laranjal Paulista	3526407	-2.501.547,58	67.805.784,26	-
SP	Lavínia	3526506	-1.307.664,83	26.446.582,16	-
SP	Lavrinhas	3526605	-364.951,37	19.465.860,09	-
SP	Macatuba	3528007	-5.049.919,56	50.093.820,34	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Macaubal	3528106	2.736.229,70	18.666.944,16	14,66
SP	Macedônia	3528205	-2.264.041,88	13.604.539,18	-
SP	Mairinque	3528403	-2.227.515,01	125.395.333,91	-
SP	Marapoama	3528858	-935.939,32	14.874.029,06	-
SP	Mendonça	3529500	-1.396.253,03	20.196.247,64	-
SP	Meridiano	3529609	4.034.670,08	18.697.163,47	21,58
SP	Mesópolis	3529658	-67.181,96	12.930.383,18	-
SP	Mira Estrela	3530003	-1.120.934,52	14.816.357,10	-
SP	Miracatu	3529906	-3.794.757,17	58.180.914,25	-
SP	Monte Alegre do Sul	3531209	-129.143,37	21.990.371,82	-
SP	Monte Alto	3531308	-14.777.988,56	108.814.941,64	-
SP	Monte Aprazível	3531407	-753.899,68	49.126.405,88	-
SP	Monte Castelo	3531605	-12.789,74	15.578.416,12	-
SP	Motuca	3532058	-1.673.968,04	16.610.125,84	-
SP	Murutinga do Sul	3532108	-554.320,77	15.847.220,25	-
SP	Natividade da Serra	3532306	1.105.942,76	21.930.958,54	5,04
SP	Nova Aliança	3532801	-1.791.541,58	18.624.074,93	-
SP	Nova Campina	3532827	-5.149.387,86	24.602.904,24	-
SP	Nova Granada	3533007	-43.419,36	38.693.412,91	-
SP	Nova Independência	3533205	-1.849.085,46	18.301.305,12	-
SP	Novais	3533254	-294.244,28	15.124.407,10	-
SP	Oriente	3534104	1.301.196,43	15.026.390,22	8,66
SP	Orindiúva	3534203	-3.462.383,84	26.727.724,05	-
SP	Orlândia	3534302	-4.805.774,13	124.652.736,53	-
SP	Palmares Paulista	3535101	-352.940,26	21.574.923,93	-
SP	Paraibuna	3535606	-40.156.098,81	50.836.394,86	-
SP	Paranapuã	3535903	-75.871,94	13.023.728,58	-
SP	Parapuã	3536000	-1.745.706,19	24.746.336,65	-
SP	Pardinho	3536109	-2.013.681,15	26.387.131,13	-
SP	Pariquera-Açu	3536208	-5.785.876,89	36.407.232,77	-
SP	Parisi	3536257	-56.958,00	12.857.120,88	-
SP	Pedra Bela	3536802	157.267,25	15.513.510,42	1,01
SP	Pedrinhas Paulista	3537156	0,00	15.374.739,97	0,00
SP	Pedro de Toledo	3537206	-3.130.844,42	28.090.812,43	-
SP	Pilar do Sul	3537909	-8.447.647,68	56.074.259,50	-
SP	Pindorama	3538105	-5.590.359,32	36.627.650,92	-
SP	Pirangi	3539004	-4.395.317,78	25.401.593,76	-
SP	Pirapozinho	3539202	-1.479.234,43	52.240.045,34	-
SP	Planalto	3539608	-1.026.653,45	20.216.861,56	-
SP	Pongaí	3540101	-82.820,29	14.567.809,97	-
SP	Pontal	3540200	15.970.485,47	83.725.104,94	19,07
SP	Potirendaba	3540804	-2.381.703,79	47.780.328,27	-
SP	Pracinha	3540853	-659.533,03	10.426.079,18	-
SP	Pradópolis	3540903	681.078,41	54.614.456,91	1,25
SP	Pratânia	3541059	-2.269.558,38	15.962.998,65	-
SP	Presidente Alves	3541109	1.108.824,02	12.218.666,53	9,07
SP	Presidente Epitácio	3541307	8.259.387,11	83.322.761,72	9,91
SP	Presidente Venceslau	3541505	5.902.036,32	85.575.423,23	6,90
SP	Quatá	3541703	0,00	34.447.175,48	0,00
SP	Ribeirão Grande	3543253	-3.751.581,08	24.849.728,30	-

SP	Rifaina	3543600	-11.251,60	24.951.826,81	-
SP	Rincão	3543709	-126.347,69	26.388.581,63	-
SP	Rinópolis	3543808	-1.513.855,27	11.886.475,05	-
SP	Rio Grande da Serra	3544103	7.993.851,36	57.757.780,48	13,84
SP	Sales	3544806	-1.700.625,56	24.340.167,66	-
SP	Sales Oliveira	3544905	2.932.807,36	30.260.505,93	9,69
SP	Saltinho	3545159	-1.831.962,45	21.775.243,39	-
SP	Santa Adélia	3545605	-3.003.879,53	37.017.801,52	-
SP	Santa Albertina	3545704	-50.743,52	19.964.124,48	-
SP	Santa Clara d'Oeste	3546108	-1.271.920,80	12.532.535,20	-
SP	Santa Cruz da Esperança	3546256	-553.023,51	13.226.102,88	-
SP	Santa Ernestina	3546504	-508.794,90	14.372.982,81	-
SP	Santa Lúcia	3546900	787.307,51	16.899.455,56	4,66
SP	Santa Maria da Serra	3547007	-785.068,54	17.316.669,15	-
SP	Santa Salete	3547650	-188.738,60	11.057.898,76	-
SP	Santana da Ponte Pensa	3547205	-83.087,27	10.939.762,86	-
SP	Santo Antônio do Pinhal	3548203	-5.427.518,43	21.391.670,60	-
SP	Santópolis do Aguapeí	3548401	-1.710.477,46	12.728.516,60	-
SP	São João das Duas Pontes	3549201	-110.231,50	11.290.575,49	-
SP	São João de Iracema	3549250	-6.789.142,62	13.588.604,07	-
SP	São José da Bela Vista	3549508	0,00	21.942.517,97	0,00
SP	São José do Barreiro	3549607	-736.538,02	16.064.149,38	-
SP	São Manuel	3550100	-6.122.941,98	95.791.376,72	-
SP	São Pedro	3550407	-42.711.063,90	91.652.953,98	-
SP	Sarapuí	3551108	986.316,87	22.017.899,59	4,48
SP	Severínia	3551900	-2.494.413,92	40.514.341,06	-
SP	Suzanápolis	3552551	-192.204,53	20.153.289,76	-
SP	Tabapuã	3552601	1.494.653,84	30.034.468,68	4,98
SP	Taguaí	3553005	-444.449,50	26.268.587,87	-
SP	Tapiratiba	3553609	3.130.320,82	30.572.879,21	10,24
SP	Taquarivaí	3553856	-3.106.788,78	19.487.916,18	-
SP	Torre de Pedra	3554656	-1.338.482,37	9.741.073,66	-
SP	Torrinha	3554706	-1.304.505,31	20.737.380,07	-
SP	Ubarana	3555356	-281.714,27	21.038.145,67	-
SP	Urânia	3555802	-50.387,67	19.317.387,15	-
SP	Urupês	3556008	-3.781.490,97	32.357.232,72	-
SP	Valentim Gentil	3556107	-5.281.943,42	28.468.939,91	-
SP	Valparaíso	3556305	-5.117.405,41	59.287.672,55	-
SP	Vitória Brasil	3556958	169.830,88	10.090.590,36	1,68
SP	Zacarias	3557154	-3.792.551,75	17.024.236,36	-
TO	Chapada da Natividade	1705102	-305.009,15	8.327.032,50	-
TO	Nova Olinda	1714880	1.769.323,14	21.132.525,25	8,37

ANEXO 3

Operações de crédito e garantias concedidas pelos entes (deferidas, indeferidas ou arquivadas) incluindo nome do mutuário, credor, valor da operação e condições financeiras

Em atendimento aos inc. II e III, art. 41 da RSF nº 43/2001

- **Resumo das operações agrupadas por:**
  - **arquivadas a pedido[1];**
  - **deferidas;**
  - **pendentes de regularização[2]; e**
  - **arquivadas por decurso de prazo[3].**

Período: 01 a 31 de dezembro/2015

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

---

[1] O pleito foi arquivado a pedido do credor/interessado.

[2] O pleito foi arquivado com status "pendente de regularização", tendo em vista o não envio de documentos e informações no prazo informado por meio dos ofícios expedidos aos respectivos entes. Neste caso, a contratação de novas operações de crédito pelo ente fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão.

[3] O pleito foi arquivado, tendo em vista o não envio de documentos e informações no prazo informado por meio dos ofícios expedidos aos respectivos entes.

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Operação Contratual Interna

Número do Processo:	17944.000978/2015-17
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Água Doce
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	45
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.000.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	17/12/2015

Número do Processo:	17944.001168/2015-70
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Além Paraíba
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.000.000,00
Taxa de juros:	6% a.a. (seis por cento ao ano)
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	23/12/2015

Número do Processo:	17944.001218/2011-95
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Além Paraíba
UF:	MG
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	54
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.250.000,00
Taxa de juros:	4,00% a.a. acrescidos da TJLP

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Indexador: TJLP
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 23/12/2015

Número do Processo: 17944.001051/2015-96
Tipo de Ente: Município
Interessado: Alterosa
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R$ 1.000.000,00
Taxa de juros: 6% a.a
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 03/12/2015

Número do Processo: 17944.001189/2015-95
Tipo de Ente: Município
Interessado: Apucarana
UF: PR
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 258
Moeda: Real
Valor: R$ 5.000.000,00
Taxa de juros: 6,00% a.a. (seis por cento ao ano)
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 30/12/2015

Número do Processo: 17944.001036/2015-48
Tipo de Ente: Município
Interessado: Barbacena
UF: MG
Credor: Caixa Econômica Federal

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 4.561.913,70
Taxa de juros:	TX JUROS EFETIVA: 4,074 % A.A TX JUROS BNDES: 0,900 % A.A REM AGENTE FINANCEIRO: 3,174 A.A %
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	21/12/2015

Número do Processo:	17944.000808/2015-24
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Barra da Estiva
UF:	BA
Credor:	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
Prazo (meses):	120
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.000.000,00
Taxa de juros:	5% a.a.
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	02/12/2015

Número do Processo:	17944.001146/2015-18
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Bonfinópolis de Minas
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 550.000,00
Taxa de juros:	6% a.a. (seis por cento ao ano)
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	29/12/2015

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Número do Processo:	17944.001144/2015-11
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Bonfinópolis de Minas
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	84
Moeda:	Real
Valor:	R$ 250.000,00
Taxa de juros:	5% a.a. (cinco por cento ao ano)
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	29/12/2015

Número do Processo:	17944.000635/2015-44
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Botuverá
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 600.000,00
Taxa de juros:	5,5%a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	03/12/2015

Número do Processo:	17944.001014/2015-88
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Braga
UF:	RS
Credor:	BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 659.000,00
Taxa de juros:	4% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Data: 16/12/2015

Número do Processo: 17944.001079/2015-23
Tipo de Ente: Município
Interessado: Cafelândia
UF: SP
Credor: Agência de Fomento do Estado de São Paulo
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R$ 2.572.051,72
Taxa de juros: 9,5% a.a.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 03/12/2015

Número do Processo: 17944.001078/2015-89
Tipo de Ente: Município
Interessado: Cafelândia
UF: SP
Credor: Agência de Fomento do Estado de São Paulo
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R$ 3.270.446,08
Taxa de juros: 9,5% a.a.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 03/12/2015

Número do Processo: 17944.001166/2015-81
Tipo de Ente: Município
Interessado: Cambuquira
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Valor:	R$ 1.000.000,00
Taxa de juros:	6% A.A.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	21/12/2015

Número do Processo:	17944.000953/2015-13
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Campos Novos
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 3.000.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	08/12/2015

Número do Processo:	17944.001175/2015-71
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Capinópolis
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.000.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	30/12/2015

Número do Processo:	17944.001130/2015-05
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Capinzal

UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	45
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.500.000,00
Taxa de juros:	5,5%a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	09/12/2015

Número do Processo:	17944.001191/2015-64
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Carmópolis de Minas
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.000.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	29/12/2015

Número do Processo:	17944.001164/2015-91
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Colorado
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.600.000,00
Taxa de juros:	5,50% ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	30/12/2015

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Número do Processo:	17944.001101/2015-35
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Concórdia
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 700.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	28/12/2015

Número do Processo:	17944.001200/2015-17
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Congonhas do Norte
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 550.000,00
Taxa de juros:	6% a.a. (seis por cento ao ano)
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	30/12/2015

Número do Processo:	17944.001188/2015-41
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Cruzeiro do Sul
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 520.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Data: 29/12/2015

Número do Processo: 17944.001104/2015-79
Tipo de Ente: Município
Interessado: Divinésia
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R$ 400.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 02/12/2015

Número do Processo: 17944.001105/2015-13
Tipo de Ente: Município
Interessado: Divinésia
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 84
Moeda: Real
Valor: R$ 300.000,00
Taxa de juros: 5% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 02/12/2015

Número do Processo: 17944.001093/2015-27
Tipo de Ente: Município
Interessado: Divisa Nova
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 54
Moeda: Real

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Valor:	R$ 300.000,00
Taxa de juros:	6% a.a. (seis por cento ao ano)
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	23/12/2015

Número do Processo:	17944.000091/2014-30
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Dona Eusébia
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.000.000,00
Taxa de juros:	8,00% a.a. acrescidos do IPCA
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	29/12/2015

Número do Processo:	17944.001048/2015-72
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Entre Folhas
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 800.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	29/12/2015

Número do Processo:	17944.001118/2015-92
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Eunápolis

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

UF:	BA
Credor:	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
Prazo (meses):	120
Moeda:	Real
Valor:	R$ 12.647.069,22
Taxa de juros:	CDI
Indexador:	Não se aplica
Status:	Deferido
Data:	15/12/2015

Número do Processo:	17944.000645/2015-80
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Faxinal dos Guedes
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.600.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	21/12/2015

Número do Processo:	17944.001148/2015-07
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Garopaba
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 5.000.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	16/12/2015

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Número do Processo:	17944.000740/2015-83
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Guaraciaba
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 996.301,51
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	14/12/2015

Número do Processo:	17944.001083/2015-91
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Guarujá
UF:	SP
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 17.907.737,00
Taxa de juros:	Taxa Juros BNDES: 0,9% a.a. Remuneração Agente Financeiro = 3,174% a.a. Taxa efetiva total: 4,074% a.a.
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	01/12/2015

Número do Processo:	17944.001123/2015-03
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Ibema
UF:	PR
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	255
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.000.000,00
Taxa de juros:	6% ao ano.

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Número do Processo:	17944.000941/2015-81
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Jari
UF:	RS
Credor:	BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Prazo (meses):	54
Moeda:	Real
Valor:	R$ 700.000,00
Taxa de juros:	até 4% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	29/12/2015

Número do Processo:	17944.000910/2015-20
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Mafra
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 10.000.000,00
Taxa de juros:	5% a.a.
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	16/12/2015

Número do Processo:	17944.001221/2015-32
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Marialva
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 4.250.000,00

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Itapagipe
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.000.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	18/12/2015

Número do Processo:	17944.001212/2015-41
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Itapejara d'Oeste
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 900.000,00
Taxa de juros:	4,25% a.a
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	30/12/2015

Número do Processo:	17944.001001/2015-17
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Jaboticabal
UF:	SP
Credor:	Agência de Fomento do Estado de São Paulo
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.888.818,00
Taxa de juros:	4,40% a.a.
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	28/12/2015

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 960.000,00
Taxa de juros:	4,25% a.a
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	30/12/2015

Número do Processo:	17944.000868/2015-47
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Irineópolis
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 800.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	28/12/2015

Número do Processo:	17944.001028/2015-00
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Itá
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.500.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	17/12/2015

Número do Processo:	17944.001080/2015-58

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Indexador:	TR
Status:	Deferido
Data:	10/12/2015

Número do Processo:	17944.001050/2015-41
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Ipatinga
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 500.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	15/12/2015

Número do Processo:	17944.001040/2015-14
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Ipatinga
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.000.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	14/12/2015

Número do Processo:	17944.001215/2015-85
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Iretama
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A

Taxa de juros: 5,50% ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 30/12/2015

Número do Processo: 17944.001132/2015-96
Tipo de Ente: Município
Interessado: Monte Alegre de Minas
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R$ 800.000,00
Taxa de juros: 6% a.a. (seis por cento ao ano)
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 14/12/2015

Número do Processo: 17944.001124/2015-40
Tipo de Ente: Município
Interessado: Muzambinho
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R$ 800.000,00
Taxa de juros: 6% a.a. (seis por cento ao ano)
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 08/12/2015

Número do Processo: 17944.001174/2015-27
Tipo de Ente: Município
Interessado: Otacílio Costa
UF: SC

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.601.204,63
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	23/12/2015

Número do Processo:	17944.000977/2015-64
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Palmas
UF:	TO
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	240
Moeda:	Real
Valor:	R$ 226.550.000,00
Taxa de juros:	6,00% a.a.
Indexador:	TR
Status:	Deferido
Data:	10/12/2015

Número do Processo:	17944.001091/2015-38
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Palmas
UF:	TO
Credor:	Banco do Brasil S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 18.000.000,00
Taxa de juros:	5,24% a.a.
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	18/12/2015

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Número do Processo:	17944.001193/2015-53
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Passos
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.000.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	29/12/2015

Número do Processo:	17944.001167/2015-25
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Patrocínio
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	54
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.200.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	23/12/2015

Número do Processo:	17944.001069/2015-98
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Pedras de Maria da Cruz
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 500.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Data: 10/12/2015

Número do Processo:	17944.001065/2015-18
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Pedras de Maria da Cruz
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 500.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	10/12/2015

Número do Processo:	17944.001090/2015-93
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Pinhais
UF:	PR
Credor:	Banco do Brasil S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.062.000,00
Taxa de juros:	6,46% a.a.
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	23/12/2015

Número do Processo:	17944.000455/2015-62
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Piracicaba
UF:	SP
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	270
Moeda:	Real

Valor: R$ 10.000.000,00
Taxa de juros: 6,00% a.a
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 04/12/2015

Número do Processo: 17944.001110/2015-26
Tipo de Ente: Município
Interessado: Pitangueiras
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R$ 230.000,00
Taxa de juros: 4,25% ao ano.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 08/12/2015

Número do Processo: 17944.001957/2014-20
Tipo de Ente: Município
Interessado: Poços de Caldas
UF: MG
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 270
Moeda: Real
Valor: R$ 5.000.000,00
Taxa de juros: 6,00% a.a.
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 29/12/2015

Número do Processo: 17944.000852/2015-34
Tipo de Ente: Município
Interessado: Porto Nacional

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

UF:	TO
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.235.713,00
Taxa de juros:	TAXA DE JUROS: TJLP + 4,00% A.A. (SENDO 0,90% A.A. DE REMUNERAÇÃO BÁSICA BNDES E 3,10% A.A. JUROS CAIXA)
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	10/12/2015

Número do Processo:	17944.001103/2015-24
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Presidente Kubitschek
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 550.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	09/12/2015

Número do Processo:	17944.001114/2015-12
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Rio de Janeiro
UF:	RJ
Credor:	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Prazo (meses):	128
Moeda:	Real
Valor:	R$ 800.000.000,00

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Taxa de juros:	Taxa de Referência = 6,94% Sobretaxa de Referência = 0,38% Remuneração básica = 1,2% Taxa de Risco de Crédito = 0,86% TAXA DE JUROS TOTAL = 9,38% Esses valores seguem as definições do apoio financeiro em IPCA, admitido para a Linhas de Mobilidade Urbana. A descrição dos campos está na web em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Custos_Financeiros/Indice_Nacional_de_Precos_ao_Consumidor_Amplo_IPCA/index.html. A taxa de referência e a sobretaxa de referência não correspondem à atualização monetária do IPCA e sim ao custo financeiro com tal indexador, descrito na página, na data de emissão do PVL. A remuneração básica aplicada é a mínima (1,2% a.a.) e a taxa de risco de crédito é aquela relacionada à avaliação da área responsável, não sendo, portanto, a taxa teto de 4,18% a.a.
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	22/12/2015

Número do Processo:	17944.000778/2015-56
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Rio Grande
UF:	RS
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 16.933.332,00
Taxa de juros:	4,074 % ao ano.
Indexador:	TJLP
Status:	Deferido
Data:	23/12/2015

Número do Processo:	17944.001921/2014-46
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Rio Negro
UF:	PR

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12

Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	251
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.700.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	TR
Status:	Deferido
Data:	24/12/2015

Número do Processo:	17944.001208/2015-83
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Rondon
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 800.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	30/12/2015

Número do Processo:	17944.000203/2015-33
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Salvador
UF:	BA
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	288
Moeda:	Real
Valor:	R$ 300.000.000,00
Taxa de juros:	6,00% a.a.
Indexador:	TR
Status:	Deferido
Data:	18/12/2015

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Número do Processo:	17944.001111/2015-71
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Santa Maria do Suaçuí
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 800.000,00
Taxa de juros:	6% a.a
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	09/12/2015

Número do Processo:	17944.000947/2015-58
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Santa Tereza do Oeste
UF:	PR
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	250
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.500.000,00
Taxa de juros:	6% ao ano
Indexador:	TR
Status:	Deferido
Data:	02/12/2015

Número do Processo:	17944.001178/2015-13
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Santa Vitória
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 800.000,00
Taxa de juros:	6% A.A.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Data: 24/12/2015

Número do Processo: 17944.001044/2015-94
Tipo de Ente: Município
Interessado: São Gotardo
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R$ 800.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 28/12/2015

Número do Processo: 17944.001108/2015-57
Tipo de Ente: Município
Interessado: São Tiago
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R$ 800.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 17/12/2015

Número do Processo: 17944.000150/2015-51
Tipo de Ente: Município
Interessado: Sete Lagoas
UF: MG
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 258
Moeda: Real

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Valor:	R$ 5.000.000,00
Taxa de juros:	6,00% a.a. acrescidos da TR
Indexador:	TR
Status:	Deferido
Data:	29/12/2015

Número do Processo:	17944.000582/2015-61
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Sinimbu
UF:	RS
Credor:	Caixa Econômica Federal
Prazo (meses):	267
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.500.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	TR
Status:	Deferido
Data:	07/12/2015

Número do Processo:	17944.001089/2015-69
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Taparuba
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 800.000,00
Taxa de juros:	6% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	09/12/2015

Número do Processo:	17944.001061/2015-21
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Terra Rica

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.650.000,00
Taxa de juros:	4,25% ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido
Data:	02/12/2015

Número do Processo:	17944.001120/2015-61
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Três Pontas
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	60
Moeda:	Real
Valor:	R$ 300.000,00
Taxa de juros:	6% a.a. (seis por cento ao ano)
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	08/12/2015

Número do Processo:	17944.001119/2015-37
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Três Pontas
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	84
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.200.000,00
Taxa de juros:	5% a.a. (cinco por cento ao ano)
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	08/12/2015

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Número do Processo:	17944.001177/2015-61
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Turmalina
UF:	MG
Credor:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses):	72
Moeda:	Real
Valor:	R$ 1.000.000,00
Taxa de juros:	6% a.a. (seis por cento ao ano)
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	24/12/2015

Número do Processo:	17944.000848/2015-76
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Turvo
UF:	SC
Credor:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses):	48
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.000.000,00
Taxa de juros:	5,5% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Deferido
Data:	17/12/2015

Número do Processo:	17944.001220/2015-98
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Ubiratã
UF:	PR
Credor:	Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R$ 2.900.000,00
Taxa de juros:	5,50% ao ano
Indexador:	IPCA
Status:	Deferido

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Data: 30/12/2015

Número do Processo: 17944.000867/2015-01
Tipo de Ente: Município
Interessado: Várzea Paulista
UF: SP
Credor: Agência de Fomento do Estado de São Paulo
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R$ 840.000,00
Taxa de juros: 6 % a.a.
Indexador: IPC-FIPE
Status: Deferido
Data: 03/12/2015

Número do Processo: 17944.001046/2015-83
Tipo de Ente: Município
Interessado: Virginópolis
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R$ 1.000.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 09/12/2015

Número do Processo: 17944.001214/2015-31
Tipo de Ente: Município
Interessado: Vitorino
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real

Valor: R$ 1.500.000,00
Taxa de juros: 4,25% ao ano.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 30/12/2015

Número do Processo: 17944.001026/2015-11
Tipo de Ente: Município
Interessado: Xaxim
UF: SC
Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses): 48
Moeda: Real
Valor: R$ 2.000.000,00
Taxa de juros: 5,5% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 21/12/2015

Operação Contratual Externa (com garantia da União)

Número do Processo: 17944.001024/2014-32
Tipo de Ente: Município
Interessado: Belo Horizonte
UF: MG
Credor: Banco do Brasil A.G. - Viena
Prazo (meses): 180
Moeda: Dólar dos EUA
Valor: US$ 200.000.000,00
Taxa de juros: 4,75% a.a. e 1,37% flat antecipada acrescidos de Libor Semestral
Indexador: Não se aplica
Status: Arquivado a pedido
Data: 30/12/2015

Número do Processo: 17944.000355/2014-55

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Fortaleza
UF:	CE
Credor:	Corporação Andina de Fomento
Prazo (meses):	192
Moeda:	Dólar dos EUA
Valor:	US$ 83.250.000,00
Taxa de juros:	Libor (6 meses) + 2,05% a,a. acrescido de variação cambial, Por um período de 8 anos, será elegível a compensação por meio do Fundo de Financiamento Compensatório (FFC) de até 60 pontos básicos da taxa de juros
Indexador:	Variação cambial
Status:	Deferido
Data:	15/12/2015

Número do Processo:	17944.001528/2014-52
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Manaus
UF:	AM
Credor:	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Prazo (meses):	300
Moeda:	Dólar dos EUA
Valor:	US$ 52.000.000,00
Taxa de juros:	LIBOR trimestral, mais ou menos uma margem de custo do Banco, mais a margem (spread) aplicável para empréstimos do Capital Ordinário
Indexador:	Não se aplica
Status:	Arquivado a pedido
Data:	10/12/2015

SADIPEM - Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios

TESOURONACIONAL

TESOURONACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/12/15 a 31/12/15

Resumo

Operação Contratual Interna - Arquivado por decurso de prazo

Credor	Operações	Valor (R$)
Caixa Econômica Federal	1	1.250.000,00

Operação Contratual Interna - Deferido

Credor	Operações	Valor (R$)
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	14	33.297.506,14
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	32	26.500.000,00
Caixa Econômica Federal	14	598.888.695,70
Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	2	13.647.069,22
BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	2	1.359.000,00
Agência de Fomento do Estado de São Paulo	4	8.571.315,80
Agência de Fomento do Paraná S/A	10	16.310.000,00
Banco do Brasil S/A	2	19.062.000,00
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1	800.000.000,00

Operação Contratual Externa (com garantia da União) - Arquivado a pedido

Credor	Operações	Valor (US$)
Banco do Brasil A.G. - Viena	1	200.000.000,00
Banco Interamericano de Desenvolvimento	1	52.000.000,00

Operação Contratual Externa (com garantia da União) - Deferido

Credor	Operações	Valor (US$)
Corporação Andina de Fomento	1	83.250.000,00

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 3)

Status	Descrição
Arquivado por decurso de prazo	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado a pedido	O pleito foi arquivado por solicitação do ente federativo ou da instituição financeira
Pendente de Regularização	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Deferido	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Indeferido	O pleito sob exame não atendeu os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

Observação:

1. Em relação ao pleito de operação de crédito deferido constante do processo 17944.001114/2015-12, do município do Rio de Janeiro – RJ, informamos que a taxa de juros da operação é 9,38% a.a.

ANEXO 4

Relação das irregularidades constatadas no período

Em atendimento ao § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001 e à Portaria STN nº 227/2011, de 11/04/2011

- São consideradas irregularidades, para fins deste Anexo, operações realizadas sem a prévia verificação de limites e condições ou operações vedadas nos termos do artigo 35 e 37 da LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);

- As operações de crédito e as equiparadas a operações de crédito nos termos do § 1º do art. 29 da LRF realizadas sem a prévia verificação de limites e condições são submetidas a processo de regularização nos termos do art. 24 da RSF nº 43/2001 antes da comunicação aos órgãos de controle;

Período: 01 a 31 de dezembro/2015

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Período de 01/12/2015 a 31/12/2015

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS – complemento (Anexo 4)

OPERAÇÕES INTERNAS - informações sobre a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001

ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
	Total de operações		

ANEXO 5

Operações Regularizadas e Arquivadas Pendentes de Regularização no período

Conforme art. 24 da RSF nº 43/2001 e Portaria STN nº 227/2011

Período: 01 a 31 de dezembro/2015

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

Período de 01/12/2015 a 31/12/2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

OPERAÇÕES REGULARIZADAS E ARQUIVADAS PENDENTES DE REGULARIZAÇÃO (Anexo 5)

Operações arquivadas pendentes de regularização (art. 24 da RSF 43/2001)

Arquivados - a Regularizar						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$)	Data	Obs.
		Total de operações				

Operações regularizadas (art. 24 da RSF 43/2001) ou arquivadas por quitação

Arquivados – Regularizados ou Quitados						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$)	Data	Obs.
		Total de operações				

ANEXO 6

Operações Vedadas Canceladas e Pendentes de Cancelamento no período

Conforme art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF e Portaria STN nº 227/2011

Período: 01 a 31 de dezembro/2015

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

Período de 01/12/2015 a 31/12/2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

OPERAÇÕES VEDADAS CANCELADAS E PENDENTES DE CANCELAMENTO (Anexo 6)

Operações Vedadas Pendentes de Cancelamento (art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF)

Arquivados – a Cancelar						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$)	Data	Obs.
		Total de operações				

Operações Vedadas Canceladas (art. 35 ou 37 c/c § 1º e 3º do art. 33 da LRF)

Arquivados – Cancelados						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$)	Data	Obs.
		Total de operações				

À COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Projeto de Decreto Legislativo

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2016

Dispõe sobre requisitos para a apreciação pelo Congresso Nacional de Protocolos de Adesão ao MERCOSUL.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Este decreto legislativo estabelece as normas relativas à decisão definitiva do Congresso Nacional, referida no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, sobre Protocolos de Adesão de Países-Membros ao MERCOSUL.

Art. 2º Nos termos do Art. 6º da Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 28, de 2005, que regulamentou o Artigo 20 do Tratado de Assunção, os Protocolos de Adesão deverão necessariamente conter, em seus textos, os resultados das negociações técnicas entre o Estado aderente e os Estados Partes do MERCOSUL relativas à:

I – Adesão ao Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991; ao Protocolo de Ouro Preto, de 17 de dezembro de 1994; e ao Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias do MERCOSUL, de 18 de fevereiro de 2002;

II – Adoção da Tarifa Externa Comum (TEC) do MERCOSUL, mediante a definição de um cronograma de convergência para sua aplicação, se for o caso;

III – Adesão do Estado aderente ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 e seus Protocolos Adicionais, por meio da adoção de um programa de liberalização comercial;

IV – Adoção do acervo normativo do MERCOSUL, incluindo as normas em processo de incorporação;

V – Adoção dos instrumentos internacionais celebrados no marco do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991; e

VI – Declaração de modalidade de incorporação aos acordos celebrados no âmbito do MERCOSUL com terceiros países ou grupos de países, bem como sua participação nas negociações externas do bloco em curso.

Art. 3º Para fundamentar a apreciação pelo Congresso Nacional dos Protocolos de Adesão, a Mensagem do Presidente da República deverá incluir:

I – Relatório circunstanciado dos impactos positivos e negativos, por setor econômico nacional, da adesão do novo membro ao bloco, elaborado pelo Governo brasileiro;

II – Avaliação estratégica e política da nova adesão para o Brasil e para o MERCOSUL, elaborada pelo Governo brasileiro; e

III – Relatório do Observatório da Democracia do MERCOSUL sobre a adequação do regime político do Estado aderente às cláusulas do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, de 24 de julho de 1998, e demais compromissos democráticos do MERCOSUL.

Art. 4º Se, ao final de cronogramas eventualmente previstos no Protocolo de Adesão e outros documentos firmados pelo Estado aderente, as metas estabelecidas não estiverem cumpridas, o Congresso Nacional aprovará Decreto Legislativo revogando o ato de aprovação de adesão do Estado ao MERCOSUL e informará o feito ao Poder Executivo.

Art. 5º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A decisão sobre a adesão de um novo Estado Parte ao MERCOSUL é uma tarefa complexa e de grande responsabilidade, face aos enormes impactos econômicos, comerciais, sociais e políticos que tal decisão acarreta.

Para garantir esse cuidado, a Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 28, de 2005, que regulamentou o Artigo 20 do Tratado de Assunção, dispôs, em seu Art. 6º, que os resultados das negociações técnicas, entre o Estado Aderente e os Estados Partes do MERCOSUL, relativas à incorporação da nomenclatura do bloco, à liberalização do comércio, a adesão à Tarifa Externa Comum (TEC), a adesão aos acordos com terceiros países, entre outras, teriam de já estar incorporados aos textos dos Protocolos de Adesão.

Verificou-se, entretanto, que, no caso da adesão da Venezuela ao MERCOSUL, verifica-se que isso não ocorreu. Preferiu-se criar o Grupo Negociador *a posteriori*, e não *a priori*.

Tal procedimento colocou o Congresso Nacional na constrangedora posição de avalizar um protocolo que ainda demanda o cumprimento de exigências técnicas cruciais. Deste modo, parece-nos de todo conveniente que o Congresso Nacional, no exercício soberano da sua prerrogativa constitucional exclusiva prevista no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, dite normas precisas e consistentes para a futura apreciação de novas adesões ao MERCOSUL.

Para maior rigor nesses processos, além das exigências técnicas já previstas na referida Decisão do Conselho do Mercado Comum, incluímos como requisitos para fundamentar a apreciação pelo Congresso Nacional, relatório circunstanciado dos impactos positivos e negativos da adesão do novo membro ao bloco por setor econômico nacional, avaliação política e estratégica da nova adesão e relatório sobre o cumprimento pelo Estado aderente dos compromissos democráticos do MERCOSUL, instituídos pelo Protocolo de Ushuaia.

Temos certeza que, ao assegurar que os resultados das negociações estejam incluídos nos textos dos Protocolos de Adesão e ao prever o envio, na

Mensagem presidencial, dos subsídios mencionados, o Congresso Nacional poderá pronunciar-se com segurança e propriedade sobre eventuais futuras adesões de novos países ao MERCOSUL.

Ao mesmo tempo, e como é benéfico e desejável nos tempos atuais, essa proposta fortalece as prerrogativas do Congresso Nacional relativas à política externa do país.

Em vista do exposto, solicitamos e estamos seguros do apoio dos nobres pares a esta importante propositura.

Sala das Sessões,

Senador TASSO JEREISSATI

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Projeto de Resolução

SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 2, DE 2016

Altera a Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal – Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando parágrafo ao art. 99, para estabelecer que o Presidente do Banco Central do Brasil compareça à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para apresentar as justificativas caso a inflação acumulada no ano civil fique fora do intervalo de tolerância da meta de inflação.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 99 da Resolução nº 93, de 1970, do Senado federal, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

"**Art. 99** .....

.....

§ 3º Caso a inflação acumulada no ano civil fique fora do intervalo de tolerância da meta de inflação fixado pelo Conselho Monetário Nacional, o Presidente do Banco Central do Brasil apresentará, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, as justificativas necessárias com descrição detalhada das causas do descumprimento, as providências para assegurar o retorno da inflação ao limite estabelecido e o prazo esperado para que surtam efeito, no prazo de sessenta dias após o encerramento do ano civil." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação oficial.

2

JUSTIFICAÇÃO

A inflação em 2015 estourou, e muito, o teto da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional, o que é muito grave. Como bem sabemos, seus efeitos são deletérios para todos os segmentos sociais, desorganizando e comprimindo o orçamento das famílias. Além disso, restringe o horizonte temporal de organização das empresas, suprimindo-lhes capacidade de investimento. O resultado é a redução tanto do consumo dos trabalhadores quanto do investimento produtivo, afetando o nível de atividade econômica.

Apesar de contarmos com a sistemática de metas de inflação como diretriz para fixação do regime de política monetária, desde 2009 não temos uma inflação controlada em torno do centro da meta. De 2010 a 2014, o Banco Central adotou uma política de maior tolerância com a inflação, que se manteve consistentemente próxima do teto superior do intervalo de tolerância. O ápice ocorreu em 2015, com o total descontrole de preços, quando a inflação oficial atingiu dois dígitos.

Diante da gravidade e do forte impacto social derivado desse quadro, com repercussões negativas inclusive em relação à percepção externa da estabilidade de nossa economia, entendemos ser necessário aprimorar a institucionalização da relação entre política monetária e sociedade.

Para tanto, propomos aprimorar o Regimento Interno do Senado Federal (RISF) para deixar clara a necessidade de o Presidente do Banco Central apresentar em audiência pública as justificativas pertinentes em caso de descumprimento da meta de inflação. Hoje, isso ocorre apenas no âmbito do Poder Executivo por meio de carta emitida pela Autoridade Monetária ao Ministro da Fazenda, nos termos do parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999.

Essa modificação é importante, pois as audiências regulares com o Presidente do Banco Central junto da Comissão de Assuntos Econômicos, previstas nos parágrafos 1º e 2º do art. 99 do RISF, caracterizam-se tão somente por discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, sem prever, de modo específico, a avaliação do resultado da política monetária executada.

Conto com o apoio dos ilustres pares para a aprovação de tão importante matéria.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

3

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto nº 3.088, de 21 de Junho de 1999 - 3088/99
parágrafo 1º do artigo 4º
urn:lex:br:federal:resolucao:1970;93
artigo 99
Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - 93/70

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

Projetos de Lei do Senado

SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 15, DE 2016
(Complementar)

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

Art. 1º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 20.** .....

.....

§ 6º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, no inciso III, não serão computadas as despesas com programas especiais como:

a) P.S.F, Programa saúde da família

b) CRAS, Centro de Referência de Assistência Social

c) CAPS, Centro de Atenção Psicossocial

d) Conselho Tutelar." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício financeiro subsequente.

JUSTIFICAÇÃO

O cenário econômico atual é de estagnação do crescimento econômico. Como 71% do Produto Interno Bruto é oriundo da prestação de serviços, a arrecadação tributária municipal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza irá cair em 2016.

Ademais, a não existência de compensação aos municípios em decorrência da política de desoneração tributária federal implicou perda de recursos financeiros. Segundo o Tribunal de Contas da União, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), entre 2008 e 2012, deixou de receber R$ 61,6 bilhões. São recursos que deixaram de ser aplicados em educação, saúde e segurança pública. Assim, em 2016, a possível queda da receita corrente líquida (RCL) aliada à política de valorização do salário mínimo, que tem aumentado o custo da folha salarial dos municípios, poderá levar as municipalidades ao descumprimento do limite total para as despesas com pessoal. Isso impedirá que elas recebam transferências voluntárias voltadas à execução de investimentos, bem como de contratar operações de crédito.

A União criou inúmeros programas sociais com a obrigação dos municípios de executá-los, sem repassar recursos suficientes. É notório que os munícipios passam por grandes dificuldades financeiras com diminuição de arrecadação devido à crise, do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e seus prefeitos tem que ter suas contas públicas aprovadas por tribunais de contas. Hoje, vários prefeitos têm sido responsabilizados, tendo suas contas reprovadas e se tornam inelegíveis pela Lei da Ficha Limpa, além de correrem risco de enfrentar um processo por improbidade administrativa.

Nesse sentido, apresentamos o presente projeto de lei que exclui da composição do índice com pessoal do Executivo Municipal, ou seja, dos 54% da receita corrente líquida, as despesas com pessoal dos programas sociais, Programa Saúde da Família (PSF), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Conselho Tutelar.

Motivo pelo qual, a Senadora Ana Amélia também apresentou um projeto que compensa a concessão de benefícios fiscais que incidam sobre a base de cálculo das receitas dos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito federal e do Fundo de Participação dos Municípios, pela União.

Portanto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação desta proposição nesta Casa.

Sala das Sessões,

Senador **OTTO ALENCAR**

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 101/00

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2016

Denomina Rodovia Antônio Francisco da Cunha o trecho da BR-235 que liga os municípios de Carira e Aracaju, passando por Itabaiana, no estado de Sergipe.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado Rodovia Antônio Francisco da Cunha o trecho da BR-235 que liga os municípios de Carira e Aracaju, passando por Itabaiana, no estado de Sergipe.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Antônio Francisco da Cunha foi um comerciante nascido em 7 de janeiro de 1929 na cidade de Itabaiana no estado de Sergipe. Foi o quarto filho, de um total de sete, do casal Miguel Antônio da Cunha e Maria Ceciliana da Cunha, ambos agricultores residentes no povoado Água Branca.

De uma infância humilde e sempre trabalhando na roça para ajudar no sustento da família, Rolopeu, como era conhecido em toda Itabaiana, arriscou na juventude viajar a São Paulo a fim de negociar e dar uma melhor qualidade de vida aos seus pais e irmãos. Ele tinha o comércio e empreendedorismo no sangue.

Mais tarde, retornou à Itabaiana e foi na feira livre da cidade do agreste sergipano que ele começou a negociar com a farinha de mandioca, ou farinha da terra como era conhecida na época. Nos anos 50 passou a viajar com itabaianenses conhecidos por Zé Charuto e Tonho de Chagas e nos anos 60 adquiriu seu primeiro caminhão, passando a exportar cereais para a cidade de Salvador.

Analfabeto, seu principal sonho era aprender a escrever o seu próprio nome para poder abrir sua empresa, ter folhas de cheque e vender suas mercadorias com notas fiscais.

Em 1965, sempre devoto de Santo Antônio, Rolopeu foi à procura do pároco a fim de fazer uma noite dentro do trezenário em honra ao santo padroeiro da cidade e em homenagem aos caminhoneiros da região. Aceito o pedido, nascia ali a maior festa dos

caminhoneiros do Brasil, consagrando, 50 anos depois, a cidade de Itabaiana como Capital Nacional do Caminhão.

Inicialmente, ele recolhia dinheiro de amigos caminhoneiros para a compra de fogos e brindes para sortear entre todos. Na última noite do trezenário, dezenas de caminhões se reuniam no povoado Mundéz (atual Rio das Pedras) para acompanhar o andor de Santo Antônio até a Igreja Matriz localizada na Praça Fausto Cardoso.

Posteriormente, a festa tornou-se famosa pela propagação dada pelo deputado federal José Teles de Mendonça, filho do deputado estadual Francisco Teles de Mendonça, o Chico de Miguel, que também havia sido caminhoneiro e era amigo pessoal de Rolopeu.

A influência de Rolopeu era grande no comércio e junto à população. Amigo de todos, ele sempre ajudou aos necessitados que o procuravam. Quando não tinha dinheiro em mãos, doava sacos de farinha para que os mesmos revendessem na feira livre. Na Semana Santa, inúmeras pessoas dirigiam-se à sua residência onde ele distribuía peixes e cestas básicas para os mais necessitados.

Em 14 de outubro de 2009, vítima de um acidente vascular cerebral, aos oitenta anos de idade, Antônio Francisco da Cunha faleceu e foi sepultado no Cemitério de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Em sua residência ainda reside a Sra. Lúcia, sua última esposa com qual conviveu em seus últimos momentos. Em seu cortejo fúnebre, fogos foram soltos e diversos caminhões acompanharam buzinando. Foi a forma de amigos e familiares homenagearem o precursor do crescimento de Itabaiana.

Em reconhecimento à importância e à grandiosidade da festa idealizada por Rolopeu, por meio da Lei nº 13.044, de 2014, de nossa autoria, o Município de Itabaiana recebeu o título de Capital Nacional do Caminhão.

Por essas razões, conclamo os nobres colegas parlamentares a apoiarem a iniciativa que ora apresento, no sentido de homenagear esse cidadão brasileiro e sergipano, humilde trabalhador, que com seu trabalho, sua dignidade, amor à sua terra, à sua gente e às suas tradições, contribuiu para o desenvolvimento econômico e cultural de sua região e consequentemente do nosso País.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO AMORIM**

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 13.044, de 19 de novembro de 2014 - 13044/14

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

Requerimentos

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2016

Requeremos, nos termos dos artigos 154 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado a realizar-se no dia 18 de abril de 2016, segunda-feira, às 11h, destinada a homenagear o centenário de nascimento do ex-senador, professor e sociólogo, Pompeu de Sousa, falecido em 11 de junho de 1991, aos 77 anos.

JUTIFICAÇÃO

Considerado um político lúcido e combativo, Pompeu de Sousa foi responsável, na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), pelo artigo 220, que proporcionou aos meios de comunicação ampla liberdade de imprensa. Em sua atuação política no Distrito Federal, contribuiu para a elaboração do plano diretor do DF, as diretrizes da política urbana, a fixação de normas para licitação e contratos da administração pública, e o financiamento, pela União, de sistemas de educação e saúde.

Foi especialmente um dos mais importantes líderes da luta pela autonomia do distrito Federal.

Democrata convicto, defensor da liberdade e da Justiça, educador emérito, co-fundador da Universidade de Brasília, e um dos mais importantes e influentes jornalistas do país, foi o criador do lead, parágrafo principal de um texto jornalístico, que estabelece uma comunicação imediata com os leitores. No jornalismo, trabalhou no Diário Carioca e foi contemporâneo de Carlos Castello Branco, Armando Nogueira, Jânio de Freitas e Evandro Carlos de Andrade. Na política e no mundo artístico, conviveu com Juscelino Kubitschek, Assis Chateaubriand, San Thiago Dantas, Afonso

Arinos, Paulo Mendes Campos, Nelson Rodrigues, Claudio Santoro, Nelson Pereira dos Santos, Ferreira Gullar e Otto Lara Rezende.

Pompeu de Sousa não foi apenas um grande líder, Senador, jornalista; é para sempre um símbolo na luta brasileira pelo progresso democrático com uma imprensa livre.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**
Senador **ELMANO FÉRRER**
Senadora **GLEISI HOFFMANN**
Senador **HÉLIO JOSÉ**
Senador **LINDBERGH FARIAS**
Senador **TELMÁRIO MOTA**

(Será votado oportunamente)

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO

Aprovado.
Em 03/02/15

SF/16972.93399-07

REQUERIMENTO Nº 6 , DE 2016

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requeiro licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 15 e 16 de fevereiro de 2016, para, na condição de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, participar da Reunião da Mesa Diretora do Parlasul, a ser realizada no dia 15 do referido mês e ano, na cidade de Mondevidéu, Uruguai.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país entre os dias 14 a 16 de fevereiro de 2015.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2016.

Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR

Página: 1/1 01/02/2016 14:24:03
b6cace62ded47c1964c444b4d83b902369c7fa7d

Guilherme Lopes
Matrícula: 252612
SGM-Senado Federal

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO, 7 DE 2016

Aprovado.
Em 03/02/16.

Senhor Presidente,

Nos termos do art 40 do Regimento Interno do Senado Federal , requeiro aditamento ao RQS 933, de 2015, já aprovado pelo Plenário do Senado Federal, para que se inclua o dia 02 de setembro de 2015 como integrante de Missão Oficial Internacional , dado que tal dia fora necessário ao traslado para participar, no Parlaméricas, dos eventos 38º Reunião do Conselho de Administração, além da 12º Assembleia Plenária, na cidade do Panamá, Panamá.

Sala das sessões, em de fevereiro de 2016.

Senador **HUMBERTO COSTA**

Guilherme Lopes
Matrícula: 252612
SGM-Senado Federal
01/02/2016

Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Teotônio Vilela, gabinete 25 | Praça dos Três Poderes | CEP 70165-900 | Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6285 / 6288 | humberto.costa@senador.gov.br

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

Aprovado.
Em 03/02/16

REQUERIMENTO Nº 8 , DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior minha participação, nos dias **08 e 09 de fevereiro de 2016, na Audiência Parlamentar Anual da União Interparlamentar, por ocasião da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, a realizar-se em Nova York, Estados Unidos**, para debater questões relacionadas às drogas.

Para efeito do disposto no art. 39, comunico que estarei ausente do País no período de 05 a 10 de fevereiro de 2016.

Sala das Sessões,

Senadora **Ana Amélia**
(PP – RS)

Recebido em 03/02/16
Hora 08:54
Paula Póvoa Dantas - Mat. 25[illegible]
SGM - Senado Fed[illegible]

Senado Federal - Anexo II - Ala Sen. Afonso Arinos - Gab. 7
CEP 70165-900 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3303-6083

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 9, DE 2016

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU) o encaminhamento de cópia integral do relatório de fiscalização nas políticas públicas de comunicação realizada pelo órgão, a fim de subsidiar os trabalhos desta Casa.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagem veiculada no jornal Valor Econômico, em 21 de janeiro de 2016, trouxe dados preocupantes para o setor de telecomunicações brasileiro, como resultado de ampla fiscalização nas políticas públicas de comunicação realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

De acordo com o relatório, os dois fundos criados para assegurar a fiscalização e a universalização dos serviços de telecomunicações no país (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e Fundo de Universalização das Telecomunicações – Fust) arrecadaram aproximadamente R$ 100 bilhões até junho de 2015, mas aplicaram menos de 5% desse montante nas atividades-fim. O relatório apontou o uso do dinheiro para pagamento de pensões, auxílio alimentação, assistência farmacêutica, modernização de aeronaves das Forças Armadas, entre outros e indicou enorme discrepância entre os números da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – que é a gestora dos fundos – e a Secretaria do Tesouro Nacional.

Esses fundos recebem recursos cobrados das operadoras de telefonia, banda larga e TV por assinatura e uma quantia significante da verba vem das receitas originárias das outorgas de concessão, permissão e autorização para prestação desses serviços.

Segundo a matéria, “o relator da fiscalização, ministro Bruno Dantas fez duras críticas à gestão dedicada ao setor pelo governo. “É de causar calafrios”, afirmou o ministro, que recebeu respaldo dos colegas de plenário. “Não é à toa que o setor de telecomunicações no Brasil está na atual situação”.

Diante do exposto, é necessário que seja solicitado ao TCU cópia integral do relatório da fiscalização nas políticas públicas de comunicação do país, acompanhado por

documentos que a instituição julgar adequados para subsidiar esta Casa. Pelos fatos aqui noticiados, peço apoio dos Srs e Sras Senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

(À publicação)

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), **voto de pesar** pelo falecimento do Senador José Benedito Canellas, ocorrido em 1º de janeiro de 2016, com a inserção em ata das homenagens de pesar do Senado Federal à família enlutada.

JUSTIFICAÇÃO

Mato Grosso começou o ano de 2016 com uma grande perda: a morte do ex-senador Benedito Canellas. Homem experiente, de gosto refinado e de uma lucidez que o manteve ativo no mundo político, onde começou como vereador em Cáceres, ainda em 1965 (conquistou 1.313 dos 1.800 votos válidos do município). Depois, elegeu-se deputado estadual mais votado em 1970, federal mais votado em 1974 e senador mais votado em 1978 (o primeiro a ser eleito logo após a divisão de Mato Grosso). A partir de então, resolveu não mais se candidatar e só atuar no suporte partidário.

Canellas foi um desbravador, desses que marcam a história de Mato Grosso. Com a mesma estirpe de Enio Pepino (fundador de Sinop e outras cidades do Norte) e Norberto Schwantz (na região do Araguaia), ele enfrentou o cerrado e abriu novas cidades na região de Cáceres, como São José dos Quatro Marcos e Reserva do Cabaçal. Na época, ele presidia a Codemat (Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso), hoje extinta. Recebeu essa missão do seu amigo pessoal, o então governador Pedro Pedrossian, que o havia convencido a trocar São Paulo por Mato Grosso.

Como senador, Canellas chegou a ser um dos homens mais influentes da República. Fazia parte do restrito grupo que despachava diretamente com o então presidente João Batista Figueiredo, a quem emprestava a sua sensibilidade política e visão

estratégica. E Mato Grosso ganhou muito com essa proximidade entre o Canellas e o presidente da República. Foi um período em que o governo federal fez grandes aportes de recursos para o Estado, que resultaram na abertura de novas estradas, construção de pontes e o surgimento de novas cidades.

Alguns anos depois, eu começaria a minha vida política em Rondonópolis e meu primeiro desafio era ser candidato a deputado federal (1990). Nesse intento, fui incentivado por Canellas, que sempre me emprestou a sua experiência e lucidez para guiar os meus passos. Ele foi o primeiro coordenador da minha campanha e sempre fez parte de todas as outras, até na última (a de senador) em 2014, quando atuou como membro do Conselho Político. Foram sete campanhas eleitorais (seis como deputado federal e um como senador) e todas vitoriosas. Nunca deixei de me aconselhar com Canellas. Conhecedor profundo da política do Estado, era muito bem informado e nos municiava com informações estratégicas. Era um conciliador nato. Faleceu sem nunca ter tido um inimigo, apesar da vida política que, em alguns momentos, nos leva a embates.

Não tenho como negar a sua influência em minha vida política e na vida pessoal. Ao tomar posse como senador da República, em fevereiro passado, fiz questão de dizer que, como referência para o meu mandato, estava a figura de Benedito Canellas. Levo comigo algumas lições que aprendi com ele e que nunca esquecerei.

Nesse momento de tristeza de todo o Estado de Mato Grosso, requeiro que o Senado Federal, irmanado com todos nós, aprove e envie à família enlutada a nossa homenagem de pesar pelo falecimento do Senador José Benedito Canellas.

Sala das sessões,

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

(Encaminhe-se)

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Comunicação

Façam-se as substituições solicitadas.
Em 03/02/2016.

Câmara dos Deputados
Liderança do PTB

Of. nº 12/2016

Brasília, 3 de Fevereiro de 2016.

Exmo. Sr.
Senador **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado **JORGE CORTE REAL (PTB/PE)**, na condição de Titular, em substituição ao Senhor Deputado **JOVAIR ARANTES (PTB/GO)**; e o Senhor Deputado **RONALDO NOGUEIRA (PTB/RS)**, como Suplente, em substituição ao Senhor Deputado **ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)**, para a composição da Comissão Mista sobre a MP 701/15, que "Altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação; a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, para dispor sobre o Fundo de Garantia à Exportação; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para dispor sobre a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF; e o Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, para dispor sobre a moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil".

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado JOVAIR ARANTES
Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 14/2015

SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA FÁTIMA BEZERRA

PARECER Nº 2, DE 2016

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 14, de 2015 (Projeto de Lei nº 6.698, de 2013, na Casa de origem), do Deputado Osmar Terra e outros, que *dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, altera a lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n°5.452, de 1° de maio de 1943, a Lei n° 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei n° 12.662, de 5 de junho de 2012.*

Relatora: Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao Plenário desta Casa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 14, de 2015 (Projeto de Lei nº 6.698, de 2013, na Origem), que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA); o Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); o Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT); a Lei n° 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei n° 12.662, de 5 de junho de 2012.

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei em análise foi apresentado pelo Deputado Osmar Terra e outros parlamentares, em 2013, com o propósito de formular diretrizes para as políticas públicas direcionadas à primeira infância, além de determinar ações específicas, no ECA e em outros diplomas legais, que assegurem o efetivo atendimento aos direitos da criança na primeira infância.

SF/16308.72147-81
Página: 1/9 03/02/2016 18:43:36
bea2a7ff1ea555b362a891d719b95573deea82ca

Naquela Casa, o projeto passou por diversas comissões, sendo posteriormente instalada Comissão Especial para proceder à sua análise.

No âmbito daquela Comissão, foi promovido o II Seminário Internacional: *Marco Legal da Primeira Infância*, em 2014, além de outros seminários regionais, audiências públicas e outros eventos externos, para discutir o projeto, com o aporte da sociedade civil e com contribuições do Poder Executivo e do Ministério Público.

Na justificação do projeto, o autor pontua a necessidade de "estabelecer maior sintonia entre a legislação e o significado do período da existência humana que vai do início da gestação até o sexto ano de vida", pretendendo responder "à relevância dos primeiros anos na formação humana, na constituição do sujeito e na construção das estruturas afetivas, sociais e cognitivas que dão sustentação a toda a vida posterior da pessoa".

O PLC nº 14, de 2015, é composto por 43 artigos, divididos da seguinte maneira: as políticas públicas sobre a primeira infância compreendem dezenove artigos (arts. 1º a 17 e arts. 39 e 40); as alterações no ECA compreendem dezenove artigos (arts. 18 a 36); a alteração na CLT está contida no art. 37; a alteração na Lei nº 11.770, de 2008, é veiculada pelo art. 38; a alteração no Código de Processo Penal está contida no art. 41; a alteração na Lei nº 12.662, de 2012, é veiculada pelo art. 42; e a cláusula de vigência é disposta no art. 43.

O projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em atendimento ao Requerimento nº 279, de 2015, foi distribuído também à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Em atendimento ao Requerimento nº 1.420, de 2015, aprovado em 9 de dezembro último, o Projeto tramita em regime de urgência, nos termos dos arts. 336, II, e 338 do Regimento Interno do Senado Federal.

II – ANÁLISE

De uma maneira geral, no projeto, encontra-se preservada a competência legislativa para disciplinar a matéria, que é privativa da União, à vista do art. 22, inciso XXIV, e concorrente, relativamente ao tema de criança e adolescente, a teor do art. 24, inciso XV, todos da Constituição Federal de 1988.

Também é adequado o meio eleito (projeto de lei ordinária), uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei

SF/16308.72147-81

Página: 2/9 03/02/2016 18:43:36

bea2a7ff1ea555b362a891d719b95573deea82ca

complementar. Irretocável, ainda, é a origem da iniciativa de lei sobre a matéria, que não está reservada ao Presidente da República, nem ao Poder Judiciário.

Também quanto à juridicidade, a proposição se revela adequada: possui o atributo da generalidade, inova o ordenamento jurídico, apresenta potencial coercitividade e materializa-se como projeto de lei modificativa, em consonância com o disposto nos arts. 7º e 12 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Ademais, não vislumbramos obstáculos regimentais ao projeto. Quanto ao mérito, antes de tudo, é preciso destacar que as crianças e adolescentes têm recebido atenção especial do Poder Legislativo, sobretudo a partir da Constituição de 1988, que consagra a absoluta prioridade na garantia de seus direitos, por parte da família, da sociedade e do Estado. A despeito disso, havia uma lacuna legislativa quanto ao período específico da primeira infância, pelos cuidados especiais que ele inspira.

O PLC nº 14, de 2015, começa por definir a sua abrangência em termos etários, explicando que primeira infância compreende os seis primeiros anos completos da criança. Apesar de não haver consenso científico a respeito da delimitação desse período da vida da criança, o projeto adotou esse entendimento corroborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela Rede Nacional Primeira Infância.

Levando em consideração a realidade socioeconômica do Brasil, a proposta visa a, inicialmente, garantir a sobrevivência das crianças, uma vez que, como se sabe, no País, ainda figuram, entre as principais causas da mortalidade infantil, doenças de fácil prevenção e cura, entendendo que o cuidado com o bem-estar da criança deve iniciar-se desde a concepção, compreendendo a garantia de condições mínimas de higiene no ambiente em que a criança viverá e a cobertura das principais vacinas, entre outras medidas.

A partir daí, garantidas as condições mínimas para a sobrevivência, o PLC nº 14, de 2015, parte para a preocupação com o adequado desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças. Diversos estudos nas áreas de neurociência, psicologia, cognição e educação demonstram a importância da atenção nos primeiros anos de vida, a fim de evitar morbidades futuras e garantir o bom desenvolvimento das habilidades físicas e motoras, ressaltando os cuidados com a nutrição e a saúde nesta faixa etária.

SF/16308.72147-81

Página: 3/9 03/02/2016 18:43:36

bea2a7ff1ea555b362a891d719b95573deea82ca

Para tanto, o PLC explicita, já em seu art. 3º, o princípio da prioridade absoluta na garantia dos direitos da criança na primeira infância, por parte do Estado, reforçando o que o ECA e a própria Constituição Federal já preveem em relação a crianças e adolescentes em geral.

O projeto também trata do direito de participação da criança (art. 4º), ampliando as hipóteses em que isso já ocorre (art. 28, § 2º – em caso de colocação em família substituta; art. 45, § 2º – consentimento com a adoção; art. 48, parágrafo único – pedido de acesso ao processo de adoção; e art. 51, inciso III – consulta ao adolescente no caso de adoção internacional, todos do ECA), em cumprimento ao disposto na Convenção sobre os Direitos da Criança, das Nações Unidas, ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Passa, assim, a admitir a participação das crianças na formulação das políticas públicas, mediante processos adequados de escuta, respeitadas as especificidades de cada faixa etária (art. 4º).

Dessa forma, reconhece que é direito da criança estar envolvida nas decisões que digam respeito ao seu bem-estar e às condições de vida a que estão submetidas, promovendo-as a sujeitos ativos na construção da cidadania, respeitados os seus limites etários e de desenvolvimento.

Um dos pontos mais importantes do projeto é a determinação, no art. 6º, de que haja políticas setoriais e política nacional integrada. Por meio desse desenho, são dadas as diretrizes para as políticas públicas para a primeira infância, com a determinação de que elas se articulem para o atendimento de maneira integral e integrada, de forma a envolver todos os direitos de todas as crianças de até 6 anos de idade. Assim fazendo, busca fortalecer as políticas, articulando-as num todo multissetorial e multidimensional, para abranger toda a complexidade contida nas necessidades da primeira infância.

São igualmente meritórios os arts. 4º e 12, que adotam uma abordagem participativa, chamando a sociedade para que se envolva na construção da rede de direitos das crianças, sempre com o paradigma de que estes se constituem prioridade absoluta. Nesse ponto, sugerimos emenda de redação, para substituir, no art. 12, inciso VI, a expressão "formação humana", por "desenvolvimento do ser humano", que consideramos mais abrangente.

O art. 5º do projeto determina como área prioritária "a adoção de medidas que evitem a exposição precoce aos meios de comunicação". Nesse ponto, sugerimos emenda de redação para evitar restrição excessiva à

SF/16308.72147-81

Página: 4/9 03/02/2016 18:43:36

bea2a7ff1ea555b362a891d719b95573deea82ca

comunicação benigna, inclusive de campanhas educacionais e de saúde pública, sendo bastante nítido que o propósito desse dispositivo não é tanto o de restringir a exposição "aos meios de comunicação" em caráter geral, mas o de evitar os excessos na "comunicação mercadológica" em particular. Corroboram esse entendimento o inciso IX do art. 4º, que fala no apoio dos meios de comunicação social à formação de uma cultura de proteção e promoção da criança, e o art. 5º, que fala em proteção contra a pressão consumista.

O PLC, em seu art. 18, modifica o ECA, introduzindo-lhe o art. 3º-A, para estabelecer que os direitos ali enunciados aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem qualquer discriminação, em consonância com o que é previsto na Constituição Federal. Sugerimos, neste ponto, emenda de redação, a fim de acrescentar um parágrafo único ao art. 3º, de igual teor, em vez de criar o art. 3º-A, em consonância com a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Além disso, a proposta parte acertadamente da valorização dos profissionais que atuam na atenção às crianças, seja na área da saúde, seja na da educação, seja na da assistência social, apontando a necessidade de sua qualificação inicial e continuada (arts. 9º e 10º).

Em seguida, verifica-se que um dos aspectos com os quais o PLC nº 14, de 2015, mais se preocupa é a garantia da saúde na primeira infância (§ 3º do art. 14, arts. 19 a 24, art. 37 e art. 42), por considerar que, sobretudo durante os primeiros anos de vida, as condições de vida de uma criança dependem principalmente do acesso que ela tem a serviços básicos de saúde, nutrição, saneamento, entre outros, além da qualidade de tais serviços.

O § 1º do art. 19 determina que o pré-natal seja realizado no nível de "Atenção Básica" do Sistema Único de Saúde, visando a assegurar a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher. A expressão "Atenção Básica" é posteriormente utilizada também no §3º deste mesmo art. 19. Observe-se, entretanto, um problema de técnica legislativa, visto que não existe na Lei Orgânica da Saúde nenhuma menção à existência da Atenção Básica – esse termo foi cunhado na legislação infralegal, por meio de regulamentos e portarias.

Por tal motivo, sugerimos nesses parágrafos a substituição da expressão "Atenção Básica" por "atenção primária", em letras minúsculas, por considerá-la uma expressão ao mesmo tempo equivalente e genérica, não

SF/16308.72147-81
Página: 5/9 03/02/2016 18:43:36
bea2a7ff1ea555b362a891d719b95573deea82ca

implicando vinculação com uma expressão apenas utilizada em normas infralegais.

Da mesma forma, o art. 20 do PLC também altera o ECA, em seu art. 9º, mantendo o *caput* e acrescentando-lhe os §§ 1º e 2º, que cuidam de obrigar as Unidades Básicas de Saúde a promover o aleitamento materno e as unidades de terapia neonatal a contar com bancos de leite humano. Novamente temos problemas de técnica legislativa, vez que há referência à expressão "Unidades Básicas de Saúde", definida apenas em normas infralegais. Em coerência com os comentários anteriores, sugerimos emenda de redação, para substituir essa expressão por "unidades primárias de saúde", em letras minúsculas.

O art. 21 modifica o *caput* do art. 11 do ECA e os seus §§ 1º e 2º. No § 2º, estende a terapêutica prestada a crianças e adolescentes, acrescentando o termo "órteses" – a redação original desse dispositivo só citava medicamentos, próteses e "outros recursos relativos ao tratamento". É de nossa opinião, entretanto, que seria apropriado acrescentar o termo "tecnologias assistivas", por ser mais abrangente e englobar novos avanços tecnológicos na área que porventura surgirem, pelo que sugerimos uma emenda de redação a respeito.

Já o art. 23 acrescenta um § 2º ao art. 13 do ECA e, embora seu *caput* não informe, modifica a redação do atual parágrafo único, renumerando-o para § 1º, para inserir a expressão "sem valoração moral" em seu texto. Sugerimos, entretanto, a substituição da expressão "sem valoração moral" por "sem constrangimento", que consideramos mais objetiva e adequada ao que se pretende veicular.

Basicamente, o PLC nº 14, de 2015, amplia e detalha o direito à saúde de crianças e adolescentes em nosso país. Para alcançar esse fim, a proposta também concede direitos às gestantes, mães e pais, de forma que o desenvolvimento na infância ocorra com seu apoio. A concretização das mudanças sugeridas ocorre majoritariamente por intermédio da atuação do SUS, que tem o dever constitucional de prestar assistência integral à saúde na infância.

Em relação à seara dos direitos trabalhistas, o projeto traz dois aspectos importantes.

O art. 37 do PLC acrescenta os incisos X e XI ao art. 473 da CLT para conceder ao trabalhador celetista dois novos tipos de licença: por até dois dias, para acompanhar consultas médicas e demais exames

SF/16308.72147-81

Página: 6/9 03/02/2016 18:43:36

bea2a7ff1ea555b362a891d719b95573deea82ca

complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira; e de um dia por ano, para acompanhar filho de até seis anos em consulta médica.

Por sua vez, o art. 38, ao prorrogar por quinze dias a duração da licença-paternidade, além dos cinco dias estabelecidos no § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), assinala de modo incisivo o entendimento de que o cuidado dos filhos deve ser partilhado pelos pais.

SF/16308.72147-81

III – VOTO

Por todo o exposto, opinamos pela **aprovação** do PLC nº 14, de 2015, com os seguintes ajustes de redação:

Aprovadas as Emendas em 03/02/15

EMENDA Nº – PLEN
(De Redação)

Substitua-se, no art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2015, a expressão "aos meios de comunicação" por "à comunicação mercadológica".

EMENDA Nº – PLEN
(De Redação)

Substitua-se, no art.12, VI, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2015, a expressão "na formação humana" por "no desenvolvimento do ser humano".

EMENDA Nº – PLEN
(De Redação)

Dê-se ao art. 18 do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2015, a seguinte redação:

Página: 7/9 03/02/2016 18:43:36
bea2a7ff1ea555b362a891d719b95573deea82ca

"**Art. 18.** O art. 3º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

'**Art. 3º** .....

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião e crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (NR)'"

SF/16308.72147-81

EMENDA Nº – PLEN
(De Redação)

Substitua-se, na redação dada pelo art. 19 do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2015, aos §§ 1º, 3º e 9º do art. 8º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, as expressões "Atenção Básica" e "Atenção Primária" por "atenção primária".

EMENDA Nº – PLEN
(De Redação)

Substitua-se, na redação dada pelo art. 20 do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2015, ao § 1º do art. 9º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a expressão "Unidades Básicas de Saúde" por "unidades primárias de saúde".

EMENDA Nº – PLEN
(De Redação)

Substitua-se, na redação dada pelo art. 21 do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2015, ao § 2º do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a expressão "outros recursos tecnológicos relativos" por "outras tecnologias assistivas relativas".

Página: 8/9 03/02/2016 18:43:36
bea2a7ff1ea555b362a891d719b95573deea82ca

EMENDA Nº – PLEN
(De Redação)

Substitua-se, na redação dada pelo art. 23 do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2015, ao § 1º do art. 13 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a expressão "valoração moral" por "constrangimento".

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora

SF/16308.72147-81

Página: 9/9 03/02/2016 18:43:36

bea2a7ff1ea555b362a891d719b95573deea82ca

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº 3, DE 2016

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2015 (nº 6.998, de 2013, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2015 (nº 6.998, de 2013, na Casa de origem), que *dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012*, consolidando as emendas de redação aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 3 de fevereiro de 2016.

ROMERO JUCÁ, PRESIDENTE

ELMANO FÉRRER, RELATOR

JORGE VIANA

SÉRGIO PETECÃO

ANEXO AO PARECER Nº 3, DE 2016.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2015 (nº 6.998, de 2013, na Casa de origem).

Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, em consonância com os princípios e diretrizes da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); altera os arts. 6º, 185, 304 e 318 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); acrescenta incisos ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; altera os arts. 1º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008; e acrescenta parágrafos ao art. 5º da Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.

Art. 3º A prioridade absoluta em assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral.

Art. 4º As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a:

I – atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã;

II – incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;

III – respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais;

IV – reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança;

V – articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância;

VI – adotar abordagem participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os profissionais, os pais e as crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços;

VII – articular as ações setoriais com vistas ao atendimento integral e integrado;

VIII – descentralizar as ações entre os entes da Federação;

IX – promover a formação da cultura de proteção e promoção da criança, com apoio dos meios de comunicação social.

Parágrafo único. A participação da criança na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito tem o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade, devendo ser realizada por profissionais qualificados em processos de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil.

Art. 5º Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.

Art. 6º A Política Nacional Integrada para a primeira infância será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, nos respectivos âmbitos, comitê intersetorial de políticas públicas para a primeira infância com a finalidade de assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança, garantida a participação social por meio dos conselhos de direitos.

§ 1º Caberá ao Poder Executivo no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios indicar o órgão responsável pela coordenação do comitê intersetorial previsto no *caput* deste artigo.

§ 2º O órgão indicado pela União nos termos do § 1º deste artigo manterá permanente articulação com as instâncias de coordenação das ações estaduais, distrital e municipais de atenção à criança na primeira infância, visando à complementaridade das ações e ao cumprimento do dever do Estado na garantia dos direitos da criança.

Art. 8º O pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância constitui objetivo comum de todos os entes da Federação, segundo as respectivas competências constitucionais e legais, a ser alcançado em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo único. A União buscará a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios à abordagem multi e intersetorial no atendimento dos direitos da criança na primeira infância e oferecerá assistência técnica na elaboração de planos estaduais, distrital e municipais para a primeira infância que articulem os diferentes setores.

Art. 9º As políticas para a primeira infância serão articuladas com as instituições de formação profissional, visando à adequação dos cursos às características e necessidades das crianças e à formação de profissionais qualificados, para possibilitar a expansão com qualidade dos diversos serviços.

Art. 10. Os profissionais que atuam nos diferentes ambientes de execução das políticas e programas destinados à criança na primeira infância terão acesso garantido e prioritário à qualificação, sob a forma de especialização e atualização, em programas que contemplem, entre outros temas, a especificidade da primeira infância, a estratégia da intersetorialidade na promoção do desenvolvimento integral e a prevenção e a proteção contra toda forma de violência contra a criança.

Art. 11. As políticas públicas terão, necessariamente, componentes de monitoramento e coleta sistemática de dados, avaliação periódica dos elementos que constituem a oferta dos serviços à criança e divulgação dos seus resultados.

§ 1º A União manterá instrumento individual de registro unificado de dados do crescimento e desenvolvimento da criança, assim como sistema informatizado, que inclua as redes pública e privada de saúde, para atendimento ao disposto neste artigo.

§ 2º A União informará à sociedade a soma dos recursos aplicados anualmente no conjunto dos programas e serviços para a primeira infância e o percentual que os valores representam em relação ao respectivo orçamento realizado, bem como colherá informações sobre os valores aplicados pelos demais entes da Federação.

Art. 12. A sociedade participa solidariamente com a família e o Estado da proteção e da promoção da criança na primeira infância, nos termos do *caput* e do § 7º do art. 227, combinado com o inciso II do art. 204 da Constituição Federal, entre outras formas:

I – formulando políticas e controlando ações, por meio de organizações representativas;

II – integrando conselhos, de forma paritária com representantes governamentais, com funções de planejamento, acompanhamento, controle social e avaliação;

III – executando ações diretamente ou em parceria com o poder público;

IV – desenvolvendo programas, projetos e ações compreendidos no conceito de responsabilidade social e de investimento social privado;

V – criando, apoiando e participando de redes de proteção e cuidado à criança nas comunidades;

VI – promovendo ou participando de campanhas e ações que visem a aprofundar a consciência social sobre o significado da primeira infância no desenvolvimento do ser humano.

Art. 13. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apoiarão a participação das famílias em redes de proteção e cuidado da criança em seus contextos sociofamiliar e

comunitário visando, entre outros objetivos, à formação e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, com prioridade aos contextos que apresentem riscos ao desenvolvimento da criança.

Art. 14. As políticas e programas governamentais de apoio às famílias, incluindo as visitas domiciliares e os programas de promoção da paternidade e maternidade responsáveis, buscarão a articulação das áreas de saúde, nutrição, educação, assistência social, cultura, trabalho, habitação, meio ambiente e direitos humanos, entre outras, com vistas ao desenvolvimento integral da criança.

§ 1º Os programas que se destinam ao fortalecimento da família no exercício de sua função de cuidado e educação de seus filhos na primeira infância promoverão atividades centradas na criança, focadas na família e baseadas na comunidade.

§ 2º As famílias identificadas nas redes de saúde, educação e assistência social e nos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente que se encontrem em situação de vulnerabilidade e de risco ou com direitos violados para exercer seu papel protetivo de cuidado e educação da criança na primeira infância, bem como as que têm crianças com indicadores de risco ou deficiência, terão prioridade nas políticas sociais públicas.

§ 3º As gestantes e as famílias com crianças na primeira infância deverão receber orientação e formação sobre maternidade e paternidade responsáveis, aleitamento materno, alimentação complementar saudável, crescimento e desenvolvimento infantil integral, prevenção de acidentes e educação sem uso de castigos físicos, nos termos da Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, com o intuito de favorecer a formação e a consolidação de vínculos afetivos e estimular o desenvolvimento integral na primeira infância.

§ 4º A oferta de programas e de ações de visita domiciliar e de outras modalidades que estimulem o desenvolvimento integral na primeira infância será considerada estratégia de atuação sempre que respaldada pelas políticas públicas sociais e avaliada pela equipe profissional responsável.

§ 5º Os programas de visita domiciliar voltados ao cuidado e educação na primeira infância deverão contar com profissionais qualificados, apoiados por medidas que assegurem sua permanência e formação continuada.

Art. 15. As políticas públicas criarão condições e meios para que, desde a primeira infância, a criança tenha acesso à produção cultural e seja reconhecida como produtora de cultura.

Art. 16. A expansão da educação infantil deverá ser feita de maneira a assegurar a qualidade da oferta, com instalações e equipamentos que obedeçam a padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Ministério da Educação, com profissionais qualificados conforme dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e com currículo e materiais pedagógicos adequados à proposta pedagógica.

Parágrafo único. A expansão da educação infantil das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, no cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação, atenderá aos critérios definidos no território nacional pelo competente sistema de ensino, em articulação com as demais políticas sociais.

Art. 17. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar e estimular a criação de espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar e o exercício da

criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de crianças, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades.

Art. 18. O art. 3º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 3º .....

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem." (NR)

Art. 19. O art. 8º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

§ 1º O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária.

§ 2º Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher.

§ 3º Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação.

.....

§ 5º A assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade.

§ 6º A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.

§ 7º A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança.

§ 8º A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos.

§ 9º A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto.

§ 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança." (NR)

Art. 20. O art. 9º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

"Art. 9º .....

§ 1º Os profissionais das unidades primárias de saúde desenvolverão ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, de forma contínua.

§ 2º Os serviços de unidades de terapia intensiva neonatal deverão dispor de banco de leite humano ou unidade de coleta de leite humano." (NR)

Art. 21. O art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

§ 1º A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.

§ 2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas.

§ 3º Os profissionais que atuam no cuidado diário ou frequente de crianças na primeira infância receberão formação específica e permanente para a detecção de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico, bem como para o acompanhamento que se fizer necessário." (NR)

Art. 22. O art. 12 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo

integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.” (NR)

Art. 23. O art. 13 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 13. .....

§ 1º As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.

§ 2º Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar.” (NR)

Art. 24. O art. 14 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º, 3º e 4º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 14. .....

§ 1º .....

§ 2º O Sistema Único de Saúde promoverá a atenção à saúde bucal das crianças e das gestantes, de forma transversal, integral e intersetorial com as demais linhas de cuidado direcionadas à mulher e à criança.

§ 3º A atenção odontológica à criança terá função educativa protetiva e será prestada, inicialmente, antes de o bebê nascer, por meio de aconselhamento pré-natal, e, posteriormente, no sexto e no décimo segundo anos de vida, com orientações sobre saúde bucal.

§ 4º A criança com necessidade de cuidados odontológicos especiais será atendida pelo Sistema Único de Saúde.” (NR)

Art. 25. O art. 19 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

.....

§ 3º A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção, nos termos do § 1º do art. 23, dos incisos I e IV do *caput* do art. 101 e dos incisos I a IV do *caput* do art. 129 desta Lei.

.....” (NR)

Art. 26. O art. 22 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 22. .....

Parágrafo único. A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei." (NR)

Art. 27. O § 1º do art. 23 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. .....

§ 1º Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção.

....." (NR)

Art. 28. O art. 34 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

"Art. 34. .....

.....

§ 3º A União apoiará a implementação de serviços de acolhimento em família acolhedora como política pública, os quais deverão dispor de equipe que organize o acolhimento temporário de crianças e de adolescentes em residências de famílias selecionadas, capacitadas e acompanhadas que não estejam no cadastro de adoção.

§ 4º Poderão ser utilizados recursos federais, estaduais, distritais e municipais para a manutenção dos serviços de acolhimento em família acolhedora, facultando-se o repasse de recursos para a própria família acolhedora." (NR)

Art. 29. O inciso II do art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 87. .....

.....

II – serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;

....." (NR)

Art. 30. O art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos VIII, IX e X:

"Art. 88. .....

.....

VIII – especialização e formação continuada dos profissionais que trabalham nas diferentes áreas da atenção à primeira infância, incluindo os conhecimentos sobre direitos da criança e sobre desenvolvimento infantil;

IX – formação profissional com abrangência dos diversos direitos da criança e do adolescente que favoreça a intersetorialidade no atendimento da criança e do adolescente e seu desenvolvimento integral;

X – realização e divulgação de pesquisas sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência.” (NR)

Art. 31. O art. 92 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 92. .....

.....

§ 7º Quando se tratar de criança de 0 (zero) a 3 (três) anos em acolhimento institucional, dar-se-á especial atenção à atuação de educadores de referência estáveis e qualitativamente significativos, às rotinas específicas e ao atendimento das necessidades básicas, incluindo as de afeto como prioritárias.” (NR)

Art. 32. O inciso IV do *caput* do art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 101. .....

.....

IV – inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;

.....” (NR)

Art. 33. O art. 102 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

“Art. 102. .....

.....

§ 5º Os registros e certidões necessários à inclusão, a qualquer tempo, do nome do pai no assento de nascimento são isentos de multas, custas e emolumentos, gozando de absoluta prioridade.

§ 6º São gratuitas, a qualquer tempo, a averbação requerida do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento e a certidão correspondente.” (NR)

Art. 34. O inciso I do art. 129 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 129. .....

I – encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família;

.....” (NR)

Art. 35. Os §§ 1º-A e 2º do art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 260. .....

.....

§ 1º-A. Na definição das prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelos fundos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente, serão consideradas as disposições do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e as do Plano Nacional pela Primeira Infância.

§ 2º Os conselhos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.

....." (NR)

Art. 36. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 265-A:

"Art. 265-A. O poder público fará periodicamente ampla divulgação dos direitos da criança e do adolescente nos meios de comunicação social.

Parágrafo único. A divulgação a que se refere o *caput* será veiculada em linguagem clara, compreensível e adequada a crianças e adolescentes, especialmente às crianças com idade inferior a 6 (seis) anos."

Art. 37. O art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos X e XI:

"Art. 473. .....

.....

X – até 2 (dois) dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira;

XI – por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica." (NR)

Art. 38. Os arts. 1º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar:

I – por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no inciso XVIII do *caput* do art. 7º da Constituição Federal;

II – por 15 (quinze) dias a duração da licença-paternidade, nos termos desta Lei, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 1º A prorrogação de que trata este artigo:

I – será garantida à empregada da pessoa jurídica que aderir ao Programa, desde que a empregada a requeira até o final do primeiro mês após o parto, e será concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o inciso XVIII do *caput* do art. 7º da Constituição Federal;

II – será garantida ao empregado da pessoa jurídica que aderir ao Programa, desde que o empregado a requeira no prazo de 2 (dois) dias úteis após o parto e comprove participação em programa ou atividade de orientação sobre paternidade responsável.

§ 2º A prorrogação será garantida, na mesma proporção, à empregada e ao empregado que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança." (NR)

"Art. 3º Durante o período de prorrogação da licença-maternidade e da licença-paternidade:

I – a empregada terá direito à remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

II – o empregado terá direito à remuneração integral." (NR)

"Art. 4º No período de prorrogação da licença-maternidade e da licença-paternidade de que trata esta Lei, a empregada e o empregado não poderão exercer nenhuma atividade remunerada, e a criança deverá ser mantida sob seus cuidados.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do disposto no *caput* deste artigo, a empregada e o empregado perderão o direito à prorrogação." (NR)

"Art. 5º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração integral da empregada e do empregado pago nos dias de prorrogação de sua licença-maternidade e de sua licença-paternidade, vedada a dedução como despesa operacional.

....." (NR)

Art. 39. O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e nos arts. 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no art. 38 desta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 40. Os arts. 38 e 39 desta Lei produzem efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 39.

Art. 41. Os arts. 6º, 185, 304 e 318 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

.....

X – colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa." (NR)

"Art. 185. .....

.....

§ 10. Do interrogatório deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa." (NR)

"Art. 304. .....

.....

§ 4º Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa." (NR)

"Art. 318. .....

.....

IV – gestante;

V – mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;

VI – homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

....." (NR)

Art. 42. O art. 5º da Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

"Art. 5º .....

.....

§ 3º O sistema previsto no *caput* deverá assegurar a interoperabilidade com o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc).

§ 4º Os estabelecimentos de saúde públicos e privados que realizam partos terão prazo de 1 (um) ano para se interligarem, mediante sistema informatizado, às serventias de registro civil existentes nas unidades federativas que aderirem ao sistema interligado previsto em regramento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)." (NR)

Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Requerimentos

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CRISTOVAM BUARQUE

Aprovado - Em 3/2/2016

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2016

SF/16332.75612-40

Requeremos, nos termos do inciso III do art. 344 do Regimento Interno, extinção da tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 432, de 2013, que *dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências*.

Sala das Sessões,

CRISTOVAM BUARQUE
Senador

2. _____ PPS
3. _____ LIDER PSDB
4. _____ Líder do PMB
5. _____ - LIDER REDE
6. _____
7. _____ Líder PDT
8. _____
9. _____ PSB

Página: 1/1 02/02/2016 11:06:16
838351f250e229a754ebb25f18cdb1219eb47b4

Senado Federal - Anexo II - Ala Sen. Teotônio Vilela - Gab. 10 - Brasília - DF - CEP 70165-900
Fone: (61) 3303-2281 - Fax: (61) 3303-2874 - e-mail: cristovam@senador.leg.br

3 WELLINGTON FAGUNDES PR

SENADO FEDERAL
PSB

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2016

Aprovado
03/02/16

Nos termos do art. 336, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o Projeto DE RESOLUÇÃO DO SENADO 01 de 2016.

Sala das Sessões, em

Senador João Capiberibe
Líder do PSB

PSDB

Líder Democratas

Sen. Jorge Viana - PT

Vanessa Grazziotin - PCdoB

Líder Bloco Socialismo e Liberdade

Líder PP

Líder Bloco União e Força

Líder PMDB

Líder Rede

SEADI
Folha:
Rubrica

Projeto de Resolução nº1/2016

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº 4, DE 2016

Redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2016.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2016, que *prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 33, de 3 de setembro de 2014.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 3 de fevereiro de 2016.

ROMERO JUCÁ, PRESIDENTE

ELMANO FÉRRER, RELATOR

JORGE VIANA

SÉRGIO PETECÃO

ANEXO AO PARECER Nº 4, DE 2016.

Redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2016.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 2016

Prorroga o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 33, de 3 de setembro de 2014.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É prorrogado em 180 (cento e oitenta) dias o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 33, de 3 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
Bloco-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PMB - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 19
PT-13 / PDT-6

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Angela Portela. . . . . PT / RR
Cristovam Buarque. . . . . PDT / DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT / MS
Donizeti Nogueira. . . . . PT / TO
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Reguffe. . . . . PDT / DF
Telmário Mota. . . . . PDT / RR
Walter Pinheiro. . . . . PT / BA
Zeze Perrella. . . . . PDT / MG

Bloco da Maioria - 19
PMDB-18 / PMB-1

Dário Berger. . . . . PMDB / SC
Edison Lobão. . . . . PMDB / MA
Eunício Oliveira. . . . . PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho. . . . . PMDB / RN
Hélio José. . . . . PMB / DF
Jader Barbalho. . . . . PMDB / PA
João Alberto Souza. . . . . PMDB / MA
José Maranhão. . . . . PMDB / PB
Marta Suplicy. . . . . PMDB / SP
Raimundo Lira. . . . . PMDB / PB
Renan Calheiros. . . . . PMDB / AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB / ES
Roberto Requião. . . . . PMDB / PR
Romero Jucá. . . . . PMDB / RR
Rose de Freitas. . . . . PMDB / ES
Sandra Braga. . . . . PMDB / AM
Simone Tebet. . . . . PMDB / MS
Valdir Raupp. . . . . PMDB / RO
Waldemir Moka. . . . . PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 15
PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Serra. . . . . PSDB / SP
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ricardo Franco. . . . . DEM / SE
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10
PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
José Medeiros. . . . . PPS / MT
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Lúcia Vânia. . . . . PSB / GO
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9
PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi. . . . . PR / MT
Douglas Cintra. . . . . PTB / PE
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTB / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Marcelo Crivella. . . . . PRB / RJ
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 9
PP-6 / PSD-3

Ana Amélia. . . . . PP / RS
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Wilder Morais. . . . . PP / GO

Bloco de Apoio ao Governo.	19
Bloco da Maioria.	19
Bloco Parlamentar da Oposição.	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	9
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (Bloco-PMB-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)
João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
Marta Suplicy* (Bloco-PMDB-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 19	Bloco da Maioria (PMDB/PMB) - 19	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15
Líder **Humberto Costa - PT** (22,24) Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,36) Walter Pinheiro (35,38,42) Telmário Mota (9,34,41,52) Regina Sousa (43) ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** (22,24) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,50) Walter Pinheiro (35,38,42) Lindbergh Farias (31) Fátima Bezerra (30) **Líder do PDT - 6** **Acir Gurgacz** (10,36) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,34,41,52)	**Líder** **Eunício Oliveira - PMDB** (61) ..... **Líder do PMDB - 18** **Líder do PMB - 1** **Hélio José** (49,59)	**Líder** **Alvaro Dias - PSDB** (21) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Antonio Anastasia (47) ..... **Líder do PSDB - 11** **Cássio Cunha Lima** (18,58) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) **Líder do DEM - 4** **Ronaldo Caiado** (3) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10	**Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 9**	**Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9**
Líder **Lídice da Mata - PSB** (17,25) Vice-Líderes José Medeiros (14,19,28) Vanessa Grazziotin (20,26) ..... **Líder do PSB - 7** **João Capiberibe** (1,13) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) **Líder do PPS - 1** **José Medeiros** (14,19,28) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (20,26) **Líder do REDE - 1** **Randolfe Rodrigues** (27,29)	**Líder** **Omar Aziz - PSD** (11,54) Vice-Líderes Benedito de Lira (15,16,44,53,57) Otto Alencar (60) ..... **Líder do PP - 6** **Benedito de Lira** (15,16,44,53,57) **Líder do PSD - 3** **Omar Aziz** (11,54) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	**Líder** **Fernando Collor - PTB** (7,8) Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4) ..... **Líder do PTB - 3** **Fernando Collor** (7,8) **Líder do PR - 4** **Wellington Fagundes** (51,55) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (56) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** (5) **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella** (2,4)
Governo **Líder** **Delcídio do Amaral - PT** (48,62) Vice-Líderes Hélio José (49,59) Paulo Rocha (32,50) Wellington Fagundes (51,55) Telmário Mota (9,34,41,52)		

Notas:
1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
17. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
59. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
60. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
61. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
62. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 29/01/2016 a 28/02/2016.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015
Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33035492
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:
*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.
**. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 33034854
E-mail: coceti@senado.leg.br

10) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.
Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (1)
RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

Instalação: 01/09/2015
Prazo final: 22/12/2015
Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (8)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5,13)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) (7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (12)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (9)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) (10)

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

******. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*******. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

********. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 19/12/2014
Prazo final prorrogado: 19/06/2015
Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

**********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
**********. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha
VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho (1)
RELATOR: Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015
Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta (2)
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.
1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)
2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): (61) 3303-3514

13) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira
VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres
RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015
Instalação: 16/06/2015
Prazo final: 12/12/2015
Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira
Donizeti de Andrade
Respício Antônio do Espírito Santo Júnior
Maria Helena Fonseca de Souza Rolim
Dorieldo Luiz dos Prazeres
Antônio Ivaldo Machado de Andrade
Celso Faria de Souza
Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira
Tercio Ivan de Barros
Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva
Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira
Kerlington Pimentel de Freitas
Ronei Saggioro Glanzmann
Ricardo Bisinotto Catanant
Thiago Pereira Pedroso
Roberto José Silveira Honorato
Claudio Jorge Pinto Alves
Geraldo Vieira (2)
Enio Paes de Oliveira (1,3)
Ricardo Nogueira da Silva
José Adriano Castanho Ferreira
Ricardo Bernardi
Fernando Silva Alves de Camargo
Carlos Ebner
Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.
***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).
2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 3303 3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

14) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015
Instalação: 02/09/2015
Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Mauro Roberto Gomes de Mattos
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Leandro Paulsen
Heleno Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:
*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.
****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.
*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.
******. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 25/03/2015
Instalação: 31/03/2015
Prazo final: 28/09/2015
Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) (6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (6)	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO (4)	1. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
******. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
*******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.
********. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 33033492/3501
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 18/03/2015
Instalação: 24/03/2015
Prazo final: 21/09/2015
Prazo final prorrogado: 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (9)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (8)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).
3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).
4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).
5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).
6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).
7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá
Telefone(s): 61 33033511/10
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)

Leitura: 05/03/2015
Designação: 29/04/2015
Instalação: 06/05/2015
Prazo final: 03/11/2015
Prazo final prorrogado: 14/03/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO (2)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (2)
Senador José Medeiros (PPS-MT) (3)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (6)

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)

******. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*******. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015
Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (6)

Leitura: 28/05/2015
Designação: 07/07/2015
Instalação: 14/07/2015
Prazo final: 22/12/2015
Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO (9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

******. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Reguffe (PDT-DF)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (5)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) (19)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (11)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (13)
VAGO (12)	8. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8,14)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (15)
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (2,18,20)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (4)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira(Of. 90/2015-GLDBAG).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034544
E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMB-DF) (1)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:
1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (4)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO (11)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2. VAGO (5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) (1)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (7)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador José Serra (PSDB-SP) (1,12,17)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
*******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604/2
Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604
Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Reguffe (PDT-DF)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (7)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO (10)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) (6)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (4)
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) (11)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

********. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (PDT-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (2)
RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (4)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)	6.
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,18)	1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (15)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	5. VAGO (9)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (6)
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (13)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (12)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (2)	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (4)	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO (18)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) (3)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (2)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:
1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) (18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (18)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (19,20)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (14)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (4)	5. Senador Hélio José (PMB-DF) (6)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMB-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMB-DF) (6)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (10)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (11)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Graziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 61 33031095
E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (1)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO (3)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9,10)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (5)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (5)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (8)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (8)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
VAGO (11)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 17/12/2015

Notas:

*****. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (1)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:
1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (1)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO (2)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.
2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (2)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) (1)

Atualização: 07/07/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO (2)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:
*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.
1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

---

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

---

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PMB-PE)
Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PMB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PROS/AL (11)
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG (6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. Valtenir Pereira - PMB/MT (1,12)
José Nunes - PSD/BA (9)	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Valtenir Pereira, em vaga existente, em 17-12-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 841, de 2015, da Liderança do PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PMB / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecci (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMB-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Narcio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (-)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Morais (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PMB-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)
RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015
Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMB/MG (16)
Ezequiel Teixeira (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)
2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Mainha - SD/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PMB/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	**1º Secretário** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	**2º Secretário** Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	**3º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	**4º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado (1)
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos (1)

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012
Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado (2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão (5)

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (3)	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



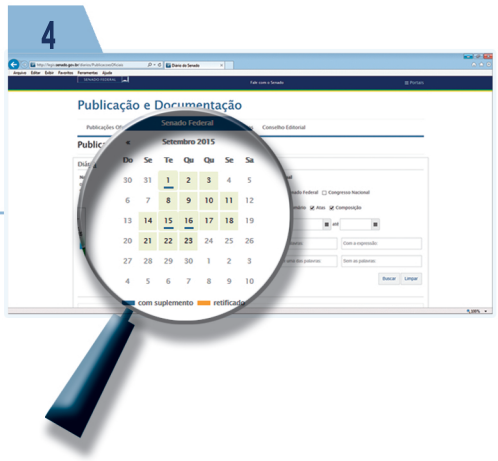
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211